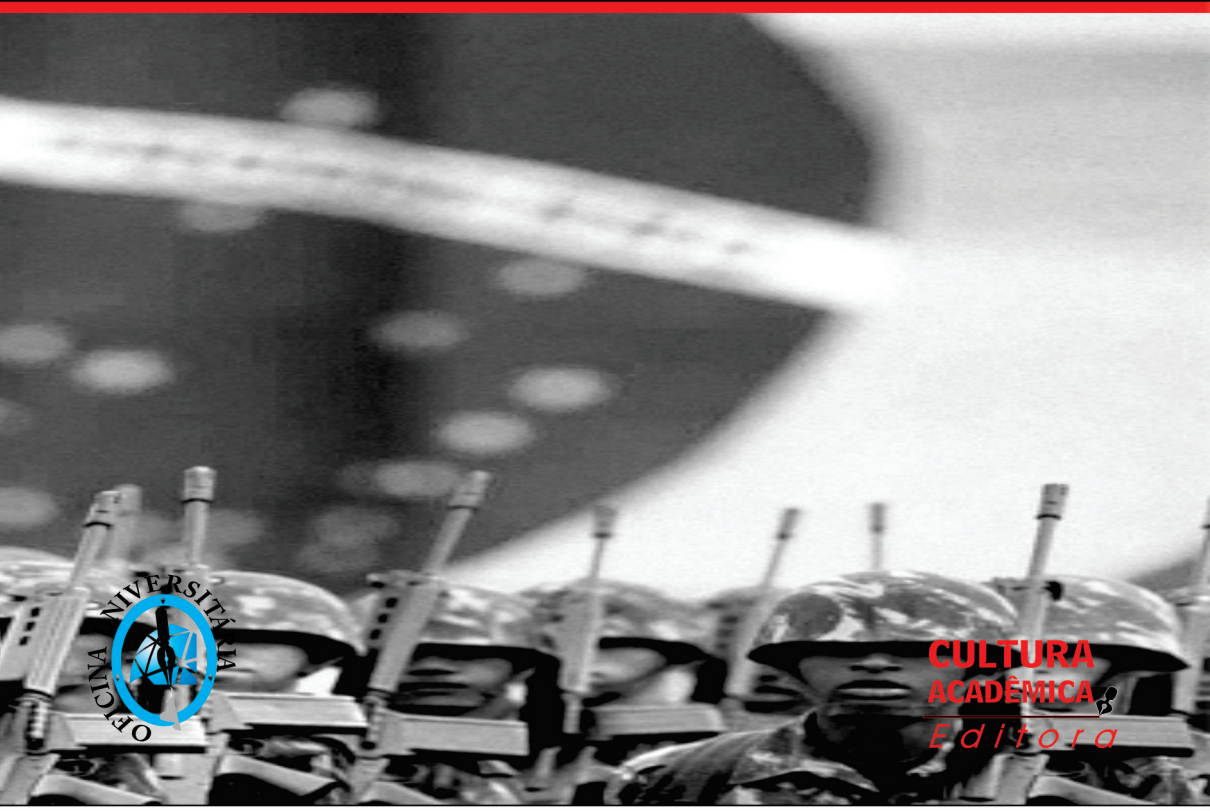


Ecos da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)

... Rosângela de Lima Vieira (Org.) ...



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

ECOS DA DITADURA NA
SOCIEDADE BRASILEIRA
(1964-2014)

ROSÂNGELA DE LIMA VIEIRA
(ORG.)

**ECOS DA DITADURA NA SOCIEDADE
BRASILEIRA (1964-2014)**

Marília
2014



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

Diretor:

Dr. José Carlos Miguel

Vice-Diretor:

Dr. Marcelo Tavella Navega

Conselho Editorial

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Adrián Oscar Dongo Montoya

Ana Maria Portich

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Giovanni Antonio Pinto Alves

Marcelo Fernandes de Oliveira

Neusa Maria Dal Ri

Rosane Michelli de Castro

Ficha catalográfica

Serviço de Biblioteca e Documentação – Unesp - campus de Marília

E19 Ecos da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014) / Rosângela de Lima Vieira (org.). – Marília: Oficina Universitária ; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

278 p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7983-573-5

DOI <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-573-5>

1. Ditadura - Brasil - História. 2. Direitos humanos – Brasil. 3. Brasil – História – Revolução, 1964. 4. Brasil – História, 1964-1985. I. Vieira, Rosângela de Lima. II. Golpe Militar, 50 anos : memória, história e direitos humanos (2014 : Marília).

CDD 981.063

Editora afiliada:



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora Unesp

SUMÁRIO

Prefácio	
Golpe militar – 50 anos: memória, história e direitos humanos <i>Clodoaldo Meneguello Cardoso</i>	7
Apresentação	
<i>Rosângela de Lima Vieira</i>	13
Memória de dez anos: os anos 70 <i>Marcos Del Roio</i>	25
Golpe militar e educação: a extinção das experiências educacionais história nova e ginásios vocacionais <i>Sueli Guadalupe de Lima Mendonça</i>	41
O golpe militar e a educação: o impacto da legislação e das políticas da ditadura no ensino superior, continuidades e rupturas <i>Neusa Maria Dal Ri</i>	59
Formação humana e repressão militar: sutilezas e cruezas no exercício do poder <i>Vandêi Pinto da Silva</i>	83
Memória e testemunhos dos tempos de Ditadura: militância(s), vivência(s), sobrevivência e comemorações <i>Lidia M. V. Possas</i>	99
A insurgência do feminismo popular sob a ditadura militar <i>Maria Amélia de Almeida Teles</i>	111

A ditadura militar e a economia brasileira <i>Francisco Luiz Corsi</i>	125
Economia e Relações Internacionais no Governo Goulart: o caso do Plano Trienal (1963) <i>Felipe Pereira Loureiro</i>	143
A economia brasileira do pós-1964: desenvolvimento capitalista e tragédia social <i>Adilson Marques Gennari</i>	165
Imagens de luta e de luto: ciclo de cinema “economia e sociedade” nos 50 anos do golpe militar <i>Agnaldo dos Santos; Francisco Luiz Corsi; José Marangoni Camargo Laércio Fidelis Dias</i>	181
A militarização à brasileira: justiça privatista e gestão dos ilegalismos <i>Alessandra Teixeira</i>	193
A militarização da segurança pública e as permanências autoritárias: contradições e perspectivas do Estado de Direito <i>Carlos Henrique Aguiar Serra</i>	215
Militarização da segurança no Brasil contemporâneo. Um exame do legado da ditadura nos 50 anos do golpe militar de 1964 <i>Luís Antônio Francisco de Souza</i>	231
Militares, a Comissão Nacional da Verdade e a Democracia: uma reflexão para a história e o presente <i>Paulo Ribeiro da Cunha</i>	249
Sobre os autores.....	271

PREFÁCIO

GOLPE MILITAR – 50 ANOS: MEMÓRIA, HISTÓRIA E DIREITOS HUMANOS

Clodoaldo Meneguello Cardoso

Por muitos e muitos anos ouvimos essa história contada pelos nossos avós desde que éramos pequenos. Hoje somos pais e alguns já são avôs ou avós. Agora entendemos por que eles nos contavam. E por que temos que continuar contando por meio de narrativas, maneira como são repassados os ensinamentos e as histórias do povo Aikewara para nossos filhos e netos.

Ywynuhu Suruí. Folha de São Paulo, 22/09/2014, p. A3

Que história é essa? As palavras de Suruí, índio integrante dos Aikewara do sudoeste do Pará, referem-se aos tempos de violência e terror, sofridos por este povo tupi-guarani, durante o massacre do Araguaia, em que o exército brasileiro da ditadura dizimou os guerrilheiros e espalhou sofrimento e medo nas aldeias indígenas. Sábias palavras porque mostram a importância da memória para identidade e perpetuação de um povo. E sábias porque Suruí descobriu “[...] que para viver na democracia foi preciso lutar e perder tantas vidas.” (p. A3).

As narrativas do passado, alegres ou tristes, modulam nossa identidade, nos ensinam a viver com consciência o presente e a preparar o futuro.

ro. É manter a memória viva para que as lindas histórias nunca se acabem e as tristes, jamais voltem a acontecer. Mas nem todos pensam assim. Os poderosos que causaram o sofrimento injusto procuram apagar ou ocultar o passado para enfraquecer o espírito do povo. Eles sabem que povo sem memória viva é um povo culturalmente frágil. Por isso, o esforço do resgate da memória de tempos sombrios é sempre uma luta de resistência, uma luta de libertação.

Foi este o propósito do *Observatório de Educação em Direitos Humanos* da Unesp (OEDH), ao propor para a comunidade acadêmica uma jornada de atividades em abril de 2014, pela passagem dos 50 anos do golpe de 1964. Unidades da Unesp, em dez cidades, aderiram ao projeto: Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Ilha Solteira, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, Registro e São José do Rio Preto. Também foram desenvolvidas atividades em São Paulo, em parceria com o CEDEM – Centro de Memória e Documentação da Unesp, Memorial da Resistência de São Paulo e Memorial da América Latina. Em cada uma delas, organizou-se um evento (ou mais) sobre o tema a partir de suas especificidades acadêmicas ou culturais e, ao mesmo tempo, em sintonia com as propostas articuladas em diversas reuniões preparatórias, coordenadas pelo OEDH-Unesp, com sede no campus de Bauru. Realizar uma jornada de eventos articulados tematicamente foi uma experiência inédita e exitosa na Unesp, uma universidade multicampi.

Pensar o Golpe militar – 50 anos depois, a partir da memória, da história e dos direitos humanos, norteou a organização dos eventos, na jornada de abril/2014. Conferências, mesas, debates, vídeos, rodas de conversas, apresentação de trabalhos acadêmicos e manifestações culturais e artísticas ofereceram subsídios e/ou estimularam reflexões sobre a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) e sua relação com a realidade dos dias atuais.

* * *

POR QUE MEMÓRIA, HISTÓRIA E DIREITOS HUMANOS?

A memória. Em primeiro lugar, é preciso resgatar a memória das vivências e lembranças daqueles que travaram a luta contra o arbítrio e so-

freram diretamente a repressão violenta do regime. Milhares de brasileiros foram vítimas da ditadura em prisões arbitrárias, torturas, assassinatos, desaparecimentos e exílios. É preciso dar voz para toda essa dor contida em décadas de silêncio. Falar publicamente e dar testemunhos sobre as torturas, desaparecimentos e sobre as perdas de entes queridos expurga o sofrimento tatuado na alma das vítimas e recupera o mínimo de equilíbrio para caminhar na vida. Apesar de triste, manter viva essa memória é condição primeira para que o terrorismo de Estado jamais volte a acontecer. A memória dos fatos, dos sentimentos e das vivências pessoais é o fermento de nossa identidade e o alicerce para a construção de nossos sonhos pessoais e coletivos.

A verdade. Torna-se também imperativo conhecer as verdades históricas desse período, muitas vezes ocultado na educação das novas gerações. E o conhecimento histórico passa pela pesquisa nas fontes e em bibliografia especializada, que oferece subsídios para análises e interpretações mais globais a partir de uma cadeia de relações dos acontecimentos isolados. Este é o caminho para análise conjuntural e estrutural. Na primeira, o conhecimento histórico do Golpe de 64 e da ditadura posterior vai além do mosaico de informações sobre os fatos da época. É preciso analisar a conjuntura histórica nacional que, na época, desenhava a construção de uma democracia social no Brasil. Com grande apoio e participação popular, o governo de João Goulart propunha reformas de base na política, no acesso a terra, na educação e outras áreas, causando grande incômodo ao contexto político dominado por partidos conservadores. A análise conjuntural do Golpe exige ainda um olhar para o cenário internacional daquele momento histórico, marcado pela *Guerra Fria* entre os EUA e a URSS. Esta divisão maniqueísta do mundo foi o grande álibi para o imperialismo econômico e cultural das duas grandes potências centrais em relação aos países periféricos. Na América Latina, por exemplo, os EUA, em nome do combate ao comunismo, arvoraram-se no direito de intervir em políticas nacionais, sustentando golpes de Estado e apoiando a implantação de ditaduras em países que buscavam democraticamente soluções para superação das brutais desigualdades sociais.

Por sua vez, a análise estrutural tem como referência a longa duração da história, um tempo de séculos, com ritmo lento de mudanças, em que se formam as estruturas da vida material e cultural de um povo. Neste pris-

ma, o Golpe de 64 foi mais um dos fatos históricos decorrentes da estrutura social conservadora e autoritária das elites nacionais, que – desde o Brasil colonial – são os donos da terra, do trabalho e do poder político. Na longa duração, a história do Brasil apresenta poucas e curtas experiências de vida política democrática e mais raras ainda, de governos voltados realmente para a emancipação humana da população mais pobre e excluída. O que se vê, em seus 500 anos, é uma estrutura socioeconômica, no campo e na cidade, construída a partir dos interesses das elites, que sem pudor, escravizaram índios e negros, exploraram mão-de-obra dos imigrantes e, hoje, dos nordestinos. E sempre que não foi possível abafar a ferro e fogo os movimentos sociais – como na Guerra dos Canudos ou no Golpe de 64 – as elites souberam realizar acordos de cúpula, mantendo-se no poder, mesmo com nova roupagem – como na Proclamação da República ou na abertura lenta, gradual e segura pós-ditadura, na década de 1980. Todavia, o que predomina na história do Brasil é o perfil estrutural de uma sociedade, marcada pelas desigualdades sociais e pelo autoritarismo virulento. A ditadura civil-militar, sob as lentes da longa duração, não foi um regime de exceção, mas de regra.

Com as análises conjuntural e estrutural, o conhecimento da verdade histórica do Golpe proporciona-nos uma compreensão mais ampla e profunda não apenas do referido período histórico, mas também da sociedade brasileira atual. E essa é condição para a construção de qualquer processo de superação de seus problemas estruturais.

Os direitos humanos. Pensar a dignidade humana na sociedade brasileira é repensar o sentido de cidadania, hoje. Construir uma *cidadania ativa* e vivenciá-la a cada dia passa primeiramente pela desconstrução do pálido conceito de cidadania, ainda bastante difundido na mídia e na educação. Para essa cidadania formal, ser cidadão é possuir legalmente direitos individuais e deveres sociais já estabelecidos. A posse de direitos legais e o cumprimento dos deveres sociais, somados ao caráter moral e ético do indivíduo constituem o tripé da cidadania passiva, uma vez que essa nos tira a dimensão de sujeito das transformações sociais. Tal conceito de cidadania, na realidade, está muito mais relacionado à possibilidade de acesso ao consumo de bens supérfluos, do que propriamente àqueles bens sociais coletivos que tornam digna a vida humana como: educação, saúde, trabalho, moradia, transporte, cultura, lazer etc. Esses são conquistas de uma *cidadania ativa*.

Como o próprio nome expressa, a cidadania ativa trata-se de uma ação coletiva da população organizada para concretamente conquistar, proteger e ampliar direitos individuais e coletivos fundamentais. É a chamada luta pelos *direitos humanos*.

Em síntese. Com o resgate da memória das vivências passadas e da compreensão crítica dos seus processos históricos, podemos, por meio da cidadania ativa, caminhar em direção a uma democracia social e participativa, capaz de transformar as estruturas sociais brasileiras geradoras da miséria, da pobreza e de outras formas de desigualdades e exclusão social.

* * *

Das pesquisas, reflexões e debates da jornada de eventos na Unesp, em abril de 2014, produziram-se vários livros sobre a temática. É uma contribuição ao esforço nacional – do governo federal, comissões da verdade e de vários setores da sociedade – em resgatar as memórias e revelar a verdade deste período sombrio de nossa história. Somente assim podemos perceber o triste legado social da ditadura na sociedade brasileira atual, marcada por uma cultura de violação dos direitos humanos individuais e sociais. Apesar dos avanços sociais nos governos pós-ditadura, o Estado brasileiro continua, em grande parte, sob a tutela das elites conservadoras. Então, convivemos ainda com as torturas, justiçamentos, ditadura midiática, criminalização dos movimentos sociais e exclusão de grande parte da população aos direitos de justiça, salário digno, moradia, alimentação, saúde, educação gratuita, lazer... São os traços das desigualdades e do autoritarismo de nosso país.

Golpe militar – 50 anos: memória, história e direitos humanos foi o título de um dos eventos ocorridos no campus da Unesp de Marília-SP, a partir do qual se produziu a presente coletânea de textos: *Ecos da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)*.

Que a produção acadêmica, amplie a reflexão e transforme-a em cidadania ativa.

À leitura. À reflexão. À ação.

Bauru, 18 de outubro de 2014.

APRESENTAÇÃO

Rosângela de Lima Vieira

“As coisas mudam no devagar depressa dos tempos.”
Guimarães Rosa

O Seminário, em que se buscou discutir o Golpe Militar que deflagrou a ditadura civil-militar por mais de duas décadas, constituiu-se necessariamente em um evento de memórias e da história vivida por seus participantes. Portanto, a presente coletânea de artigos subsidia reflexões sobre essa experiência. Como historiadora, que atua no rol das Ciências Sociais, muitas vezes tenho experimentado a necessidade de trabalhar com a história do tempo presente. Pelo fato de pesquisar história econômica, na vertente braudeliana da longa duração, inúmeras vezes tenho sido chamada a refletir sobre a atual crise do capitalismo.

Sendo assim, a presente tarefa não encontra similar em minha trajetória acadêmica. Todavia, eu não poderia como historiadora, me eximir da responsabilidade de organizar o evento e a coletânea. Foi uma oportunidade de criar um espaço importante para a análise da ditadura, no processo de formação das novas gerações. Coordenar o seminário *Golpe*

*Militar – 50 anos: memória, história e direitos humanos*¹, e agora a coletânea dos artigos, inaugura para mim a necessidade de conectar a história vivida, com a história a ser analisada.

Ainda criança, mesmo vivendo uma infância restrita ao ambiente familiar e escolar na cidade de São Paulo, aprendi que a época, em que vivíamos (anos 70 do século passado), era de medo. Acontecimentos me surpreendiam cotidianamente; ouvia notícias de morte de pessoas próximas ao nosso convívio, ou de desaparecimento de jovens – filhos de amigos de meus pais. Adolescente nos anos 80, fui compreendendo que aquelas memórias infantis estavam dentro de um contexto mais amplo e grave. E que as manifestações cívicas, de que havia participado, encobriam de fato uma ditadura, travestida de ‘revolução’. Também compreendi que a abertura ‘lenta, gradual e restrita’ não passava de um adiamento proposital da democracia. Já estudante universitária, descobri que o Golpe à democracia tinha dado início a um brutal capítulo de nossa história: o terror de Estado.

Sintetizei essas poucas linhas para de início afirmar: sou testemunha ocular e auditiva dessa história, sim. Esse ponto de partida é fundamental para registrar ao leitor o lugar do qual estou falando. E caso pare a crítica de que “Preso na rede de uma história que é em parte sua, o historiador não seria capaz de desembaraçar serenamente o emaranhado nem de escapar à subjetividade, ao julgamento.”, Philippe Tétart indaga: “Mas não está todo historiador intimamente *presente* na história que compõe?” (2000, p. 135, grifo do autor). Assim, anistiada de tal julgamento e assumindo a decisão de organizar o evento e agora essa coletânea, destaco como objetivo principal da empreitada a costura entre a memória e a história deste infeliz cinquentenário.

Ao longo do meio século de história, as análises dessa efeméride passaram da nomeação de revolução, para golpe militar, e atualmente golpe civil-militar. A constituição da Comissão Nacional da Verdade, exigida em condenação do Estado brasileiro na Corte Interamericana de DH, ainda busca acesso aos arquivos físicos e memoriais para resgatar fatos e elucidar as ocultas histórias. A atual conjuntura nos impõe um esforço no estímulo

¹ Evento realizado na Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp/câmpus de Marília (de 31 de março a 03 de abril de 2014), promovido pelo Departamento de Ciências Políticas e Econômicas, Departamento de Sociologia e Antropologia e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Apoio: Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão e Observatório de Educação em Direitos Humanos da Universidade Estadual Paulista.

às novas gerações a ingressarem nesse emaranhado do passado próximo e interventor de nosso cotidiano.

Os golpes são reincidentes na história do Brasil: foi assim ainda na monarquia com o golpe da maioria em 1840; a proclamação da república, em 1930, instaurando a ditadura Vargas; e em 1961, o golpe parlamentarista. Sempre que a elite depara-se com alguma dificuldade de conciliar seus interesses ou de conter os movimentos sociais, ela recorre a um golpe para solucionar o problema, colocando a sociedade em um Estado de exceção e, portando, impondo um regime não democrático. A recidiva nos faz necessariamente questionar se tais processos são exceção ou os breves períodos de democratização é que concretamente fugiram à regra.

O Golpe de 64 ocorreu para que possíveis reformas não ocorressem. A sociedade brasileira nos anos que o antecederam requeria mudanças. A elite brasileira aprendeu com os portugueses a conservar as estruturas sociais a partir da não distribuição de terras. Desde as Capitânicas Hereditárias até hoje, as poucas mudanças que ocorreram quanto ao acesso a terra foi o fato de ela ser, desde meados do século XIX, uma mercadoria, aliás, de alto valor. No campo e nas cidades, o trabalhador é mantido na condição de subordinado justamente porque é historicamente alijado da participação política e das decisões de toda ordem na sociedade brasileira.

Naqueles anos de breve período democrático (1946-1964), os trabalhadores exigiam acesso a terra e a melhores condições de vida nas cidades. Assim as propostas de reformas, agrária e urbana, foram lidas pela elite como sinal de perigo. Daí a necessidade de recorrer à conhecida estratégia golpista.

Por outro lado, interesses internacionais, mais especificamente estadunidenses, dividiam o mundo em dois pólos – a Guerra Fria – para facilitar a acumulação incessante de capital, exigindo do Brasil um posicionamento incontestável para se manter atrelado a esse capital e à acumulação que ele proporciona para a elite brasileira.

Foi assim que em março de 1964 – o golpe e a ditadura civil-militar, que seguiu nas décadas seguintes, transformaram o Brasil. Passados 50 anos, ainda estamos construindo relações sociais e políticas mais democráticas; mesmo com diversas iniciativas, há ainda muito a ser feito. Em

março de 2014 – 50 anos depois, é necessário que a memória, a história e as ciências sociais como um todo se debruçam na busca de análises do passado e do presente como partes imbricadas do mesmo processo. Deu-se assim o perfil do evento e da presente coletânea: juntamente com o entrelaçamento da memória e da história, buscamos oportunizar que diferentes prismas da ditadura fossem explorados. Temas como a educação, a economia, o conceito de Segurança, e outros tantos, foram abordados, debatidos e refletidos. Outro aspecto fundamental no Seminário foi uma postura interdisciplinar nas análises e demais atividades. A programação contou com mesas, palestras, filmes, debates e a exposição “Vala Clandestina de Perus”².

A obra que aqui apresentamos reflete o conjunto das atividades e concomitantemente contribui de forma exemplar para observarmos que a história vivida interfere no que pensamos e produzimos.

* * *

O texto, “Memória de dez anos: os anos 70”, de Marcos Del Roio, apresenta um interessantíssimo entrelaçamento entre suas memórias e a história daquela década. O professor Del Roio imbricou suas experiências pessoais com os fatos e conjunturas vividas no Brasil e na Europa. Trata-se da história vívida. Fatos que estamparam as capas dos jornais e estão nos livros tiveram-no como testemunha ocular e o inflexionaram a tornar-se um cientista político. Atento em tecer suas lembranças aos eventos históricos, o autor observou a política, a cultura e o meio acadêmico dos anos 70.

O artigo “*Golpe militar e educação: a extinção das experiências educacionais, história nova e ginásios vocacionais*”, de Sueli Guadalupe de Lima Mendonça, analisa o início dos anos 60, período pré-golpe – governo de João Goulart, quando ocorreram experiências educacionais importantes,

² Exposição fotográfica itinerante intitulada: “Vala Clandestina de Perus: desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira” organizada pelo Instituto Macuco, Ministério da Justiça e Núcleo de Preservação da Memória Política. A exposição narra a descoberta da vala, no Cemitério Dom Bosco, em Perus, no dia 04 de setembro de 1990, onde foram enterrados desaparecidos políticos assassinados por militares na ditadura. São 1.049 ossadas enterradas clandestinamente e que aguardam ainda a identificação.

ainda pouco conhecidas como o trabalho de Paulo Freire na educação de jovens e adultos, a História Nova dirigida por Nelson Werneck Sodré e os Ginásios Vocacionais implementados pela Secretaria Estadual de Educação do estado de São Paulo. Segunda ela, talvez em outro contexto histórico, essas experiências teriam sido somente mais um projeto de melhoria da educação básica. Porém no período do golpe militar transformaram-se em ameaças ao olhar míope dos ditadores de plantão.

Também no artigo, “O golpe militar e a educação: o impacto da legislação e das políticas da ditadura no ensino superior, continuidades e rupturas” temos parte da história da educação brasileira, em especial a universitária; dos anos que antecedem o Golpe até os dias atuais. A autora, Neusa Maria Dal Ri, problematiza o processo histórico, cuja legislação e políticas educacionais inauguradas pela ditadura permanecem no perfil modernizador, conservador e elitista da universidade brasileira. Dal Ri enfatiza também os movimentos de resistência nos tempos da ditadura, no processo de redemocratização e atualmente, como fundamentais na defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Essa luta, por coincidência, se faz presente no momento em que organizamos esta coletânea, dada a longa greve das universidades estaduais paulistas.

Já no artigo “Formação humana e repressão militar: sutilezas e crueldades no exercício do poder”, Vandei Pinto da Silva implementa uma dialética entre a memória do vivido com elementos da história da educação brasileira e de seus determinantes na formação da consciência em tempos de exercício arbitrário do poder. O resgate da memória, na primeira parte do texto, refere-se à sua experiência escolar no período da ditadura, no qual a ênfase era a profissionalização e a formação moral e cívica, destinadas ao mercado de trabalho industrial e comercial e à formação ideológica requerida pelo sistema militar. Sua análise destaca que na formação escolar oficial, não havia espaço para reflexões de natureza filosófica, sociológica e histórica críticas. Entretanto, mesmo assim, a resistência e a contestação emergiram. Por isso o autor observa que a formação da consciência crítica ocorreu fora da formação escolar. Foi na práxis social, nas experiências advindas do campo da arte, especialmente da música, e de diferentes tipos de organizações sociais, que surgiram novas possibilidades de superação do pensamento único aspirado pela ditadura militar.

Os dois textos a seguir igualmente apresentam a trama entre memória e história vivida no que tange mais especificamente às mulheres. Lidia M. V. Possas, em “Memória e testemunhos dos tempos de Ditadura: militância(s), vivência(s), sobrevivência e comemorações”, apresenta o exercício da narrativa e da memória da história recente do Brasil e da América Latina. A autora nos indica que *lembrar* em muitos países do Cone Sul, tem sido uma forma de restaurar a cidadania destruída e os laços familiares e sociais dissolvidos pela violência de Estado. Como pesquisadora ela tem intensificado seus estudos sobre a invisibilidade de mulheres viúvas nos movimentos de resistência às ditaduras no Brasil e na Argentina e nesse texto ela apresenta o tema de forma sucinta.

Por sua vez, em “A insurgência do feminismo popular sob a ditadura militar”, Maria Amélia de Almeida Teles, ao mesmo tempo em que retrata o processo histórico da emancipação das mulheres na conjuntura da ditadura militar, narra as reminiscências de um sujeito histórico consciente e crítico que viveu as agruras daquele período truculento, escolhendo ser ativa na construção da liberdade. Exemplo de coragem e de consciência, a ex-operária mineira nos lega ainda, nesse texto, uma reflexão das conquistas feministas frente a todo tipo de preconceitos e machismos, antes, durante e depois da ditadura. Assim, demonstra o lugar primordial das mulheres na construção da democracia nesse país.

Os três artigos a seguir contribuem para a análise do período sob a ótica da economia brasileira ao longo do século XX.

Assim, Francisco Luiz Corsi, em “A ditadura militar e a economia brasileira”, contribui para o debate mais especificamente com reflexões que tratam dos projetos econômicos do período que antecedeu ao golpe de Estado. O autor mostra que, naquela conjuntura, os setores desenvolvimentistas das classes dominantes estavam rachados, dada à segmentação e a diversificação de interesses da burguesia. A defesa de um projeto de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro e o receio da crescente mobilização popular levaram as classes dominantes mais uma vez a se unificarem contra o trabalhismo reformista, em um contexto de forte pressão norte-americana depois da revolução cubana. Parece que Goulart tardiamente percebeu que sua sustentação no governo e a execução de seu programa desenvolvimentista, nacionalista e reformista somente seriam

possíveis com amplo apoio popular, o que o levou a radicalizar sua posição, na esperança de deter o golpe e pressionar o Congresso a aprovar as reformas. A estabilização ficaria para depois. Os setores golpistas das forças armadas, com apoio da elite econômica, da grande imprensa, das classes médias e com apoio do governo norte-americano, ao se defrontarem com a possibilidade real, ou imaginária, de rápido fortalecimento do movimento reformista dentro da ordem democrática desferiram um golpe de Estado, implantando a ditadura militar no Brasil. As questões relativas aos rumos da economia seriam encaminhadas a partir desses interesses vitoriosos.

No artigo “Economia e Relações Internacionais no Governo Goulart: o caso do Plano Trienal (1963)”, Felipe Pereira Loureiro também aborda a conjuntura que antecedeu ao golpe militar de março de 1964. Discute as políticas econômicas, em particular o Plano Trienal de Celso Furtado, e os principais problemas econômicos enfrentados naquele momento, como o posicionamento do governo dos EUA ante o governo Goulart; o combate à inflação e o grave desequilíbrio externo. Segundo ele, eram necessários empréstimos externos e sua concessão por parte dos EUA e do Fundo Monetário Internacional (FMI) foi condicionada ao afastamento em relação à esquerda, ao respeito dos interesses das empresas estrangeiras que atuavam no país e à adoção de uma dura política de estabilização. Tais medidas garantiriam os pagamentos ao capital norte-americano e conduzir o governo brasileiro para uma posição de centro, considerada mais aceitável. Para Loureiro, o presidente Goulart tentou seguir essa linha, mas isso significava afastar-se de suas bases de sustentação política. Só quando ficou claro que essa evolução não seria possível é que o governo norte-americano passou a dedicar-se firmemente a derrubar o governo legítimo de Goulart.

Adilson Marques Gennari – em “A economia brasileira do pós-1964: desenvolvimento capitalista e tragédia social” – também faz uma ampla discussão sobre a economia nesta fase, porém a partir de uma análise crítica de longo prazo, enfatizando as tendências de crescente subordinação ao capital estrangeiro e de concentração da renda e, portanto, de incremento das desigualdades sociais, apesar do intenso crescimento econômico, que beneficiou, sobretudo, as classes dominantes. Já que estas classes não tinham uma postura nacionalista, tenderam a associar-se ao capital estrangeiro de forma subordinada. Os problemas da profunda desigualda-

de social, da miséria de grande parte da população e da exclusão, faces de um mesmo processo, expressavam determinações profundas que tinham origem em uma sociedade colonial assentada na grande propriedade e na escravidão, voltada para a exportação de bens primários para a economia mundial. Estes problemas foram aprofundados no período da ditadura a partir da adoção de políticas econômicas que, além de estimularem a acumulação de capital, implicaram na contenção dos salários e no incremento explosivo da inflação, da dívida interna e da dívida externa.

O intenso crescimento no período acirrou uma série de condições que contribuiriam para o ocaso da ditadura. Do ponto de vista econômico, o epicentro dos problemas foi o crescente endividamento externo, que resultou, no início dos anos 1980, em uma crise que asfixiou a economia brasileira e foi responsável por mais de 10 anos de estagnação econômica e crise social. De forma articulada ao crescente endividamento externo, dois processos também contribuíram decisivamente para esse resultado: a escalada inflacionária e a crise fiscal. Tais problemas resultaram, em grande parte, da política econômica dos governos militares. A crise da ditadura também marcou o colapso do desenvolvimentismo, que tinha atingido seu ponto alto durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento. O II PND propunha completar o processo de industrialização com base no padrão de acumulação fordista, justamente quando este já estava sendo questionado devido aos problemas estruturais do capitalismo desencadeada pela crise do petróleo, em 1979.

Em conjunto, as análises econômicas de Corsi, Loureiro e Gennari complementam-se e demonstram a complexidade do golpe militar de 1964 tanto pelos seus aspectos estruturais como conjunturais. Os autores ressaltam a relevância dos processos econômicos naquele conturbado contexto para entendermos o golpe militar e as suas consequências para a economia brasileira. Embora não possamos interpretar o golpe apenas como uma resposta de setores das classes dominantes aos embates acerca dos rumos da economia, estes embates estavam no centro da luta de classes da época, sem desconsiderar a importância de inúmeros outros fatores, obviamente.

O texto “Imagens de luta e de luto: ciclo de cinema ‘economia e sociedade’ nos 50 anos do golpe militar” apresenta algumas reflexões desenvolvidas a partir do Ciclo de Cinema ocorrido durante o Seminário.

Foram 5 filmes, sendo três brasileiros: “*O ano que meus pais saíram de férias*”, “*Marighela*” e “*Hércules 56*”; um argentino: “*Infância Clandestina*”; e um chileno: “*Machuca*”. Segundo os autores – cada um debatedor de um dos filmes, Agnaldo dos Santos, Francisco Luiz Corsi, José Marangoni Camargo e Laércio Fidelis Dias – a intenção texto sobre o Ciclo de Cinema foi a de relatar algumas das reflexões desenvolvidas com os participantes do ciclo, sem a pretensão de uma análise exaustiva. Segundo eles, a mostra cinematográfica possibilitou aos jovens estudantes um proveitoso debate em conjunto com os docentes e para esses a oportunidade de externarem suas próprias experiências enquanto testemunhas do contexto exposto nas películas, aproximando aquelas imagens da história vivida.

Os três artigos a seguir apresentam análises do tema militarização e segurança pública. O primeiro, “A militarização à brasileira: justiça privatista e gestão dos ilegalismos”, de Alessandra Teixeira, reflete sobre os impactos trazidos pelo golpe militar de 1964 junto às políticas de segurança pública no Brasil. A autora expõe que o tema da militarização brasileira precisa ser analisado com uma ampliação do corte temporal, ou seja, tal fenômeno não foi inaugurado naquele momento histórico; muito pelo contrário, remonta ao período colonial a concepção militarista de conduzir a sociedade. Por outro lado, os sujeitos responsáveis na propagação dessa ideia como estratégia de governo são múltiplos, sejam instituições públicas ou privadas. Eles têm convicções de que a segurança pública e a repressão devem estar a serviço de uma ordem social segundo os interesses econômicos e políticos das elites. Tal ideologia permeia até hoje a mentalidade grande parte da sociedade brasileira. E nem mesmo a Constituição Federal democrática de 1988 alterou este status.

Carlos Henrique Aguiar Serra, em “A militarização da segurança pública e as permanências autoritárias: contradições e perspectivas do Estado de Direito” problematiza os efeitos produzidos pela Constituição de 1988 em relação especificamente à Segurança Pública no Brasil. O autor considera que ocorreram avanços com a Constituição de 1988, principalmente no que tange à “consagração de direitos”, contudo há ainda muitos impasses, incongruências e permanências autoritárias que denotam explicitamente os dilemas presentes no Estado de Direito no Brasil. As contradições são visíveis no perfil da sociedade atual, diagnosticado por Serra, no

qual a despolitização dos conflitos sociais, da violência e da criminalidade promove uma *sacralização da pena* e a intensificação do fenômeno da judicialização da política. E conseqüentemente as contradições nutrem o re-crudescimento do aparato estatal punitivo que potencializa em larga escala a letalidade do Estado.

E Luís Antônio Francisco de Souza, no artigo “Militarização da segurança no Brasil contemporâneo. Um exame do legado da ditadura nos 50 anos do golpe militar de 1964”, afirma que a ditadura estimulou as personalidades autoritárias, o preconceito e a violência contra as diferenças; aprofundou o fosso entre urbano e rural; aumentou as jogatinas e a corrupção que favoreceu setores inteiros da elite militar e civil; distanciou ainda mais centro e periferia, brancos e negros, ricos e pobres; e legitimou a repressão ilegal aos movimentos sociais. O autor ressalta ainda o período ditatorial como fundamental na criação e fortalecimento das empresas de segurança privada e bancária – sobretudo após os sequestros e atentados aos bancos nos anos 1960 e 1970 –, destacando a alta letalidade da polícia atualmente como efeito da ditadura e tornando rotina o arbítrio e a violência no trato das questões criminais, nas prisões e nas delegacias.

Em seguida temos o texto “Militares, a Comissão Nacional da Verdade e a Democracia: uma reflexão para a história e o presente” de Paulo Ribeiro da Cunha. É uma análise de trabalho em curso realizado pela Comissão Nacional da Verdade, na qual Paulo Cunha atua no subgrupo intitulado ‘Militares Perseguidos’. O objetivo, segundo ele, é construir o diálogo entre os militares e a sociedade civil operando um resgate dessa história. A perseguição a militares de esquerda no período da ditadura atingiu as três armas e indistintamente todos os níveis da hierarquia, tanto da ativa como da reserva. Muitos militares foram presos e/ou vigiados constantemente ao longo da ditadura; outros foram atingidos profissional, financeira e moralmente. Cunha afirma tratar-se de uma memória que precisa ser conhecida pelas novas gerações de militares e pela sociedade em geral. Para ele, o final dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade constitui-se muito mais um ponto de partida do que de chegada.

* * *

No percurso destes textos, o leitor perceberá claramente que o legado da ditadura pode ser visto ainda hoje em cada esquina social, marcada pela dificuldade que temos de estabelecermos relações concretamente democráticas, seja na vida pública ou privada. Muitas das instituições são autoritárias. Nas escolas, por exemplo, professores e alunos ainda não opinam sobre os conteúdos a serem estudados, o que dizer da escolha de seus diretores ou de seus objetivos educacionais. Na grande maioria delas, o Conselho Escolar ainda é uma figura decorativa e sem autonomia.

Do mesmo modo, a cultura autoritária explicita-se no comportamento da Polícia Militar e no conceito de Segurança Pública. E isso já vem de longa duração no combate aos movimentos sociais ou às fugas de escravos. De fato, a ideia de segurança pública objetiva a defesa e proteção da propriedade privada, para a qual os movimentos sociais e a população em geral são uma ameaça. Mantenedores da ordem vigente, tal como à época da escravidão, ou das primeiras greves no início do século XX, ‘tudo é caso de polícia’. São os guardiões da repressão e indiscutivelmente com a concordância das classes dominantes. Resultado: inúmeras prisões abarrotadas de gente em condições desumanas. E a pena morte aos nossos jovens e pobres é ilícita, mas verídica.

Muitos dos que estavam na política que sustentou o Golpe e a ditadura ainda estão por aí, inclusive ocupando cargos eletivos. E mesmo aqueles que, embora liberais, foram perseguidos pelo exagero, miopia e ignorância dos nossos ditadores, hoje usam a sua condição de perseguido político para dizer que lutaram pelo país, pelo povo, investindo-se ou travestindo-se de defensores da democracia. De fato são os protetores da manutenção da realidade desigual, injusta e autoritária da sociedade brasileira.

Ao final, ainda merece destaque o papel da mídia nas sociedades contemporâneas. Embora estejamos na ‘era da informação’, quando os meios de comunicação deveriam contribuir para sua democratização, o que vemos é o inverso. A mídia submetida aos interesses do capital manipula os dados, distorce fatos e ainda cria versões da realidade segundo a ótica das elites.

Penso que a ditadura acabou, oficialmente em 1979, porque já tinha feito todo o trabalho mais sórdido. Além do mais havia montado

uma estrutura de domínio ideológico. A educação já estava pauperizada – sobretudo pela ausência de formação crítica nas disciplinas de história, geografia, filosofia e sociologia por um longo período, negando às novas gerações condições de uma análise profunda da realidade. Estava garantida a cidadania passiva. E mais, a criminalização dos movimentos sociais estava assegurada nos conceitos de ‘polícia militar’ e de ‘segurança pública’. Por fim, a mídia tutelada pelo capital e conseqüentemente a serviço dos interesses das classes dominantes, garante a versão meritocrática do liberalismo. Portanto estavam e estão perpetuadas as estruturas históricas necessárias para a continuidade da concepção conservadora das elites brasileiras e de seu lugar privilegiado na sociedade, na política, enfim no poder.

O processo de redemocratização liberal e sob controle evitou as críticas essenciais à ditadura. E assim, as estruturas sociais construídas pela ditadura garantiram que as mudanças fossem dentro dos parâmetros defendidos pelos mesmos grupos que empreenderam o golpe de 1964. Não estamos dizendo que nada mudou, ou qualquer coisa que o valha; contudo afirmamos que, *mutatis mutandis*, vivemos a democracia permitida pelos interesses das elites brasileiras e do capital globalizado. Os ecos da ditadura ainda estão presentes e a superação das necessidades, provenientes dos oprimidos e excluídos, continua perpetuada somente no campo das ideias.

REFERÊNCIAS

TÉTART, Philippe. *Pequena história dos historiadores*. Tradução Maria Leonor Loureiro. Bauru: EDUSC, 2000.

MEMÓRIA DE DEZ ANOS: OS ANOS 70

Marcos Del Roio

Os anos 70 começam para mim com a novidade do curso colegial. De fato, os governantes haviam acabado com os antigos ciclos denominados de Científico, Clássico e Normal. No Colegial haveria apenas as ênfases em Ciências Exatas, Biológicas ou Humanas. No entanto, no tradicional Instituto Estadual de Educação Cásper Líbero de Bragança Paulista, minha cidade de origem e onde eu estudava, não foi apresentada a variante de Ciências Humanas e tive que fazer Biologia.

Com menos de 15 anos sabia eu algo da política brasileira, da ditadura militar? Na verdade tinha apenas informações esparsas e sentimentos confusos. Sabia que por razões políticas meu irmão mais velho encontrava-se no exterior, assim como minha cunhada, mas sem saber onde. Ambos haviam saído do Brasil em 1968, em momentos diferentes. Na cidade havia pessoas um pouco mais velhas que haviam sido detidas em 1964 ou mesmo depois e que falavam muito discretamente e quase em voz sussurrante sobre os militares. Na escola algumas bombas foram detonadas, assim como pixadas algumas paredes com “abaixo o imperialismo”, tendo-se sabido depois que por estudantes do 3º ano.

Os estudos formais nos anos do colégio, não muito sedutores, e que se arrastaram até 1972, ocupavam apenas uma parte do meu tempo, que era dividido com paixão pelo futebol e com leituras intensas de esoterismo, filosofia, história, arqueologia, história natural, psicologia. Autores que me encantavam nesse tempo de busca por algum horizonte eram Sartre, Nietzsche, Jung e depois Marx. Leituras difíceis, provavelmente mal digeridas. A primeira leitura de Marx que fiz foi o *Manuscritos filosóficos*, numa edição que trazia a apresentação de Erich Fromm, outro autor do qual li alguns livros. Nunca me apaixonei pela literatura brasileira e preferia ler Aldous Huxley ou Hermann Hesse, mesmo Kafka. Alguns livros haviam sido deixados por meu irmão e por minha cunhada, escondidos no porão da casa de uma tia. Resgatei esses livros e alguns autores se apresentaram a partir daí, como Gramsci, Florestan Fernandes (os quais não li naquele então). Em 1971 comprei o disco Construção, de Chico Buarque.

Em fevereiro de 1972 estava para começar o último ano do colegial, quando li no jornal sobre a morte de minha cunhada em confronto com a polícia. Foi um choque para mim, mas bem mais forte foi o que atingiu minha mãe, que a partir de então só teve a angústia aumentada pela falta de notícia do filho mais velho. Esse fato e os cartazes sobre os subversivos procurados aumentaram muito a minha consciência sobre a ditadura. De outra parte, eu, que era apaixonado por política internacional (que dividia com o caderno de esportes a minha leitura matinal do jornal) já tinha assumida a minha posição na guerra fria fazia bastante tempo, com particular destaque para a “corrida espacial”. Meu interesse e admiração pela URSS vinha da guerra contra o nazi fascismo e da corrida espacial, muito mais do que da revolução de 1917.

Chegava o fim do colegial e teria que decidir sobre o curso de Graduação que deveria seguir. Ainda que gostasse muito de Geografia e História, pensei em Geologia e Biologia, mas a Genética me afastou dessa opção e fiquei limitado à escolha entre Ciências Sociais (Antropologia, na verdade) e História, tendo deixado de lado também a Geografia. Acabei por fazer o Vestibular pelo CESCEA, que organizava os processos seletivos da grande área de Humanidades e fui aprovado para o curso de História na FFLCH da USP. O MAPOFEI fazia o vestibular das Exatas e o CESCEM das Biológicas. Lembro que ainda nesse fim de ano assisti a um show de

Milton Nascimento e Alaíde Costa no Teatro Municipal da São Paulo, junto com os colegas com quem montaria a “república” para o ano de 1973. Os anos seguintes passei ouvindo o Clube de Esquina.

II

Em março de 1973 começava o meu curso de Graduação em História e também a adaptação à universidade e à vida paulistana. As primeiras semanas foram assustadoras e intensas, com a nova vida na república, com o conhecimento dos colegas, o trote, o contato com os professores, as primeiras leituras. O verdadeiro impacto, porém, veio no final do mês com a notícia do assassinato pela polícia política de um calouro do curso de Geologia, um rapaz de Sorocaba de nome Alexandre Vanucchi Filho. Foi assim que a ditadura militar se apresentou sem máscara e sem retoque para mim e exigiu uma oposição mais ativa.

Na semana seguinte foi realizada a missa de 7º dia na Praça da Sé. A Arquidiocese de São Paulo passara definitivamente para a oposição ao regime dos militares e nesse mesmo ano de 1973 organizara o Movimento contra a carestia. Os estudantes da USP, num ato de audácia para aquele momento em que a ditadura acabara de exterminar a guerrilha urbana, decidiram-se por participar na Missa como protesto político. Com muito temor, cerca de 3 mil estudantes (pelo que se disse a época) compareceram no templo da Praça da Sé e eu entre eles.

O resto do ano transcorreu tranquilo com estudos de história antiga e medieval, mas também com as leituras paralelas de temas dos quais gostava, como psicologia, antropologia, arqueologia, além da música dos Secos & Molhados. O que aqueceu as discussões entre os estudantes foi a conjuntura política no Chile. Já no mês de junho acontecia uma tentativa de golpe militar contra o Governo da Unidade Popular. Lembrava-se então que um golpe militar contrarrevolucionário havia ocorrido na Bolívia em 1971 e no Uruguai em 1972. Em 11 de setembro de 1973, caminhava de volta para casa quando encontrei um dos colegas da “república” que me disse afobado “Allende caiu”. Quase cai em prantos e fui tentar conseguir

mais informações no rádio (não tínhamos TV em casa). Os dias e semanas seguintes foram ocupados pelos acontecimentos chilenos.

O hábito de cabular aulas para ir ao cinema começava a se implantar. Filmes italianos de Visconti, Antonioni, Fellini, do sueco Bergman, de vários cineastas europeus atraíam muito. A música de Led Zeppelin, Yes e Pink Floyd acompanhavam os dias na república, mas também Vivaldi, Beethoven, Bach, Mozart, Wagner. Festas na Faculdade ou em alguma república também começaram a fazer parte do cotidiano, assim como música e literatura da América Latina ganhavam bastante espaço. De fato, a resistência à ditadura militar, impedida de ser abertamente política, assumia um caráter cultural e de costumes. O cinema, o teatro, a música, festas com a presença de drogas leves, tudo se canalizava contra a ordem imposta pelas botinas dos militares, pelo menos era o que se imaginava. Inda mais porque se sabia que estavam presentes espíões e delatores.

No começo de 1974, assisti a uma palestra de Florestan Fernandes nos “barracos” das Ciências Sociais. Lembro-me da afirmação do grande sociólogo de que seria mais fácil o fim da ditadura no Brasil do que em Portugal. Em abril, dia 25, começava a revolução dos cravos em Portugal. A dor e a frustração pelo fim da experiência chilena parecia agora ter encontrado um bom paliativo na revolução em Portugal e na África colonizada por Portugal. Durante 1974 e 1975 a situação no mundo luso foi de grande interesse, assim como foi o recuo americano no Vietnã, que acabou com a debandada de 1975.

No 2º ano da Faculdade, pensei em abandonar, mas não tinha certeza do que fazer em alternativa. Decidi então que faria o curso o mais rápido possível e depois faria algo que me endereçasse para Arqueologia / Antropologia. As disciplinas desse ano estavam centradas na História Moderna e não me atraíam muito naquele momento. Os shows de Mercedes Sosa e de Milton Nascimento, na ágora vizinha ao prédio da administração da FFLCH marcaram o ano. A capa do disco Geraes de Milton Nascimento traz uma foto do público daquele show. Em algum momento ocorreu também o show de Paulo Cesar Pinheiro. O Bar Riviera e o Ponto 4, em frente ao Cine Belas Artes, era um ponto de encontro frequente, assim como o Rei das Batidas e o Bar d’Hugo, perto da entrada da USP.

De outra parte aproximava-se a eleição de novembro e a discussão versava entre voto nulo ou voto no MDB. O voto no MDB era orientação de alguns partidos de esquerda, que tinham mesmo candidatos seus. Acabei votando nos candidatos do PCB. Por conta da censura nem se sabia que o PCB estava sendo caçado pela repressão estatal e o PCdoB sofria o cerco e extermínio na região do Araguaia, onde se pensava estabelecer as bases da guerrilha rural.

O esgotar do convívio na república estudantil em que eu morava na Rua Rodrigues de Guião, fez com que fundasse outra na Rua Pinheiros com alguns dos amigos da anterior e com outros que chegavam de Bragança Paulista. Agora, no 3º ano do curso o centro era a História Contemporânea e decidi finalmente estudar para valer. Fiz todas as disciplinas possíveis do bacharelado e comecei já a fazer as disciplinas de Psicologia da Educação, já da Licenciatura, que era ministrada no prédio da Faculdade de Educação.

Do ponto de vista político, o ano foi bastante movimentado. Participei da articulação de uma chapa para Centro Acadêmico, que poucos sabiam (a polícia sabia) ser organizada pelo PCB e Ação Popular. Preferi não participar da diretoria, pois havia decidido mesmo estudar. Dessa diretoria participou, por exemplo, Sergio Groisman, responsável pelas atividades culturais, o qual muito investiu em shows musicais, entre os quais de Jorge Mautner e de Walter Franco.

No entanto, houve uma onda repressiva na Universidade e muitos colegas acabaram presos. A movimentação para denunciar as prisões foi intensa, pois disso poderia depender a vida de alguns. Anote-se que não fui preso nessa ocasião e nem em outra qualquer. Em outubro ocorreu o assassinato com tortura do jornalista Wladimir Herzog, militante do PCB. Uma campanha de denúncia muito forte foi conduzida pela Igreja e seguida por jornalistas e intelectuais de diversos matizes. A missa ecumênica de 7º dia, na Catedral da Sé, tornou-se um marco. A Igreja ficou lotada, mesmo com a cavalaria cercando o templo. No começo de 1976 foi assassinado o operário Manoel Santo Dias, personagem próximo da Igreja católica. A repercussão foi muito grande e agora ninguém mais poderia duvidar que a tortura contra os resistentes à ditadura era regra cruel e inadmissível.

Ainda em 1975, no segundo semestre, os estudantes da Escola de Comunicações e Artes decidiram fazer uma greve para depor o diretor Manoel Nunes Dias, um historiador português com vínculos com a ditadura fascista de Salazar. O movimento foi vitorioso e deu novo impulso para a reorganização do movimento estudantil, que agora partia para a criação de um organismo central, o Diretório Central dos Estudantes da USP, que traria o nome de Alexandre Vanucchi Leme. Assim, em 1976 se delinearão cinco principais “tendências” entre os estudantes: Refazendo, Caminhando, Liberdade e Luta, Organizar a Luta e Resistência. Fiquei mais próximo de Refazendo, ainda que não militante.

Para 1976, fiz o Vestibular para o curso de Ciências Sociais, onde esperava enfim me encaminhar para os estudos antropológicos. Faltava apenas a disciplina de História Contemporânea da Ásia e África para concluir o bacharelado de História (em três anos e meio) e as disciplinas pedagógicas para concluir a Licenciatura. Com o conjunto das disciplinas do 1º ano das Ciências Sociais, a carga horária em sala de aula ficou bastante pesada. O evento pitoresco do ano ficou por conta da “greve” dos estudantes de Antropologia I pela saída do professor encarregado, “culpado” de não apresentar no programa da disciplina o enfoque marxista da ciência antropológica. Na época era o grupo de professores de Antropologia da PUC a cativar o interesse dos estudantes, dos quais recebemos algumas orientações de leitura. Ao fim fomos todos reprovados e a disciplina foi oferecida novamente no 2º semestre com outro professor.

Mas o fato era que o meu interesse se deslocava rapidamente para a Ciência Política, área que apresentava cursos mais sedutores, ainda que mais difíceis também. Foi quando conheci Perry Anderson e fiz o primeiro contato com Gramsci, lembrando que havia um volume desse autor meio esquecido na minha biblioteca. Certo que a conjuntura política do País estimulava esse deslocamento de interesse. Em abril de 1977, o General Geisel apresentou o chamado “pacote de abril”, no qual dava nova ênfase ao poder autocrático e afrontava o conjunto da oposição, fosse liberal, católica ou marxista. Sentindo-se mais fortes e organizados, além de respaldados pelas forças políticas de oposição, os estudantes ousaram enfrentar as ruas.

Aconteceu então a primeira manifestação pública contra a ditadura naquela década. A manifestação tentou ocupar a Praça da Sé, mas a

presença da polícia obrigou o deslocamento para o Largo São Francisco e depois em direção ao Viaduto do Chá, onde ocorreu o cerco da polícia. Foi quando pela primeira vez fui apresentado às bombas de gás lacrimogêneo. Outras manifestações ocorreram, maiores. Uma delas, por conta do aparato policial montado, fez de todo o centro velho de São Paulo uma área de conflito, com a cavalaria avançando contra os estudantes, a polícia com cães, obrigando-os à dispersão até que se juntavam novamente em grupos menores, mas numerosos, em ruas diversas, com chuva de papel picado que caía dos edifícios. Lembro ainda de uma loja de discos, na esquina da Avenida Ipiranga com a Consolação onde pedi ao proprietário que colocasse ao som máximo o disco acabado de sair de Chico Buarque, *Meus caros amigos* (o que será, que será...).

Nesse ano também ocorreu a invasão da PUC pela polícia, que implicou a prisão de dezenas de pessoas e o ferimento grave de algumas jovens estudantes. Ali se desenrolava o III Encontro Nacional de Estudantes em busca da reorganização da UNE. Eu estava a caminho da PUC, ainda na Rua Cardeal Arco Verde, quando recebi a notícia da invasão.

No segundo semestre, finalmente, consegui notícias de meu irmão, de quem nada sabia desde 1968. O professor Paulo Sergio Pinheiro, da UNICAMP, e que trabalhava na revista IstoÉ de Mino Carta, havia estado com ele em Milão, Itália. Em encontro na sede da revista, fiquei então sabendo que o irmão vivia fazia alguns anos naquela cidade italiana. Feito o devido contato decidi viajar para a Itália, estimulado pela necessidade de acabar com a angústia decenal de minha mãe e também pela curiosidade de (re) conhecer o irmão que havia sido guerrilheiro da ALN, companheiro de Carlos Marighela. Contava também, e muito, a necessidade de viajar, de me afastar do ambiente universitário frustrante, da decepção com o curso de Ciências Sociais. Nesses anos de USP passei bastante tempo em salas de cinema, no pátio do prédio de Geografia e História e no bosque da Biologia.

III

Em 7 de abril de 1978 (aniversário da expulsão de Pedro I do Rio de Janeiro em 1831) parti para Roma ao encontro do irmão. Fiquei hospedado no apartamento de um exilado brasileiro de nome “Fernando”. Num rápido passeio, fomos até o Vaticano para a cerimônia na qual o Papa aparece em determinada janela para abençoar a multidão: era Paulo VI. No dia seguinte seguimos de trem para Milão, onde José Luiz (que ali se chamava “Francisco Correa”) vivia com a companheira italiana Teresa Isemburg.

Cheguei à Itália nos dias de grande tensão política por conta do sequestro do Primeiro Ministro, o deputado pela Democracia Cristã, Aldo Moro, do setor de esquerda católica, por obra das Brigadas Vermelhas. Desde meados de março, quando havia ocorrido o sequestro, todos acompanhavam jornais e TV diuturnamente, sempre em busca de novidades no processo político. Os Carabinieri (a polícia militar da Itália) ocupavam as ruas, assim como o exército encontrava-se em estado de atenção. Cheguei a ser interpelado pela polícia e como estava sem documentos e nem falava italiano, a confusão foi grande.

Aldo Moro foi executado no começo de maio, depois de quase dois meses de cárcere. Recorde-se que a luta armada não era particularidade brasileira. Na verdade a opção pela luta armada era quase generalizada no mundo dos anos 60 e 70, e isso incluía alguns países europeus como Alemanha, Espanha e Itália, esse último em particular. No caso italiano era possível se dar conta da ascensão do movimento operário e do Partido Comunista desde 1969, pelo menos. A resistência fascista e dos católicos conservadores era intensa, porém. Pela esquerda se formaram grupos chamados de extraparlamentares que tinham uma inserção social significativa. Desses grupos emergiram núcleos que enveredaram para a luta armada, tendo sido exatamente as Brigadas Vermelhas o mais conhecido. Importante dizer que esses grupos estavam infiltrados pela polícia e eram manipuláveis, tendo cometido um sem número de erros táticos dentro de uma estratégia inteiramente equivocada.

O PCI, nessa fase, contava com estabelecer uma ampla frente popular nucleada na aliança entre comunistas e católicos, os principais cofundadores da república democrática antifascista em 1945-1946. As forças adversas eram fortíssimas e incluíam fascistas, conservadores católicos, forças liberais, a OTAN e também os grupos de ultrasquerda. A política comunista estava então voltada para a defesa da república democrática e pela concretização de sua Constituição, que indicava ser o trabalho o seu fundamento. O assassinato de Aldo Moro foi um golpe terrível nessa orientação política.

No dia 25 de abril – data comemorativa da libertação da Itália do nazi fascismo – tive ocasião de assistir uma imponente manifestação popular pelas ruas de Milão (repetida em todas as grandes cidades do País). Foi emocionante por demais e essa emoção se repetiu no Primeiro de Maio, quando, de novo, as ruas e praças se encheram de gente e de bandeiras vermelhas, em clara manifestação de repúdio ao fascismo, mas também à ação das Brigadas Vermelhas. (Viva o grande partido comunista de Gramsci, Togliatti, Longo e Berlinguer // Democracia Cristã, não entendeste nada, a classe operaria é classe dirigente).

Essa movimentação toda me instigou a ler jornais, como L'Unità, e revistas, como Rinascita, que expressavam a linha política dos comunistas e que contavam com rica orientação cultural. Gramsci era então um nome em voga e que era lido de modo a legitimar a política do PCI. O interesse pela política e cultura da Itália, pela história do movimento operário e comunista, nasceu nesse momento, não antes, por ser descendente de italianos. Até então o meu interesse estava em saber apenas os nomes e as origens dos antepassados, pela migração.

Em par com esses acontecimentos tomei contato com o grupo de brasileiros e de italianos que dentro da Fondazione Feltrinelli organizava um setor denominado ASMOB - Archivio Storico do Movimento Operário Brasileiro. José Luis Del Roio, Mauricio Martins de Mello (que havia sido assistente de Nelson Werneck Sodré na elaboração da História Nova), Teresa Isenburg, Virgílio Baccalini e outros se ocuparam da recuperação da documentação e da memória histórica do movimento operário brasileiro tendo por núcleo inicial o vasto acervo herdado de Astrojildo Pereira, que fora salvo dos esbirros da ditadura pela ação de Marly Vianna e José

Salles. Depois veio o acervo de Roberto Morena, que estava em Praga, e foi constituído o acervo da resistência à ditadura, entre outros. Ajudei na organização do material, o que só fez aumentar o interesse pelo tema do movimento operário e do movimento comunista. Em 1994 todo esse acervo seria transportado de volta ao Brasil, para o Instituto Astrojildo Pereira, que deixou esse rico material no CEDEM – Centro de Documentação e Pesquisa da Unesp, ao modo de comodato.

Assim, o interesse pelo PCI se vinculou com o interesse pelo PCB e por sua política. Tomei ciência então de que o PCB havia passado por trágicos momentos de repressão, em torno de 1974-1975, frente à ditadura militar e que no exterior havia séria disputa dentro da direção partidária em torno de responsabilidades pela franca derrota dos anos passados e pela orientação política que o partido deveria seguir na luta contra a ditadura e pela instauração da democracia. Até certa medida fascinado pelo PCI e pela figura de Gramsci, a minha tendência foi a de me alinhar com os chamados eurocomunistas ou renovadores do PCB, que se opunham a Prestes.

Passei vários meses a fazer viagens, que sempre tinham Milão como ponto de partida e ponto de chegada. Em todos os lugares os locais obrigatórios de visitas eram Igrejas, museus de arte, museus arqueológicos, graças ao que o meu conhecimento de história antiga e medieval muito se ampliou. Quase sempre me hospedava nos chamados Alberghi della Gioventù, às vezes na casa de brasileiros ou italianos que havia antes feito contato. O dinheiro era curtíssimo, é claro, inda mais sem trabalhar, de maneira que eu dependia dos poucos recursos enviados por meu pai para sustentar a vida de mochileiro.

Seguia as viagens por eixos ou linhas que passavam por círculos concêntricos que saíam de Milão. A ferrovia que passava por Brescia, Verona, Padova e Veneza me viu muitas vezes no trem. Mais curtos os caminhos que fiz em direção a Torino, a Genova, a Pavia, a Bergamo, a Trento, a Como. Outro caminho mais longo foi o que seguiu para Modena, Bologna e Florença. De Florença ainda pude seguir para Arezzo, Assis, Perugia e também para Pisa, Pistoia, Siena e Lucca (de onde veio a família de minha mãe). Em direção ao Sul, estive em Roma e Napoli, Pompeia e Erculano. Em Roma conheci Tullio Vigevani, com quem, muitos anos depois, viria eu a trabalhar na Unesp. Visitei ainda outras cidades pequenas, verdadeiras

joias vindas do passado medieval, quando não de tempo mais progressivo. A ideia permaneceu aquela de visitar igrejas, museus, monumentos, tudo quanto poderia me oferecer de conhecimento histórico.

Enquanto isso, no Brasil, a classe operária do cinturão industrial de São Paulo entrava em cena. A preparação já vinha sendo feita, mas quando a pequena burguesia intelectualizada passou a organizar a oposição à ditadura nas diversas instâncias profissionais, o proletariado percebeu que era também a sua vez de postar as suas reivindicações e demandar o fim da ditadura militar burguesa. Certo que só pude acompanhar o processo político no Brasil à distância e por meio das informações que chegavam.

Tendo conhecido quase todo o Norte e Centro da Itália, em agosto parti para a Inglaterra. Deixava a Itália que se aprontava para enfrentar a crise do Banco Ambrosiano, do Vaticano, cuja falência fraudulenta envolveu a organização criminosa P2, um setor da Igreja e da Democracia Cristã, enfim, o governo e o Estado. Nesse mesmo mês de agosto faleceu o Papa Paulo VI e em seu lugar foi indicado aquele que escolheu o nome de João Paulo I.

Na viagem, parei um dia em Dijon e duas semanas em Paris. Na capital francesa repeti o padrão de visitas a museus (com o óbvio destaque para o Louvre), monumentos e templos. Uma cidade menos religiosa, mais laica, mais política. Fiquei hospedado num bairro de migração turca, chamado Choisi Le Roi, bastante distante do centro histórico. O calor era pavoroso.

Cheguei a Londres ainda em agosto, com mochila nas costas e sem dinheiro no bolso. Entrei no Reino sem problemas e na primeira viagem no metrô passei sem pagar, graças à gentileza da funcionária. Fui direto ao Banco do Brasil a procura de uma moça, cuja indicação me havia sido passada. Gentilíssima, ela me emprestou algum recurso até que chegasse a remessa que meu pai havia se comprometido a enviar. Passei a primeira noite num Youth Hostel, num quarto coletivo de cerca de uma dúzia de pessoas, quase todos vindos da África.

De imediato sai em busca de trabalho em outro Youth Hostel, que fui informado precisava de gente. Apesar de nada ter entendido do que disse o gestor do Hotel, um Senhor de New Castle, fronteira com a Escó-

cia, aceitei de imediato. Trabalharia seis dias por semana, 7 horas ao dia, na limpeza, na arrumação, no restaurante. Tinha cama, refeição e roupa lavada garantida. O dinheiro era pouco, mas dava até para guardar alguma coisa. Esse hotel fica ao lado da Catedral de São Paulo, na Carter Lane e aí trabalhei e morei por três meses (que era o máximo de tempo permitido).

Logo me matriculei numa escola de inglês, que era bastante politizada, mas que tinha o sério inconveniente (naquela circunstância) de estar cheia de italianos, o que me fazia falar mais italiano do que inglês. Mudei então para outra escola, em South Kensington, na qual me dei muito bem. Havia latino-americanos, mas também havia iranianos, turcos e outros. O professor era casado com uma brasileira e, às vezes, falava baixinho, em português, alguma palavra ou expressão.

O tempo livre era pouco e o dinheiro também. Mas nesse tempo restrito desenvolvia uma vida social bem mais intensa do que na Itália, ainda que com outros estrangeiros, incluindo muitos italianos. Festas em residências de um ou de outros, idas a Pubs (caros para os padrões do momento) eram frequentes. Fui a livrarias importantes, visitei a Universidade de Londres, mas Museu de Londres, Galeria Nacional, Museu de História Natural eram destinos costumeiros, quando não ficava flanando nos parques e pela cidade, observando monumentos, palácios e até sítios arqueológicos, principalmente gentes. Fiz contatos com exilados argentinos e chilenos e com livrarias alternativas, que eram de fato um círculo social.

As notícias do mundo eram poucas, mas eu me lembro de quando vi a manchete de jornal dando notícia da morte do papa João Paulo I. Pensei ser notícia velha de jornal velho, mas era mesmo o caminho para a eleição de outro papa, que seria agora o polonês João Paulo II. As suspeitas fortes do envenenamento de João Paulo I se justificam por conta do seu possível interesse em investigar as falcatruas do Banco Ambrosiano e que afetariam a Cúria. O que mais preocupava a imprensa inglesa era o andamento da revolução popular no Irã e o conflito entre China e Vietnam. Do Brasil pouco se sabia, apesar das eleições de 1978 serem de grande importância na luta contra a ditadura.

Tendo terminado o meu contrato de trabalho no Hotel e também o ciclo da escola de inglês, o fim de ano foi instável até em termos de mo-

radia. Ao fim fui parar no hospital, logo depois do Natal, quando vi nevar pela primeira vez. A passagem de ano foi no hospital, com uma tremenda infecção nas amídalas. A médica desejava fazer a cirurgia, mas não permiti. Recebi muitas visitas capazes de me alegrar e de lembrar até hoje. Naquela situação de indefinição, decidi voltar a Milão e trabalhar (sem remuneração) no ASMOB. Ali comecei a imaginar um projeto de pesquisa para eventual mestrado. A organização da Universidade italiana não facilitava para que isso ocorresse por ali mesmo. Deveria ser considerado também que eu não tinha fonte de recursos. Voltei uma vez mais a Londres, que me parecia mais aconchegante, mas não havia outra forma de viver senão com trabalho manual, desde que meu conhecimento da língua era insuficiente e pouco conhecia das Universidades. Fiz mais um período de escola de inglês e de novo voltei à Itália.

Na Itália recebi minha mãe que vinha para o encontro com o filho José Luis, que estava exilado fazia mais de dez anos. Por cerca de um mês levei-a passear por várias cidades italianas que eu havia percorrido antes. Depois do retorno dela ao Brasil, era a vez de eu mesmo preparar o meu retorno. Passados meses de oscilação entre permanecer na Europa ou voltar ao Brasil, predominou a segunda alternativa. Já no Brasil, desde junho, passei a me dedicar à elaboração do projeto de mestrado, já que a opção por concluir o bacharelado em Ciências Sociais estava descartada. Pela legislação da época eu era já bacharel em História e Licenciado em História e Ciências Sociais. A minha sensação de exaustão frente a USP continuava presente e decidi então por tentar o ingresso no IFCH, UNICAMP, a qual tinha a grande vantagem de oferecer bolsa de estudos da CAPES para todos os ingressantes.

O Programa de História estava voltado para duas linhas de pesquisa que não absorviam o projeto que eu pretendia desenvolver. Essas linhas estavam orientadas para a história do escravismo e para a chamada transição para o trabalho assalariado. O Programa de Ciência Política era mais flexível e pode incorporar o meu projeto. De fato, eu pretendia estudar como o grupo dirigente formado em torno de Astrojildo Pereira e Octavio Brandão, no decorrer dos anos 20, fora substituído por outro que se agrupou em torno de Luiz Carlos Prestes. Isso implicava estudar a Internacional Comunista, a construção do stalinismo na URSS, o fascismo, a

crise militar dos anos 20-30, a revolução burguesa no Brasil. O projeto foi aprovado em 1979, mas o Programa só começaria no ano seguinte e meu orientador, apenas no início, seria Paulo Sergio Pinheiro.

Certo que esse projeto estava relacionado com a luta interna que se desenrolava no PCB. Naquele então eu estava convencido de que o futuro possível para o partido passava pela superação da época identificada com o nome de Prestes e que a referencia teórica e prática do partido deveria estar nucleada na democracia em todas as dimensões da vida. A inspiração estava no eurocomunismo italiano e no nome de Gramsci e de Astrojildo Pereira. Nada mais lógico então que eu formalizasse o meu vínculo com o PCB, ainda que andasse por perto desde o colégio.

As lutas sociais continuavam a ganhar fôlego em 1979, com novas greves de massa no ABC e em outros lugares. A luta pela anistia política, depois da vitória eleitoral do MDB, em novembro de 1978, entrava com força na pauta da luta pela democracia. Em agosto de 1979, na véspera da votação da Lei de Anistia proposta pelo General Figueiredo, estive no Rio de Janeiro e participei da bela passeata ocorrida e que levou cerca de 20 mil pessoas às ruas da cidade e à Candelária. Nesse ano de 1979 também se completava o processo de reorganização da UNE, que, com todos os caminhos tortos trilhados pelas esquerdas em 15 anos, voltava com a direção do PCdoB, partido formado por egressos do PCB e da AP.

Em São Paulo, depois da catástrofe de 1974-1975, o PCB se reorganizava a partir de um grupo de médicos formado ao redor de David Capistrano da Costa Filho e dentro da perspectiva que enunciei antes. O livreiro Raul Mateus Castells, que eu conhecia desde o curso de História, decidira-se pela abertura de Livraria e Editora Ciências Humanas, que tinha uma loja na Rua 7 de abril e que produziu a revista Temas de Ciências Humanas. A revista arregimentou um grupo de intelectuais de grande qualidade e de várias idades, como Nelson Werneck Sodré, José Paulo Netto, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Jose Chasin, Celso Frederico, Gildo Marçal Brandão, Armênio Guedes, Marco Aurelio Nogueira e outros. De modo geral, pode ser percebido que a orientação teórica desse grupo de intelectuais oscilava entre a formação inspirada em Gramsci e em Lukács.

Cheguei a fazer a tradução do italiano de um texto de Nicos Poulantzas, que então se postava como um eurocomunista de esquerda, assim como na Itália era Pietro Ingrao. O texto nunca foi estampado, pois a publicação cessou. Eram essas então as minhas referências mais importantes entre os contemporâneos. No final do ano, ainda por iniciativa da revista, foi oferecido um curso de formação nas dependências da Faculdade de Medicina, de excelente qualidade e que discutiu temas como do movimento operário, sindicato, partido, intelectuais, etc. Foi a ocasião para travar contato com muitos daqueles intelectuais acima citados.

Com a anistia retornaram muitos dos exilados, com muita festa e com muita esperança de ulterior fortalecimento da luta popular democrática. Fechavam-se assim os anos 70, mas a luta contra a ditadura militar continuaria por mais um lustro, com muitas batalhas, na rua e dentro do PCB, até o fim decepcionante em 1985, já que a democracia que se esperava jamais se realizou.

GOLPE MILITAR E EDUCAÇÃO: A EXTINÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS HISTÓRIA NOVA E GINÁSIOS VOCACIONAIS

Sueli Guadalupe de Lima Mendonça

Um dos momentos mais ricos da história da educação brasileira foi o período que antecedeu ao golpe militar de 1964. O início dos anos 60 do século passado, em especial no governo de João Goulart, vivenciou experiências educacionais importantes que ainda requerem dos pesquisadores atenção e pesquisa como, por exemplo, Paulo Freire na educação de jovens e adultos, a História Nova, dirigida por Nelson Werneck Sodré e os Ginásios Vocacionais, implementados pela Secretaria Estadual de Educação do estado de São Paulo. Talvez em outro contexto histórico, essas experiências seriam mais um projeto em melhoria da educação básica. Porém no período do golpe militar transformaram-se em ameaças ao olhar míope dos ditadores de plantão. Nosso objetivo nesse artigo será apresentar as experiências educacionais História Nova e Ginásios Vocacionais no cenário histórico do golpe militar de 1964.

Partimos do pressuposto que educação nunca foi prioridade no Brasil pelo modelo de desenvolvimento político-econômico adotado desde os seus primórdios. A via colonial, modelo da economia brasileira, está presente até nos dias atuais também na esfera educacional, onde temos indicadores perversos, como o índice de 8,7% de analfabetismo da população brasileira (PNAD/2013), ou seja, 13, 7 milhões de brasileiros, que somados aos analfabetos funcionais, explicitam um dado inaceitável de 38,7% da população à margem do processo educativo de qualidade. Esses dados, aliados aos problemas estruturais do sistema educacional brasileiro (falta de qualidade do ensino, condições de trabalho dos professores e funcionários, financiamento, gestão democrática, etc.), confirmam esta tese. História Nova e Ginásios Vocacionais vivenciaram na essência esse contexto e incomodaram, de algum modo, esse modelo educacional.

A História Nova foi uma experiência com ensino de História na Rede Pública de Ensino — pensada e implementada por um grupo de historiadores, orientado por Nelson Werneck Sodré — bruscamente interrompida e destruída pelo Golpe Militar de 1964. Resgatar o seu significado histórico, sua contribuição para os problemas educacionais da época, é extremamente importante e necessário na luta em defesa da educação pública e requer um retorno ao passado recente do Brasil. Essa volta não se restringe somente ao conhecimento histórico do período. Abrange, também, uma dimensão maior contida nesse movimento de historiadores, nascido em 1963, sob a égide do último governo nacional-reformista no Brasil. Entender a História Nova, portanto, exige o conhecimento do Brasil pré-64, pois nele estão as bases e as conseqüências dessa experiência educacional pioneira no ensino de História no Brasil.

Os Ginásios Vocacionais foram experiências pedagógicas que buscavam ser um novo tipo de escola. Nascidas no próprio sistema educacional paulista, idealizados pelo então secretário da Educação do Estado de São Paulo Luciano Vasconcellos de Carvalho e pautados na experiência das *Classes Experimentais*, projeto coordenado pela Prof^a. Maria Nilde Mascellani, se desenvolveram no período de 1961 a 1969. Estavam diretamente ligados ao Serviço de Ensino Vocacional (S.E.V), órgão especializado, diretamente subordinado ao Gabinete do Secretário da Educação do Estado. Até 1968 instalaram-se seis unidades em todo estado: Barretos,

Batatais, Rio Claro, Americana, São Paulo e São Caetano do Sul. Foram extintos em 1970, tendo passado por contradições internas e externas marcantes nesse período.

O CONTEXTO POLÍTICO DO GOLPE MILITAR

O contexto político pré-64 influenciou sobremaneira as experiências educacionais da época, marcado direta ou indiretamente pelo debate político maior do Governo de João Goulart: *as reformas de base* (tributária, educacional, urbana, agrária, etc.), centro das reivindicações populares dos grupos nacional-progressistas e de esquerda (UNE, CGT, CNTI, PCB, Sindicatos, etc), ponto de tensão permanente com grupos conservadores nacionais, com apoio internacional, como dos Estados Unidos.

Goulart (set/1961 a mar/1964) assumiu, inicialmente, a presidência com um novo sistema de governo no país: o parlamentarismo (Emenda Parlamentar nº 4 de 21 de setembro de 1961), considerado por muitos pesquisadores como o *golpe branco* (TOLEDO, 1985, p. 18-19), forma que os grupos conservadores encontraram para controlar melhor o *perigoso agitador*, em quem não confiavam.

De acordo com Carone (1985), o primeiro Programa de Governo de Goulart, aprovado pelo Congresso Nacional, baseou-se nas reformas sociais e no desenvolvimento industrial: reforma agrária, reajuste salarial, regularização da remessa de lucros para o exterior, legislação antitruste, desenvolvimento industrial, reforma bancária, fiscal e monetária para melhorar os níveis educacionais e de analfabetismo. Esse Programa recebeu apoio dos grupos de esquerda e setores nacionalistas, pois estas medidas vinham ao encontro das reivindicações dos setores populares da sociedade brasileira. Mas, ao mesmo tempo, os grupos direitistas nacionais, associados ao capital estrangeiro, se opunham e desde então começaram a organizar uma ferrenha oposição ao Governo Federal.

O parlamentarismo fracassou (set/1961 a jan/1963) e o país mergulhou numa profunda crise econômica, agravando ainda mais a situação política. O frágil parlamentarismo não efetivou um acordo político mínimo entre Executivo e Legislativo, inviabilizando uma política efetiva do Governo no enfrentamento dos principais problemas do país. A volta ao

presidencialismo (Emenda Constitucional nº 6, de 23 de janeiro de 1963), por meio do plebiscito, não superou as dificuldades enfrentadas pelo Governo.

O Governo Goulart — com sua política reformista, porém sem concretizá-la — desagradou tanto setores conservadores, como trabalhadores e a esquerda de um modo geral. Essa ambigüidade política caracterizava a própria indefinição de Goulart frente à crise estrutural do país e suas repercussões no plano político-institucional.

A situação delicada do Governo gerou desconfiança dos setores antagônicos da sociedade brasileira. A burguesia conservadora, ligada ao capital internacional, não perdeu tempo em se aliar e receber ajuda da burguesia internacional para organizar uma ferrenha oposição ao Governo Federal. A tática de acusar o Governo — e quem o apoiasse — de comunista era a política utilizada por Carlos Lacerda e por instituições como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), financiados por grupos direitistas (DREIFUSS, 1981, p. 281-282). Todos os órgãos de comunicação foram acionados nessa luta contra a “subversão”, a grande ameaça do país.

A esquerda e os grupos nacional-progressistas também não confiavam mais em Goulart, pois o agravamento da crise social brasileira exigia, com a maior urgência, a realização das reformas sociais de base propostas pelo Governo. As greves, os protestos, as mobilizações cobravam de Goulart aquilo que não podia dar: a ação. O avanço político e de organização dos trabalhadores urbanos e rurais contrastava com a fragilidade e o descontrole do Governo Federal que não conseguia apoio de nenhum setor da sociedade brasileira. Esses grupos, apesar de criticarem o Governo de Goulart, sabiam do perigo de romper com ele, pois seria o espaço propício para um golpe de direita. Por isso, decidiram tentar convencer Goulart a se posicionar clara e definitivamente ao lado do povo e dos setores progressistas. O único caminho era a efetivação das reformas de base, única maneira de barrar o golpe que se organizava. Tiveram sucesso e Goulart enfrentou a situação apelando aos decretos populares (BASBAUM, 1983, p. 39).

O novo redirecionamento do Governo, aliado à maior participação popular, motivou o rompimento da burguesia conservadora com o Gover-

no Federal de modo definitivo, além de acelerar a ação golpista existente. A “subversão” temida por esses setores avançava assustadoramente aos seus olhos. Grupos clandestinos de direita formaram-se nos principais estados, como a *Cruzada Brasileira Anticomunista* ou a *Ação Democrática Parlamentar*, organizados por militares. O aparato institucional (Forças Armadas, Carlos Lacerda, governador do estado da Guanabara), juntamente com os jornais *O Estado de São Paulo* (CARONE, 1985, p. 201), *O Globo*, *Diário de São Paulo*, mais o rádio e a televisão compunham os mecanismos dos segmentos de direita para o combate da “subversão” e do “comunismo”.

O imperialismo norte-americano auxiliou grupos direitistas financiando instituições como o IBAD e IPES e enviando armas e militares, operação marítima conhecida como *Brother Sam*. Essa ajuda foi imprescindível para o sucesso do golpe. Para finalizar, a ação e participação da classe média foram decisivas, pois esse setor estava extremamente insatisfeito com a desvalorização do seu salário e do seu status. O crescimento das greves e a radicalização dos movimentos contestatórios expressavam um perigo de “subversão” total da sociedade.

A burguesia só via o golpe como solução à “crise de autoridade orgânica e hegemonia política” (DREIFUSS, 1981, p. 143). O agravamento da crise política, com a Revolta dos Sargentos, e o violento discurso de Goulart, de fins de março de 1963, desencadearam a ação final dos golpistas, com a reação dos militares. O Governo foi impotente para abafar o movimento.

A falta de controle da situação, o desânimo das forças governamentais e a total desarticulação das massas impediram qualquer resistência. Goulart ainda foi até Brasília, porém o Congresso Nacional apoiou o golpe, declarando a vacância do cargo de Presidente da República. O golpe militar foi vitorioso.

O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DO GOVERNO GOULART

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) no Governo Goulart caracterizou-se pela ausência de uma política clara de intervenção nos problemas cruciais da educação. A instabilidade política do Governo Fe-

deral como um todo, afetou o MEC, que durante o Governo Goulart teve seis ministros.

A mudança constante de ministro (a permanência variou de 2 a 10 meses) inviabilizou um trabalho mais consistente e com continuidade na pasta. Apesar disso, o MEC incorporou campanhas importantes na história da educação brasileira. Na medida em que as soluções governamentais não aconteciam frente às principais demandas sociais, iniciativas populares foram se desenvolvendo. Por exemplo: o *Programa de Nacional de Alfabetização*, que representou a institucionalização das experiências desenvolvidas, principalmente no Nordeste, *De pé no chão também se aprende a ler*; *MEB* (Movimento de Educação de Base), onde as iniciativas da Igreja e de grupos progressistas visavam suprir a ausência do Estado. Esses movimentos anteciparam-se ao Estado na busca de respostas substantivas aos principais problemas da educação brasileira.

Na curta gestão do ministro Paulo de Tarso Santos (18/06 a 21/10/1963) nasceu a História Nova. Esse período apresentou momentos de grande agitação política. A influência dos estudantes no MEC era significativa. Logo que assumiu, o ministro preocupou-se em elaborar um projeto que chegou a ganhar corpo (informação verbal)¹, com a colaboração do professor Lauro de Oliveira Lima, encarregado da Divisão do Ensino. Uma das principais metas foi a alfabetização de adultos, juntamente com a intensificação dos ginásios vocacionais. Começou-se, ao mesmo tempo, a “[...] elaborar os estatutos de uma universidade do trabalho, que chegou a ser cogitada para ser construída no ABC.”²

O clima efervescente da época estava presente no MEC e no seu ministro. Na IIIª Reunião Interamericana de Ministros da Educação, realizada em Bogotá, entre 04 e 10 de agosto de 1963, Paulo de Tarso, falando de improviso, colocou a situação revolucionária que vivia o país e a necessidade de transformações profundas. Afirmou a decisão do Governo em estar ao lado do povo, ao lado das reformas sociais “[...] os que lutam no Brasil pelas reformas sociais não lutam contra o governo, lutam com o governo, porque o governo assumiu o comando das reformas [...]” (SANTOS, 1963, p. 5).

¹ Entrevista de Paulo de Tarso Santos, realizada em 07/11/1989.

² Ibid.

A posição do ministro da Educação não se diferenciava da do Executivo Federal, pelo contrário, o compromisso do Governo em assumir o *comando* das reformas sociais era reiterado em toda oportunidade, como também, sua opção de estar e trabalhar ao lado do povo, enfrentando os interesses dos grupos dominantes detentores de privilégios que contrariavam o interesse da nação (SANTOS, 1963, p. 8-9).

Nessa perspectiva que a política educacional defendida por Paulo de Tarso foi pensada. O problema educacional não deve ser tratado isoladamente da realidade social e política do país. A vinculação da educação com a idéia de desenvolvimento nacional fez parte do contexto maior do momento, onde essa era a proposição central da vida política do país.

No Brasil, a estrutura nacional exige uma profunda mudança para que o desenvolvimento não seja uma ficção. Por isso, insiste o Governo brasileiro em que qualquer plano seria impraticável se não fosse acompanhado e, em certos pontos precedidos, das reformas de base. É toda a infra-estrutura do país que está a pedir reformulação. Qualquer ação divorciada desse objetivo será simples medida paliativa. Aí a razão pela qual o plano nacional de educação ser parte integrante de nosso plano trienal de desenvolvimento. (SANTOS, 1963, p. 11).

Assim, a educação era vista como um dos fatores do desenvolvimento nacional, cabendo a ela uma responsabilidade social destacada, ou seja, “[...] formar quadros para as obras decorrentes de reformas estruturais que acompanham e são exigidas pelos processos de desenvolvimento.” (SANTOS, 1963, p. 11).

Havia consonância política entre o MEC e a Presidência da República. O problema estava, porém, na viabilização das reformas de base. A certeza de Paulo de Tarso em relação à necessidade das mudanças estruturais, para o desenvolvimento do país, levou-o a pedir demissão do Ministério, já que essas reformas não aconteciam. Seu grupo político – *Frente Parlamentar Nacionalista* e depois *Frente de Mobilização Popular* – passou a criticar o Governo Goulart pela lentidão em implementar as reformas. Assim, Paulo de Tarso demitiu-se por não concordar em criticar o Governo e ao mesmo tempo pertencer a esse, apesar de contar com o apoio pessoal do Presidente Goulart.

Esse quadro político propiciou o aparecimento da História Nova, oriunda do convênio entre MEC/ISEB, parceria estabelecida entre Roberto Pontual, diretor da CASES (Campanha de Assistência ao Estudante), e Werneck Sodré, diretor do Departamento de História do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Apesar de não ter uma participação direta do ministro nesse convênio e também de não ter feito a leitura dos volumes da obra, ele assumiu a História Nova por estar perfeitamente no espírito da equipe dirigente do MEC. O projeto foi levado à frente, pois o clima de mudança e a influência jovem dos estudantes dominavam o Ministério, favorecendo experiências dessa natureza.

A reação à História Nova foi quase instantânea. Paulo de Tarso foi indiciado em vários IPM (inquéritos policial-militares), onde foi questionado sobre a História Nova, sem poder respondê-los, pelo simples motivo de não ter lido nenhum dos volumes.

O MEC refletia a fragilidade política do Governo Federal como um todo. Embora ambos discursassem a favor das mudanças estruturais, a sua ação era muito tímida no enfrentamento dos problemas. Por um lado, as modestas medidas estimularam ainda mais a cobrança por parte dos movimentos populares. Por outro lado, assustaram, também, os grupos conservadores, desencadeando uma reação que culminou no Golpe de 64.

ISEB E HISTÓRIA NOVA: INCÔMODOS À DIREITA

A História Nova nasceu dentro do ISEB. Talvez, em outro contexto histórico, ambos poderiam ter passado sem maior alarde, diferentemente do que aconteceu. Porém a conjuntura política da época determinou um espaço destacado para os dois, tornando-os alvos privilegiados da campanha desencadeada por grupos conservadores no combate à “subversão”.

A campanha anticomunista intensificou-se nos últimos meses do Governo Goulart, exatamente no período do início do trabalho da História Nova (1963/64). Os jornais, rádio e televisão foram acionados para colocar em evidência o perigo representado pelos “subversivos”. Nesse emaranhado, o ISEB e a História Nova foram identificados como centro de atuação de comunistas. Como a luta política, nesse momento, acirrava-se cada vez

mais, as atividades desenvolvidas por eles também incomodavam cada vez mais os setores conservadores.

O ISEB mantinha uma posição política muito clara em relação aos problemas do país. Desde a sua fundação — 1956, no Governo de Café Filho — apresentava um grupo heterogêneo de intelectuais. No decorrer do seu trabalho, a disputa interna do grupo ia se definindo. Havia basicamente duas posições “[...] de um lado, ficaram os partidários do desenvolvimento associado ao imperialismo e deste dependente; de outro lado, os partidários do desenvolvimento em bases nacionalistas.” (SODRÉ, 1986, p. 121).

A publicação do livro de Hélio Jaguaribe *Nacionalismo na atualidade Brasileira* — que apresentava a defesa do desenvolvimento do país com a participação do capital estrangeiro — desencadeou o ápice dessa divisão do ISEB, que teve seu fim com a saída de Hélio Jaguaribe, Roberto Campos, Anísio Teixeira e Hélio Cabral da instituição. Esse episódio abriu uma nova fase para o ISEB, onde a hegemonia política do grupo nacionalista se consolidava ao mesmo tempo em que novos e mais fortes enfrentamentos com a direita se delineavam.

A repressão ao ISEB começava desde notícias tendenciosas nos jornais até corte total de verbas, como em 1961, quando, simplesmente, a instituição foi retirada do orçamento do MEC, o que prejudicou sensivelmente o desenvolvimento de suas atividades, porém redobrou o ânimo dos isebianos.

O grupo História Nova organizou-se através de cursos do ISEB. Sodré diante do acúmulo de atividades — ministrava o curso *Formação Histórica do Brasil* — necessitou de auxiliares. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto foi o primeiro auxiliar do Departamento de História do ISEB. Fazia o curso regular de Sodré e, no final do curso, ele o convidou para trabalhar no ISEB, em 1962. No ano seguinte, em um curso sobre marxismo, organizado pelo novo auxiliar de Sodré, participaram vários estudantes, onde alguns se integraram ao grupo da História Nova: Pedro de Alcântara Figueira, já formado; Maurício Martins de Mello; Rubem César Fernandes e Joel Rufino dos Santos, todos vindos do curso de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil.

As atividades do Departamento de História do ISEB não se restringiam às aulas nos cursos no ISEB. Conferências e cursos em sindicatos e entidades estudantis realizaram-se nesse período. A História Nova surgiu nesse ínterim. Roberto Pontual — diretor da CASES, órgão do MEC, e estagiário do ISEB — introduzia algumas inovações na sua área de trabalho, entre elas a ideia da publicação das monografias do curso do Sodré, para auxiliar o professor de História, pois a situação do ensino de História era preocupante e afora a péssima qualidade dos compêndios didáticos da época. Dessa preocupação nasceu o convênio entre a CASES/MEC e o Departamento de História do ISEB que tinha como objetivo a produção de monografias alternativas aos compêndios de ensino de História da época. O trabalho era remunerado e as monografias distribuídas pelo MEC, gratuitamente, aos professores de História da Rede Pública de Ensino.

Em março de 1964, cinco monografias já tinham sido publicadas pelo MEC e outras estavam em preparo. O convênio firmado despertou a ira dos grupos conservadores. A ofensiva contra a “subversão” encontrava-se no auge de sua fúria. Editoriais dos principais jornais do país destacavam a atuação dos comunistas dentro do Governo, em especial a História Nova, como no editorial do jornal *O Estado de São Paulo*.

[...] Então, apesar de todas as evidências do contrário, ainda se obstina uma minoria em pensar que a sociedade brasileira está se tornando marxista? Eis aí porque é, entre outras mil razões, que o livro didático está caro, o cruzeiro está se aproximando do zero absoluto. O Governo gasta o nosso rico dinheiro, ou nosso pobre dinheiro, em coisas como esta (História Nova) que tenho diante de mim. E note bem leitor que a coisa a que me refiro não é inútil. Não. É nociva. Não creio que chegue a plasmar uma nova alma brasileira como pretendem os seus autores, nenhum dos quais conheço com o nome de historiador; mas pode fazer mal a muito moço despreparado, a muito rapaz ressentido, a muita moça feia e sem namorado. (MENDONÇA, 1990, p. 44).

Os pareceres desfavoráveis da Comissão Nacional do Livro Didático, do Estado Maior do Exército e do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, juntamente com os editoriais de jornais, como o anteriormente citado, tornaram a História Nova e o próprio ISEB alvos privilegiados da oposição conservadora ao Governo Goulart, pois eram identificados como a expressão mais cabal do perigo ideológico de um Governo de esquerda. A

perseguição desenfreada ao ISEB e a História Nova deu-lhes uma dimensão muito maior do que sua concretude real.

Com o golpe militar de 64, o ISEB foi invadido e depredado; o Departamento de História destruído e o que sobrou carregado, inclusive textos da História Nova. O Presidente da transitoriedade, Ranieri Mazzilli, teve como um dos seus primeiros atos a extinção do ISEB. O novo ministro da Educação, Luis Antônio Gama e Silva, apreendeu e proibiu a História Nova. Nelson Werneck Sodré, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira e Joel Rufino foram perseguidos e interrogados pela polícia militar. Pedro Uchôa Cavalcanti Neto e Rubem César Fernandes se exilaram no Chile. Inquéritos policial-militares foram abertos contra o ISEB e a História Nova, sendo que o ISEB “[...] atingiu dimensões gigantescas: trinta volumes de mil páginas cada um.” (SODRÉ, 1986, p. 46).

A Editora Brasiliense, em 1966, reeditou dois volumes da História Nova, disputadíssimos nas livrarias. Circularam dois meses e foram apreendidos novamente.

A ditadura militar instaurada a partir de abril de 1964 finalizou, precocemente, uma experiência fecunda com o ensino de História. Acabou, também, com o ISEB. Cassou e perseguiu muitos daqueles que buscavam uma solução para os problemas do país. Os IPMs jorravam como água na fonte e o Brasil mergulhou num silêncio, sendo sufocadas as vozes das reformas sociais. A História Nova não estava sozinha no cenário educacional, em São Paulo os Ginásios Vocacionais também foram se tornando incômodos à direita.

GINÁSIOS VOCACIONAIS: UMA NOVA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Como dito, anteriormente, a década de 1960 representou a concretização de muitas e importantes experiências educacionais. A discussão da necessidade de um projeto nacional-desenvolmentista para o país mobilizou não só setores populares e de esquerda, mas um setor da burguesia que atuava em instâncias de governo ligadas a educação. Desse clima favorável às inovações, originaram-se várias iniciativas de órgãos governamentais, que tiveram condições de implementar propostas institucionais que

vieram a incomodar os setores conservadores da sociedade. Saviani (2007) destaca a forte influência da pedagogia renovadora nesse momento.

De modo geral, pode-se considerar que a década de 1960 foi uma época de intensa experimentação educativa, deixando clara a predominância da concepção pedagógica renovadora. Além das escolas experimentais, que tiveram grande impulso, os colégios de aplicação consolidaram-se nesse período. Conforme Miriam Warde (1995, pp. 111-142), o Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo foi instalado e organizado entre 1957 e 1961; consolidou-se como instituição pedagógica renovadora nos anos de 1962 a 1966; e entrou em crise a partir de 1967, sendo extinto em 1969.

Ainda nessa mesma década, no estado de São Paulo, foram instalados, entraram em crise e se extinguíram os GEPs e os Ginásios Vocacionais. Sobre estes, informa Maria Luisa Santos Ribeiro: em março de 1962 foram instalados o Ginásio Vocacional Oswaldo Aranha (São Paulo), o G. V. João XXIII (Americana) e o G. V. Candido Portinari (Batatais). Em março de 1963 foi a vez do G. V. Chanceler Raul Fernandes (Rio Claro) e do G. V. Embaixador Macedo Soares (Barretos). Em março de 1968 o Oswaldo Aranha expandiu-se criando o curso noturno ginasial e o Colégio Vocacional. E em maio do mesmo ano foi instalado o G. V. de São Caetano do Sul (RIBEIRO, 1995, p. 145). A mesma autora registra sobre o Colégio Vocacional Oswaldo Aranha: ‘esta experiência foi planejada em 1968, colocada em prática no ano seguinte e descaracterizada a partir de 1970’ (idem, p. 144). (SAVIANI, 2007, p. 333).

Os Ginásios Vocacionais são expressão do rico momento de experimentação que a educação brasileira passou na década de 1960. Inspirados pela Pedagogia Nova e pela experiência das Classes Experimentais, implementadas pela Secretaria Estadual de Educação — em fins dos anos 50, no Instituto de Educação de Jundiaí, no Instituto de Educação “Culto a Ciência”, em Campinas, no Instituto de Educação “Narciso Pieroni”, em Socorro, e no Instituto de Educação “Alberto Conte” e “Macedo Soares”, ambos em São Paulo —, nasceram de uma mudança na legislação do ensino industrial da época, impulsionada pelo Secretário de Educação Luciano Vasconcellos de Carvalho, que buscou um novo modelo de escola que atendesse às reivindicações da sociedade da época.

Segundo Ferreira (2007), a criação do Serviço do Ensino Vocacional (SEV), por meio do artigo 25 da Lei Estadual nº 6052 de 03 de

Fevereiro de 1961, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 38.643, art. 302, de 27 de Junho de 1961, deu as condições para a organização dos Ginásios Vocacionais. Sob a coordenação da Prof.^a Maria Nilde Mascellani, o SEV constituiu-se como um órgão especializado, diretamente subordinado ao Gabinete do Secretário da Educação do Estado, composto de coordenação, equipe de assessores administrativo e pedagógico, equipe de pesquisa, socióloga e psicopedagoga, setor de estágios (capacitação pedagógica), setor de despesas, setor de prédios e equipamentos, setor de pessoal, de relações públicas, de audiovisual, documentação e uma biblioteca. Era ainda de responsabilidade do SEV fazer uma pesquisa de comunidade, que deveria obter dados sobre a localidade que auxiliaria na composição do currículo da unidade onde seriam instalados os Ginásios Vocacionais.

A grande inovação dos Ginásios Vocacionais concentrou-se no estudo do meio e no trabalho em grupo, pilares dessa experiência pedagógica. Essas diretrizes favoreceram um trabalho interdisciplinar, com temas discutidos em nível da comunidade local, do estado de São Paulo, do Brasil e do mundo, a partir dos Estudos Sociais, levando os alunos a vivenciarem situações concretas, organizadas pelos professores. Outro elemento forte foi o trabalho com a comunidade, especialmente com os pais, que tinham uma forte participação na vida da instituição, co a organização da Associação de Pais e Mestres. Havia também as instituições didático-pedagógicas Cantina, Banco Escolar, Cooperativa, Escritório Contábil e Acampamento (FERREIRA, 2007, p. 76), que se tornavam unidade de trabalho em grupo onde o aluno tinha a parte prática, muitas vezes levando este aluno a agir em situações locais da comunidade, como visitar e desempenhar ações práticas em fazendas, escritórios contábeis e ter cooperativa e um banco no próprio Ginásio Vocacional (CHIOZZINI, 2003, p. 92).

O professor Newton Balzan, que atuou no Ginásio Vocacional de Americana, ilustra como foi feito o planejamento e a integração das disciplinas, como pontos que mais lhe chamaram a atenção durante o estágio preparatório que fez em Socorro, juntamente com a primeira turma de professores do Vocacional:

Integração das disciplinas, esse foi o ponto fundamental, a interdisciplinaridade. Em Socorro eu tive que trabalhar com o tema “Cruzadas”. Comecei [o tema] e aí entrou Artes Plásticas, Português, Educação Fís-

sica, Matemática, tudo em torno de “Cruzadas”, um tema histórico. Então essa experiência de integração das disciplinas foi o mais marcante. Mais marcante que isso foi alguns meses depois, com o início do Vocacional, em Fevereiro de 62, quando as escolas iam começar a funcionar e nós fizemos um mês de planejamento em São Paulo, estudando. Em Americana, estudamos desde quantas horas as crianças de 10/11 anos de idade dormiam por noite, o que elas liam, como eram organizadas as famílias em Americana, [até] o índice de politização. Foi planejamento, de fato, da relação escola-comunidade. Esse planejamento foi marcante porque foi quando gente traçou os objetivos para aquele Ginásio ao longo de 4 anos, ou seja, nada começou assim por começar. Foi tudo planejado. (CHIOZZINI, 2003, p. 60).

Nem só avanços marcaram os Ginásios Vocacionais. O contexto político pré-golpe impactou o cotidiano da instituição, como se observa no depoimento do Prof. Balzan.

Após o curso de treinamento, o Vocacional começou em 62, com um corpo docente. Em 63, continuou esse mesmo corpo docente. Acontece que esse grupo de Americana do jogo de vôlei não era mais o grupo que entrou com o treinamento. Porque, no final de 63, a Maria Nilde despediu, nós éramos 24 (vinte e quatro) professores, e ela despediu 18(dezoito). Isso porque nós fizemos greve. Foi uma greve em 63. [...] Naquela ocasião havia 80 mil professores [na rede estadual] e os 80 mil fizeram greve.

- Qual o motivo, questão salarial?

Principalmente questão salarial. E o Secretário da Educação era um sujeito de moral péssima, chamado Padre Baleeiro. Era criticado por todo mundo, objeto de riso. E os Vocacionais não fizeram greve, só o de Americana. Nós achamos um absurdo todo mundo em greve e o Vocacional, que tinha um papel de liderança, ficar de fora. Então nós fizemos greve também e fomos punidos com demissão no final do ano. Um ou dois queriam sair, o resto foram todos demitidos mesmo. Demitidos pela visão política e porque fizeram greve. [...]. (CHIOZZINI, 2003, p. 86, grifos do autor).

Outro momento de constatação da influência do golpe militar diz respeito a participação da comunidade em atos marcantes daquele período, ainda no depoimento do Prof. Balzan.

Os momentos de tensão e contradição surgiram nos casos em que a família e a comunidade deram a tônica da ação da escola, não permitindo que a mesma determinasse os referenciais da comunidade. Esta situ-

ação foi vivida em seu limite no episódio que resultou na participação na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. O episódio traduz uma contradição em um projeto que visava formar para a cidadania, contradição esta que resulta justamente da ênfase posta na família e na comunidade. Porém, esta contradição não invalida, de modo algum, a riqueza, a qualidade e as características inovadoras do projeto como um todo. A força mobilizadora da escola era ampla, mas o projeto iluminista de fazer da escola um centro irradiador de transformações sociais, que caracterizou propostas educacionais, culturais e políticas dos anos 60, muitas vezes esbarrava em questões maiores, conjunturais. Mesmo assim, essas dificuldades não impediam que a escola contribuísse para que a sociedade fizesse escolhas mais lúcidas e conseqüentes, fruto de uma conscientização maior. (CHIOZZINI, 2003, p. 81-82).

A trajetória dos Ginásios Vocacionais teve seu fim oficial por meio do Decreto Estadual nº 52.460, de 05 de junho de 1970. Porém as investidas sobre eles se delinearão ao longo do desdobramento do golpe militar de 1964. Maria Nilde Mascellani, coordenadora dos Ginásios Vocacionais, relata como o golpe militar extinguiu esta experiência educacional.

O processo de repressão às liberdades democráticas culminou no Ensino Vocacional com a prisão de orientadores, professores e alunos, com a invasão policial militar em ação conjugada para todos os Ginásios Vocacionais no dia 12 de dezembro de 1969. Vários professores e funcionários ficaram detidos por mais tempo na sede da Operação Bandeirantes, OBAN, conhecido órgão de repressão e tortura. Quanto a mim e à professora Áurea Sigríst, ex-diretora do Vocacional de Americana, fomos detidas algumas vezes, por curtos períodos, nas dependências do II Exército, do DEOPS, da Polícia Federal e da Aeronáutica. Daí a algum tempo, em janeiro de 1970, éramos aposentadas de nossos cargos efetivos por concurso, com base no AI-5. Iniciou-se desta forma uma verdadeira “caça às bruxas”, com devassa nos Ginásios, na sede do SEV, nas casas dos professores, técnicos e pais de alunos. Alguns pais de Barretos foram detidos juntamente com professores e levados no camburão com destino ao quartel do Exército em Campinas. No seu conjunto, o quadro parecia uma peça do “Teatro do Absurdo”. A experiência pedagógica bem sucedida, reconhecida até mesmo pelo Conselho Estadual de Educação e no meio universitário e secundário, se transformara repentinamente numa pedagogia perigosa para formação dos jovens. O que havia mudado? Não fora a pedagogia, mas o modo pelo qual ela era julgada, porque, na verdade, não se poderia contemporizar liberdade com autoritarismo e repressão.

Com o pedido de demissão do primeiro interventor do SEV, Adolfo Pinheiro Machado, foi nomeada para a função de interventora Terezinha Fram, professora secundária e dirigente do Movimento de Bandeirantismo no Brasil. Sua posse foi acompanhada por dois capitães e dois majores do II Exército. E daí por diante tudo foi desmantelado, sobrando apenas a experiência que cada um viveu. Suas primeiras medidas foram a extinção dos cursos complementares e a descaracterização dos demais cursos.

Literalmente, as unidades foram transformadas em escolas normais (comuns) com a implantação do currículo-padrão. O SEV foi transformado numa Divisão de Ensino e seu prédio passou a abrigar uma repartição burocrática da Secretaria de Educação.

Avaliando-se essa trajetória de nove anos do Ensino Vocacional, incluindo o SEV e todas as unidades escolares, percebe-se que ela correspondeu a uma história de muita luta dos alunos, professores, técnicos e pais de alunos contra as constantes ameaças de intervenção por parte de alguns setores da Secretaria da Educação, frente a mudanças ocasionadas por uma sucessão de nove Secretários da Educação. Seu desmantelamento, entretanto, coube ao II Exército e à Polícia Federal, bem como a pessoas que não tiveram escrúpulos em se aproveitar da situação em benefício próprio, como foi o caso dos interventores. (MASCELLANI apud CHIOZZINI, 2003, p. 11-12).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Tanto a História Nova como os Ginásios Vocacionais são frutos do seu tempo. Essas experiências buscaram uma mudança no âmbito político e ideológico de seus idealizadores. A História Nova diretamente ligada ao ISEB/MEC. Os Ginásios Vocacionais fortemente marcados pela pedagogia renovadora e idealizados nos espaços de disputa interna da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Ambos imprimiam, em seu tempo e espaço, mudanças que começaram a ser percebidas em algum grau por setores conservadores da sociedade brasileira e a serem interpretadas como incômodo à ordem já sem controle do governo Goulart. De um lado, os movimentos populares exigindo as reformas; de outro, a reação violenta dos setores conservadores frente à mobilização popular. Essa foi a tensão que marcou decididamente as experiências educacionais da década de 1960 dando-lhe uma dimensão mais política e ideológica muito maior do que elas próprias traziam em seu bojo.

A História Nova foi tomada como movimento antirreforma e anticomunista, como bode expiatório na luta contra a “subversão”, expressa em diversos e seguidos editoriais dos principais jornais do Brasil como *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*.

Os Ginásios Vocacionais vistos como potencial ameaça, que poderiam se transformar não só numa escola de melhor qualidade, mas passar a ser parte constitutiva de alguma mudança maior na sociedade. Eles conseguiram realizar, efetivamente na prática pedagógica de suas unidades, temas como interdisciplinaridade, estudo do meio, processo de avaliação ao longo dos anos letivos, formação contínua do professor, trabalho em equipe, vínculo entre escola e comunidade, tendo os “Estudos Sociais”, como eixo norteador do planejamento, realizando um estudo da comunidade onde a escola estava situada, visando selecionar temas/questões a serem abordados por todas as disciplinas de maneira integrada.

O que as duas experiências tinham em comum? Ambas nasceram e tiveram apoio de órgãos institucionais. A História Nova ligada ao ISEB/MEC e os Ginásios Vocacionais a Secretaria Estadual de Educação do estado de São Paulo. De algum modo, começaram a atender demandas efetivas da população. Logo, poderiam, ao olhar dos conservadores, a tornarem-se exemplos concretos de efetivação de políticas públicas, trazendo de fato alguma mudança qualitativa para a educação do Brasil. Talvez em outro momento histórico passassem despercebidas. No contexto do golpe foram exemplos de perseguição e desmantelamento de um trabalho sério. Para aqueles que continuam a perseguir e a persistir com as mudanças políticas e sociais necessárias, têm nessas experiências educacionais um porto de alento e de utopia para ver que é possível mudar.

REFERÊNCIAS

- BASBAUM, L. *História sincera da república – de 1961 a 1967*. 3. ed. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1983.
- CARONE, E. *A república liberal II – evolução política (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985.

CHIOZZINI, D. F. *Ginásios vocacionais: a (des) construção da história de uma experiência educacional transformadora (1961-69)*. Campinas: Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do estado – ação política, poder e golpe de classe*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, D. G. A. *Ginásio Vocacional “Cândido Portinari” de Batatais: histórias, sujeitos e práticas*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MENDONÇA, S. G. L. *A experiência da história nova: uma tentativa de revisão crítica do ensino de história no Brasil nos anos 60*. 1990. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1990.

SANTOS, P. T. *Educação para o desenvolvimento, cultura para a libertação*. Discurso de Bogotá, agosto de 1963.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SODRÉ, N. W. *História da história nova*. Petrópolis: Vozes, 1986.

TOLEDO, C. N. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

O GOLPE MILITAR E A EDUCAÇÃO: O IMPACTO DA LEGISLAÇÃO E DAS POLÍTICAS DA DITADURA NO ENSINO SUPERIOR, CONTINUIDADES E RUPTURAS

Neusa Maria Dal Ri

INTRODUÇÃO

No início da década de 1960, o Brasil viveu em profunda agitação política. Depois da renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, assumiu o governo federal o seu vice, João Belchior Marques Goulart, conhecido como Jango, integrante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Jango apresentou um Programa político-econômico para o seu governo, do qual faziam parte as denominadas *reformas de base* que tinham como objetivo reduzir as desigualdades sócio-econômicas no país. Dentre as medidas propostas encontravam-se: a reforma bancária, para ampliar o crédito aos produtores; a eleitoral, para conceder o direito ao voto aos analfabetos e militares de baixas patentes; a educacional, para valorizar os professores, realizar a alfabetização em massa e acabar com as cátedras vitalícias nas universidades; e a reforma agrária para democratizar o uso das terras.

As elites preocupadas com as reformas de base de Jango, consideradas de esquerda, e com a ameaça que elas prenunciavam ao seu poder político-econômico, adotaram medidas para enfraquecer o presidente, dentre as quais esteve a adoção do parlamentarismo que, no período de 1961 a 1962, atribuiu funções do Executivo ao Congresso Nacional, dominado pelas classes proprietárias. O regime presidencialista foi restabelecido em 1963, depois da realização de plebiscito com a população.

A crise econômica e política estavam instaladas no país e Jango propôs a realização imediata das reformas constitucionais, que previam o controle da remessa de dinheiro para o exterior, canais de comunicação para os estudantes e a permissão do voto para os analfabetos. Esse fato acelerou a reação da classe dominante criando as condições para o golpe militar de 1964.

Em março de 1964, o presidente Jango, durante comício que ficou conhecido como *Central do Brasil*, e após discurso inflamado, clamou a necessidade das reformas de base e determinou a reforma agrária e a nacionalização das refinarias de petróleo estrangeiras, assinando alguns decretos-lei no próprio palanque.

Imediatamente, a classe dominante reagiu. O clero conservador, a imprensa, empresariado e direita em geral organizaram, em São Paulo, a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* contra Jango, que reuniu 500 mil pessoas.

No intercruzamento dos poderes dominantes nacionais e imperiais, a solução para a *ameaça* que Jango representava às classes proprietárias foi encontrada no golpe de estado e na reconversão da guerra fria em *guerra civil* contra os trabalhadores do país. No dia 31 de março, os militares iniciaram a tomada do poder e a deposição de Jango. No dia 2 de abril, o presidente João Goulart partiu para Porto Alegre e dois dias depois se exilou no Uruguai. Em 9 de abril foi editado o Ato Institucional número 1 (AI-1), decreto militar que depôs o presidente e iniciou as cassações dos mandatos políticos, fechou inúmeras entidades dos trabalhadores e dos estudantes e deu início ao período mais sombrio e tenebroso que o Brasil viveu, com perseguições, torturas e assassinatos aos opositores do regime militar.

Em relação à política educacional, nos primeiros anos do golpe, o governo militar não instituiu um novo projeto. Mas, por meio de ações repressivas e decretos específicos iniciou a denominada *modernização* da universidade. Pautado pela repressão, o Estado ditatorial editou políticas e práticas que, no geral, redundaram no tecnicismo; na expansão quantitativa da escola pública de 1º e 2º graus à custa do rebaixamento da qualidade; e na expansão do ensino privado superior. A escola sob a ditadura foi utilizada como um dos meios mais eficazes de difusão da ideologia e dos valores que respaldaram o regime militar. Em resumo, a política educacional do regime militar abrangeu, ao longo dos seus vinte anos, todos os níveis de ensino provocando várias mudanças, algumas das quais presentes até hoje nos sistemas de ensino.

Desse modo, o objetivo deste texto é discutir o impacto da legislação e das políticas educacionais da ditadura, destacando as continuidades e rupturas dessas políticas, bem como os movimentos de resistência e as novas possibilidades criadas a partir do período de democratização. Damos ênfase, sobretudo, ao impacto da legislação nas universidades públicas e ao movimento de resistência da educação.

1 O MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960

Nas décadas de 1950 e 1960, o movimento social atuou sob a perspectiva da Revolução Brasileira. O Movimento pela Revolução Brasileira (MRB) abrigava um complexo heterogêneo de forças sociais, e constituiu-se como o mote principal dos movimentos desse período. O movimento incluía, além de partidos políticos, as Ligas Camponesas, trabalhadores rurais assalariados, sindicatos, conselhos sindicais, movimento estudantil, dentre outros, e intensificou as mobilizações à medida que se aproximavam os anos de 1960, o que conduziu a uma atmosfera de agitação política.

Nesse período, os principais sujeitos do setor educacional que participaram do movimento foram os estudantes, principalmente os universitários do setor estatal que era majoritário. Os estudantes tinham tradição de luta pelas liberdades democráticas e manifestavam apoio às reformas de base do governo de Jango, em especial à reforma universitária. As

principais reivindicações dos estudantes eram o aumento de vagas para o ensino superior; o co-governo¹ nas instituições faculdades e universidades; e o ensino público e gratuito. Em 1962 a União Nacional dos Estudantes (UNE) decretou greve nacional, como uma forma de pressionar as instituições a aceitarem sua demanda de 1/3 de representação estudantil nos órgãos colegiados.

Em relação à categoria docente, a sua história encontra-se pontuada, desde a República, por manifestações, greves e reivindicações circunstanciais e localizadas. Porém, nos anos de 1950 e 1960 os professores não estavam organizados como categoria para a luta social e, portanto, não participaram significativamente do movimento. A pouca participação dos professores no movimento ocorrido nessas décadas pode ser explicada pelo fato de que, embora trabalhadores assalariados, os docentes eram uma das poucas categorias que ainda conservava um controle significativo sobre o processo de trabalho. Além disso, os professores do setor público tinham uma carreira estruturada, estabilidade na função e seus salários, em geral, permitiam que vivessem com dignidade. Esses fatores faziam com que os professores gozassem de condições de vida e trabalho diferenciadas.

O programa do MRB situava-se, em geral, no campo republicano. Mesmo assim, esse programa não era compatível com os interesses das classes dominantes nacionais e externas. A reforma agrária, uma das principais proposições, era rechaçada pela burguesia agrária da época, como é ainda hoje. Ademais, as bandeiras antiimperialistas do movimento eram intoleráveis pelos EUA que consideravam, e continuam considerando, a América Latina como subalterna e sua área de exploração.

Portanto, em uma coligação dos interesses e dos poderes dominantes nacionais e imperiais, a solução encontrada pelas classes dominantes contra o governo Jango e o MRB foi o golpe de estado e a instauração do regime militar no Brasil.

¹ “7. O co-governo efetivo na Universidade é a única modificação estrutural concreta que irá fazer com que haja uma mudança de mentalidade [...] Consideramos que a representação efetiva nos órgãos universitários só alcançará seus objetivos quando: I- houver no Conselho Universitário, como representantes, o Presidente do Diretório Central dos Estudantes e mais os representantes dos Centros acadêmicos das diversas faculdades; II- nas Congregações, nos Conselhos Técnicos Administrativos ou Conselhos Departamentais, e demais órgãos departamentais houver representantes em número proporcional, fundamentado na reivindicação genérica de um terço; III- Todos os componentes tiverem pleno direito de voz e voto.” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1962, p. 3).

A repressão às entidades e organizações dos estudantes e dos trabalhadores, bem como as intervenções nas universidades ocorreram logo nos primeiros dias após o golpe. A sede da UNE no Rio de Janeiro foi incendiada no dia seguinte ao do golpe e, em São Paulo, os estudantes da Universidade de Mackenzie caçavam, com armas de fogo, os *comunistas* nas faculdades vizinhas. Os dirigentes das Ligas Camponesas e dos sindicatos de trabalhadores rurais foram presos e torturados. As repartições públicas, as universidades e as empresas estatais passaram a ser vasculhadas por comissões de investigação em busca de subversivos e/ou *corruptos* ligados à política janguista. No primeiro ano desse regime, 409 sindicatos, 43 federações e quatro confederações sindicais tinham sofrido intervenções, tendo suas diretorias destituídas e ocupadas por pessoas nomeadas pelo Ministério do Trabalho. As ocorrências mostravam a demissão de 10 mil funcionários públicos, 50 mil pessoas encontravam-se sob investigação da polícia política e milhares de livros e revistas haviam sido apreendidos (DAL RI, 1997).

2 POLÍTICA EDUCACIONAL DA DITADURA E O ENSINO SUPERIOR: CONTINUIDADES

No final da década de 1950, o debate sobre a questão educacional intensificou-se, como resultado da mobilização dos educadores e intelectuais em defesa da escola pública, ameaçada pela campanha de privatização do ensino patrocinada pela Igreja Católica e pelos proprietários da rede privada. Nos anos entre 1959 e 1964 foram apresentadas inúmeras propostas formuladas para enfrentar os problemas diagnosticados na universidade brasileira. As principais formulações podem ser sintetizadas em três propostas denominadas por Veiga (1987) de tradicionalista, modernizante e radical.

As três proposições emergiram no bojo dos movimentos sociais e de ações e reações de professores universitários e de intelectuais ligados a associações, tais como a Associação Brasileira da Educação, Campanha de Defesa da Escola Pública, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), para citar algumas entidades, nas quais críticas, defesas e propostas eram formuladas e divulgadas.

O conflito de poder sobre a universidade brasileira tornou-se mais óbvio durante os últimos anos da década de 1950 e nos primeiros da de 1960, quando projetos alternativos de organização do sistema universi-

tário emergiram entre os educadores e no aparato do Estado, mobilizando intelectuais, professores, setores governamentais e estudantes em torno das propostas. Em dezembro de 1961, duas leis incorporando duas concepções distintas foram promulgadas no Brasil. Em 15 de dezembro de 1961, foi criada a Universidade de Brasília (UnB) e, em 20 de dezembro, a luta de 14 anos em torno da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) teve como desfecho a promulgação da Lei 4.024.

A UnB foi projetada por Darcy Ribeiro e teve como reitor Anísio Teixeira. O seu projeto foi concebido a partir da teoria desenvolvimentista e foi pensado para atender às críticas e anseios do meio universitário. Com uma estrutura considerada flexível, integrada, dinâmica e moderna, contrapôs-se ao modelo de universidade segmentada pela justaposição de vários cursos. Na UnB a criação dos departamentos substituiu a cátedra como unidade de ensino e pesquisa.

Para Anísio Teixeira (1989), a necessidade de reorganização do sistema universitário refletia os problemas gerados pela expansão das universidades via aglomeração de escolas isoladas, que promovia a integração de equipamento e professorado em conjuntos mais amplos, para melhor aproveitamento de recursos humanos e materiais, ou seja, em essência, um problema de racionalização dos serviços de ensino oferecidos pela universidade ampliada e desordenada.

A Lei 4.024 referente à LDB consolidou uma estrutura tradicionalista para a maioria das instituições de ensino superior.

Neste mesmo ano de 1961, os estudantes universitários, dirigidos pela UNE, iniciaram a luta por uma reforma radical da universidade, deflagrada no I Congresso Nacional de Reforma Universitária. Esse Congresso desencadeou uma das frentes de luta da UNE, a qual se desdobrou em propostas de reestruturação do ensino superior, greves, envio de projetos para o legislativo, manifestações de rua e mobilização interna nas instituições de ensino.

As discussões em torno da LDB/61 foram importantes para o público universitário, especialmente para o movimento, pois generalizou o debate sobre a educação brasileira, uma questão até então considerada como secundária e restrita aos educadores por ofício.

Algumas reivindicações do movimento foram incorporadas à Lei 4.024, como, por exemplo, o direito de os estudantes participarem do governo das universidades e a autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar das universidades (art. 80). No entanto, o poder normativo e de controle do Conselho Federal de Educação (CFE) foi aumentado e o sistema de cátedra foi mantido nas universidades. Além disso, na prática, a despeito da previsão legal, a autonomia universitária foi sendo gradualmente limitada já desde os primeiros anos de vigência da LDB/61, principalmente com relação às universidades federais. Após 1964, a limitação se acentua. Depois do golpe militar, a legislação ordinária, submetida teoricamente à LDB, volta a ser detalhista e de caráter padronizante visando o controle sociopolítico das universidades (DAL RI, 1997).

A Constituição de 1967 manteve a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, sem prejuízo da competência supletiva dos Estados, respeitada a lei federal, na organização de seus sistemas de ensino. Manteve igualmente a previsão de liberdade de cátedra e da livre manifestação de pensamento, esta última não admitindo “a propaganda de subversão da ordem” (RANIERI, 1994, p. 93).

Sob a égide da Constituição de 1967 foi baixada a Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968, que fixou normas de organização e funcionamento para o ensino superior, e que representou a consolidação da reforma universitária iniciada após 1964, cujo objetivo principal declarado consistia na modernização das universidades².

A Reforma Universitária de 1968 foi gestada junto com consultores norte-americanos, participantes do núcleo de formulação da política educacional, decorrente dos acordos MEC-USAID³, e orientada por docu-

² Cunha (1988) defende a tese de que a concepção de universidade calcada nos moldes norte-americanos não foi imposta pela USAID, com a conveniência da burocracia da ditadura, mas, antes de tudo, foi buscada desde fins da década de 1940 por administradores educacionais, professores e estudantes, principalmente aqueles, como um imperativo de modernização e, até mesmo, de democratização do ensino superior. Porém, enfatizamos que a posição do ME em relação a esse assunto sempre foi crítica. Ainda em 1966, mesmo na ilegalidade, foi realizado o XXVIII Congresso da UNE, em Belo Horizonte, que marcou a oposição da entidade ao Acordo MEC-USAID.

³ A sigla MEC-USAID refere-se a uma série de acordos realizados, na década de 1960, entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Os acordos MEC-USAID tiveram influência decisiva nas orientações e formulações que conduziram ao processo de reforma da educação brasileira na ditadura militar. Destacamos a Comissão Meira Mattos, criada em 1967, e o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, instituído em 1968, pois foram determinantes na reforma universitária de 1968.

mentos como o Relatório Meira Mattos e o Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GT), assim como pelo debate parlamentar sobre o tema no legislativo.

Tentando conter as agitações do movimento estudantil e formular um conjunto de soluções para a universidade, o governo militar constituiu, em 1967/68, duas comissões para realizarem estudos e apresentarem propostas, a Comissão Meira Mattos e o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária.

O GT foi instituído pelo decreto n. 62.937, de 02 de julho de 1968, e iniciou suas atividades na sessão plenária de 10 de julho, sob a presidência do Ministro da Educação e Cultura, Luís Antonio da Gama e Silva. Os estudantes não participaram do GT.

O Grupo teve trinta dias para apresentar seus estudos e projetos, e teve como temas a institucionalização do ensino superior e a administração da universidade; organização didático-científica; estratégias para a implantação da pós-graduação; recursos para a educação e expansão do ensino superior; autonomia universitária; e representação estudantil.

O Relatório do GT foi um dos documentos mais importantes que influenciou sobre a reforma universitária de 1968, pois formalizou um anteprojeto de lei fixando as normas para a organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Esse anteprojeto desembocou na Lei 5540/68.

A autonomia das universidades foi um ponto bastante controverso do processo de tramitação do projeto de lei no Legislativo. Segundo Cunha (1988, p. 279-280) o GT propôs que as universidades gozassem de “autonomia didático-científica, financeira e administrativa”, que seria exercida “na forma da lei e dos estatutos”. A formulação deslocava essa polêmica questão para uma lei específica. No entanto, a Comissão Mista não concordou com essa formulação e resolveu explicitar a autonomia, acrescentando a autonomia disciplinar. A justificativa da emenda de autoria do deputado Raymundo Andrade dizia que a autonomia, além de base orgânica e funcional da instituição de ensino e de pesquisa, é o seu mais poderoso instrumento de eficiência. A universidade, para ser eficiente, ca-

rece de liberdade de ação e não se pode subordinar estrita e rigidamente ao poder hierarquicamente superior (CUNHA, 1988, p. 280).

O presidente da República vetou todos os acréscimos e emendas, deixando apenas a formulação genérica do GT.

A escolha dos dirigentes foi outra questão polêmica que dividiu as opiniões dos interessados. De um lado, estavam os que defendiam a autonomia para as universidades e estabelecimentos isolados oficiais escolherem seus reitores e diretores e, de outro, os que reivindicavam maior autonomia para os governadores e para o presidente da República na suas escolhas e nomeações.

O GT manteve o mecanismo básico de escolha que vigia desde o Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, pelo qual o Conselho Universitário apresentava uma lista dos candidatos mais votados para reitor para que o presidente da República fizesse a sua escolha. As listas seriam elaboradas em reuniões conjuntas do Conselho Universitário com órgãos deliberativos da administração superior para atividades de ensino e pesquisa. Pelo texto do GT, os reitores e vice-reitores saíam de listas não mais de três, mas de nove nomes, cabendo sua nomeação ao presidente da República. Já os diretores e vice-diretores saíam de listas de seis nomes, ficando sua nomeação a cargo dos reitores das respectivas universidades (DAL RI, 1997).

Essa ampliação da pauta de escolha dos dirigentes, aumentando o número de nomes das listas para reitor e vice-reitor de universidade, diretor e vice-diretor de instituto, escola ou faculdade foi a maneira encontrada para viabilizar o encontro entre as orientações do governo e as de certas correntes existentes nas instituições oficiais de ensino, naquela conjuntura. O aumento do número de pessoas nas listas aumentava a probabilidade de que houvesse, em cada caso, pelo menos um candidato que correspondesse à expectativa do governo com respeito à ordem e à disciplina nas instituições de ensino superior.

No Congresso os artigos que tratavam dessa matéria foram objetos de várias emendas. Pelo menos duas delas estabeleciam que os dirigentes fossem escolhidos pelo Conselho Universitário, sem controle do governo. Porém, o relator apenas aceitou a emenda que reduzia o número

de nomes nas listas para reitor e vice-reitor de nove para seis, e outra que propunha que a nomeação dos dirigentes das universidades oficiais, sob regime de fundação, seria feita conforme seus próprios estatutos. A segunda emenda foi vetada pelo presidente da República que justificou o ato dizendo ser “natural a escolha de seus dirigentes pelo próprio Governo” (CUNHA, 1988, p. 285).

Florestan Fernandes (1975, p. 203), em texto produzido para comentar o trabalho do GT, afirma que

[...] entendemos a reforma universitária consentida como uma manifestação de tutela política e como mera panacéia. Não podemos aceitá-la porque ela não flui de nossa vontade, não responde aos anseios que animam as nossas lutas pela reconstrução da universidade e não possui fundamentos democráticos legítimos.⁴

Comparando-se o farto material que contestava a política educacional do governo com o das críticas diretas ao Relatório do GT e à Lei 5540, concluímos que diante do projeto pouco ou quase nada houve de contestação.

As dificuldades que grupos de professores jovens enfrentavam para alcançar qualquer mudança nas suas instituições constituem uma das justificativas para o apoio dado ao governo autoritário, em 1968, para implementar a reforma prevista pela Lei 5.540⁵, apesar de seu caráter impositivo e restritivo à autonomia universitária. Para Márcio Quintão (apud VEIGA, 1987, p. 36), a reforma de 1968 incorporava várias das demandas dos setores modernizadores universitários, como a extinção da cátedra, a

⁴ No entanto, é preciso observar que Fernandes (1975, p. 211-212) apoiava várias medidas propostas pelo GT, em especial a criação dos mecanismos de captação de recursos, a implantação do regime de dedicação exclusiva, a proibição de preponderância de professores classificados em determinado nível na composição dos colegiados superiores e a participação e representação estudantil nos órgãos colegiados.

⁵ Vários estudantes e professores participantes do processo de reestruturação da USP, em 1968, declararam “ter levado um susto” ou, então, que “reprimiram sua raiva” quando “sentiram” as propostas das paritárias (comissões) “incorporadas” na reestruturação da USP de 1969; no seu pensamento absorvidas pelo governo, nos níveis estaduais e federal (CUNHA, 1988, p. 166). Para Cunha (1988), a estrutura da universidade projetada era basicamente coincidente nos projetos governamentais e nos das comissões paritárias de professores e estudantes. Do lado governamental, pelo menos no plano federal, as linhas mestras daquela estrutura já vinham sendo definidas desde pelo menos duas décadas atrás. “O mais provável é que os membros das comissões paritárias tivessem ‘encampado’ as soluções governamentais, e não o contrário, desconhecendo a fonte do modelo modernizante de universidade, segundo os padrões vigentes nos EUA, hegemônicos na intelectualidade brasileira, a despeito de toda a oposição aos consultores norte-americanos (Atcon, MEC-USAID).” (CUNHA, 1988, p. 166).

integração do ensino e da pesquisa e a possibilidade de criação do espaço institucional para a pesquisa científica. Por esses motivos a reforma não encontrou reações contrárias entre certos setores progressistas de várias instituições.

Entretanto, a tendência burocratizante e autoritária, subjacente às políticas pós-64, rapidamente se fizeram sentir. Paralelamente à modernização foram criados os mecanismos que cada vez mais contrastavam com as próprias atividades e natureza da universidade, reduzindo a autonomia universitária à mera retórica por meio da imposição de estruturas de controle político-ideológico. Em suma, a lei n. 5540 extinguiu a cátedra, introduziu o regime de tempo integral e dedicação exclusiva para os professores, consolidou a estrutura departamental, decompôs o curso de graduação em ciclos, instituiu a periodicidade semestral e fixou a escolha de reitor e vice-reitor, mediante a apresentação de lista sêxtupla de nomes, elaborada por um colégio eleitoral especial, dentre outras mudanças operadas.

No que se refere ao ensino superior, mesmo considerando as legislações posteriores, as principais modificações introduzidas pela reforma efetuada pela lei 5540 em 1968, que alterou a organização e parte da estrutura político-acadêmico-administrativa, permanecem até os dias atuais.

2.1 POLÍTICA PARA OS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

A criação da pós-graduação no Brasil data de 1966, tendo como marco principal o parecer do Conselho Federal de Educação (Parecer CFE 977/1965)⁶, denominado de *parecer Sucupira*. Em seu parecer, Newton Sucupira apresentou a justificativa para a criação da pós-graduação e um projeto inspirado no modelo americano, com escalões e hierarquias.

A pós-graduação também recebeu destaque nos Relatórios das comissões designadas para o estudo da reforma universitária de 1968. De acordo com o Relatório a proposta da Comissão Meira Mattos, a pós-graduação deveria ser destinada “aos alunos mais capacitados que desejem continuar os seus estudos” (RELATÓRIO MEIRA MATOS, 1969, p. 227). No relatório do GTRU figura que a instalação dos cursos de cur-

⁶ O primeiro curso criado foi o da Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ta duração atenderia ao reclame do mercado de trabalho, e que o atendimento a esta reivindicação deveria ter a contrapartida da implantação dos cursos de pós-graduação para produzir o *know-how* necessário para o desenvolvimento do país (REFORMA, 1968, p. 137). Embora a pós-graduação constasse entre os dez pontos elencados no relatório do GT, no anteprojeto de lei (art. 16), este item apareceu brevemente. “O Conselho Federal de Educação conceituará os cursos de pós-graduação e baixará normas gerais para sua organização [...]”. Dessa forma, o anteprojeto e a lei posteriormente aprovada omitiram a forma de organização, a estrutura e o funcionamento da pós-graduação, o que indicava uma concepção específica de universidade. Para Cunha (1988, p. 252), esse fato provavelmente foi motivado pela presença de Sucupira no GT.

Embora defensor da autonomia universitária e da ligação entre ensino e pesquisa, esses conceitos defendidos por Sucupira estavam adaptados à sua ideia e projeto de universidade. Em texto publicado em 1968 comentando a reforma, Sucupira escreveu:

A universidade deve ser considerada como verdadeira empresa cuja finalidade é produzir ciência, técnica e cultura em geral. Como toda empresa moderna, há de racionalizar seu processo de produção para atingir o mais alto grau de eficiência e produtividade. A universidade por ser o lugar onde se elabora e transmite o conhecimento racional deve ser a mais racionalizada das instituições. (SUCUPIRA, 1968, p. 84).

Para ele, qualquer que fosse o ângulo da questão, racionalização, eficiência, eficácia e produtividade deveriam presidir a reforma universitária. De fato, todo o projeto da reforma universitária de 1968 estava impregnado pela ideia de racionalização, dela derivando as categorias tecnicistas empregadas.

O modelo implantado de pós-graduação pela ditadura, bem como a legislação que lhe deu suporte são outras políticas de continuidade que podemos observar nos dias atuais. Uma breve leitura dos documentos do Banco Mundial e de outras agências multilaterais, dos anos de 1990 e 2000, que trazem diretrizes para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como de documentos atuais das agências de fomento brasileiras, em especial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior (CAPES) mostrará ao leitor as semelhanças com os documentos da reforma.

A Capes acabou de colocar no ar um novo sistema de gestão da pós-graduação. Em acordo com o projeto de universidade que vem sendo implantado e consolidado no Brasil desde o governo militar, o novo sistema foi convenientemente denominado de Plataforma Sucupira. Desde o início, a ditadura centralizou os organismos de organização e financiamento da pós-graduação na esfera estatal, e os leva sob absoluto controle.

3 MOVIMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO DE 1970 E 1980 E A EDUCAÇÃO: RUPTURAS E CONTINUIDADES

A reação inicial da classe operária ao golpe militar foi débil. Os focos de resistência praticamente limitaram-se às movimentações dos trabalhadores de Contagem, em Minas Gerais, e de Osasco, em São Paulo.

Militantes de partidos de esquerda tentaram organizar a luta armada que não prosperou. A oposição franca continuou no movimento estudantil que e, em 1968, refletindo também a grande rebelião operário-estudantil da França, intensificou as manifestações e agitações a partir de abril. Em outubro do mesmo ano foi realizado clandestinamente o XXX Congresso da UNE, na cidade de Ibiúna, São Paulo. A polícia invadiu o local e prendeu mais de 700 pessoas, entre elas as principais lideranças do ME. Após a prisão de suas lideranças, a UNE se viu obrigada a *encolher* ainda mais e passou a realizar micro congressos regionais, ocorrendo, assim, um longo refluxo do ME.

Como vimos, em novembro do mesmo ano, foi promulgada a Lei nº 5540 e, em dezembro, foi baixado o Ato Institucional nº 5 (AI-5) que forneceu a cobertura paralegal para uma nova e tenebrosa fase da ditadura militar que se constituía desde abril de 1964.

Assim, durante anos, o movimento operário-popular (MOP), comprimido pela repressão da ditadura, desapareceu da cena pública e teve que se limitar à atuação nos interstícios da sociedade.

Em 1974, com o início da decadência do *milagre econômico* e com a crise econômica, a insatisfação popular começa a se manifestar, sobretudo

no pleito eleitoral ocorrido naquele ano. Em 1976, iniciam-se várias ações de protesto estudantil contra a ditadura e a intelectualidade fazia da SBPC e das universidades espaços de resistência ao governo militar. Mas foram as greves de 1978/79, contudo, que marcaram o início da construção do que veio a ser conhecido como movimento pela redemocratização e pela volta ao Estado de Direito.

Em 1978, quando a ditadura parecia deter o controle do MOP, um conflito iniciou-se a partir da paralisação de uma fábrica em São Bernardo do Campo. Após esse fato, outras agitações emergiram no ABC Paulista e, subsequentemente, disseminaram-se pelo país, atingiram outras categorias, como as dos funcionários públicos e bancários e, finalmente, impregnaram o segmento político e a sociedade civil com uma onda de manifestações operárias e populares que culminou com o fim da ditadura e a reinstalação da república democrática (SADER, 1988).

As primeiras greves das diversas categorias foram por melhorias salariais, mas na medida em que o movimento confrontou-se diretamente com a repressão, agregou um elemento político expresso na palavra de ordem *abaixo a ditadura*.

Após um refluxo do movimento no ano de 1980, o MOP adentra essa década realizando várias manifestações. A campanha que ganhou o nome de *Diretas Já*, deflagrada pelos partidos de oposição e por inúmeras entidades representativas dos trabalhadores e estudantes, refletia o anseio de mudanças da população brasileira.

Diretas urgente, pra reitor e presidente era a palavra de ordem gritada, nos anos 1983/84, em centenas de manifestações das comunidades universitárias, o que refletia bem o clima político que dominava as universidades e o país a exigirem democratização do estado e das estruturas de poder.

A Constituição Federal promulgada em 1988 (CF/88) foi o ato legal de maior estatura a sedimentar a flexão histórica realizada com a passagem da ditadura ao regime democrático.

No período anterior à legislação editada em 1988, observamos que a política educacional e as legislações não valorizaram os traços característicos da universidade, em especial a autonomia. Ao contrário, as leis

detalhistas controlaram e restringiram a ação das universidades, em especial no período entre 1964 e 1985.

As universidades públicas foram as instituições mais atingidas por essa política que, em última instância, as descaracterizou enquanto organizações voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, transformando-as, muitas vezes, em repartições públicas centralizadas, extremamente dependentes do órgão governamental mantenedor e passíveis de intervenções administrativas e políticas. Essa política, como não poderia deixar de ser, refletiu-se no interior das instituições, chegando mesmo a favorecer a idéia de dependência em detrimento da idéia de autonomia.

Desse modo, os elementos mais importantes que a CF/88 apresentou para as universidades foram a autonomia, a democratização das estruturas de poder e certa descentralização.

O enunciado do art. 207 da CF/88 apresenta que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” Em toda a Carta este é o único dispositivo a cuidar da questão universitária sob o ângulo da autonomia. Embora econômica quanto à matéria, do ponto de vista jurídico trata-se de uma norma completa, no sentido de que contém todos os elementos e requisitos necessários à sua incidência direta, e de eficácia plena, no sentido de que desde a sua edição produz, ou tem possibilidade de produzir, todos os efeitos essenciais relativamente aos interesses que regula.

Tendo por base a interpretação enunciada do art. 207 e a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, podemos arriscar algumas conclusões. A primeira é que a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira é auto-aplicável⁷ porque se instala em um território que é o próprio da Universidade na tarefa de produzir, disseminar e estender o conhecimento. O contato com o conhecimento universal dá a senha da autonomia porque se reconhece, no conhecimento que busca a

⁷ - O Encontro Nacional de Dirigentes de Universidades Públicas, realizado em Belo Horizonte em dezembro de 1988, afirmou em seu documento final que “A autonomia universitária, garantida na Constituição, é auto aplicável e deve ser exercida de imediato.” Cf. ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS. *Documento final*. Belo Horizonte: UFMG, 1988. Mimeografado.

verdade, um modo superior de ver as coisas. Neste campo, pois, a universidade é autônoma e autogovernada.

A outra conclusão é que a Universidade, como lugar de autonomia, torna-se autônoma pela capacidade de expressar a universalidade, mesmo movendo-se em diferentes áreas, no campo nômade do particular. A conquista da autonomia se dá pela senha também de uma produção científica avaliada e reconhecida, aliada tanto à transmissão do já conhecido, como àquela decorrência destes conhecimentos estarem a serviço da sociedade.

Por fim, a grande marca do art. 207 é, sem dúvida, o reconhecimento de que a universidade pública não é um órgão público como os demais. A Constituição, ao incorporar o postulado da autonomia universitária, fixou não só a especificidade da instituição, como também o caráter peculiar de suas relações com o Estado. Ou seja, a universidade pública em face do Estado é ente de natureza pública, criada e garantida pelo Estado, detentora de autonomia com capacidade legislativa, o que lhe garante imunidade à legislação ordinária que não tenha natureza diretivo-basilar.

Apesar do art. 207 ser norma que se inclui na categoria das regulamentáveis “operante, porque íntegra e cheia quanto ao bem jurídico que agasalha” (RANIERI, 1994, p. 108) e comporte dados não constantes de seu enunciado; é também uma “abstração jurídica” que necessita de concretude. A situação peculiar das universidades estaduais paulistas (UEPs) é o melhor exemplo da eficácia plena e aplicabilidade imediata da norma do art. 207.

Em 1988, as UEPs deflagraram um amplo movimento que incorporou docentes, funcionários e alunos com o slogan *SOS Universidades*. Depois de mais de sessenta dias de greve por reivindicações salariais e em defesa do ensino público e gratuito, o governador do Estado decretou a autonomia de gestão administrativa e financeira das universidades estaduais. O Decreto nº 29.598, de 2 de fevereiro de 1989, que dispõe sobre providências visando à autonomia universitária, determina, em seu art. 1º, que “Os órgãos da Administração Centralizada do Estado adotarão procedimentos administrativos cabíveis para viabilizar a autonomia das Universidades do Estado de São Paulo [...]”. E, em seu art. 2º, que

A execução dos orçamentos das Universidades Estaduais Paulistas, no exercício de 1989, obedecerá aos valores fixados no orçamento geral do Estado, do corrente ano, e às demais normas e decretos orçamentários devendo as liberações mensais de recursos do Tesouro a essas entidades respeitar o percentual global de 8,4%, da arrecadação do ICMS - quota parte do Estado no mês de referência. (SÃO PAULO, DOE, 03.02.89, seção I, p. 1).⁸

O percentual da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), quota parte do Estado, destinado às universidades estaduais, foi acrescido de adicional de 0,6%, conforme art. 19, da Lei nº 7 465, de 01.08.91. Para o ano de 1993, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 7949, de 16.07.92), estabeleceu que as liberações mensais deveriam respeitar, no mínimo, o percentual global de 9% da arrecadação do ICMS, na forma da sistemática anterior, não se computando na apuração do percentual indicado as liberações do Tesouro originárias de repasses concedidos a projetos específicos das universidades (SÃO PAULO, DOE, 18.07.92). No ano de 1994, a Assembléia Legislativa aprovou a elevação do percentual para 9,57%.

A iniciativa paulista, sem dúvida, deu concretude a uma abstração jurídica, ao designar parcela do ICMS às universidades públicas, com reflexos diretos sobre a autonomia administrativa. Esse procedimento proporcionou às UEPs efetiva possibilidade de autogoverno. Ou seja, a autonomia trouxe um aspecto democrático que elevou a universidade a um novo patamar de qualidade, no que diz respeito a experiências de novos processos de gerenciamento econômico-financeiro e de autogestão.

⁸ “[...] a origem da decisão de alocar cerca de 10% do ICMS às universidades. Ela ocorreu há cerca de oito anos, no governo Quéricia, que aceitou a reivindicação dos reitores, em parte porque era uma decisão racional e em parte para transferir as reivindicações salariais dos funcionários e professores das universidades para os próprios reitores. Além da óbvia expediência política envolvida nessa decisão, ela começou a tornar real ‘a autonomia com responsabilidade’, que é o objetivo tradicional das boas universidades.” José Goldemberg, que foi reitor da USP e ministro da Educação, em As verbas para as universidades paulistas, *O Estado de S. Paulo*, 4 de junho de 1996, p. 2. Convém lembrar que a alocação de verbas próprias para as universidades é reivindicação antiga de parte do movimento universitário. Além disso, o decreto surge depois do movimento de 1988. “A autonomia da universidade crítica não poderia provir somente do autogoverno”. Sabiam os membros da Comissão Paritária (USP, 1968) que “[...] os recursos necessários à sua manutenção não poderiam ficar ao sabor dos interesses extra-universitários. Por isso, reivindicavam que a universidade recebesse diretamente do Estado, sem a ‘intervenção arbitrária de órgãos intermediários’, um percentual fixo da arrecadação total, cabendo-lhes decidir livremente sobre a aplicação desses recursos.” (CUNHA, 1988, p. 158).

Acreditamos que o aprofundamento desse processo seria possível, caso houvesse o envolvimento efetivo da comunidade universitária, especialmente das entidades organizativas dos três setores, nessa direção. A possibilidade de autogoverno das universidades prescrita inclusive na CF/88, resultado do movimento de democratização da década de 1980, constituiu-se em importante elemento de ruptura com as políticas anteriores, que, no entanto, entra em refluxo nos anos de 2000 em diante.

As políticas do neoliberalismo começaram a ser implementadas no Brasil a partir dos anos de 1990. Porém, antes disso, em conúbio com o imperialismo, a ditadura militar antecipou no plano trabalhista, educacional e social algumas das políticas neoliberais.

As escolas privadas superiores receberam diversos tipos de incentivos públicos e tornaram-se amplamente majoritárias. Com a continuidade dessa política pelos governos posteriores, a relação praticamente se inverteu e hoje quase 80% do ensino superior é privado.

As redes de ensino primário e ginásial⁹ foram expandidas, porém, em condições que engendraram uma trajetória de descendência da qualidade do ensino público no país. Os proventos dos professores em geral foram erodidos. Desse modo, as escolas das redes públicas na atualidade apresentam inúmeros problemas, que vão desde a falta de infraestrutura aos baixíssimos salários dos professores.

Iniciou-se um processo de desestruturação das carreiras docentes e de rebaixamento das condições de trabalho. Instaurou-se a prática de contratações provisórias em tempo parcial obrigando os professores a lecionarem em mais de um estabelecimento, política que teve continuidade e hoje se encontra em seu ápice.

Nesse período, ainda, foram realizadas as primeiras experiências com novas tecnologias educacionais, como, por exemplo, o ensino programado, métodos de avaliação, entre outras, cujo objetivo último era o controle do *processo de trabalho pedagógico-didático* por parte do Estado ou empresariado. Essa política não apenas teve continuidade, mas se tornou diretriz nas legislações e nos Planos de Educação nacionais e estaduais.

⁹ A denominação atual para esses níveis é ensino fundamental ciclos I e II.

Em suma, teve início sob o regime militar o fenômeno que na atualidade, sob as políticas capitalistas neoliberais, denominamos de *precarização educacional e do mercado de trabalho docente*.

Segundo Vieitez e Dal Ri (2011), em decorrências dessas políticas, embora não sem dificuldades, os docentes começaram a reconhecer-se como trabalhadores, ou como sendo parte da classe trabalhadora¹⁰. A percepção de pertencimento à classe trabalhadora começou a manifestar-se objetivamente no fato de que a categoria docente foi criando seus sindicatos, ou seja, os professores passaram a se socorrer do tipo de organização que os operários de há muito utilizavam e que no longo tempo da história aparece como fenômeno indissociável da luta social.

Sob o efeito das mesmas políticas, o ME que já vinha se mobilizando nos anos anteriores, em 1979 deu início à reconstrução de suas entidades representativas solapadas pela ditadura, como a UNE e as Uniões Estaduais de Estudantes, entre outras.

Como observado, os atores da educação e suas organizações aderiram às bandeiras gerais de luta. Porém, apresentaram, também, reivindicações específicas sintetizadas nas reivindicações de aumento salarial e plano de carreira; ensino público, gratuito e de qualidade; e democratização da gestão escolar.

A reivindicação referente à gestão tomou duas formas. Na universidade a reivindicação era pela democratização dos órgãos colegiados e na educação básica pela gestão democrática na escola. A outra conquista do movimento (ruptura) da década de 1980 foi a democratização da estrutura de poder da universidade. As eleições para reitor e vice-reitor e demais cargos diretivos da universidade passaram a ser diretas e paritárias em várias instituições. A representação discente e de técnicos administrativos não apenas passaram a ser obrigatórias em todos os órgãos colegiados, como o percentual de participação teve um significativo aumento. Contudo, após a década de 1990, sobretudo com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, essas políticas entram retrocesso.

¹⁰ No passado o termo *trabalhador* ou *trabalhadores* era usualmente utilizado para designar os segmentos mais simples da classe trabalhadora assalariada, isto é, os operários, trabalhadores rurais e dos serviços. Esta visão, compartilhada pelo operariado e estratos médios assalariados, não foi totalmente superada até o presente.

SITUAÇÃO ATUAL DA UNIVERSIDADE, A PRECARIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E DA CARREIRA DOCENTE: UMA POSSÍVEL CONCLUSÃO

As forças mobilizadas na década de 1980 não conseguiram cessar e nem inverter o avanço das políticas neoliberais implementadas pelos sucessivos governos. O resultado possível de ser observado é que o neoliberalismo está amplificando e aprofundando as políticas de precarização que tiveram início com o regime da ditadura militar.

A conjuntura atual apresenta algumas características que foram sendo construídas ao longo do tempo desde a ditadura, das quais citamos as principais.

Ocorreu a precarização do mercado de trabalho docente que trouxe um retrocesso nas condições de vida e trabalho, bem como a perda de direitos legais dos professores. Os salários foram e continuam a ser erodidos. Os benefícios tradicionais que constavam no serviço público, como quinquênios, sexta parte, ano sabático, dentre outros, foram estigmatizados como *coisas de marajás* e subtraídos. A lei que propiciava relativa estabilidade no emprego ao servidor público foi modificada e introduziu-se o direito à demissão, em nome da racionalidade e flexibilidade das relações de trabalho.

Ainda sob os governos de Fernando Henrique e Lula da Silva, e dando continuidade às políticas da ditadura, a *contrarreforma* da previdência acabou com a aposentadoria integral e proporcional às contribuições realizadas durante a vida ativa dos trabalhadores, fixando para os servidores públicos um teto fixo e ainda sujeito à degradação pela inflação não reposta.

A extinção praticamente consumada do que classicamente se conhecia como *liberdade de cátedra* constitui uma das dimensões de maior impacto das políticas capitalistas de precarização, tanto para o mercado de trabalho docente, quanto para a educação escolar como atividade.

Segundo Vieitez e Dal Ri (2011), a liberdade de cátedra é um conceito que exprimi o controle relativo, porém bastante significativo, que o docente pode ter sobre seu processo de trabalho, sobre o processo de ensino-aprendizagem. Essa liberdade na educação básica praticamente sumiu com a utilização de vários mecanismos, e na universidade o controle exercido sobre o trabalho docente, com processos de avaliação, regulação dos

temas que podem ou não podem obter financiamento, com a instauração do produtivismo etc., vem limitando cada vez a autonomia do professor.

A implantação na administração das universidades da lógica empresarial com destaque para as categorias da racionalização, eficácia e eficiência significaram corte nos quadros de pessoal, aumento dos professores substitutos, precarização do trabalho, diminuição dos salários, aumento da produtividade, centralização do poder nos executivos (no gestor forte) e direcionamento das pesquisas para o mercado. Ocorreu a mercantilização da educação em vários sentidos. Houve uma total modificação na definição e entendimento que se tem hoje do significado de produção de conhecimento. Se até a década de 1950 e início de 1960 ainda vigorava na universidade a produção da ciência e da cultura, e o tempo era o necessário para se realizar uma pesquisa com qualidade, discutindo os clássicos, e a formação era consistente; hoje a produção de conhecimento é pragmática e utilitarista, com aplicação imediata de acordo com as demandas do mercado, e o tempo passou a ser contado em pontos nos currículos e em dinheiro.

Esses inúmeros fatores vêm precarizando a saúde dos trabalhadores da universidade, que vivem hoje em constante estresse, pressão e ameaças, sem vida própria, social ou familiar.

A situação a que chegamos decorreu de um processo, não tão longo assim, que se iniciou a partir da ditadura.

Em síntese, com as sucessivas políticas governamentais as universidades estão sendo transformadas em organizações sociais competitivas e inseridas no mercado, concluindo, dessa forma, o Plano Diretor da Reforma de Estado, iniciado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Além de uma razão econômica concreta, as reformas educacionais e os projetos que gravitam em torno delas atendem, também, a imperativos políticos no complexo terreno das ideologias. Em um contexto com alto nível de desemprego, notadamente entre os jovens, e de impossibilidade de aplicação de políticas que levem à reversão desse quadro, a transformação das instituições de ensino em depositárias das esperanças de inserção social dos setores da juventude está sendo largamente utilizada pelos governos neoliberais como um instrumento de governabilidade.

Dessa forma, concluímos que as políticas educacionais vigentes para o ensino superior são, de fato, continuidade ou mais um episódio da contrarreforma de modernização conservadora e elitista encetada pela ditadura militar-burguesa de 1964, e isto ocorre sem prejuízos aos aportes específicos introduzidos pelas políticas neoliberais.

No entanto, é necessário destacar, também, que os movimentos de resistência à consolidação desse projeto de universidade seguem ocorrendo. No dia 27 de maio de 2014, as UEPs deflagraram um amplo movimento de greve, envolvendo os três segmentos, por aumento salarial, em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, e pela democratização da universidade. O movimento ainda não foi encerrado e não podemos comentar os seus resultados. Mas, certamente, o refrão do movimento é adequado à situação: a luta continua.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 19.851 de 11 de abril de 1931. Estatuto das Universidades Brasileiras. *Diário Oficial*, p. 5800, 15 abr. 1931.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 4024/61*. Brasília, DF: Senado Federal, 1961.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

CUNHA, L. A. *A universidade reformada*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DAL RI, N. M. *Sindicato, autonomia e gestão democrática na universidade*. 1997. 221 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Apresentação da reforma universitária ao colendo conselho universitário pelo Diretório Central dos Estudantes de São Paulo*. São Paulo: DCE, 1962.

ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS. *Documento final*. Belo Horizonte: UFMG, 1988. Mimeografado.

FERNANDES, F. *A universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

GOLDEMBERG, J. As verbas para as universidades paulistas. *O Estado de S. Paulo*, p. 2, 4 jun. 1996.

RANIERI, N. *Autonomia universitária*. São Paulo: EDUSP, 1994.

REFORMA universitária: relatório do Grupo de Trabalho. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 50, n. 111, p. 119-175, jul./set. 1968.

RELATÓRIO Meira Matos. *Paz e Terra*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 9, p. 199-241, out. 1969.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto n. 29.598, 2 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre providências visando a autonomia universitária. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 3 fev.1989. Seção I.

_____. Lei n. 7 949, 16 de julho de 1992. Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 18 jul. 1992.

_____. Lei de 30 abril de 1996. Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 1 maio 1996. Poder Executivo.

SUCUPIRA, N. Definição dos Cursos de Pós-graduação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 100, p. 67-86, dez. 1965. (Parecer CFE 977/1965).

_____. A reestruturação das universidades federais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 50, n. 111, p. 83-95, jul./ set. 1968.

TEIXEIRA, Anísio. *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

VEIGA, L. Os projetos educativos como projetos de classe: Estado e universidade no Brasil (1954 - 1964). *Educação e Sociedade*, São Paulo, ano IV, n. 11, p. 25-71, jan. 1987.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. Educação no movimento social: a luta contra a precarização do ensino público. In: LIMA, F. C. S.; SOUSA, J. U. P.; CARDOSO, M. J. P. B. *Democratização e educação pública: sendas e veredas*. São Luís: Ed. da UFMA, 2011. cap. 6, p. 133-167.

FORMAÇÃO HUMANA E REPRESSÃO MILITAR: SUTILEZAS E CRUEZAS NO EXERCÍCIO DO PODER

Vandei Pinto da Silva

“[...] as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias.” (MARX; ENGELS, 1989, p. 36).

INTRODUÇÃO

O presente artigo se insere no contexto das atividades e reflexões realizadas em âmbito nacional por ocasião dos 50 anos do Golpe Militar ocorrido no Brasil. No ano de 2014 foram organizados eventos, constituídas Comissões da Verdade, realizados depoimentos, debates e manifestações com vistas a reavivar a memória acerca dos tristes feitos do Regime Militar e a exaltar os atos de resistência, sistematicamente reprimidos e negados pela história oficial.

O objetivo é discutir interferências da ditadura militar brasileira no processo de formação da consciência. Tomamos como pressuposto que a conduta ética dos indivíduos se constitui mediante contextos determinados. A maioria dos indivíduos baliza sua ação em conformidade com

a ideologia dominante, que busca internalizar nos indivíduos ditos tais como: “a corda sempre arrebenta do lado mais fraco”, “manda quem pode, obedece que tem juízo”.

A chancela oficial para o exercício da arbitrariedade no âmbito dos três poderes constituidores da república brasileira disseminou a insegurança, o medo e o terror, ao passo anestesiou consciências de modo a naturalizar o mal. Mas na história humana sempre há espaços para a resistência. Ela se manifesta quando da perspectiva biológica a perpetuação da espécie humana se vê ameaçada, o direito à vida é negado. Manifesta-se, também, quando, da perspectiva ideológica, o livre pensamento é cerceado e os direitos humanos negligenciados.

A metodologia adotada segue dois referenciais básicos: o resgate de memória pessoal, no qual predominará o uso da primeira pessoa do singular, e a análise de elementos da história da educação brasileira e dos determinantes da formação da consciência em tempos de exercício arbitrário do poder.

Quanto ao resgate da memória, na primeira parte do texto, partimos de memória relativa à experiência escolar vivida no período do regime militar, na qual a ênfase era a profissionalização e a formação moral e cívica, destinadas, respectivamente, ao preparo para o mercado de trabalho industrial e comercial e à formação ideológica requerida pelo sistema militar.

Em seguida tratamos da expansão do ensino e do processo de humanização, ainda inconclusos. Naquele contexto, na formação escolar oficial não havia espaço para reflexões de natureza filosófica, sociológica e histórica críticas. O máximo que se tolerava era a erudição diletante, privilégio das classes dominantes. Ao povo era reservada formação técnica elementar para exercício do trabalho em atividades semiespecializadas. Contudo, formas de resistência e contestação emergiram.

Na última parte, destacamos elementos constitutivos da formação da consciência. Advogamos que para além da formação escolar a consciência se forma na práxis, nas experiências advindas do campo da arte, especialmente a música, e de diferentes tipos de organizações sociais tais como os grupos de jovens católicos inspirados na Teologia da Libertação, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e a militância partidária e sindi-

cal. As condições precárias de vida mobilizavam a organização popular e o cerceamento do livre pensamento sensibilizava à percepção de mensagens de resistência e contestação, ainda que cifradas, apontando perspectivas de outro mundo possível.

Por fim, em que pese a pretensão militar de instituir pensamento único via mecanismos ideológicos e repressivos, concluímos que a formação da consciência transcende a tais imposições na medida em que a consciência se forma na práxis.

DE MEMÓRIAS ESPARSAS À RESIGNIFICAÇÃO DOS FATOS

Em 1978, quando cursava o segundo ano do secundário, o dia 31 de março ainda era uma data comemorativa, um feriado escolar dedicado a celebrar o suposto feito da então chamada “Revolução de 1964”. A presença dos estudantes era obrigatória nessa “data comemorativa” e a ausência punida com suspensão.

Eu mesmo fora vítima de suspensão. Em dia chuvoso a perua kombi atolou e o grupo daqueles “estudantes do sítio” chegou atrasado à comemoração cívica. Atraso nenhum era justificável, ainda que naquele caso, o fato tivesse sido testemunhado pelo servente da escola. Conformar-se à arbitrariedade do poder constituído fazia parte da lição.

Cumprir frisar que o separatismo campo e cidade, naquele contexto, se apresentava com forte discriminação dos “estudantes do sítio”. A discriminação dos lavradores compunha a proposta governamental de induzir a migração rural com vistas ao fortalecimento do comércio e da indústria. À dimensão ideológica de estigmatizar o “jacu do sítio” se soma a intervenção direta do governo na desvalorização da produção agrícola: não havia financiamentos e nem garantia de preço mínimo.

Por outro lado, a cidade prometia conforto: energia elétrica, água encanada, rede de esgoto, fogão a gás, TV, asfalto, etc. O lavrador, com suas mãos calejadas e a pele queimada pelo sol, sintetizava um tipo de trabalho com baixo *status* social. O próprio diretor do ginásio onde estudava certa feita esculachou toda a classe em virtude de alguns estudantes que fizeram baderna: “Vocês querem estudar ou pegar no cabo da enxada?” A

roça era o espaço a ser evitado. Nele só devia permanecer gente atrasada. Não importava a real situação de vida nas cidades, tudo parecia melhor que a zona rural. De fato, o povo do sítio sabia o que era tomar banho com 20 litros de água, estudar com lamparina de querosene queimando as sobranças. Mal sabiam os cidadãos de então e os futuros, que o conforto resultante do progresso em pouco tempo se esvaíria com o inchaço das cidades: a água da torneira seria imprópria ao consumo, o esgoto correria a céu aberto, as moradias se converteriam em favelas.

As datas cívicas sempre foram muito *utilizadas* nas escolas durante a repressão. Os rituais de comemoração são por demais conhecidos. Sob a Bandeira Brasileira hasteada cantava-se o Hino Nacional. A postura “escola firme”, os olhos fixos no horizonte e o silêncio deviam representar que à frente havia um ideal comum a ser seguido e nada podia obstaculizá-lo. Mas havia dissensos: olhares cabisbaixos, ouvidos moucos e risos marotos a simbolizar mentes distantes daqueles corpos aparentemente disciplinados. Declamavam-se textos, realizavam-se performances, cantos ufanistas. A formalidade sempre prezou a aparência, a exterioridade e superficialidade. Tais rituais são propícios a um tipo de formação moral e cívica. Exaltam o disciplinamento de mentes e corpos e fazem a doutrinação ideológica sustentadora do regime militar.

Refletir sobre os desdobramentos do Golpe Militar ocorrido no Brasil em 31 de março de 1964, sob a perspectiva da formação humana requer, também, discutir os impactos deste regime na formação escolarizada, no currículo e na autonomia dos professores.

Lembro-me bem do livro de Educação Moral e Cívica com a bandeira do Brasil na capa e na contracapa o Hino Nacional Brasileiro. A página da ficha catalográfica trazia a assinatura do General Presidente da República que chancelava a obra como apropriada à moral e aos bons costumes. “Imprima-se”.

No seu interior o livro ostentava com abundância fotos e feitos das autoridades governamentais. Fundação de Brasília, expansão da indústria automobilística, urbanização e construção de rodovias.

O amor à pátria se confundia com a reverência ao “Estado repressor” e seus generais de plantão. As riquezas e as belezas naturais do Brasil, a

cortesias do brasileiro, sua cultura e o futebol eram apropriados em função da manutenção do regime: “Quem não vive para servir ao Brasil, não serve para viver no Brasil”. “Ame-o ou deixe-o”. “Esse é um país que vai pra frente”, são lemas alardeados país afora.

O patriotismo enviesado ao culto ao “Estado repressor” trás consequências aos nossos dias. Penso ser importante resgatar o conceito de Pátria, compreendida como a valorização do chão brasileiro, da cultura nacional, o respeito às suas tradições, seus modos de celebração da vida e lazer. Mas isso não se desenvolve com Lei de Segurança Nacional, que de fato não propicia segurança ao povo, pois esta é conivente com o desmatamento da Amazônia, não suprime favelas, não realiza reforma agrária e nem investe na qualidade da escola pública básica.

Nos dias de hoje, com maior propriedade, podemos avaliar que os militares ostentaram feitos do progresso muito aquém das possibilidades dadas naquele contexto. A propaganda transmitia a imagem de um país que se desenvolvia de modo esplêndido. Os dissensos eram censurados. Era preciso alardear a “educação para todos” e os investimentos na indústria nacional e ocultar a cumplicidade com os latifundiários, as arbitrariedades em relação aos direitos humanos e os acordos MEC/USAID no campo da educação. Em verdade, o povo servia para ser usado como massa de manobra. A valorização da produção popular e da escola do povo e o respeito às diferenças inexistiam de fato.

EXPANSÃO DO ENSINO E HUMANIZAÇÃO: UM PROJETO INCONCLUSO

A educação foi um dos setores mais explorados pela propaganda do regime militar. O período da repressão coincide com a necessidade de criação de escolas para o povo.

No Brasil, o descaso com a formação do povo sempre foi gritante. Com isso, chegou-se ao final do século XX, com baixíssimo percentual de brasileiros que cursaram o ensino médio entre 15 e 17 anos. Para a maioria deles o ensino médio representa a última etapa da sua vida escolar. Segundo dados oficiais contidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), na parte I, Bases Legais, na década de 1990, a oferta de ensino médio na idade própria se reduz a 25% da população e

destes, tão somente 13% matricula-se no ensino superior. A taxa estimada de concluintes no ensino superior não supera os 7% (BRASIL, 1999, p. 24). Onde estão os feitos dos militares?

A avaliação dos dados do Censo da Educação Superior de 2010 indica dificuldades para se alcançar a meta de 30% de brasileiros formados em ensino superior, conforme proposta do Plano Nacional de Educação, enquanto não houver expansão e melhoria da qualidade da oferta de ensino médio, atualmente na casa dos 50% a 60% dos jovens. No caso da Educação Básica, em que pese a sua propalada universalização, as avaliações indicam altos índices de analfabetos funcionais.

O fato de até meados do século XX, o ensino, em todos os níveis, se restringir às camadas privilegiadas da população brasileira condiciona a diretriz da escola secundária, que naquele contexto, predominantemente se desmembrava no Clássico e no Científico. O Clássico objetivava a formação humanística, daí a abundante carga horária de disciplinas como literatura, história da arte, latim e filosofia. O Científico se destinava à formação no campo das ciências exatas e biológicas. Em ambos os casos, a meta era a boa qualidade do ensino e a erudição dos filhos das classes privilegiadas que frequentavam esses cursos.

Nas décadas de 1960 e 1970, em plena vigência do regime militar, se fez necessária a expansão da oferta de escolaridade elementar para as camadas populares. A ênfase da formação devia ser a profissionalização. A meta era preparar as massas expulsas da zona rural para atuarem na indústria e no comércio que se apresentavam promissores ao desenvolvimento do país. Nesse contexto, a diretriz econômica do desenvolvimentismo, somada à perspectiva militarista do pensamento único expurgou de vez a filosofia e a sociologia dos currículos oficiais do ensino secundário. O ensino de história converte-se em estudos sociais. Há carência de professores habilitados. São criadas as licenciaturas curtas (Lei 5692/71).

Os cursos técnicos profissionalizantes frequentados pelas camadas populares não habilitavam para a continuidade dos estudos no ensino superior. A Lei 5692/71 (BRASIL, 1971) redimensionou a diretriz profissionalizante do ensino secundário e atribuiu aos cursos técnicos o *status* de curso secundário. Mas na prática a desigualdade persistiu, pois as escolas

técnicas continuaram a oferecer seus cursos às classes populares e as escolas tradicionalmente conhecidas como de ensino propedêutico a preparar a burguesia para o ingresso no ensino superior. A formação universitária continuou sendo privilégio da classe dominante.

A abertura democrática, na década de 1980, possibilitou o retorno da filosofia e da sociologia à parte diversificada da *grade* curricular do segundo grau, na condição de disciplinas opcionais.

Destacamos que na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, em vigor, foi suprimida a expressão *Ensino de 2º Grau*, que deu lugar à expressão *Ensino Médio*. Com isso, em vez de três graus de ensino, a educação escolar brasileira passou a ser dividida em apenas dois níveis: Educação Básica e Educação Superior. É importante ressaltar essa mudança porque com ela o ensino médio passou a figurar como a etapa final da Educação Básica, portanto, parte da formação exigida a todo brasileiro, fato que se coaduna com a diretriz constitucional (Art. 208) da progressiva obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio. (BRASIL, 1988).

Quanto aos objetivos principais do ensino médio, a LDB (BRASIL, 1996), no Art. 35, prescreve:

- I) a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos;
- II) a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III) aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV) a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

A dimensão humana da formação do aluno encontra-se explicitada no item III do Art. 35 da lei. Cumpre ressaltar que a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico são metas específicas da filosofia e da sociologia, mesmo que não se restrinjam a elas. Ainda conforme a citada lei, o ensino médio deverá ter no mínimo três anos. Desde que atenda à formação geral básica do estudante, o ensino médio po-

derá introduzi-lo no exercício de profissões técnicas, princípio este que busca resguardar o estudante da profissionalização unilateral e precoce.

Especificamente em relação à filosofia e à sociologia, no Art. 36, Parágrafo 1º, Inc. III, a LDB determina que “Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que, ao final do ensino médio, o educando demonstre [...] domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários para o exercício da cidadania.”

A regulamentação da LDB através da Resolução da Câmara de Educação Básica nº 3/1998 (BRASIL, 1999, p. 101-107), que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), no Art. 3º, ressalta a necessidade de coerência com princípios estéticos, políticos e éticos, na formação do estudante. No Artigo 10, esta resolução determina que a base nacional comum dos currículos do ensino deverá contemplar as três áreas do conhecimento, a saber: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias. Contudo, a resolução é omissa a respeito da obrigatoriedade da filosofia e da sociologia na matriz curricular, admitindo para tais conteúdos um *tratamento interdisciplinar e contextualizado*.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) propõem um currículo baseado na formação de competências básicas e não no acúmulo de informação e preconizam a formação integral do estudante de ensino médio. “Propõe-se, no nível do Ensino Médio, a formação geral, em oposição à formação específica; o desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las; a capacidade de aprender, criar, formular, ao invés do simples exercício de memorização.” (BRASIL, 1999, 16).

O conjunto das leis da educação formulado no período que se segue à abertura democrática, representa a ambiguidade entre às pressões populares por educação pública, gratuita e democrática de boa qualidade e o interesse neoliberal de privatizar o ensino, ostentar índices mais promissores de oferta de vagas e atingir patamares de avaliação quantitativos compatíveis com as exigências dos órgãos estrangeiros financiadores da educação no país.

As leis da educação e os programas curriculares incorporam em seu discurso elementos do discurso contido no projeto de LDB construído pelo movimento popular organizado, o qual fora rechaçado pelo projeto de LDB do governo apresentado pelo então senador Darcy Ribeiro. Os objetivos de formar cidadãos críticos, participativos e autônomos se misturam com o projeto de formar cidadãos adaptados às leis de mercado. O investimento para a expansão da educação se mistura à privatização do ensino. Assim, se a meta “II) a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;” prevalecer em relação à meta “III) aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;”, ambas previstas na LDB, persistirá a situação descrita por Marx, ao tratar do trabalho alienado, quando chama atenção para a expropriação do humano nele contida.

Chega-se à conclusão de que o homem (o trabalhador) só se sente livremente activo nas suas funções animais – comer, beber e procriar, quando muito, na habitação, no adorno, etc. – enquanto nas funções humanas se vê reduzido a animal. O elemento animal torna-se humano e o humano animal. (MARX, 1993, p. 162).

A concepção de cidadania burguesa que requer a adaptação dos estudantes a modalidades de trabalho alienado não condiz com a formação para a autonomia e a crítica. Assim, cumprirá à filosofia e à sociologia inserir conceitos que favoreçam a formação geral dos alunos, nos âmbitos da reflexão sobre a ética, a estética e a cidadania e, por conseguinte, contribuir para a superação dos determinantes histórico-sociais desumanizadores e a elevação das possibilidades genuinamente humanas e transformadoras.

Embora imprescindíveis, os conhecimentos filosóficos e sociológicos, por si mesmos, não podem ser os únicos responsáveis para o alcance da *cidadania plena*. O desenvolvimento da visão abrangente do mundo depende também do conjunto dos conhecimentos das demais disciplinas da Educação Básica. Seria um equívoco conceber a filosofia e a sociologia como um *verniz de humanidade* na formação utilitarista predominante-

mente oferecida aos alunos e requerer delas a resolução de todos os problemas relacionados à formação unilateral do indivíduo.

Em suma, os documentos oficiais da educação ressaltam a importância da filosofia e da sociologia na formação do jovem. Suas contribuições são tidas como essenciais para que os alunos tenham uma formação humana integral. Mas, apesar desses documentos exaltarem a importância da filosofia e da sociologia, contraditoriamente, facultam o citado tratamento *interdisciplinar e contextualizado*. Com isso admitem que seu conteúdo possa ser contemplado por outras disciplinas e *ministrado* por profissionais sem licenciatura na área. Os desafios para a formação humanística e autônoma do estudante permanecem mesmo após a modificação de LDB, ocorrida em 2008, que passou a incluir as disciplinas de filosofia e de sociologia como obrigatórias no ensino médio, pois se verifica a tendência, em diferentes sistemas de ensino, de ingerência sobre a autonomia dos professores na elaboração de suas propostas.

DA PRODUÇÃO DA CONSCIÊNCIA: PERSPECTIVAS AO EXERCÍCIO DO PODER DEMOCRÁTICO

Uma pergunta que se faz é por que apesar das tentativas de controle ideológico exercido principalmente pela propaganda oficial do estado, pela escola e pela religião e do controle repressivo exercido pela polícia, o exército e a Lei de Segurança Nacional, as manifestações de resistência não foram caladas na vigência do Regime Militar brasileiro. Uma resposta plausível talvez esteja no fato de o processo de formação da consciência extrapolar aos limites institucionais, inclusive, os da educação escolarizada.

No caso da escola, evidencia-se que ela carrega as potencialidades e os limites de uma instituição oficial. Ao mesmo tempo em que favorece aos estudantes formação humana e acesso ao conhecimento científico, ainda que na sua versão escolarizada, a escola responde aos interesses da sociedade em que se situa, integrando (adaptando, se lê na LDB 9394/96) os estudantes ao modelo de sociedade predominante, no caso a sociedade capitalista.

Os idealistas consideram a consciência como algo dado *a priori*, ou determinado pela formação intelectual, unilateralmente. Os filósofos da práxis se opuseram a isto insistindo que “Não é a consciência que

determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência.” (p. 21), advogando que história se faz na atividade real e concreta. Como síntese, afirmam o que trouxemos como epígrafe deste texto: “[...] as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias.” (MARX; ENGELS, 1989, p. 36).

Para Gramsci (2004), o pensar e o agir, as concepções de vida e de mundo se constroem em contextos determinados e neles se dão as escolhas de modo a aproximar filosofia e política. Daí sua teoria de que todos os homens são capazes de pensar e, portanto, são de fato *filósofos*. A filosofia não fica restrita aos intelectuais, estudiosos e adeptos da ciência filosófica. O filosofar pertence a todos os homens. Como o autor busca mostrar, há uma filosofia espontânea e peculiar a todos os homens. A representação de que todos possuem a capacidade de filosofar está contida na linguagem (noções e conceitos determinados), no senso comum e bom senso e na religião popular (sistema de crenças, superstições e opiniões).

Semelhantemente, Sánchez Vázquez, em sua obra *Filosofia da práxis*, entende que “[...] a práxis ocupa o lugar central da filosofia que se concebe a si mesma não só como interpretação do mundo, mas também como elemento do processo de sua transformação.” (2007, p. 28). Na base da filosofia da práxis encontra-se, pois, o princípio expresso na XI tese de Marx sobre Feuerbach: “Os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; do que se trata, *porém*, é de *transformá-lo*.” (MARX; ENGELS, 1989, p. 97, grifos no original; a expressão porém foi acrescentada por Engels). Concordamos com os intérpretes e tradutores que enfatizam o “porém” acrescentado por Engels. Com isso, reconhecemos a importância da interpretação do mundo, mas indicamos que não se deve parar aí, é preciso dar o passo seguinte.

Para Sánchez Vázquez (2007, p. 33), o vínculo direto e imediato que a consciência comum pretende estabelecer com a produtividade pode obscurecer sua análise das coisas.

O homem comum e corrente considera-se a si mesmo como verdadeiro homem prático; é ele quem vive e atua praticamente. Dentro de seu mundo, as coisas não apenas são e existem *em si*, como também são e existem, sobretudo, pela sua significação prática, enquanto satisfazem necessidades imediatas de sua vida cotidiana.

Pode ocorrer de a consciência comum pensar atos práticos, mas não realizar a práxis, que supõe reflexão teórica crítica. Como se dá de fato a formação da consciência senão na práxis capaz de integrar ação e pensamento, as ideias e as experiências vividas?

Na academia a tendência é a de supervalorizar a emancipação intelectual. A emancipação política, a emancipação social e a emancipação humana viriam por acréscimo. A LDB em vigor também enfatizou “o desenvolvimento da autonomia intelectual” (BRASIL, 1996, Art. 35, Inc. III). A filosofia da práxis passou ao largo das discussões filosóficas no Brasil, onde predominou a leitura e a análise estrutural de textos e o estudo da história da filosofia como erudição.

Em grande medida, é ainda válida a crítica expressa na XI tese sobre Feuerbach “Os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras: do que se trata é de *transformá-lo*.” (p. 97).

Certamente, são vários os fatores que permitiram aos indivíduos superarem as imposições militares, a interpretar o mundo sem a estreiteza daqueles que nada enxergam além do seu próprio interesse. Para tanto, contribuiu a sensibilidade estética: as músicas de protesto (Chico, Caetano e Gil), o teatro (do Oprimido), o cinema. A linguagem musical demonstrou grande capacidade de formação da consciência e de mobilização em regiões onde o acesso ao teatro e ao cinema era raro. Talvez a contribuição da estética tenha sido maior que a da escola na formação da consciência *para si*.

Por outro lado, foi importante a inserção dos indivíduos em movimentos sociais organizados, na militância política e a própria origem de classe, dando o sentido da pertença ao coletivo, da solidariedade e do sentimento de justiça social, tão em refluxo na contemporaneidade. A participação em Comunidades de Base ou Eclesiais de Base fundamentadas na Teologia da Libertação também exerceu papel significativo. Enfim, cada um poderia listar suas experiências vividas, sem as quais a compreensão do mundo não superaria a consciência *em si*.

Há eu se notar que a doutrinação, o fundamentalismo religioso ou político se esvaem quando os indivíduos são postos ante os dilemas cruciais da sua existência. Quando são colocados ante as necessidades e valores reais da vida: o trabalho, a dignidade, a justiça, a liberdade, a amizade e o amor.

Como destacou Gramsci os indivíduos sempre são instados a elaborar sua concepção de mundo e a fazer escolhas. Assim, em diferentes situações e graus os indivíduos são colocados na condição de exercer algum tipo de poder.

O Estado sempre utilizou o poder repressivo (os rapazes do sexo masculino são obrigados ao alistamento militar) e o poder ideológico. Os militares o fizeram sem escrúpulos, mas não deixaram de apresentar seus feitos.

Como bem ressalta Foucault em *Microfísica do poder*:

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que ele seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. (1986, p. 8).

Os militares também buscaram utilizar a crise política da época. Ao tomarem um país subdesenvolvido e sem investimento em educação popular, qualquer coisa que fizessem devia parecer um esplendor. Como já mencionado anteriormente, o ideário de escola elementar para o povo só vingou com a entrada do país na indústria.

De fato, o poder tem suas bases de sustentação. Tem poder que os que têm a posse do capital (latifundiários, banqueiros, industriais, por exemplo), os que dominam o poder judiciário, o poder legislativo, o poder executivo e, também, os que possuem conhecimentos e os que se organizam. Os militares desconsideraram as duas últimas bases no exercício do poder, abusaram da força.

O exercício do poder, contudo, é sempre problemático. Seja ele por delegação de voto, por eleição direta ou por indicação. O poder sempre pode *subir à cabeça*. Daí o entendimento de que a democracia deva então ser entendida como permanente construção. É preciso atenção à participação popular e paciência histórica. Há muita mudança de lugar de classe e traição a princípios.

Enfim, se nada há de positivo advindo da ditadura militar brasileira, o mesmo não se pode dizer da organização popular no período, pois

nas contradições do movimento histórico muitas transformações foram gestadas. Consideramos que a oportunidade de rememorar a história como sujeito ativo contribui para ressignificar os fatos e opor-se a versão oficial da pretendida Revolução (PRADO JÚNIOR, 2000). De fato, deve predominar o entendimento de que o Golpe de 64 foi um grave impedimento à construção democrática brasileira. Tais memórias significam que não se deve *baixar a guarda*. As forças democráticas devem se organizar para que resquícios da ditadura não mais se manifestem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil – 1988*. 2. ed. São Paulo: Ed. Jalovi, 1988.

_____. Lei 5692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. *Suplemento Especial do Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 set. 1971.

_____. Lei 7044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei n.º 5692, referente à profissionalização do ensino de 2º grau. In: _____. *Legislação de Ensino de 1º e 2º Graus (Federal)*. São Paulo: SE, CENP, 1982. v. IX.

_____. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Suplemento do Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 248, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Parte I. Bases Legais. Brasília, DF, 1999.

_____. Resolução nº 4 de 16 de agosto de 2006. Altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 ago. 2006. Seção 1, p. 15.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 6. ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Grall, 1986.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

PRADO JÚNIOR, Caio. A revolução brasileira. In: PRADO JÚNIOR, Caio; FERNANDES, Florestan. *Clássicos sobre a revolução brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2000. p. 25-53.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. *Filosofia da práxis*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociais – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MEMÓRIA E TESTEMUNHOS DOS TEMPOS DE DITADURA: MILITÂNCIA(S), VIVÊNCIA(S), SOBREVIVÊNCIA E COMEMORAÇÕES¹

Lidia M. V. Possas

O presente trabalho tem como objetivo tomar a questão do exercício da narrativa, como ato de lembrar/esquecer, ao mesmo tempo da criação dos espaços de memória referentes a história recente do Brasil e da América Latina. Estudos sobre a memória, vem se colocando de maneira intensa na fase de superação das ditaduras militares mediante o processo democrático que se coloca bem como o interesse da sociedade civil e dos atores sociais envolvidos diretamente na reconstrução do período.

Lembrar foi e esta sendo, em muitos países do Cone Sul, uma forma de restaurar a cidadania destruída, os laços familiares e sociais dissolvidos pela violência, sendo grande parte perdidos diante do exílio compulsório durante a vigência do Estado Terrorista² em passado próximo.

¹ O tema foi alvo de um debate entre historiadoras e uma militante do PC e feminista no evento *50 Anos do Golpe Militar*, realizado na Unesp/Marília em abril de 2014.

² Estado que segundo Irene Cardoso (1990), houve uma produção do terror, assim como a produção do esquecimento, via lei de Anistia: “a própria experiência do terror, com seu efeito residual, cria dificuldades e mesmo impossibilidades de nomear esta experiência, dificultando a construção de símbolos ou representações.”

Os crimes de lesa humanidade³, cometidos estão sendo priorizados pelo Estado de Direito na luta por Justiça e passam a ser divulgados em tribunais, fóruns e *juícios* por meio da narrativa, do relato dos sobreviventes como prova testemunhal das experiências e dos sofrimentos vividos, uma vez que a prova documental, circunstancial e escrita sofreu a destruição intencional dos operadores no exercício do poder visando apagar qualquer indício comprometedor.

É evidente que houve distinções quanto as práticas, a operacionalidade dos sistemas repressivos internos das ditaduras. No Brasil, segundo Calveiro (2013, p. 8-9) houve a reorganização do aparelho repressivo instalado, sendo que empenhava-se em ações repressivas seletivas, que preservou uma aparente normalidade institucional, cujo grau de violência variava conforme o alvo, “sendo que as Forças Armadas assumiram o papel de polícia política, estruturando um Estado para disseminar a obediência, eliminando oposições e divergências”.

O projeto de repressão e controle brasileiro constitui-se em uma ampla rede de espionagem, censura e sofisticada propaganda política, agindo sob a aparente legalidade, embora tenha reutilizado os cemitérios públicos com valas clandestinas para acobertar corpos de prisioneiros torturados. Agia-se, portanto em função das diretrizes do Conselho de Segurança Nacional que se submetia à Presidência da República. Comparando as estatísticas dos mortos e desaparecidos nos países do Cone Sul, o Brasil tem um índice que não ultrapassa as centenas, embora não sejam os números que atestem a violência do aparato repressivo⁴.

No caso argentino, o que se observou foi a presença dos campos *de concentração clandestinos*, conhecidos pelas atividades concentracionis-

³ Segundo Parecer Técnico, firmado pelo Centro Internacional para a Justiça de Transição, no caso os países latino americanos, temos: “por força dos Princípios são crimes contra a humanidade: o assassinato, o extermínio, a escravidão, a deportação e qualquer outro ato desumano contra a população civil, ou a perseguição por motivos religiosos, raciais ou políticos, quando esses atos ou perseguições ocorram em conexão com qualquer crime contra a paz ou em qualquer crime de guerra” (SOARES; KISHI, 2009, p. 372).

⁴ As estatísticas apontam que, logo após o golpe de 1964, 50 mil pessoas foram presas no país e, segundo o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos, publicação da Comissão de Familiares de mortos e do Grupo Tortura Nunca mais/RJ de 1995, há uma estimativa incompleta de 339 mortos e desaparecidos. As estatísticas apresentam variações entre 379 e 475, levantadas durante o governo Lula. O Relatório da CNV (2012- 2013) coletou um grande volume de acervo documental que “não são suficientes para o trabalho de investigação da CNV e precisam ser confrontados com a coleta de depoimentos de vítimas, testemunhas e agentes institucionais” (1ª Relatório Preliminar de Pesquisa/CNV – 2012-2013). Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/anexo_final.pdf>. Acesso em: mar. 2013.

tas, cuja ação era de despersonalização dos prisioneiros, transformando-os em mortos-vivos antes de executá-los e do desaparecimento em massa de pessoas⁵.

As Forças Armadas, detentoras do poder em ambos os países, levaram avante a execução do projeto de homogeneização e disciplinamento da sociedade, de obediência acima de tudo à sua autoridade, que deveria ser reconhecida como legítima. Os militares “treinados para o silêncio, obediência e a morte” (CALVEIRO, 2013, p. 38) instituíram, ainda, os procedimentos burocráticos que implicava uma rotina e naturalizava as atrocidades cometidas, dificultando quaisquer questionamentos⁶.

Ressalta-se a difusão da cultura do medo, uma das heranças que ficaram na memória de todos aqueles que enfrentaram a estrutura repressiva e o sistema paralelo do poder que atuava de forma clandestina, direcionado para a ocultação de pessoas com a divulgação de notícias, por meio da imprensa colaboracionista, que alardeava a “imperiosa necessidade de erradicar a ameaça subversiva com métodos excepcionais” (p. 48).

Portanto retomar esse período da história política recente desses países é caminhar ao encontro de um esforço contra o esquecimento, algo contido em muitas mentes, pelo teor traumático vivenciado e dos lugares associados às pessoas, sendo que muitos daqueles espaços foram descaracterizados completamente com o fim da ditadura e a transição política para o Estado de direito, sendo reconstruídos, principalmente no caso argentino, como *Espacio para la Memoria*, a partir dos anos 90.

E nesse sentido penso que retomar a memória, seja relevante no sentido de produzir espaços outros de interpretação na medida que a polifônia existente evidencia as muitas possibilidades de versões. E foi nesse

⁵ Estima-se que, entre 1976 e 1982, hoº Rerlatoriove 340 campos de concentração/extermínio e que, por eles, passaram de 15 a 20 mil pessoas, sendo 90% assassinadas (CALVEIRO, 2013, p. 41). Entidades de Defesa dos Direitos Humanos falam no total de 30 mil desaparecidos (A Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP). Disponível em: <<http://www.desaparecidos.org/arg/conadep/lista-revisada>>. Acesso em: mar. 2013.

⁶ Durante a pesquisa realizada na cidade de Córdoba, no acervo provincial do Serviço de Informação do Exército, denominado “Paraderos”, localizei muitas mulheres, que, diante dos sequestros, “sugados” de seus maridos, compareciam aos órgãos policiais para obter informações e, seguindo os trâmites “legais”, preenchiam um documento de próprio punho às autoridades de Segurança local, explicando como se deu o sequestro e apelando por providências. Nessas caixas, encontrei mulheres que se tornaram viúvas/viudas diante do desaparecimento dos esposos.

sentido que priorizei as relações de gênero⁷, como uma decisão consciente carregada de subjetividade na medida em que sintonize a presença, a voz e a participação concreta das mulheres sejam como militantes, guerrilheiras e simpatizantes nas lutas contra os mecanismos repressivos tanto no Brasil, como na Argentina. E na condição de sujeito ativo desse processo histórico, elas (re)construíram identidades e resignificaram os papéis tradicionais atribuídos e como mães, esposas, avós, irmãs e viúvas passaram a reivindicar o direito à palavra como forma de existência, adentrando o espaço público. Tomar a sua narrativa veio ampliar sobremaneira os horizontes das experiências observadas, das vivências em um cotidiano conturbado pelas transformações culturais e políticas dos denominados “anos de chumbo”, em 70-80.

São as lembranças fortes referências para os indivíduos que no Brasil (1964 – 1983) como na Argentina (1976-1983) enfrentaram uma guerra interna declarada e um poder onipotente e inapelável justificando seus atos espúrios como sendo a defesa e a *luta contra a subversão, contra o perigo comunista*. A realidade, o cotidiano das pessoas foi reduzido a um universo binário, esferas contrárias e opostas: o igual, totalizador representado pelo duro poder do Estado e o diverso, o diferente ameaçador.

Nesse cenário político de opostos, a sociedade passou a ter a existência de um perigo do tipo bélico, que reduziu a realidade aos termos do enfrentamento militar, de modo que se moveu a indicação de intervenção a partir das “noções de amigo-inimigo, batalhas, guerras e aniquilamento” (CALVEIRO, 2013, p. 88).

No plano externo a Guerra Fria, resultado dos antagonismos ideológicos, dividia o mundo em dois grandes blocos e refletia essa bipolaridade diretamente na vida, no cotidiano e nas opções políticas das pessoas, da coletividade, colocando-os na posição de um Outro, o inimigo, diante das discordâncias a viver a totalidade imposta. Para os militares no poder, portanto, havia uma guerra a ser decidida e travada dentro e fora das fronteiras nacionais. Munidos de um discurso saneador, fundado na Doutrina de Segurança Nacional⁸, pensavam a partir de termos bélicos e, com isso,

⁷ Entendida como as diferenças não biológicas entre mulheres e homens, mas construídas, social e culturalmente através de papéis pré determinados, de práticas que estabelecem e reforçam relações de poder, de difícil superação devido a sua reprodução...

⁸ No Brasil, a doutrina da Segurança Nacional foi concebida tradicionalmente como proteção de fronteiras contra eventuais ataques externos; ao final dos anos 50, mudou para uma nova doutrina: a luta contra o inimigo

assumiram a profissionalização de combate e de repressão antes destinada à polícia. Essa justificativa foi tão presente e incorporada pelas organizações militares, seja durante, como após a ditadura, no caso de apuração dos crimes de lesa humanidade cometidos.

Com a pesquisa realizada⁹ e através de uma perspectiva de história comparativa (THEMI; BUSTAMANTE, 2007)¹⁰, constatei o quanto a história é complexa e plural diante de uma totalidade dada, e de como os conceitos naturalizados e a memória oficial podem ser desestabilizados. Pela historiografia que viveu o impacto do regime pode-se observar um certo enquadramento, a seleção de fatos que institui um passado, e que excluíram indivíduos, as cidadanias e as experiências vividas reforçando estereótipos e o que foi assustador: silenciaram protagonismos .

Ao tomar as vozes femininas, na condição de mulheres que enviuvaram, com a perda dos maridos /companheiros, como foco, no tempo presente, foi possível não só identificá-las, mas reconhecê-las recuperando suas vidas, os conflitos e tensões vividas em uma época de grandes mudanças comportamentais e de valores que vieram transformar as relações familiares, as relações entre os jovens e casais em um mundo polarizados ideologicamente. As opções político-ideológicas, a militância, a luta armada ou não, na maioria das vezes culminou em prisão, tortura e cárcere prolongado até o final do regime ditatorial.

Depois, com o fim, do regime , parcela significativas delas passaram ao engajamento em movimentos por justiça, por garantia e direitos ampliados com participação nos eventos e praticas comemorativas com a fase democrática instalada

principal, as “forças internas de agitação”. Com assessoria de técnicos americanos, teve a colaboração dos Institutos de Pesquisa em Estudos Sociais/ IPES e o Brasileiro de Ação Democrática/ IBAD sendo reelaborada pela Escola Superior de Guerra. Tratava-se de uma teoria de intervenção no processo político nacional. Foi usada para justificar o golpe de 64 e para a repressão aos movimentos de esquerda e de oposição ao regime (COIMBRA, 2000, p. 1-22).

⁹ Esse texto é uma parte simplificada da Pesquisa de Livre Docência, com o apoio do CNPq, defendida em 2014, abordando Feminismos, Gênero e Viuvez .A invisibilidade das narrativas de viúvas nos movimentos sociais e de resistência às Ditaduras. Brasil e Argentina nos anos 70-80.

¹⁰ O trabalho de Neide Theml e Regina Maria da Cunha Bustamente é exemplar nos estudos que tomam por objetivo aproximar realidades díspares, com preocupações de perceber distinções (THEML; BUSTAMENTE, 2007).

E foi nesse contexto que o estado civil da viuvez emergiu em suas múltiplas significações.

No Brasil há a permanência do termo jurídico legal – viuvez/ viúvas - e seu uso diante das garantias constitucionais retomadas pelos processos de indenizações dos cônjuges desaparecidos, a partir do governo de FHC (nas duas presidências: de 1995-1998 e 1999-2003) e, ampliada nas alterações dos discursos oferecidos nas Audiências Públicas convocadas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), Seção São Paulo (2012) .

Na Argentina, o termo foi alterado para *mujeres/companheiras de los desaparecidos*, e não *viudas*, assumindo uma representação de força e cunho político, ou seja de exigência legais que levou o Estado a considerar esse “novo” estado civil. Portadoras da legitimidade afixada elas passaram a exigir que o Estado de Direito instalado, pós 1983, assumisse as responsabilidades pelos crimes de lesa humanidade cometidos pelo terrorismo institucionalizado do sistema repressor. Essas mudanças exigiram lutas , principalmente a partir de 1984, com a definitiva suspensão das Leis de Ponto Final (1986), Obediência Devida (1987) e dos Indultos oferecidos aos militares (1990). No governo de Néstor Kirchner (2003-2006), *houve o que podemos denominar de “culto à Memória”, com a garantia política de reverter a condução dos processos e também de instalação e recuperação dos espaços que antes foram centros clandestinos de extermínio.*

Ao mesmo tempo, essas medidas se aproximaram das reivindicações de direitos humanos liderados por organizações, constituindo-se em movimentos políticos que partiram das relações familísticas, e da retomada de ações das mães, avós, irmãs e dos Filhos(as), porém jamais viúvas. Reconhecia-se que nesse caso, a viuvez não possuía a legitimidade necessária para esse tipo de luta? Estaria, essa relação familiar, tão impregnada pela tradição e conservadorismos das relações de gênero na América Latina que poderia inviabilizar a palavra?

Recorrendo as entrevistas detectei que as aproximações de mulheres viúvas com os movimentos feministas dos anos 80, foram inexistentes e contribuiu ainda mais para a permanência da invisibilidade daquelas mulheres, em sua condição de viuvez, uma vez que o protagonismo político com aquela identificação, foi percebida mais no Brasil.

E para compreender essas distinções tomei as trajetórias de mulheres brasileiras e argentinas engajadas ou não em movimentos de resistência ao regime militar, de lutas pela democratização, por direitos de indenização, de ter a palavra, de (re) construir as identidades.

Nos relatos de mulheres nas Comissões de Justiça e Verdade, realizadas no Brasil e nos Estados a partir de 2012, convocadas como testemunhas¹¹, deixam transparecer que enfrentaram uma luta ambígua e, na maioria das vezes, dissonante no campo das organizações de esquerda (RAGO, 2013), porém compõem uma memória emblemática, coletiva de um momento violento e dramático da vida política nacional. Para serem aceitas e respeitadas como mulheres e como guerrilheiras, tinham que colocar a luta acima de tudo; a Revolução era a prioridade. Ao testemunharem, observo que privilegiam a atuação militante no cotidiano, os riscos enfrentados, a descrição das torturas e, se estavam grávidas e tinham filhos, enfatizavam as dificuldades da maternidade frente à repressão. Assumir-se como viúvas na Argentina e no Brasil é um relato inexistente e, muitas vezes, omitido.

Ter sentimentos, assumir uma paixão poderia fragilizar e deslegitimar o relato, a denúncia, nesse momento de grande expectativa política na busca da Verdade e Justiça. Para pertencer aos quadros das organizações, era exigido uma completa doação dos indivíduos à causa, independentemente de serem mulheres ou homens. Os casais tentavam dissimular os afetos que, muitas vezes, resultavam em nascimento de crianças na clandestinidade, apesar da proibição das organizações. No Brasil, em uma delas, por exemplo, a AP/Ação Popular orientava: “A AP não tem casais de militantes. Tem militante individual.” (SCHLATTER, 2011, p. 396). A luta revolucionária em prol de um ideal maior era prioridade, e as relações afetivas não deveriam ser o foco das discussões, muito menos de relações entre homens e mulheres.

Assumir as afetividades, ter vida íntima, falar na 1ª pessoa, e deixar transparecer as subjetividades em um cotidiano de quebra de total de privacidade geraram conflitos e tensões, no interior das organizações, ocasionando quase sempre as tais reuniões coletivas de julgamento, de “auto crítica” no interior das células militantes.

¹¹ Disponíveis no site da CNV <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/05/instalada-a-comissao-nacional-da-verdade> e nas sub sedes estaduais>. Acesso em: mar. 2014.

No entanto, rompendo esse cenário havia exceções. As mulheres na condição de *viúvas* têm histórias para contar e quando sós, escreviam poesias no cárcere, cartas apaixonadas que deveriam seguir por mensageiros clandestinos, deixando transparecer afeto, a saudade e a solidão após a loucura de viver um grande amor, como dizia o poeta Vinicius de Moraes.

A juventude, como a geração que viveu esse anos dos esclarecimentos e de possibilidades de vislumbrar um devir social e revolucionário queriam fazer parte dessa construção ao mesmo tempo que realizavam descobertas pessoais e afetivas. Os casais, em geral, eram jovens e tinham, em média, de 18 a 25 anos.

O relato de Ana, uma jovem universitária cordobesa de 19 anos, que entrevistei, nos dá essa dimensão. Assumiu uma militância junto aos sindicatos quando conheceu Roberto Cristina, 21 anos. Ambos se apaixonaram, vivendo um romance que resultou no nascimento de uma filha, que não chegou a conhecer o pai. Para ela, sua vida íntima foi plena por ter tido uma grande paixão, que terminou com o sequestro e o desaparecimento do *marido* em 1978. Em um caderno de anotações, Ana dedicou várias poesias ao “Cabezón”, cognome de Roberto, quando ainda não tinha certeza se poderia ser incluído entre a lista de desaparecidos de Córdoba: *? no hay corpo*, ela enfatizou.

Segue a Primavera
 esto no es joda
 teres treinta años
 y esta noche, sola
 te vivieste insolente este Septiembre
 a levantar los timbres de mi ansiedade, sellada
 a mostrarme, ofensiva
 a toda esta gran ternura,
 Sy... Primavera
 Esto se que nos es joda
 Mis treinta
 Tantas ganas
 y... tão sola (MOLINA, 15 mar. 2013).¹²

¹² Entrevista com A. MOLINA, hoje é uma linda mulher de 63 anos. Mora só em uma casa inconfundível como ela: alta torre circular, um farol, em vários andares repleta de recordações: quadros, objetos, cabides com chalés, colares e brinquedos da neta. Continua assumindo o compromisso da luta dos Familiares dos Desaparecidos. Vive do trabalho que realiza em casa com psicologia terapêutica, aromas. Condena o machismo que considera internalizado pelas mulheres.

Vivendo hoje em sua casa, o “farol” em um dos bairros de Córdoba, conversamos sobre a sua vida, a eterna saudade e do seu engajamento em organizações de direitos humanos. Tem uma postura esclarecida das lutas das mulheres de sua geração. Conhece a obra de Simone de Beauvoir e leu as cartas de Rosa de Luxemburgo contra o autoritarismo do partido. *No somos como Bibelot, no! Sino como mujer.*

Ao fazer uma retrospectiva da militância e do sequestro do companheiro em 1978, que lhe tirou o chão, ressalta que foi presa apenas algumas horas, sendo solta logo em seguida, após perguntas do oficial. O medo de viver com a sua ausência em Buenos Aires, onde morava, a fez retornar à cidade de Córdoba e levar a filha para casa de parentes. Iniciou um longo período, segundo ela, difícil, de construção de si, com altos e baixos momentos curtidos na vida noturna e boemia, para depois reencontrar-se e prosseguir vivendo. Foi nesse tempo, anos 80, que começou a registrar em um caderno, ideias aparentemente desconexas, com palavras, ora riscadas, repetidas em busca de um termo que melhor refletisse os sentimentos sentidos; poesias que mesclam à paixão vivida, a solidão, a saudade em uma cidade repleta de recordações.

Essas histórias pessoais, mesmo carregadas pela memória coletiva de um momento, onde o presente sucita o passado, refazem as subjetividades encolhidas, reservadas em algum canto e explicitam vivências que nas comemorações ficam abafadas pelo compromisso coletivo de Verdade e Justiça, pelos hinos e apologias aos heróis. As ilusões e as decepções sentidas convergem sim no tempo presente em lutas, participação em organizações, movimentos sociais porém conseguem conciliar vozes dissonantes onde o eu e o Outro podem ser captados seja pela defesa da Justiça, em campanhas contra violência doméstica e pela existência.

Uma figura feminina brasileira emblemática é a da viuva Clarice Herzog¹³, cujo marido, Vladimir Herzog, foi assassinado em 1975, nos porões do DOI-CODI em São Paulo. Seria porque a versão oficial do “suicídio” ainda prevalecia? Explicação que ela não nunca aceitou.

¹³ Na época, com 33 anos e mãe de dois filhos pequenos. Não aceitou a versão oficial do suicídio do marido. Após 37 anos de luta, conseguiu o Atestado de Óbito em setembro de 2013, emitido pela Justiça de São Paulo. Disponível em: <<http://claudia.abril.com.br/materia/viuva-de-vladimir-herzog-clarice-desabafa-pago-impostos-para-sustentar-torturadores?p=/comportamento/sociedade>>. Acesso em: maio 2009.

Clarice, diante do fato, assumiu o espaço público, sendo logo reconhecida em todo o país. Não se isolou e concedeu várias entrevistas. Em uma delas¹⁴, a de 1996, o seu relato oferece indícios valiosos e, ao mesmo tempo, contraditórios para compreender como a experiência da memória opera, e como os significados são retidos. Um deles, ao narrar o seu próprio comportamento ao assumir-se enquanto viúva diante da morte de seu marido, incorporou o novo estado civil e, com ele, e, por meio dele, identificou-se na luta contra os órgãos da repressão, embora mantendo o estigma e a representação de uma situação onde a mulher viúva pode ser colocada em suspeição:

Eu queria provar que o Vlado tinha sido assassinado. O Exército era responsável porque ele morreu nas instalações do 2º Exército. Não quis abrir um processo de indenização porque achava que havia uma comoção popular positiva, favorável e se eu o abrisse, eventualmente corria o risco de inverter esse clima, pois iam falar - o corpo nem esfria e a *viúva já vai em busca do ouro*. (grifo nosso).

E, prosseguindo, em um outro momento, ao referir-se à sua sogra, D. Zora, que tinha

Enviuvado três anos antes, ela confirmou uma outra representação da viuvez, talvez a mais tradicional: a situação da mulher em desalento, de perda do sentido da vida e de identidade

quando ocorre a viuvez:

Quando o pai do Vlado morreu, ela ficou muito mal porque de certa forma sentiu que não tinha mais função, que havia perdido seu espaço. Com a morte do filho ela ganhou um espaço para cuidar da gente, para cuidar dos netos.

E ao final, ao ser indagada sobre os seus sentimentos pessoais diante da trágica perda e

o lugar do luto, ou seja entendendo o recolhimento esperado de uma mulher que enviuvou,
ela reforçou: O baque é tão grande, é um negócio impressionante, que quebra, que rompe
mesmo mas o luto mesmo fui viver muitos anos depois.

¹⁴ Entrevista concedida a Alípio Freire, editor da *T&D*. em 30/01/1996.

São essas sutis percepções da viuvez, mediante a violência política vivenciada e dos sentimentos aflorados, como ser colocada em suspeição, a necessidade de rever a identidade e enfrentar a morte estão cristalizados naquele testemunho, naquela narrativa dos anos 90. No entanto, em outro momento, em setembro de 2013, como empresária e novamente casada, ela ainda é a “viuva de”, embora o tempo relatado de outrora seja resignificado em função do seu presente e do país em que vivemos:

O atestado não me incomodava. Não andava com ele na mão. Para mim e para a sociedade, estava claro que fora assassinato. O que me incomoda é que pago impostos para sustentar torturadores que estão trabalhando em órgãos governamentais. A grande vitória será desmascarar esses caras. Não é revanchismo, temos o direito de saber. Eles devem ser penalizados porque fomos castigados a vida toda. A mudança do atestado provoca a emoção da vitória política, da desmoralização do que acontecia nos porões do DOI-Codi. Não é revanchismo, temos o direito de saber. Eles devem ser penalizados porque fomos castigados a vida toda. A mudança do atestado provoca a emoção da vitória política, da desmoralização do que acontecia nos porões do DOI-Codi.¹⁵

Inserir as memórias, com as individualidades, as cores de subjetividades que contem , nesse momento de comemorações de um passado próximo para um *Brasil. Nunca Mais!* é forma de colaborar para o fortalecimento dos processos democráticos em curso no Brasil e na América Latina, diante das possibilidades e garantias constitucionais firmadas de modo que possamos avaliar e superar o passado revisto .

Em nesses 50 Anos do Golpe Militar no Brasil, construído também pelas narrativas femininas, pelas experiências e vivências compartilhadas temos a oportunidade de rever essa fase truculenta de nossa história recente, onde as memórias, no processo de rememoração oferecem a oportunidade de novas interpretações , de uma revisão historiográfica em um presente que se coloca com toda a sua diversidade de sujeitos e interpretações . Cabe à nós historiadoras/(res) em nosso ofício vislumbrar em nosso horizonte de espera que devemos estar atentas aos protagonismos, sejam femininos e masculinos, uma vez que essas presenças enriquecem e possibilitam compreender as mediações dos conflitos e do consenso.

¹⁵ Essa entrevista foi concedida a Adriana Negreiros e Bianca Castro, jornalistas da Revista Claudia, com o título: *Viúva de Vladimir Herzog, Clarice desabafa: “Pago impostos para sustentar torturadores”*.

REFERÊNCIAS

CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Bomtempo, 2013.

CARDOSO, Irene. Memória de 68: terror e interdição do passado. *Tempo Social*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 101-112, 2º sem. 1990.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 5, n. 2, p. 1-22, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722000000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: jan. 2014.

COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS (CONADEP). Lista Revisada de los desaparecidos en Argentina. Disponível em: <<http://www.desaparecidos.org/arg/conadep/lista-revisada/>>. Acesso em: jan. 2014.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções as subjetividade*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2013.

SCHLATTER, Sergio Luis. Sujeitos e amores: revolução e relações pessoais. In: PEDRO, Joana; WOLFF, Cristina; VEIGA, Ana (Coord.). *Resistências, gênero e feminismos no Cone Sul*. Florianópolis: UFSC, 2011. p. 391-407.

SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada (Coord.). *Memória e verdade*. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2009.

THEML, Neide; BUSTAMENTE, Regina Maria da Cunha. História comparada: olhares plurais. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jun. 2007.

FONTES

HERZOG, Clarice. Memória: direitos humanos. Entrevista [jan. 1996]. Entrevistador: Alípio Freire. *Teoria e Debate*, São Paulo, n. 30, nov./dez. 1995/jan. 1996. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editoral/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/memoria-direitos-humanos-clarice-herzog>>. Acesso em: jan. 2014.

HERZOG, Clarice. Pago impostos para sustentar torturadores. Entrevista [nov. 2012]. Entrevistadoras: Adriana Negreiros e Bianca Castro. *Claudia*, São Paulo, nov. 2012. Postado por Adriana Negreiros em 28 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.adriananegreiros.com/2013/03/clarice-herzog.html>>. Acesso em: jan. 2014.

MOLINA, A. Entrevista [mar. 2013]. Entrevistadora: Lidia M. V. Possas. Córdoba, Argentina, 15 mar. 2013.

A INSURGÊNCIA DO FEMINISMO POPULAR SOB A DITADURA MILITAR

Maria Amélia de Almeida Teles

[...] Percebemos que tínhamos nossas reivindicações. E como não nos enxergamos como mulheres que tínhamos nossas reivindicações e não tomarmos consciência desta discriminação no meio de um processo que falava de mudanças, de transformação social, de igualdade? [...]
(GRAMMÁTICO, 2012, p. 113, tradução nossa).

A ditadura militar imposta por meio do golpe de 1964 destruiu as frágeis estruturas do estado democrático e os mais diversos movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos, colocados sob suspeição por defenderem bandeiras de liberdades políticas, justiça social e direitos para a população.

Por outro lado, ainda que sob a mais ferrenha clandestinidade os movimentos renasciam, resistiam e traziam aspirações democráticas e revolucionárias. Um destes movimentos foi o do feminismo.

Pretendo neste texto apresentar a situação das mulheres na ditadura militar e a insurgência do feminismo. Vou dividir em três fases o histórico da atuação dessas mulheres para esclarecer melhor a complexidade da questão. Primeiramente devo falar da fase pré-golpista, onde as

mulheres encontravam-se dispersas e uma expressiva maioria mantinha-se sob o jugo de conservadores de extrema direita.

Em seguida, vou apresentar a segunda fase, ao fazer um breve relato das condições de vida e trabalho da maioria da população feminina ocorridas com as mudanças provocadas pela ditadura militar e o capitalismo internacional e ao mesmo tempo mostrar a participação e a militância das mulheres de esquerda que enfrentavam a ditadura nas diversas formas políticas inclusive na luta armada.

Na terceira fase, resalto o pioneirismo das mulheres populares que romperam com o silêncio, a censura, à repressão política e a dinâmica limitada do cotidiano para ocupar ruas e praças na luta contra a alta do custo de vida, em defesa da anistia, das liberdades políticas, por creches e contra a ditadura. Defenderam o direito de serem feministas, os direitos à sexualidade e ao prazer sexual, o direito de serem mulheres lésbicas. Defenderam prostitutas perseguidas covardemente pela polícia. Denunciaram as torturas cometidas pela ditadura, a violência sexual sofrida pelas presas políticas.

Quero lembrar que participei ativamente desses três momentos históricos que hoje, têm sido lembrados nos eventos dedicados aos “50 anos do golpe militar”. Eu pertenci ao Partido Comunista desde meus 15 anos de idade e em 1964, estava com 19 anos quando houve o golpe militar. Era uma trabalhadora da Cia Siderúrgica Mannesmann situada no Barreiro de Baixo, na grande Belo Horizonte. Fui perseguida durante os anos de ditadura, vivi por quase oito anos na clandestinidade, fui presa, torturada juntamente com toda minha família.

PRIMEIRA FASE: QUANDO AS MULHERES AINDA ERAM POLITICAMENTE INOFENSIVAS...

As mulheres foram excluídas da política antes do golpe. Em 1957, no governo do Juscelino Kubstichek, foi proibida e fechada a Federação de Mulheres do Brasil, a organização nacional de mulheres sob a influência do Partido Comunista. Os homens comunistas não se manifestaram e mantiveram seu apoio ao governo do JK. Segundo Heleieth Safiotti¹

¹ Heleieth Safiotti, teórica feminista (1934-2010).

Logo no início do governo Juscelino Kubitschek, as autoridades brasileiras suspenderam o funcionamento de grande número de associações femininas, dentre as quais figuravam a Associação Feminina do Distrito Federal e a Federação de Mulheres do Brasil, à qual se filiava a primeira. (SAFIOTTI, 2013, p. 387).

As mulheres comunistas estavam dispersas em relação às lutas chamadas “específicas”. Estavam, portanto, pouco mobilizadas.

Enquanto isso, entidades financiadas pelos Estados Unidos eram criadas como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Formulavam e implementavam estratégias para colocar a opinião pública contrária aos comunistas e, principalmente ao governo do João Goulart (Jango). Manipulavam informações para obter o apoio efetivo ao movimento golpista. Criaram, juntamente com mulheres de classe média alta, na sua maioria católicas, organizações “femininas” como Campanha das Mulheres pela Democracia (CAMDE), no Rio de Janeiro, Liga Democrática de Mulheres (LIMDE), em Minas Gerais, entre outras. Prepararam as “massas femininas” convocando-as para a “Marcha com Deus Pela Família e Pela Liberdade”. Mobilizaram milhares e milhares de mulheres em diversas capitais e cidades brasileiras. Ao todo foram registradas 49 manifestações massivas golpistas por meio desta Marcha, em capitais e cidades maiores.

Amélia Molina Bastos, professora primária, aposentada, fundadora e presidente da Camde esclarece como foi criada sua entidade:

[...] Sou neta, sobrinha e irmã de general. [...] Aqui nesta casa foi fundada a Camde. Meu irmão, Antônio Mendonça Molina, vinha trabalhando há muito tempo no Serviço Secreto do Exército contra os comunistas. Nesse dia, 12 de junho de 1962, eu tinha reunido aqui alguns vizinhos, 22 famílias ao todo. Era parte de um trabalho meu para a paróquia Nossa Senhora da Paz. Nesse dia o vigário disse assim: ‘Mas a coisa está preta. Isso tudo não adianta nada porque a coisa está muito ruim e eu acho que se as mulheres não se meterem, nós estamos perdidos. A mulher deve ser obediente. Ela é intuitiva, enquanto o homem é objetivo.’ (TELES, 1993, p. 54).

As “organizações femininas” assim criadas vão colocar milhares de mulheres nas ruas para derrubar o governo do Jango. Com cartazes como: *Não à foice e martelo, pelo verde e amarelo* ou *Vermelho só é bom no batom*, poucos dias antes do golpe militar, as mulheres guiadas por padres e mulheres brancas da classe média vão às ruas em marcha exigindo a destituição do governo legitimamente eleito do João Goulart.

René Dreifuss descreve sobre a estratégia usada pelos golpistas:

A mais significativa conquista do IPES no campo da mobilização política e ideológica consistia na utilização das classes médias como nova clientela política e o desenvolvimento de meios para mobilizá-las, com êxito, como uma massa de manobra, efeito que os partidos e frentes tradicionais não se dispuseram ou se capacitaram a alcançar. A mobilização das classes médias conferia a aparência de amplo apoio popular à elite orgânica e a mídia coordenada pelo IPES proporcionava grande cobertura às atividades dessas classes médias mobilizadas. Na atmosfera elitista do Brasil, as demandas das classes médias eram vistas como o ponto de referência para a identificação da legítima pressão popular. [Além de tudo,] o que o IPES viu como uma de suas conquistas de maior êxito foi a ‘descoberta’ dos grupos femininos de pressão, tão ampla e eficazmente usados dez anos mais tarde contra o governo constitucional de Salvador Allende, no Chile, e para os quais a experiência brasileira forneceu o modelo. (DREIFUSS, 1981, p. 291 apud CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 280).

Assim a ditadura militar é implantada no Brasil, o que trouxe mais violência e sofrimento para o povo brasileiro. Exportou para os demais países da região a implantação de ditaduras similares.

ALTERAÇÕES PROFUNDAS NA VIDA DAS MULHERES

[...] a este grau de confronto se somou um tipo de questionamento que afetava diretamente as relações hierárquicas entre os sexos e que iria conduzindo pouco a pouco a transformações na vida familiar, na forma em que as mulheres se posicionavam nas relações domésticas público-políticas, a indagação do próprio desejo, a exploração do corpo e da mente, a produção do conhecimento ou a busca de uma mudança social radical. (FEIJOÓ; NARI, 1994 apud ANDÚJAR, 2009, p. 11).

Na segunda fase, a atuação de mulheres se desenvolve em dois sentidos.

Num primeiro sentido, pode-se observar que a incidência de alterações do cotidiano, do trabalho e da vida social e cultural, atingiu de forma mais abrangente as mulheres. Vários fatores contribuíram para estas mudanças. Houve um deslocamento da população do campo para a cidade. Se antes do golpe, dois terços dos brasileiros viviam no campo, a situação se inverteu devido à falta da reforma agrária. A classe trabalhadora vivia sob o arrocho salarial, submetida às condições precárias, com altos índices de acidentes de trabalho e horas extras. Expandia-se o capitalismo o que tornou o Brasil a oitava potência industrial do mundo. As cidades cresceram, sem a infra-estrutura adequada, aumentaram as favelas, os cortiços, as periferias e subúrbios. O índice da mortalidade infantil cresceu de maneira assustadora principalmente nos grandes centros urbanos. As mulheres saíram em busca de trabalho, o que contribuiu para o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Em 1950, as mulheres representavam 13,5% da força de trabalho. Em 1976, eram 28,8% e, em 1985, 37%. Na realidade, cresceu mais a participação das mulheres do que a dos homens no mercado de trabalho. Conciliar o trabalho nas empresas, sem creches, tem sido ainda um dos grandes desafios para as mulheres. A descoberta da pílula anticoncepcional possibilitou para as mulheres ter o prazer sexual sem medo de uma gravidez indesejada.

No mundo, retoma-se o feminismo, cresce a segunda onda feminista que busca igualdade e direitos de escolha de ser ou não ser mãe.

Por sua vez, a ditadura impôs o controle da natalidade por meio da Bemfam- Sociedade do Bem Estar da Família, o que levou milhões de mulheres a serem esterilizadas. O governo militar assumiu um caráter ambíguo: mantinha uma postura oficial de não intervencionismo na vida reprodutiva. Mas na prática abria caminhos, com subsídios e facilidades substanciais para ações antinatalistas, com acordos entre as secretarias de saúde e a Bemfam nos diversos estados brasileiros, priorizando os mais pobres, impondo a esterilização em massa. Os serviços públicos de saúde não ofereciam sequer informação e muito menos orientação quanto ao uso dos meios contraceptivos. Esta postura contribuiu enormemente para a expansão das esterilizações femininas. Os índices apresentados naquela época

já eram altíssimos: Em Pernambuco, 18,9% das mulheres de 15 a 44 anos se encontravam esterilizadas (trompas ligadas) enquanto 12,5% usavam pílulas; em Manaus, 33% das mulheres estavam com as trompas ligadas; 17% no Piauí, 15% das paulistas. Estavam excluídas destes cálculos, as mulheres esterilizadas por outros motivos, como abortos mal feitos ou pelo uso inadequado de pílulas ou do DIU (Folha de São Paulo, 17/07/1983). A ação da Bemfam e de outras entidades congêneres, com o suporte do estado brasileiro, reduziu drasticamente os índices de fertilidade no Brasil, inclusive em áreas com baixa densidade demográfica como a Amazônia.

As mulheres foram assunto censurado e proibido pela ditadura. A *Revista Realidade* de no. 10, de janeiro de 1967, foi totalmente vetada pela censura por apresentar o resultado de uma pesquisa sobre o que pensam as mulheres brasileiras (1.200 mulheres foram entrevistadas nesta pesquisa). Segundo os censores, o que determinou o veto total à revista foi a reportagem “Assista um parto até o fim”. A foto da mãe que acabava de ter o bebê mostrava uma mulher de costas. Não havia nenhuma exposição dos órgãos genitais da parturiente. Mesmo assim os censores alegaram que era “um atentado à moral e aos bons costumes”.

O jornal *Movimento* de no. 45 (1976) tratava da situação das mulheres no trabalho e teve sua edição totalmente apreendida. Até as tabelas do IBGE foram proibidas.

Portanto, as brasileiras mesmo com informações truncadas ou sem informações reinventaram formas de sobrevivência e de realização pessoal e social, sob a mais ferrenha ditadura.

Outro aspecto da participação das mulheres, refere-se aquelas que militavam nas organizações de esquerda. Na luta contra a ditadura militar, deve-se ressaltar a participação dessas mulheres nas mais de 40 organizações de esquerda, clandestinas, sob a ameaça de extermínio, o que depois de fato aconteceu. A ditadura dizimou todas as organizações de esquerda na última etapa da repressão mesmo aquelas que não participaram da luta armada.

Houve mulheres que participaram da guerrilha urbana e rural. Os índices de participação de mulheres não são nada desprezíveis. Segundo o “Brasil Nunca Mais”, das 7.367 pessoas que foram processadas pela Jus-

tiça Militar, 88% eram homens e 12% eram mulheres. O Estado Maior do Exército fez um estudo de presos políticos (pertencentes aos movimentos guerrilheiros) que se encontravam em quartéis no ano de 1970, ou seja, um total de mais de 500. Segundo este estudo, 56% eram estudantes. A idade média era de 23 anos. 26% eram mulheres. Na Guerrilha do Araguaia (ocorrida no sul do Pará entre 1972 a 1975), dos 70 guerrilheiros desaparecidos, 17 % eram mulheres.

Houve mulheres que lideraram greves, participaram no comando de ações armadas, imprimiram clandestinamente jornais e publicações, transportavam armas e retiravam pessoas clandestinas dos “aparelhos” e as levavam para outros lugares mais seguros. Em 1968, as greves operárias levantaram o ânimo das forças políticas de esquerda. Em Contagem, Minas Gerais, houve a primeira greve contra o arrocho salarial imposto pela ditadura. Esta greve foi dirigida por uma mulher, Conceição Imaculada de Oliveira.

As mulheres por decisão própria foram participar dos movimentos guerrilheiros. Romperam com preconceitos e barreiras junto à sociedade, em geral, e, também dentro de suas próprias organizações de esquerda. Muitas foram assassinadas, tombaram de maneira corajosa mas suas histórias permanecem ignoradas e anônimas.

No Dossiê Ditadura, feito pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, há a denúncia de 51 casos referentes a presas políticas assassinadas ou desaparecidas, o que significa aproximadamente 11% do total das vítimas.

Das mulheres que estiveram na luta, algumas tiveram que deixar companheiros, crianças e a família. Deixaram de lado os tabus sobre a sexualidade e romperam com os estereótipos femininos de *submissas, indecisas, dependentes*.

Vera Silvia de Araújo Magalhães (1948-2007) foi uma guerrilheira bastante jovem, com 21 anos de idade (TELES; LEITE, 2013, p. 34). Queria conquistar o bem estar do povo, o que era inaceitável para os ditadores. Pertenceu ao MR-8² e foi a primeira mulher de sua organização

² MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro – organização, política socialista que participou da luta armada contra a ditadura militar. O nome “8 de Outubro” se deu em memória ao dia em que Ernesto “Che” Guevara foi morto na Bolívia: 8 de outubro de 1967.

a participar da luta armada. Anos mais tarde, ela declarou em uma entrevista que

[...] era a única mulher no meio de sete homens. Fiz um puto esforço para chegar lá. A minha militância política foi uma batalha, porque além de tudo, havia o preconceito machista.

Dinalva Oliveira Teixeira, mulher negra (1945-1973) foi guerrilheira do Araguaia. Era geóloga e única mulher a chegar a ser vice-comandante na guerrilha. Era exímia atiradora e por isso muito conhecida na região. Teria sido capturada viva pelos agentes do Exército. O Coronel do Exército, Pedro Cabral, um dos agentes que participou dos combates contra os guerrilheiros, com torturas, assassinatos e ocultamento dos cadáveres, disse que ela estaria grávida quando foi seqüestrada. Houve crianças nascidas em cativeiros, filhas de guerrilheiras ou guerrilheiros e que não foram entregues aos seus familiares. Foram para orfanato ou para agentes de polícia ou militares.

As desigualdades das mulheres refletiam nas relações desiguais de poder dentro das próprias organizações de esquerda. Ao serem seqüestradas pelo inimigo, foram submetidas às torturas e principalmente a violência sexual, o estupro, o abortamento, o afastamento abrupto dos filhos, entre outras atrocidades.

Ines Etienne Romeu, integrante da direção da VAR-Palmares, foi submetida a torturas por um tempo maior e de modo mais intenso do que as demais que foram mantidas vivas. Aliás, ela é a única sobrevivente da Casa da Morte, em Petrópolis, estado do Rio, um dos centros de extermínio de opositores à ditadura militar. Inês foi estuprada pelos agentes da repressão e submetida a todo tipo de torturas.

Aqui coloquei alguns casos. Mas são muitas mulheres que sobreviveram e que dão seus testemunhos às Comissões da Verdade dos estupros e outras violências sofridas.

Quero também destacar que havia mulheres que atuavam no aparato repressivo. Integravam as equipes de atividades externas de buscas que visavam prender ou seqüestrar militantes. A repressão usava um suposto casal de namorados para espionar, perseguir e prender militantes. Mas nas

equipes de tortura, de um modo geral, só participavam homens. Os militares não confiavam nas mulheres para exercerem a violência com regularidade e até as últimas consequências.

AS MULHERES OCUPAM AS RUAS...

“[...] *aprendemos a ser independentes* [...]”³

Na terceira fase, vamos encontrar, num primeiro plano, as mulheres organizadas nas periferias, sejam nos clubes de mães ligados à Igreja Católica. O ano de 1975 foi declarado pela ONU o Ano Internacional da Mulher. As mulheres aproveitaram a brecha criada pela ONU e se mostraram publicamente nas lutas contra o custo de vida e pela criação de creches, na luta por anistia. Criaram o primeiro jornal feminista desta época: *Brasil Mulher*. Ressalta-se que as mulheres foram o primeiro movimento social a sair às ruas depois da edição do AI-5⁴.

Portanto, pela ordem cronológica, primeiramente as mulheres saíram às ruas, nos movimentos contra a carestia, depois, em 1977, saíram os estudantes e, posteriormente, em 1978, os operários e sindicalistas fizeram greve, ocupando fábricas, estádios e ruas.

As experiências das mulheres nos espaços públicos forjaram um feminismo engajado com as causas populares, políticas e voltado preferencialmente para as classes trabalhadoras. Em plena ditadura, as feministas não temeram desvelar o cotidiano com questões como a sexualidade, a legalização do aborto, o trabalho doméstico e a violência contra as mulheres. Levantaram de maneira ousada que as questões do mundo privado são imprescindíveis para a transformação da sociedade numa perspectiva justa e igualitária.

³ Odete Marques era integrante de um Clube de Mães da Zona Sul da cidade de São Paulo e do Movimento do custo de Vida, em 1975.

⁴ AI-5 – Ato Institucional no. 5 foi baixado em 13/12/1968. Ampliou os poderes do Executivo para fechar o Congresso Nacional, cassar parlamentares e integrantes do Executivo, em nível federal, estadual, municipal, demitir ou remover juizes, além de decretar a suspensão das garantias ao Judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, e a suspensão do *habeas corpus*. O AI-5 foi considerado a ditadura dentro da ditadura. (ALVES, 1984, p. 131).

As feministas recusaram a dupla moral, a manipulação política. Tais idéias passaram a ser divulgadas nos jornais feministas que surgiram à época: *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*. O feminismo forjou as lutas contrárias à ditadura que defendiam anistia, liberdades democráticas, eleições livres e diretas. Criaram novas formas de participação política abrindo caminhos para movimentos de lésbicas, gays e travestis, movimentos de mulheres negras e movimentos sindicais. O feminismo foi construído no campo da esquerda, mas com força decisiva das mulheres da periferia, das universidades e dos sindicatos. Não se deixou isolar. O feminismo comprometeu-se de imediato com a luta de classes sem abrir mão de suas causas específicas. Foi paulatinamente aprendendo a lidar com a dupla militância. O feminismo buscou formas de criar, articular e consolidar organizações de mulheres. Foi a partir das feministas que foi tomada a iniciativa de realizar o 1º Congresso da Mulher Paulista, em 1979, ano da anistia política. Tal evento teve uma enorme repercussão nacional e popularizou de forma definitiva o feminismo. Anos antes, em 1975, foram realizados encontros no Rio e São Paulo que politizaram as questões das mulheres. O feminismo buscou fundamentar suas experiências e argumentos em teóricas revolucionárias como Alessandra Kollontai, Simone de Beauvoir e Juliet Mitchell.

Maria Moraes ao se referir aos estudos feministas da época reforça que:

As preferências literárias das feministas revelam a preocupação com certas questões centrais para as quais o marxismo fornecia um modelo explicativo [...] as teses de Marx e Engels sobre as origens da família e da propriedade privada constituem uma contribuição básica para a formulação da teoria da opressão. (TELES; LEITE, 2013, p. 261).

Alessandra Kollontai introduz a temática do amor, da paixão e da liberdade no debate político pós revolução proletária de 1917. Trouxe contribuições valiosas para a politização do cotidiano. Kollontai ressalta que o amor não é uma questão privada mas, um precioso fator social. Aliás o que a diferencia das demais teóricas é o desejo de dar uma nova qualidade às relações entre mulheres e homens, a necessidade de introduzir questões da sexualidade ao indivíduo e à subjetividade no pensamento marxista.

Simone de Beauvoir, em 1949, questionou a maternidade como destino *natural* das mulheres. Ela introduziu dois conceitos: de *situação e alteridade* que podem ser resumidos no desejo a uma liberdade autônoma das mulheres e a descoberta de uma situação imposta em que os homens estabelecem a condição do outro. As mulheres querem decidir sobre suas vidas e suas decisões são limitadas às exigências de uma situação que as constituem como impossibilitadas ou incapazes de serem reconhecidas como “sujeitos políticos, titulares de direitos”. Sua frase: *Ninguém nasce mulher, torna-se é a síntese do seu pensamento que entende que a subordinação das mulheres não é uma condição biológica mas sim uma construção social.*

Juliet Mitchell escreveu em 1966 que a revolução das mulheres é a mais longa pois considera imprescindível para a libertação das mulheres uma transformação de todas as estruturas nas quais elas estão integradas. Ela considera que o feminismo da década de 1960 traz no seu bojo uma radicalidade jamais encontrada anteriormente. Primeiramente ela afirma que as feministas tomaram consciência de que o oprimido (o operário) também é opressor das mulheres. Por outro ela destaca que a opressão das mulheres *manifesta-se tanto na miséria econômica quanto na cultural, e em todas as classes sociais.*

Outras autoras também contribuíram para a construção do feminismo ainda sob a ditadura militar. Heleieth Safiotti (1934 – 2010) teórica e militante feminista brasileira, foi a que mais iluminou nossas ideias naqueles tempos sombrios.

Quando de sua morte, fiz um memorial em homenagem a ela e aqui vai um trecho:

Iniciava-se a organização de alguns grupos feministas que se reuniam para trocar experiências pessoais e políticas, mas para tratar também da situação e dos entraves políticos que se interpunham contra os movimentos, o que dificultava a vivência, a reflexão, pontos fundamentais para transformar a vida e o trabalho das mulheres. Como deixar de ser submissa, ter direitos como o de escolha, o de decidir inclusive sobre o próprio corpo, se todo o povo vivia calado e cabisbaixo? Como enfrentar esta situação, com o intenso e constante cerco da repressão política que intimidava, censurava, humilhava e maltratava a sociedade brasileira? Os feminismos se desenvolvem nas ações coletivas de mulheres e a ditadura proibia o ajuntamento e a reunião de pessoas. Como desabrochar os feminismos, de forma isolada, reprimida e censurada?

Os feminismos dependem dos coletivos de mulheres. Nesse sentido, todas as mulheres conscientes de que devem lutar por direitos são merecedoras de serem referenciadas. Mas Heleieth foi tudo isso e mais: com sua produção intelectual, ela construiu novos marcos teóricos que ampliam e aprofundam o entendimento das condições para o pleno desenvolvimento da sociedade com igualdade e justiça social.

As feministas que retomaram os movimentos na década de 1970, em sua grande maioria, eram originárias das organizações políticas de esquerda. Comprometidas, com as causas populares e com a transformação da sociedade, precisavam superar os desafios impostos pela ditadura. Mas também havia a rejeição da própria esquerda que considerava o movimento feminista *um desvio da luta de classes*. De um modo geral, não havia um acúmulo teórico sobre os feminismos. Eram escassos os materiais sobre o tema. Às vezes, chegavam papéis datilografados que continham as idéias das feministas do exterior. Tinham pouco alcance, havia dificuldade de circulação entre os grupos. Eram difíceis a reprodução e o debate sobre estes poucos textos: *A Revolução mais longa* de Juliet Mitchell ou *A mais valia do Trabalho Doméstico* de Isabel Larguia, dentre outros. Impunha-se a necessidade de conhecer as bases teóricas dos temas feministas e aprofundar os estudos e debates. Era imprescindível o apoio da esquerda. Mas como convencê-la a apoiar os feminismos emergentes? Eram necessários novos marcos teóricos para mostrar que os feminismos não eram contrários à luta de classes, nem às bandeiras políticas de defesa de liberdades, programa que unificava a oposição. Como encontrar estes marcos teóricos? Onde? Com quem? É justamente neste momento, que as feministas encontram Heleieth, feminista pioneira desta onda, que já vinha antes, há quase duas décadas, desenvolvendo idéias, estudos e teses sobre a emancipação das mulheres na sociedade de classes⁵, na área acadêmica, a despeito de todo o preconceito que colocava o assunto submerso no silêncio e na invisibilidade. Ela enfrentou, solitariamente, com coragem, competência e altivez, as críticas que lhe dirigiram as diversas forças políticas inclusive de intelectuais, que não a aceitavam, por se atrever a ser feminista, marxista e intelectual no espaço da Universidade. Ela era convicta de sua postura teórica e ideológica, não abria mão de seus princípios. Sofreu também uma certa desconfiança junto aos setores progressistas da oposição.

Na sua tese de doutorado defendida em 1966 e publicada em 1969: *A Mulher na Sociedade de Classes*, Heleieth demonstrou que atuar pela libertação das mulheres exige o engajamento na luta de classes. *Temos que remeter a luta de emancipação feminina à luta de classes*, declaração dela ao jornal Brasil Mulher, em 09/10/1975. Naqueles anos contur-

⁵ Em 1969 foi publicado o livro *Mulher na sociedade de classes. Mito e realidade*. São Paulo: Ed. Quatro Artes, 1969.

bados em que se entendiam lutas específicas e gerais como antagônicas, seus estudos definiram um rumo aos movimentos: as lutas das mulheres e as lutas de classes devem caminhar juntas e estão entrelaçadas pelo mesmo sistema de opressão e exploração. (texto publicado no site da Revista “Caros Amigos”, em dezembro de 2010).

CONCLUSÕES

As mulheres foram manipuladas no período pré-golpe e foram excluídas da política, o que resultou numa ditadura de 21 anos que trouxe seqüelas e danos até o momento irreparáveis, como a militarização da vida pública, a desconfiança, a insegurança social e o pensamento dicotômico.

No entanto, as mulheres participaram da luta contra a ditadura militar das mais diversas formas, não temeram as conseqüências, muitas tiveram suas vidas ceifadas. Fizeram greves, passeatas, participaram da luta armada. Sofreram a repressão, torturas, violências sexuais mas mantiveram a altivez. Foram alvo da censura política. Denunciaram seus algozes e defenderam as liberdades políticas e a anistia ampla, geral e irrestrita a todas as pessoas perseguidas e presas pela ditadura. Criaram novas formas de fazer política. Organizaram movimentos populares que desmascararam o “milagre econômico” brasileiro responsável pelo arrocho salarial e inflação.

O feminismo se manifestou pela criação da imprensa feminista (jornais: *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*). Segundo o pesquisador Luis Vitale (1987, p. 273), no Brasil em fins da ditadura (1985), havia quase 200 grupos feministas de norte a sul do país.

No bojo desse contexto, insurge o feminismo de caráter popular, que veio para ficar e reinventar novas formas de luta para que sejam alcançadas novas perspectivas para a sociedade democrática, justa e solidária.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petropolis: Vozes, 1984.

ANDÚJAR, Andrea et al. (Comp.). *De minifaldas, militâncias y revoluciones: exploraciones sobre los 70 em la Argentina*. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2009.

CODATO, Adriano Nuevo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-018>. Acesso em: 2013.

GRAMMÁTICO, Karin. *Mujeres montoneras*. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2012.

SAFIOTTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa feminista*. São Paulo: Ed. Intermeios, 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VITALE, Luis. *La mitad invisible de la historia*. Buenos Aires: Sudamericana-Planeta, 1987.

A DITADURA MILITAR E A ECONOMIA BRASILEIRA

Francisco Luiz Corsi

A mesa “A ditadura militar e a economia brasileira”, da qual participaram os professores Adilson Marques Gennari e Felipe Pereira Loureiro, discutiu a economia brasileira no período da ditadura militar. Adilson Gennari fez uma ampla discussão sobre a economia nesta fase a partir de uma análise crítica de longo prazo, enfatizando as tendências de crescente subordinação ao capital estrangeiro e de concentração da renda e, portanto, de incremento das desigualdades sociais, apesar do intenso crescimento econômico, que beneficiou, sobretudo, as classes dominantes. Para Gennari, estas classes não tinham uma postura nacionalista e tenderam a se associar ao capital estrangeiro de forma subordinada. Os problemas da profunda desigualdade social, da miséria de grande parte da população e da exclusão, faces de um mesmo processo, expressavam determinações profundas que tinham origem em uma sociedade colonial assentada na

grande propriedade e na escravidão, voltada para a exportação de bens primários para a economia mundial. Estes problemas foram aprofundados no período da ditadura a partir da adoção de políticas econômicas que, além de estimularem a acumulação de capital, implicaram na contenção dos salários e no incremento explosivo da inflação, da dívida interna e da dívida externa.

O intenso crescimento no período acirrou uma série de contradições que contribuiriam para o ocaso da ditadura. Do ponto de vista econômico, o epicentro dos problemas foi o crescente endividamento externo, que resultou, no início dos anos 1980, em uma crise que asfixiou a economia brasileira e foi responsável por mais de 10 anos de estagnação econômica e crise social. De forma articulada ao crescente endividamento externo dois processos também contribuíram decisivamente para esse resultado, a saber: a escalada inflacionária e a crise fiscal. Estes problemas foram, em grande parte, frutos da política econômica dos governos militares. A crise da ditadura também marcou a crise do desenvolvimentismo, que tinha atingido seu ponto alto durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que propunha completar o processo de industrialização com base no padrão de acumulação fordista, quando este já estava em questão em virtude da crise estrutural do capitalismo aberta com a crise do petróleo.

Felipe Loureiro abordou em sua exposição a conjuntura que antecedeu ao golpe militar de março de 1964. Discutiu as políticas econômicas, em particular o Plano Trienal de Celso Furtado, e os principais problemas econômicos enfrentados naquele momento. Sua exposição abordou o posicionamento do governo dos EUA ante o governo Goulart. Buscou mostrar que o governo Kenedy, embora se opusesse firmemente a Goulart, não tinha como primeira opção de ação derrubá-lo, mas sim enfraquecê-lo e obrigá-lo a afastar-se dos comunistas. Ao lado do combate à inflação, o enfrentamento do grave desequilíbrio externo era outra questão fundamental para a estabilização da economia e para o sucesso do Plano Trienal. Para tanto eram necessários empréstimos externos. A sua concessão por parte os EUA e do Fundo Monetário Internacional (FMI) foi condicionada ao afastamento em relação à esquerda, ao respeito dos interesses das empresas estrangeiras que atuavam no país e a adoção de uma dura política de estabilização, que tinha por objetivo garantir os pagamentos ao capital

norte-americano e conduzir o governo brasileiro para uma posição de centro, considerada mais aceitável. Goulart tentou seguir essa linha, mas isso significava afastar-se de suas bases de sustentação política. Só quando ficou claro que essa evolução não seria possível é que o governo norte-americano passou a dedicar-se firmemente a derrubar o governo legítimo de Goulart.

Sem desconsiderar as determinações estruturais como importantes para entendermos o desfecho dos acontecimentos, Felipe procurou mostrar a complexidade e a importância das relações com os EUA para entendermos o golpe militar. Enquanto Gennari mostrou-se mais preocupado com as questões estruturais, Loureiro centrou sua análise na conjuntura. Não parece haver contradição entre as duas abordagens, elas parecem ser complementares. As duas interpretações ressaltaram a relevância dos processos econômicos naquele conturbado contexto para entendermos o golpe militar e as suas consequências para a economia brasileira.

Embora não possamos interpretar o golpe apenas como uma resposta de setores das classes dominantes aos embates acerca dos rumos da economia, estes embates estavam no centro da luta de classes à época. Sem desconsiderar a importância de inúmeros outros fatores, as presentes notas têm por objetivo refletir sobre essa questão e desenvolver minhas contribuições ao debate que se seguiu as exposições dos palestrantes. Mais especificamente as reflexões a seguir tratam dos projetos em confronto no período que antecedeu ao golpe de Estado.

Grosso modo, as lutas em torno dos rumos da economia estavam centradas em dois projetos para o Brasil, apesar da existência de outros projetos naquela complexa conjuntura. Porém, não estava decidido de antemão os rumos que a história seguiria. De um lado, o projeto formulado pela primeira vez ainda no Estado Novo, que visava industrializar o país com base em um mercado interno relativamente fechado, em ampla ação estatal na economia e no capital nacional. Este projeto também considerava que o desenvolvimento levaria ao incremento do emprego e dos salários e assim a superação da miséria. A melhoria do nível de vida dos trabalhadores também decorreria da legislação trabalhista, que, colocada como dívida do Estado, estenderia e preservaria os direitos sociais dos trabalhadores e criaria uma situação de harmonia entre o capital e o trabalho. Esta postura nacionalista não significava, entretanto, alijar o capital estrangeiro do pro-

cesso. Pelo contrário, Vargas buscou articulá-lo à expansão da economia brasileira. Não seria, por exemplo, possível entender a criação da grande siderurgia e da Companhia Vale do Rio Doce e a política externa do período sem levar em conta a posição de Vargas segundo a qual o capital estrangeiro seria fundamental para o financiamento do desenvolvimento. Posição também acalentada pela maior parte das classes dominantes. Este projeto foi esboçado em um contexto de relativa desarticulação da economia mundial decorrente da crise de 1929, da Grande Depressão da década de 1930 e da II Guerra Mundial, que abriu por cerca de quatro décadas espaço para capitalismo mais autônomos na periferia¹.

O programa desenvolvimentista não foi obstado pela breve guinada liberal de Dutra, que ao ter desembocado em uma severa crise cambial indicou a inviabilidade, naquele momento de reduzidos fluxos internacionais de capital e de desempenho fraco das exportações, do projeto liberal, baseado, sobretudo em uma economia aberta e estável². Dessa forma, as proposições de E. Gudín, que aparentemente tinham ganho terreno ante as de R. Simonsen a partir do celebre debate ocorrido, em 1945, entre ambos sobre os rumos da economia, perdiam espaço. Em pouco tempo, a industrialização, como defendia o líder nacionalista da burguesia industrial, seria considerada uma realidade irreversível e o caminho a ser trilhado. Diante dessa situação, a maioria dos liberais passaram a defender, ou aceitar taticamente, um desenvolvimento equilibrado entre agricultura e indústria ao invés da vocação agrária do país como norte para o futuro³. A esse respeito Bielschowsky (1988, p. 379) assinalou:

São escassos na literatura do período, os vestígios da tese da vocação agrária. O liberal Daniel de Carvalho, ministro da Agricultura, já diria em 1949: 'Assistimos ao advento e ao progresso das indústrias [...] Abrem-se, assim, largas perspectivas para a nossa industrialização. Convém, contudo, que essa se faça harmonicamente com a expansão

¹Ver a respeito Cano (2000) e Corsi (2000).

²Segundo Cano (2000, p. 20-21) a volta a uma economia mais aberta era inviável: "Mas a volta ao passado era uma ilusão. Não só ao passado político, mas principalmente ao passado econômico [...] Como bem mostrou Furtado, as investidas reacionárias internas e externas não poderiam frutificar, pois entre a crise (1929) e o início da década de 1950 nossa participação nas exportações mundiais caíra enquanto o PIB duplicara. Assim, não haveria como recompor o coeficiente de importações de 1929."

³O programa da União Democrática Nacional (UDN), partido que congregava a maioria dos liberais, defendia a necessidade do país desenvolver suas indústrias (BIELSCHOWSKY, 1988). Mas é óbvio que a defesa de uma economia aberta e com uma reduzida presença do Estado implicava em menor espaço para a expansão do setor industrial, que vinha crescendo a partir de um mercado relativamente fechado e de estímulos estatais.

da agricultura' [...] Era essa, na época, e seria, daí para frente, a tônica da defesa da agricultura no Brasil: necessidade de harmonia e equilíbrio entre a indústria e atividade agrícola. A concepção da vocação agrária encontrava-se, portanto, ultrapassada.

Contudo, os defensores de uma economia aberta e estável e de um Estado enxuto não tinham sido anulados econômica e politicamente, continuariam atuantes e polarizariam a cena política com os desenvolvimentistas. O campo desenvolvimentista comportava várias correntes, sendo que uma destas incorporou a necessidade do desenvolvimento centrado na indústria também ser pautado pelo equilíbrio monetário, fiscal e das contas externas e pela irrestrita participação do capital estrangeiro. Roberto Campos buscou articular ideias desenvolvimentistas com a ortodoxia neoliberal. Ele comungava com os liberais mais ortodoxos o diagnóstico da inflação e a forma de debelá-la. Também comungava com a ideia da necessidade de garantir a mais ampla participação do capital estrangeiro na economia brasileira⁴.

O avanço do projeto desenvolvimentista ao longo dos anos 1950 também deveu-se as suas bases sociais. Este projeto voltado para o mercado interno agregou ampla aliança de classes, que ia da burguesia industrial, passando por setores da burguesia agrária, comercial e financeira, a classe trabalhadora (FONSECA, 1989). Vargas foi o articulador desse instável arco de forças em torno da expansão do mercado interno, que no período democrático se expressava, de um lado, no Partido Social Democrático (PSD) e, de outro, no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Partidos que em aliança explícita ou tácita controlaram a vida política brasileira entre 1945 e 1964 (FERREIRA, 2003). O Partido Comunista Brasileiro (PCB), maior partido de esquerda à época, embora tivesse presença considerável no debate nacional e no movimento sindical, perdeu terreno a partir da dura repressão depois de ter sido colocado novamente na clandestinidade por Dutra. Sua proposta reformista, que defendia uma aliança entre o proletariado e a chamada burguesia nacional contra os latifundiários e o imperialismo, o colocava a reboque dos desenvolvimentistas⁵. O grosso da

⁴A respeito das correntes desenvolvimentistas no período ver Bielschowsky (1988).

⁵ Segundo Ianni (1986, p. 112-113): "Paralelamente à supressão do PCB e à campanha anticomunista, cresceu a importância relativa do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que passou a mobilizar o proletariado industrial

classe trabalhadora apoiava Vargas e o PTB, mas isso não significava passividade (SILVA; NEGRO, 2003). A União Democrática Nacional (UDN), que congregava as frações da burguesia agrária, comercial e financeira vinculadas as exportações e ao capital estrangeiro, defensores da estratégia liberal de desenvolvimento, apesar de ser uma força política importante, não conseguiu conquistar o poder, em parte pela aparente inviabilidade de seu projeto, mas tinha a capacidade de desestabilizar o regime democrático.

Vargas ao ser eleito, em 1950, aprofundou o projeto desenvolvimentista definindo amplo programa voltado para expandir a indústria de base e a infraestrutura, cujos pilares mestres foram o Plano de Reparilhamento Econômico (PRE), o projeto Eletrobrás, o projeto Petrobrás e a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Seu programa estava centrado no avanço do Departamento I (DI)⁶, o que, em tese, poderia conferir maior autonomia e equilíbrio a economia brasileira (OLIVEIRA, 1984). Vários obstáculos acabaram dificultando sobremaneira a execução do programa, que só parcialmente foi levado a cabo. Vargas não conseguiu controlar o processo inflacionário e os desequilíbrios das contas externas. Também não conseguiu articular o esperado financiamento externo do desenvolvimento, que seria fundamental para deslanchar o PRE, em virtude do esvaziamento da Comissão Mista Brasil-EUA, o que sugere a falta de sustentação de sua tentativa, na conjuntura mundial caracterizada pela guerra fria, de reeditar a política externa de condicionar o apoio aos EUA ao financiamento do desenvolvimento, que tinha logrado relativo sucesso durante a II Guerra Mundial.

Também não conseguiu equacionar a fundamental questão do financiamento interno do desenvolvimento. O padrão de acumulação desenvolvimentista era sustentado por um esquema de financiamento baseado no seguinte: 1- no chamado confisco cambial, que permitia por meio do controle do câmbio a transferência de parte do excedente produzido no se-

nos principais centros urbanos do país. Em concomitância, logo que a liderança comunista de Luiz Carlos Prestes foi colocada na clandestinidade, ressurgiu Vargas, como líder popular. Em pouco tempo, o populismo trabalhista de Getúlio Vargas transformou-se no principal elemento da ideologia e atividade do PTB. E assim eliminava-se do primeiro plano da política nacional o reformismo socialista do PCB.”

⁶Seguindo Oliveira (1984, p. 77), dividimos a economia em três departamentos, a saber: Departamento I (DI) – Departamento produtor de bens de produção, inclui os chamados bens intermediários; Departamento II (DII) – Departamento produtor de bens de consumo não duráveis e Departamento III (DIII) – Departamento produtor de bens de consumo duráveis.

tor agrário exportador para a indústria e para o Estado; 2- na expansão de setores do DI por meio de empresas estatais, o que implicava na emissão de moeda para cobrir os déficits públicos, e 3- na relativa contenção dos salários reais, que não tenderam a acompanhar o crescimento da produtividade do trabalho⁷. Esse esquema de financiamento era problemático, pois contribuía para incrementar a inflação em virtude do financiamento inflacionário do déficit público, para o desequilíbrio das contas externas ao desestimular o setor exportador e para aprofundar as desigualdades sociais, o que corroía as bases sustentação política do governo (OLIVEIRA, 1984; SINGER, 1985).

A partir de 1952 observa-se a ascensão do movimento sindical. Multiplicaram-se as greves e as mobilizações dos trabalhadores, que ganhavam cada vez mais autonomia ante o sindicato oficial. A crescente mobilização explodiu na greve “dos 300 mil” em São Paulo no início de 1953. O acirramento das lutas sindicais e a ampla participação das massas urbanas nos processos eleitorais ocupavam o centro da conjuntura naquele momento (SILVA; NEGRO, 2003). As mobilizações operárias indicavam afastamento dessa classe em relação a Vargas. Não por acaso, Jânio Quadros foi eleito prefeito de São Paulo, batendo o candidato oficial, apesar de não contar com estrutura partidária consistente. Um pouco depois, Ademar de Barros, que tinha ampla base de apoio junto aos trabalhadores de São Paulo, lançou-se como candidato as próximas eleições presidenciais. A aparente perda de influência sobre os trabalhadores, levou Vargas, em um contexto de desequilíbrio da economia e acirrada oposição por parte da UDN e da grande imprensa, a tentar uma reaproximação com os trabalhadores. Esta política tornou-se central para o governo manter sua principal base de sustentação (BOITO JR., 1984; SKIDMORE, 1982).

Na reforma ministerial de meados daquele ano, Vargas nomeou João Goulart para o Ministério do Trabalho com o intuito de caminhar nessa direção. Também nomeou Osvaldo Aranha para o Ministério da Fa-

⁷O governo Vargas só aumentaria o salário mínimo em 1952, que deflacionado pelo custo de vida do Rio de Janeiro situar-se-ia em um nível 20% maior que o de 1943. O salário mínimo seria novamente majorado em 100%, em 1954, o que representou um aumento real de 30% sobre o de 1952. O impacto dessa medida foi considerável, pois o salário mínimo servia de referências para as demais faixas salariais. Contudo, em termos reais, o salário anual médio da indústria caiu em 1951 e ficou estagnado em 1952 e 1953 (cerca de 4% acima do vigente em 1949). Em 1954, observa-se um crescimento de 9% em relação ao ano anterior. O salário médio real para os demais setores, provavelmente devido a menor organização sindical, deve ter apresentado números inferiores (SINGER, 1985, p. 37-42). Segundo Oliveira (1984, p. 79-80), os salários médios da indústria devem ter subido menos que a produtividade em 1951, acompanhado seu crescimento em 1952 e 1953 e se elevado mais em 1954.

zenda, que adotou uma política moderada de estabilização e introduziu a Resolução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que ao implicar em uma desvalorização do câmbio encareceu as importações de máquinas, equipamentos e matérias-primas para o setor industrial. Estas medidas descontentaram profundamente parcela importante dos setores da burguesia que apoiavam Vargas, ainda mais depois de Goulart propor um aumento de 100% do salário mínimo. Temerosas de uma ascensão descontrolada das mobilizações sociais, que poderiam levar a formação de uma “República Sindicalista”, estes setores afastaram-se do governo. A UDN, que até então não conseguia ganhar terreno e aglutinar o grosso das classes dominantes, capitalizou esse descontentamento, articulou um golpe de Estado e, momentaneamente, unificou as classes dominantes contra o populismo trabalhista. Este desfecho reafirma a proposição segundo a qual o tema central naquela conjuntura era a inserção da classe trabalhadora na vida política e isto relacionava-se diretamente com o programa de desenvolvimento (BOITO JR., 1984)

O suicídio de Vargas indica, entre outros pontos, os impasses do projeto de desenvolvimento mais autônomo, que decorriam não só das dificuldades de articular consistente esquema interno e externo de financiamento da acumulação de capital, mas também de não contar com sólido apoio dos próprios setores das classes dominantes favorecidos pelo desenvolvimento calcado no mercado interno. Estas frações de classe passavam por rápido processo de diferenciação social, cresciam os setores que viam com preocupação a mobilização operária e os setores vinculados ao capital estrangeiro. Como assinala Leopoldi (2000, p. 74):

O rápido crescimento da indústria e a emergência de novas agências decisórias no interior do Estado estavam mudando radicalmente a forma de ligação entre o Estado e o empresariado industrial. O setor industrial se compartimentalizava entre setores dinâmicos e tradicionais, setores locais, associados e estrangeiros, os quais se relacionavam com o Estado de forma segmentada.

Segundo Diniz e Boschi (1978, p. 113):

No que diz respeito a década de 1950, deve-se salientar que não apenas o empresariado brasileiro não tinha o nacionalismo como ideologia para a conservação de seu projeto político, como também já antevia,

ainda que de maneira embrionária, uma saída nos moldes de ‘desenvolvimento dependente associado’.

Entretanto, não havia espaço para a estratégia liberal, como ficou mais uma vez evidente no fracasso da tentativa de ajuste ortodoxo tentado por Gudin, entre setembro de 1954 e março do ano seguinte, na gestão Café Filho, que resultou em início de crise bancária em janeiro de 1955. Não resistindo as pressões contrárias ao aperto monetário e creditício por parte de amplos setores da burguesia industrial e bancária, Gudin renunciou. Porém, preparou o terreno para uma maior articulação da economia brasileira com o capital estrangeiro, por meio da Instrução 113 da SUMOC, que juntamente com outras medidas, aprovadas ainda no período Vargas, formaram o arcabouço institucional que permitiria ampla entrada de capital estrangeiro no governo Kubitschek.

O novo contexto internacional, formado a partir da retomada dos fluxos de capitais para a periferia em decorrência do incremento da concorrência intercapitalista entre os oligopólios norte-americanos, europeus e, um pouco mais tarde, japoneses após a reconstrução europeia, impactaria a forma de encaminhamento dos impasses do desenvolvimento ao redefinir a divisão internacional do trabalho. Como afirmou Oliveira (1984, p. 83):

Agora a industrialização das economias dependentes entrava na divisão internacional do trabalho do mundo capitalista como um a nova forma de expressão desse sistema, elevando-se do antigo patamar de produtores de matérias-primas versus produtores de manufaturados para produtores de manufaturados de consumo versus produtores de manufaturados de bens de produção.

Nesta mesma direção, Coutinho e Belluzzo (1984, p. 23), discutindo as disparidades do desenvolvimento na periferia, assinalaram:

Alguns poucos polos mais avançados podem ser considerados industrializados, outros, mais numerosas, encontram-se ainda percorrendo seu processo de industrialização. A grande maioria continua, entretanto, atada às formas pretéritas da divisão internacional do trabalho.

Esta nova configuração da economia mundial condicionou o projeto de Kubitschek, eleito com base em uma coligação entre o PSD

e o PTB, partidos que convergiam até então na defesa de um projeto de industrialização centrado no mercado interno e no capital nacional, apesar das inúmeras divergências entre ambos. Mais uma vez a UDN foi derrotada. O Plano de Metas de Juscelino, um bloco de investimentos complementares concentrados no tempo, buscava avançar de forma decisiva a industrialização, instalando ou completando a instalação dos setores de construção naval, material elétrico pesado, de máquinas, de refino e produção de petróleo e derivados, automobilístico e outros ramos do DIII, além de substantiva ampliação da infraestrutura de transporte, de produção de energia elétrica e da produção de bens intermediários. Além disso, propunha a construção de uma nova capital para o país (MELLO, 1982). Apesar do explícito objetivo de expandir a indústria de base e a infraestrutura, a instalação do DI não se completou, ao passo que o DIII foi praticamente constituído neste curto espaço de tempo. A implantação desse departamento encontrava respaldo no que diz respeito a seu mercado na demanda pré-existente represada por um longo período de controle das importações, como havia detectado a Comissão BNDE-CEPAL; na concentração da renda, que continuava a piorar com o aprofundamento do desenvolvimento, e na absorção de padrões de consumo dos países desenvolvidos. O resultado foi a manutenção dos desequilíbrios setoriais e regionais da economia, o que reafirmava, entre outros pontos, a dependência de bens de capital e de tecnologia importados. O desequilíbrio entre os departamentos continuaria a ser a causa fundamental da inflação e dos desequilíbrios nas contas externas. O programa de Juscelino ao abrir a economia brasileira para uma maior participação do capital estrangeiro adequava a economia brasileira as novas linhas da divisão internacional do trabalho. Este resultado, aparentemente não intencionalmente almejado, divergia dos objetivos do projeto varguista de um capitalismo mais autônomo e centrado no DI, embora este projeto também comungasse a necessidade de financiamento externo do desenvolvimento. Mas os desequilíbrios setoriais não ficaram tão evidentes naquele momento. Só na década de 1970 é que as defasagens entre os departamentos da economia se tornaram agudas (OLIVEIRA, 1984; SINGER, 1985).

O Plano de Metas também distava do projeto de varguistano tocante a relação com capital estrangeiro. Refletindo em parte uma conjun-

tura internacional caracterizada por baixos fluxos de capital, Vargas dava preferência para empréstimos de governo a governo como forma de financiar o desenvolvimento, o que garantiria o controle nacional dos projetos, embora tenha lutado para que uma empresa norte-americana instalasse a grande siderurgia e admitido o controle externo do empreendimento. O governo Kubitschek, expressado a nova composição e posições das classes dominantes, abrigava em seu interior tanto desenvolvimentistas nacionalistas quanto desenvolvimentistas defensores de uma ampla participação do capital estrangeiro na economia. Em uma situação de fraco desempenho do setor exportador, de queda nas relações de troca e de maior liquidez no mercado internacional, estes últimos ganharam terreno e o governo procurou, diante das enormes necessidades de importar bens de capital para garantir o salto qualitativo na estrutura econômica, enfrentar o problema do financiamento externo a partir de larga entrada de capital estrangeiro na forma de empréstimos e investimento direto, utilizando o arcabouço institucional já criado no período anterior. As empresas multinacionais que passaram a entrar em larga escala no Brasil acabariam em um curto espaço de tempo dominando os setores mais dinâmicos da economia, particularmente no DIII.

Entretanto, o Plano de Metas mantinha como linha mestra a expansão do mercado interno, que era fundamental para assegurar a aliança entre os dispareos setores das classes dominantes e agora também dos oligopólios internacionais, pois estes dirigiam-se para o Brasil para ocupar esse espaço de acumulação de capital e não para criar plataformas de exportação e ao fazer isso articulavam-se com setores das classes dominantes. Estas não eram na sua maior parte contra a participação do capital estrangeiro na economia brasileira. Mesmo Roberto Simonsen, um nacionalista, defendia a ampla participação do capital estrangeiro no financiamento do desenvolvimento. Porém, observam-se várias críticas as condições bastante favoráveis a sua entrada, proporcionadas pela Instrução 113 da SUMOC, que criava condições desiguais de competição, à medida que propiciava ao capital externo importar bens de capitais para os setores considerados prioritários sem cobertura cambial. Amplos setores da burguesia brasileira queriam as mesmas condições oferecidas ao capital estrangeiro.

Seja como for, a perda de espaço do capital nacional gerou a animosidade das forças nacionalistas. Alguns setores da burguesia industrial também ficaram contrariados, embora a maioria das frações das classes dominantes, alinhadas em torno do projeto de crescimento do mercado interno e no plano político em torno do PSD, visse o caminho seguido por Juscelino como uma maneira plausível de enfrentar os impasses do desenvolvimento, que Vargas não conseguiu superar. Contudo, isso começou a fraturar a aliança entre o PSD e o PTB, partido que a partir da defesa de um capitalismo nacional autônomo, da ampliação dos direitos trabalhistas e da distribuição de renda “representava a opção política” de amplos setores da classe trabalhadora e das classes médias. Paralelamente, observa-se um aparentemente esvaziamento dos partidos políticos ao final da década de 1950, quando da formação de frentes partidárias, como a frente nacionalista. Apesar de crescer em número de deputados, o PTB parecia estar deixando de representar aquela opção e dividia-se em vários grupos (SKIDMORE, 1982; REZENDE, 1999).

Esta crise também deveu-se ao crescente descontentamento social, que estimulou o crescimento das forças de esquerda nas cidades e no campo, o que levou, por exemplo, ao aguçamento das lutas pela reforma agrária e a perda de terreno das lideranças trabalhistas para a esquerda, sobretudo para o PCB, no movimento sindical. O descontentamento social estava umbilicalmente relacionado as formas de financiar a acumulação que perduravam desde o período Vargas, embora o projeto de desenvolvimento tivesse adquirido novas conotações. A forma de financiar o déficit público por meio de emissão e do incremento do crédito, entre outros fatores, alimentava a inflação, segurando o aumento real dos salários, que não acompanhava o crescimento da produtividade em uma economia em franca expansão. O resultado era o agravamento da concentração da renda (OLIVEIRA, 1984; SINGER, 1985)⁸.

Neste contexto de esgarçamento da aliança entre o PTB e o PSD e de descontentamento popular, Jânio Quadros foi eleito presidente. Apesar da continuidade do crescimento, os desequilíbrios eram crescentes. A inflação era claramente ascendente e as contas externas se deterioravam

⁸ Entre 1955 e 1962, o salário real médio apresentou um crescimento de 12,3% e a produtividade de 72,8% (OLIVEIRA, 1984, p. 80). A participação dos salários no valor da transformação industrial, entre 1949 e 1959, caiu de 23,17% para 18,56% neste período (SOUZA, 2007, p. 34).

rapidamente. A dívida externa, particularmente devido aos vencimentos de curto prazo, exigia uma renegociação imediata. Em vista desses desequilíbrios, Quadros adotou uma política ortodoxa baseada no corte do crédito, do gasto público e da emissão de moeda, que desacelerou o crescimento. Buscou adotar um câmbio realista por meio da Instrução 204 da SUMOC, cujo objetivo era desvalorizar a moeda e unificar o câmbio, o que pressionou a inflação. Assinou um acordo de renegociação da dívida externa com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em julho de 1961. Esperava com essas medidas estabilizar a economia e consolidar o apoio dos conservadores liberais e do capital estrangeiro. Esta política indicava que o governo pretendia aprofundar a abertura da economia brasileira. Adotou, porém, uma política externa independente, que distava dos interesses e das concepções dessas forças políticas, o que somado a um certo afrouxamento do ajuste ortodoxo levou setores conservadores, sobretudo a UDN, a se afastarem do governo. O presidente parecia considerar necessária a ampliação de seus poderes para executar com sucesso as duras medidas de ajuste visando a estabilização da economia. A renúncia de Quadros, provavelmente na tentativa de ampliar seu poder, em uma conjuntura de acirramento das lutas sociais e de divergência entre as classes dominantes quanto ao enfrentamento dos graves problemas econômicos, acabou acirrando ainda mais as disputas em torno dos rumos da economia.

Goulart representava o projeto de desenvolvimento capitalista nacional autônomo e popular. Por isso, entre outras questões, os setores mais conservadores impuseram, com a anuência do PSD, o parlamentarismo como forma de tolher seus poderes. Goulart enfrentava uma situação difícil (FERREIRA, 2003). A economia que já vivia um processo de inflação ascendente e de agravamento do desequilíbrio das contas externas passou a desacelerar com a queda nas taxas de acumulação de capital depois do esgotamento do bloco de investimento representado pelo Plano de Metas (MELLO, 1982). Queda agravada pela redução da entrada de capitais em virtude tanto do menor ritmo de acumulação quanto da situação de crise política, que também desestimulava a inversão por parte dos capitais nacionais. A redução da entrada e o incremento das saídas de capital estrangeiro aprofundou a deterioração do balanço de pagamentos, sendo

importante fator na proposição e posterior aprovação da lei de controle das remessas de lucros, o que por sua vez contribuiu para o aguçamento da crise política⁹. Apesar da forte queda nos índices de crescimento e das oscilações frequentes da atividade, a economia não entraria propriamente em recessão, a crise era uma crise inflacionária e das contas externas e, sobretudo, uma crise política.

Nestas circunstâncias, Goulart enfrentava enormes dificuldades para implementar seu programa reformista. Não tinha uma ampla base de sustentação e nem maioria no Congresso e, portanto, necessitava compor com o PSD (FERREIRA, 2003). Isto indica, pelo menos em parte, as razões para a nomeação de Tancredo Neves para a chefia do primeiro gabinete. Na fase parlamentarista, as políticas econômicas, conforme defendiam os conservadores, visavam prioritariamente a estabilização da economia e a renegociação da dívida externa, o que significava a adoção de políticas econômicas ortodoxas e a aproximação em relação aos EUA. Entretanto, Goulart, ao mesmo tempo, não abandonou a plataforma de reformas, adotava medidas nacionalistas, como a nacionalização de empresas estrangeiras e a lei sobre as remessas de lucro. Não era fácil compatibilizar estabilização, crescimento e reformas. A resistência as medidas recessivas tanto por parte de amplos setores da burguesia quanto da classe trabalhadora, somada a falta de uma base sólida no Congresso, obrigaram o governo a afrouxar as tentativas de implementar políticas ortodoxas de estabilização, cujos resultados foram pífios (FONSECA, 2004).

O agravamento da situação econômica e a incapacidade dos gabinetes parlamentares em enfrentar a contento a crise política e a crise inflacionária, contribuiu, em um quadro de ascensão das mobilizações sociais, para Goulart sair vitorioso no plebiscito que restabeleceu o presidencialismo. Aparentemente, existia agora mais espaço para a adoção das reformas de base, aclamadas pelos movimentos sociais e pela esquerda, o que poderia co-

⁹ O fato do capital estrangeiro financiar, em parte, desenvolvimento voltado para o mercado interno gerava constante pressão sobre o balanço de pagamento e dependência em relação a um fluxo permanente de capital estrangeiro, pois o capital aqui aplicado pretendia retornar a circulação internacional valorizado, embora não gerasse as divisas necessárias para isso. Em um contexto de baixo dinamismo do setor exportador, de queda das relações de troca e de pauta rígida de importações a saída de capitais contribuía para aprofundar a situação de crise cambial. Entre 1961 e 1964, os investimentos externos de US\$ 108 milhões caíram para US\$ 28 milhões e os empréstimos de US\$ 529 milhões para US\$ 260 milhões. Enquanto as remessas de lucro foram de US\$ 15 milhões para US\$ 192 milhões (OLIVEIRA, 1984; SOUZA, 2007, p. 52).

locar o desenvolvimento capitalista em novo patamar e permitir o enfrentamento dos desequilíbrios conjunturais, que derivavam em última instância, em muitos casos, dos problemas estruturais. No entanto, o Plano Trienal, embora reafirmasse o compromisso e a necessidade das reformas de base, que seriam fundamentais para resolução a longo prazo dos próprios problemas conjunturais, propunha um ajuste ortodoxo, porém gradual, para conter os desequilíbrios de curto prazo, simultaneamente ao enfrentamento das questões de fundo. A queda acentuada da atividade econômica em 1963 deveu-se, em parte, a adoção dessa política recessiva, que foi abandonada devido as pressões de setores empresariais e da classe trabalhadora. Ao enfatizar a estabilização, mas sem abrir mão das reformas, Goulart, aparentemente, continuava buscando recompor a articulação entre PTB e PSD, que tinha sustentado o projeto desenvolvimentista nos anos 1950.

Entretanto, as condições que tinham permitido aquela composição não mais existiam. Os movimentos sociais do campo e das cidades passavam por um processo de radicalização. Crescia a importância da esquerda, em particular do PCB, e o PTB perdia terreno no movimento sindical. Os setores desenvolvimentistas das classes dominantes estavam rachados, cresceu entre eles, refletindo a segmentação e a diversificação de interesses da burguesia, a defesa de um projeto de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro, que se aproximava das propostas liberais. Além disso, e talvez mais importante, o receio da crescente mobilização popular levava as classes dominantes mais uma vez a se reunificarem contra o trabalhismo reformista, em um contexto de forte pressão norte-americana depois da revolução cubana. Parece que Goulart tardiamente percebeu que sua sustentação no governo e a execução de seu programa desenvolvimentista, nacionalista e reformista só seria possível com amplo apoio popular, o que o levou a radicalizar sua posição, na esperança de deter o golpe e pressionar o Congresso aprovar as reformas. A estabilização ficaria para depois. Os setores golpistas das forças armadas, com apoio da maior parte das classes dominantes, da grande imprensa, das classes médias e do governo norte-americano, ao se defrontarem com a possibilidade real, ou imaginária, de rápido fortalecimento do movimento reformista dentro da ordem democrática desferiram um golpe de Estado, que implantou a ditadura militar no Brasil. As questões relativas aos rumos da economia seriam encaminhadas a partir desses interesses vitoriosos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo P. (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (Org.). *O desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984. 2 v.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: 1930-1964: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA, 1988.

BOITO JR., A. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CANO, W. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: EDUNESP; Campinas: IE, UNICAMP, 2000.

CORSI, F. L. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: EDUNESP, 2000.

_____. As estratégias de desenvolvimento (1945-1960). In: PIRES, M. C. (Org.). *Economia brasileira: da colônia ao governo Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 95-138.

COUTINHO, L. G.; BELLUZZO, L. G. M. Desenvolvimento do capitalismo avançado e a regionalização da economia mundial no pós-guerra. In: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (Org.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. v. 1, p. 9-36.

DINIZ, E.; BOSCHI, R. R. *Empresariado nacional e estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

FERREIRA, J. O governo Goulart e o golpe de 1964. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 343-417.

FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FIORI, J. L. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FONSECA, P. C. D. *Vargas o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Legitimidade e credibilidade: impasses da política econômica do governo Goulart. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 587-622, jul./set. 2004.

GREMAUD, A. et al. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.

- IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil: 1930-1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- LEOPOLDI, M. A. *Política e interesse*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- OLIVEIRA, F. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- PIRES, M. C. (Org.). *Economia brasileira: da colônia ao governo Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- REZENDE, C. *Economia brasileira contemporânea*. São Paulo: Contexto, 1999.
- SILVA, F. T.; NEGRO, L. Trabalhadores, sindicato e política (1945-1964). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 47-96.
- SINGER, P. *A crise do “Milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SKIDMORE, T. *O Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SOUZA, N. A. *Economia brasileira contemporânea*. São Paulo: Atlas, 2007.

ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO GOVERNO GOULART: O CASO DO PLANO TRIENAL (1963)

Felipe Pereira Loureiro

O aniversário de 50 anos do golpe civil-militar de 1964 abriu uma excelente oportunidade para revisitarmos um dos episódios mais marcantes e decisivos da história contemporânea brasileira. Uma vasta gama de publicações e eventos sobre o golpe e o governo Goulart (1961-1964) surgiu ao longo de 2014, abordando aspectos variados do período, da crise político-militar às manifestações culturais e estudantis, do movimento operário à repressão aos grupos e partidos de esquerda.¹ Como não poderia deixar de ser, a participação do governo norte-americano na trama que levou à queda de João Goulart também foi tema de destaque, apesar de ainda serem relativamente poucos os trabalhos que analisam essa relação de modo original e com base em novas evidências

¹ Ver, por exemplo, Ferreira e Gomes (2014); Napolitano (2014); Motta (2014); Reis (2014); e Motta, Reis e Ridenti (2014).

empíricas. A desclassificação de documentos nos anos 1970 que comprovaram a existência de uma estratégia de apoio logístico-militar dos Estados Unidos aos golpistas brasileiros (a chamada “Operação Brother Sam”) produziu à época uma grande quantidade de estudos sobre o papel de Washington no golpe.² Apesar de essa participação hoje ser vista como incontestável pelos principais estudiosos no assunto, tem-se a impressão, muitas vezes, de que os Estados Unidos teriam tentado minar e desestabilizar a administração Goulart desde o início, utilizando-se, para tanto, de táticas diretas e indiretas, que incluíam apoio velado a governadores de oposição (a dita “política de ilhas de sanidade administrativa”), sustentação de grupos políticos anti-Goulart (como o famoso complexo IPES-IBAD) e articulação de grupos civis e militares golpistas.

Recentemente, no entanto, essa perspectiva vem sendo relativizada por alguns trabalhos, que apontam o quanto as relações entre Brasil e Estados Unidos no início dos anos 1960 teriam sido muito mais complexas e multifacetadas do que previamente se imaginara, atravessando momentos distintos. Carlos Fico (2008), por exemplo, argumenta que seria preciso diferenciar o que o autor chama de fases de “desestabilização” e de “conspiração” dos Estados Unidos diante de Goulart, sendo a primeira marcada, sobretudo, pelas tentativas de enfraquecer politicamente o presidente, mas dentro da institucionalidade democrática (isto é, dentro da perspectiva de que o melhor seria aguentar Goulart até o final do mandato, que terminaria em janeiro de 1966), enquanto a segunda – predominante, na visão do autor, a partir de meados de 1963 – teria se caracterizado pelo objetivo de retirar Jango imediatamente do poder por vias golpistas. Longe de constituir apenas um debate semântico, a perspectiva de caracterização das relações Brasil-Estados Unidos no período Goulart por meio de fases permite que se compreenda melhor a natureza e a intensidade das restrições externas que a administração Jango enfrentou durante seu curto período de existência. Afinal de contas, faz uma enorme diferença saber, do ponto de vista da governabilidade da administração Goulart, se a potência hegemônica do hemisfério objetivava, em determinado momento, domes-

² Exemplos nesse sentido são os estudos pioneiros de Black (1977) e Parker (1979). Apesar de não terem focado na ajuda logística e militar dos Estados Unidos aos golpistas brasileiros, os trabalhos de Dreifuss (1981) e Bandeira (1983) constituem referências obrigatórias para a evolução do entendimento das relações Brasil e Estados Unidos no governo Goulart.

ticar e enfraquecer o presidente brasileiro, ou se, na verdade, o intuito seria o de derrubá-lo, fechando portas para um diálogo.

Esse debate sobre as fases da relação entre Brasil e Estados Unidos no contexto pré-golpe de 1964 ganha ainda maior pertinência quando se analisam questões econômicas, que também tem atraído pouca atenção de estudiosos, sobretudo quando comparadas às temáticas políticas, sociais e culturais. Como vários autores reconhecem, sem um aprofundado entendimento das dinâmicas econômicas do período 1961-1964, o golpe civil-militar de 1964 torna-se incompreensível. Jango assumiu a presidência da República em setembro de 1961 tendo o país uma situação econômica frágil, marcada por sérias instabilidades e desequilíbrios. O forte crescimento da economia no pós-guerra (média de expansão de 6% ao ano entre 1946 e 1962), puxado por um intenso processo de industrialização substitutiva (com a indústria de transformação crescendo, em média, mais de 9% ao ano no período), mudou estruturalmente o país, não somente em termos da rápida perda de importância relativa do setor primário na composição do produto doméstico, mas também em decorrência de um intenso processo de urbanização. Ao final da década de 1950, quatro conjuntos de desequilíbrios eram evidentes: em primeiro lugar, desequilíbrios setoriais, tanto do ponto de vista de um insuficiente crescimento do setor agropecuário em comparação à expansão da população urbana, quanto em razão de desconexões entre o crescimento dos setores produtivo e financeiro (setor bancário e mercado de capitais), impondo limites à continuidade do financiamento do processo de desenvolvimento; em segundo lugar, desequilíbrios regionais e sociais, como decorrência da intensificação do processo de industrialização, que aprofundou desigualdades de renda entre regiões do país e entre classes sociais; em terceiro, desequilíbrios externos, expressos em déficits cada vez mais estruturais nas transações correntes do país, que precisavam ser cobertos pelo ingresso de capitais, muitos dos quais com perfil curto-prazista e com custos proibitivos; e, por fim, desequilíbrios no nível de preços, em razão de um processo inflacionário que passava a se tornar preocupante e que começava a criar sérios obstáculos à continuidade do próprio crescimento da economia.

Apesar de os desequilíbrios setorial, regional e social terem se manifestado, em graus diversos, durante a administração Goulart – vide, por

exemplo, a intensificação de manifestações sociais em prol de reformas de estrutura, tanto nas cidades, quanto, sobretudo, nas áreas rurais –, foram os desequilíbrios externos e no nível de preços que traziam maior preocupação, em especial o primeiro. Isso se devia à capacidade que esses desequilíbrios tinham de causar danos imediatos à economia e à sociedade brasileiras, ameaçando a estabilidade do regime. As causas do desequilíbrio externo estavam associadas a motivos diversos. De um lado, tinha-se o modelo de industrialização seguido pelo país, que, apesar de ter acarretado uma queda global do coeficiente de importações, produziu uma pauta de importações extremamente inflexível, composta por itens que, se deixassem de ser importados, impactariam de imediato no desempenho da economia, como é o caso de máquinas, equipamentos, combustíveis e, inclusive, determinados tipos de alimentos, como o trigo. Do outro, a modernização produtiva pela qual passou a economia brasileira não havia sido acompanhada por uma diversificação e complexificação de nossa pauta exportadora. Continuávamos a ser, essencialmente, uma nação exportadora de bens primários e altamente dependente das vendas internacionais do café, que ainda compunha, no final dos anos 1950, quase 60% do valor total das nossas exportações. E isso em um contexto em que os preços de commodities no mercado internacional deprimiam-se rapidamente, gerando forte deterioração dos termos de troca brasileiros. Na medida em que, como apontou Tavares (1973), o processo de industrialização substitutiva fechou-se no mercado interno, sem conseguir transbordar para exportações de itens de maior valor agregado, o estrangulamento externo da economia pairava como algo latente. Para piorar, a forma pela qual o país lidou com esse estrangulamento nos anos 1950, sobretudo durante a administração Juscelino Kubitschek (1956-1961), tendia a trazer maiores pressões de desequilíbrio no futuro. A rápida abertura para investimentos externos diretos, em especial no setor de bens de consumo duráveis, metaforizado pela criação e expansão da indústria automobilística, se resolvia o problema dos déficits em transações correntes no curto prazo, criava maiores pressões para o aumento desses déficits nos médio e longo prazos, na medida em que as empresas multinacionais que aqui se instalaram iriam, em pouco tempo, querer remunerar suas matrizes pelos investimentos que elas realizaram, enviando quantidades cada vez mais expressivas de lucros e dividendos para o exterior. Isso tudo sem contar o próprio processo de endividamento externo, que aumentou significativamente no quinquênio

juscelinista, apesar de seu principal problema não ter sido tanto o estoque da dívida, mas, sobretudo, seu perfil, marcado por prazos exíguos e juros altos.³

Do mesmo modo que o desequilíbrio externo, o desequilíbrio inflacionário passou a impor sérias dificuldades à economia brasileira. Até o final dos anos 1950, a inflação serviu como poderoso instrumento de acumulação de capital no Brasil, permitindo transferência de renda da classe trabalhadora à classe empresarial e ao Estado. A partir do início dos anos 1960, porém, o ritmo de aumento do nível geral de preços começou a ultrapassar patamares funcionais para a própria continuidade do processo de crescimento. Um exemplo claro nesse sentido é a intensificação do conflito capital-trabalho, motivada pelas perdas reais de salários dos trabalhadores. As greves urbanas intensificam-se entre fins da década de 1950 e início da de 1960, prejudicando o ritmo de funcionamento de vários setores da economia. Dificuldades de financiamento, em razão da instabilidade inflacionária, também passam a ser cada vez mais intensas. Apesar das causas da inflação terem sido (e ainda são, em certo grau) motivo de forte controvérsia entre economistas e cientistas sociais – alguns enfatizando aspectos estruturais da alta de preços, sobretudo à inflexibilidade da oferta de alimentos na economia e a existência de oligopólios em setores-chave, enquanto outros ressaltando aspectos monetários, como a excessiva expansão dos meios de pagamento –, existe relativo consenso de que uma de suas causas estava no alto nível de déficit público que o Estado brasileiro passara a apresentar ao longo dos anos 1950, puxado pela crescente necessidade de investimentos infraestruturais (setores de energia e transportes, sobretudo), sem que esse padrão de despesas tivesse sido acompanhado por uma elevação proporcional do nível de receitas. Daí o porquê de o tema da reforma ter sido objeto de acaloradas discussões no período. O problema era saber quem pagaria por essa reforma: se os pobres, como historicamente ocorre no Brasil, ou a classe média e os ricos, com a implantação de uma estrutura tributária preponderantemente progressiva.

O governo Goulart, apesar de seu curto mandato, tentou implementar políticas para minorar os desequilíbrios externo e inflacionário da economia brasileira. Estudiosos reconhecem que a mais importante e

³ Para dados gerais sobre a economia brasileira no início dos anos 1960, ver Loureiro (2012, cap. 1) e Mesquita (1992, cap. 1).

simbólica dessas tentativas foi o chamado Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965), formulado pelo então Ministro Extraordinário do Planejamento, Celso Furtado, ainda no final do interregno parlamentarista de Jango (1961-1963).⁴ O Plano Trienal, como o próprio nome sugere, pretendia ser uma espécie de programa econômico para os três anos finais da administração janguista, supostamente a ocorrer – como, de fato, o plebiscito de janeiro de 1963 confirmaria – dentro de uma institucionalidade presidencialista. Em termos gerais, o Plano visava, como o próprio texto afirma, planejar a “estabilidade sob condições de crescimento”, ou seja, manter o crescimento médio da economia dos anos anteriores (em torno de 7% ao ano) ao mesmo tempo em que visaria reduzir gradativamente a espiral inflacionária, rebaixando-a de 50% a.a. em 1962 para 25% em 1963 e, finalmente, para 10% em 1965. O fato de o Plano admitir uma inflação de dois dígitos mesmo após três anos de medidas de estabilização tinha como intuito impedir que o crescimento fosse afetado. Para um país cuja população crescia, em média, 2% ao ano, a manutenção de taxas mínimas de crescimento era vista como condição essencial para manter a estabilidade social, consolidar a democracia e permitir maior integração de parcelas da população aos frutos do desenvolvimento.

Para atingir os objetivos propostos, o Plano Trienal propunha a implementação de medidas de curto e médio prazos. Algumas dessas medidas, como a realização de determinadas reformas de base, entre as quais as reformas tributária, bancária, administrativa e agrária, apesar de vistas como fundamentais para o processo de crescimento, eram consideradas pauta do Congresso Nacional, em negociação com o Executivo, não sendo, portanto, objeto de análise mais extensa dos formuladores do Plano. Em termos de medidas de curto prazo, porém, coloca-se que a diminuição do ritmo de inflação da economia tornava imprescindível a contenção do déficit público, a ser atacado por políticas de corte de gastos e de aumento de receitas, e a importância da renegociação dos compromissos externos e da obtenção de ajuda financeira internacional, a fim de impedir que os débitos brasileiros no exterior obstaculizassem a continuidade de importações

⁴ Para trabalhos sobre o Plano Trienal, ver Abreu (1990, p. 206-209); Bastian (2013); Figueiredo (1993, p. 92-112); Fonseca (2004); Loureiro (2010; 2013a); Macedo (1987, p. 52-67); Mesquita (1992, p. 165-236); Monteiro (1999, p. 87-98); Silva (1992); Sochaczewsky (1991, p. 210-217); Sola (1998, p. 350-399); e Wells (1977, p. 221-228).

de bens e serviços tidos como mínimos para o prosseguimento do processo de crescimento. Estimativas mostravam que, apenas em compromissos financeiros internacionais, o Brasil deveria desembolsar US\$ 900 milhões em 1963, o que representava mais da metade do valor total das exportações brasileiras do ano anterior. Era evidente que sem ajuda externa o país não conseguiria cumprir esses pesados compromissos e, concomitantemente, manter o ritmo de crescimento da economia. Daí a centralidade que as negociações financeiras internacionais tinham para o governo Goulart em 1963, em particular com os Estados Unidos, que eram à época o nosso principal credor, juntamente com instituições bancárias privadas norte-americanas. Apesar dessa centralidade, ainda não poucos os trabalhos que se debruçaram sobre tal aspecto. A maioria absoluta dos trabalhos focados no Plano Trienal foi elaborada por economistas e cientistas políticos cuja preocupação centrou-se nos aspectos domésticos que inviabilizaram a continuidade do Plano, entre os quais os conflitos entre os poderes Executivo e Legislativo, a inadequação do instrumental de política econômica disponível aos formuladores políticos do período e, sobretudo, como fruto de trabalhos mais recentes, a intensificação do conflito distributivo na sociedade, que teria imposto limites estruturais ao governo na aplicação de medidas de estabilização. Embora esses aspectos sejam, de fato, importantes – sobretudo o último, a nosso ver –, a falência do Plano Trienal torna-se ininteligível sem uma análise mais detida das negociações financeiras internacionais, sobretudo entre Brasil e Estados Unidos, e entre Brasil e organismos financeiros multilaterais, entre os quais o Fundo Monetário Internacional (FMI). Não teremos condições aqui, em razão de limitação de espaço, de explorar o tema adequadamente. O que se fará tão somente é indicar, em linhas gerais, quais teriam sido as características mais importantes desse processo de negociação, remetendo os leitores interessados a outras de nossas publicações, onde tivemos condições de explorar esse tema de modo mais pormenorizado.⁵

A pergunta fundamental que devemos fazer para analisar a negociação financeira entre Brasil e Estados Unidos no contexto do Plano Trienal é a de compreender qual teria sido o posicionamento do governo norte-americano diante das demandas financeiras brasileiras. Será que

⁵Ver, por exemplo, Loureiro (2013a; 2013b; e 2014).

o governo Kennedy (1961-1963) teria assumido uma postura de boicote aberto à administração Goulart, utilizando-se da oportunidade do estrangulamento externo vivido pelo Brasil para aguçar conflitos e contradições na sociedade brasileira? Ou será que Washington teria se mostrado aberto ao diálogo? Neste último caso, caso a resposta seja positiva, quão abrangente teria sido essa ajuda norte-americana ao Brasil? Quais teriam sido as condicionalidades impostas e até que ponto tais condicionalidades poderiam ter sido realisticamente implementadas pelo governo Goulart, dada a complexa conjuntura doméstica nacional? Possíveis respostas a essas perguntas pressupõem, antes de tudo, a compreensão do modo pela qual evoluíram as relações entre Brasil e Estados Unidos ao longo da administração janguista. Só a partir daí é que será possível contextualizar o posicionamento norte-americano perante o Brasil no crucial período de negociações financeiras em Washington.

A percepção que autoridades do governo norte-americano tinham de João Goulart já era bastante negativa muito antes de Jango assumir a presidência da República em setembro de 1961. Desde o período em que fora ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, entre 1953 e 1954, Goulart era visto como um político pernicioso, sobretudo devido à sua estreita colaboração com comunistas e nacionalistas radicais no meio sindical.⁶ Essa perspectiva consolidou-se na segunda metade dos anos 1950, quando Jango tornou-se vice-presidente da República, primeiro de Juscelino Kubitschek e, depois, de Jânio Quadros. Foi nesse contexto que sindicalistas trabalhistas e comunistas estreitaram ainda mais seus laços no plano sindical – sob beneplácito de Jango, então presidente nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) –, ganhando eleições em várias federações de trabalhadores e começando, inclusive, a ameaçar o domínio de lideranças historicamente pelegas nas direções das principais confederações do país, como a da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). A surpreendente renúncia de Jânio Quadros do poder, em fins de agosto de 1961, abriu uma enorme crise político-militar no país, em razão do veto dos ministros militares ao nome de Jango para a presidência da República, apesar de Goulart ser o sucessor constitucional ao posto. O posicionamento norte-americano durante a crise é interessante. Apesar de

⁶ Para maiores informações nesse sentido, ver Loureiro (2012, cap. 6).

Washington ter acabado de ratificar à época a famosa carta de Punta del Este – carta esta que havia consolidado os princípios do programa de ajuda econômica do governo Kennedy à América Latina, a chamada “Aliança para o Progresso”, que incluía a necessidade de respeito à democracia pelos países latino-americanos como pré-condição para o recebimento de auxílio financeiro –, o presidente Kennedy chegou a considerar o envio de apoio logístico e armado aos militares golpistas. Ao perceber, porém, que o grupo não detinha apoio suficiente nas Forças Armadas e, sobretudo, na sociedade, Washington recuou, mantendo postura pública de neutralidade.⁷

A partir do momento em que Jango assumiu a presidência, no interior de um quadro institucional parlamentarista, o posicionamento de Washington tornou-se menos confrontacional, apesar de claramente ter mudado de tom quando comparado às condições favoráveis com as quais tratou a breve administração Quadros. Os recursos financeiros que tinham sido prometidos para Quadros em maio de 1961 foram, em grande medida, autorizados, mesmo que sob condições distintas e de forma gradual, a fim de manter a administração Goulart próxima a Washington em termos políticos. De toda forma, entre setembro de 1961 e abril de 1962, os Estados Unidos liberaram US\$ 224 milhões para o governo brasileiro para fins de regularização da balança de pagamentos, ou seja, mais de 66% do crédito novo que havia sido negociado pelo governo Quadros em maio de 1961, o que constituiu soma apreciável. A partir de meados de 1962, porém, a postura de Washington com relação ao Brasil mudou, tornando-se mais dura. Créditos remanescentes do pacote de maio foram congelados, enquanto governadores opositores começavam a receber apoio financeiro sistemático da Aliança para o Progresso. Ao que tudo indica, as manobras políticas de Jango para enfraquecer o sistema parlamentarista, sobretudo a utilização de pressão sindical e militar para forçar o Congresso a aprovar a antecipação do plebiscito do presidencialismo de meados de 1965 para janeiro de 1963, teriam sido determinantes para que altos círculos políticos em Washington concluíssem que Jango estaria disposto a manter relações pragmáticas com grupos comunistas, sobretudo no meio sindical, para atingir objetivos políticos, o que era considerado inaceitável pelo governo Kennedy. Apesar do endurecimento da posição de Washing-

⁷ As informações a seguir, caso não seja apontado diferente, baseiam-se em Loureiro (2012, cap. 7; e 2013b).

ton, o objetivo norte-americano ainda não era, primordialmente, o de derrubar o presidente brasileiro. Essa era uma opção que estaria “nas cartas”, segundo o embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, mas não a principal. O objetivo central a partir de então era o de fortalecer grupos “democráticos” dentro do Brasil (isto é, grupos conservadores e pró-Estados Unidos), a fim de obrigar Goulart a dialogar com essas forças, moderando posicionamentos políticos da administração janguista.

É exatamente nesse contexto que o Plano Trienal é formulado. Após um semestre de congelamento de auxílios, a situação financeira do Brasil havia se tornado crítica. O governo Kennedy tinha consciência da centralidade da ajuda norte-americana para a viabilização do Plano, e decidiu enviar uma equipe de especialistas ao Brasil em outubro de 1962 para decidir qual rumo tomar. As conclusões da chamada comissão Drapper foram altamente desfavoráveis. O presidente da comissão, o general William Drapper, recomendou a Kennedy não contribuir com o Plano Trienal, já que não só o Plano seria inadequado para conter a inflação (na medida em que seria excessivamente gradualista), como também o déficit potencial do Brasil em 1963 (US\$ 900 milhões) seria alto demais. Drapper imaginava que, sem ajuda, a situação socioeconômica do Brasil ficaria tão grave e instável que Goulart acabaria sendo derrubado por um golpe militar. O relatório da comissão gerou fortes debates entre as autoridades norte-americanas. O embaixador Lincoln Gordon, por exemplo, foi um dos que se posicionaram frontalmente contrário às conclusões do relatório. Gordon defendeu a viabilidade do Plano Trienal e a necessidade de ajudar o Brasil, dentro da perspectiva de que essa oportunidade deveria ser utilizada para forçar Goulart a adotar determinadas posturas de política econômica e a migrar para o centro do espectro político, rompendo vínculos com as esquerdas, sobretudo com os comunistas.

Esse debate chegou às altas instâncias do poder norte-americano. No início de dezembro de 1962, o Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos (“National Security Council”, NSC), formado pelas principais autoridades do país, entre as quais o presidente, o vice-presidente, os secretários de Defesa e do Estado, o chefe da Central de Inteligência, e o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, discutiram qual deveria ser a atitude dos Estados Unidos diante do Brasil e, em particular, diante do

pedido de ajuda financeira brasileira a Washington (ainda não formalizado, mas já certo). Entre as opções debatidas, duas se destacam: colaboração com grupos golpistas para gerar a queda de Goulart, ou utilizar a oportunidade de ajuda financeira ao Brasil para mudar a orientação política e econômica do governo brasileiro. Escolheu-se a segunda opção, apesar de ter sido enfatizado que, a depender das circunstâncias, os Estados Unidos poderiam mudar de atitude, passando a colaborar abertamente para retirar Goulart do poder. A fim de deixar claro ao presidente brasileiro que ele se encontrava em uma situação limite, decidiu-se enviar um representante do alto escalão político do governo Kennedy para apresentar claramente as demandas do que era considerado por Washington fundamental para ser cumprido pelo Brasil. O escolhido foi nada mais nada menos do que o secretário de Justiça e irmão do presidente norte-americano, Robert Kennedy. O encontro ocorreu no dia 18 de dezembro de 1962. Numa reunião de cinco horas, Bob Kennedy, acompanhado pelo embaixador Lincoln Gordon, deu o recado a Goulart: os Estados Unidos queriam que o Brasil adotasse uma política econômico-financeira capaz de debelar a inflação e ratificada pelo FMI, respeitasse a propriedade de empresas estrangeiras (sendo que, no caso de desapropriações, fossem pagas indenizações que representassem o valor de mercado dos bens dessas empresas) e, sobretudo, rompesse com os comunistas e com elementos da extrema esquerda, afastando-se desses grupos no plano sindical e exonerando funcionários e autoridades do governo brasileiro que estivessem a eles ligados. Apesar de tenso, o encontro foi levado por Goulart, na maior parte do tempo, de forma cordial, segundo relato do próprio Gordon. O fato é que Goulart recebeu um ultimato e provavelmente percebeu a situação em que estava. Tanto é que, como os fatos demonstrariam nos meses seguintes, ele cederia a muitas das demandas de Washington.

As evidências sugerem, portanto, que é muito complicado afirmar que o governo Kennedy teria procurado boicotar o Plano Trienal no final de 1962, minando a administração Jango e viabilizando grupos golpistas. As sugestões mais radicais do relatório Drapper não foram aprovadas pelo Conselho de Segurança Nacional norte-americano. Neste momento, a ala moderada – representada, entre outros, por Lincoln Gordon – havia vencido. Isso não significa, de forma alguma, que os Estados Unidos apoiavam

o governo Goulart ou, até mesmo, que Washington adotaria uma postura branda com relação à ajuda financeira ao Brasil. Mas, por outro lado, falar que conspiração e golpismo constituíam as primeiras opções norte-americanas nesse contexto não condiz com as evidências empíricas disponíveis. Isso nos leva a perguntar: por que a via moderada venceu? Longe de representar alguma simpatia por Goulart, como já assinalamos, o que parece aqui é que a maior parte das autoridades norte-americanas não se sentiam suficientemente seguras para assumir os inevitáveis riscos políticos e econômicos de uma postura mais confrontacionista. Afinal de contas, não só os Estados Unidos possuíam enormes interesses materiais no Brasil (de investimentos de risco a relações comerciais), como uma esquerdização do Brasil, ou até uma ligação estratégica do Brasil com o bloco soviético, poderia ter consequências imprevisíveis para o hemisfério ocidental, dado o tamanho e a posição estratégica que o país ocupa na América do Sul. Uma postura preponderantemente golpista só poderia ser tomada quando Washington tivesse o mínimo de segurança de que um golpe pró-Occidente seria vitorioso. Ao que parece, Drapper achava que essas condições já existiam no final de 1962, mas ele constituía uma minoria, como havia sido demonstrado pela decisão da alta cúpula do governo Kennedy.

Se falar em posição golpista por parte dos Estados Unidos diante da administração Goulart no início de 1963 é exagero, deve-se reconhecer, por outro lado, que a postura do governo norte-americano com relação à ajuda financeira ao Plano Trienal foi bastante conservadora. É verdade que membros da administração Kennedy, como o próprio embaixador Lincoln Gordon, esforçaram-se por convencer funcionários do Fundo Monetário Internacional de que o Plano Trienal constituiria programa sério e que o Fundo deveria estar flexível para abrir novas negociações com o Brasil visando ao reestabelecimento de um *stand-by* (ou “acordo de reserva”). Mas essa postura pró-Brasil diante do Fundo tinha seus motivos e, sobretudo, seus problemas. A aprovação de um *stand-by* pelo FMI – como o é ainda hoje, *mutadis mutandis* – representava uma espécie de atestado de que a política econômica de um determinado país seria sólida o suficiente para corrigir desequilíbrios externos e conter a inflação. Não à toa, credores privados estrangeiros tendem a reintegrar países em condições financeiras frágeis no circuito do mercado de capitais internacional após terem a garantia

do FMI de que os mesmos seguirão as políticas determinadas pelo Fundo, o que significa, em última instância, que tais países provavelmente aumentarão a capacidade de pagamento de seus compromissos externos. Esse é um dos motivos pelos quais membros do governo Kennedy buscaram incentivar funcionários do Fundo a ver o Plano Trienal com bons olhos. Como maior credor do Brasil, Washington queria que o Brasil continuasse a ser um bom pagador. Além disso, um aval do FMI significaria que os Estados Unidos não teriam que arcar com os custos de socorro da economia brasileira sozinhos, já que, mesmo sendo os maiores interessados (por serem os maiores perdedores de um eventual calote do país e de uma radicalização da política nacional), seriam abertas condições para que outros países, entre os quais Japão e nações da Europa Ocidental, contribuíssem com a ajuda. Inclusive, contatos feitos por autoridades norte-americanas junto a governantes europeus (e logo repassados a funcionários do governo brasileiro) confirmaram que, no caso de um *stand-by* com o FMI, a Europa reabriria créditos ao Brasil no valor de US\$ 77 milhões, que tinham sido congelados quando do abandono do programa de estabilização do governo Quadros em meados de 1961.

Mas a condicionalidade de uma ajuda norte-americana ao fechamento de um acordo com o FMI também tinha, para além de seus motivos, alguns sérios problemas. A política econômica vista como necessária pelo Fundo para concluir um *stand-by* incluía medidas bastante severas, que dificilmente poderiam ser conciliadas com crescimento econômico no curto prazo, como estabelecia o Plano Trienal e como pregava o próprio programa de ajuda econômica norte-americana para a América Latina, a Aliança para o Progresso. Entre essas medidas, destacavam-se a necessidade de aplicação de um rígido ajuste fiscal, no sentido de cortar vários tipos de gastos públicos e incrementar receitas; a manutenção do câmbio em patamares realistas, o que significava desvalorizá-lo de acordo com o nível de inflação doméstica; e a implementação de uma política creditícia conservadora, controlando-se a expansão de crédito ao setor privado, principalmente a oferta de empréstimos das carteiras do Banco do Brasil. Vale lembrar que o Banco do Brasil era o maior banco comercial do país e uma instituição bancária que se utilizava de algumas de suas funções de banco central (que ele de fato possuía) para ampliar créditos ao mercado. Apesar

de o Plano Trienal prever cada uma dessas medidas para se controlar a inflação, logo se tornou claro que autoridades brasileiras e membros do Fundo discordavam quanto ao ritmo e, sobretudo, quanto à intensidade de aplicação dessas políticas. Enquanto funcionários do Fundo sugeriam políticas mais severas de corte de gastos, a adoção imediata de uma desvalorização do câmbio, e uma reforma institucional que retirasse poderes de banco central do Banco do Brasil – tudo isso visando atingir uma inflação de, no máximo, 10% após o primeiro ano e meio de Plano (ao invés dos 25% previstos pelo Trienal) –, autoridades brasileiras insistiam em posturas mais gradualistas, como forma de não tentar comprometer o ritmo de crescimento doméstico e o próprio sucesso da estabilização no médio prazo, já que tratamentos de choque contra a inflação tenderiam a aguçar conflitos sociais, podendo colocar tudo a perder e ameaçar a própria estabilidade política do regime.

De toda forma, se tivéssemos que caracterizar em poucas palavras o tipo de política econômica aplicada pelo governo Goulart no início do Plano Trienal, pode-se dizer que, se tal política foi bem menos ortodoxa do que membros do Fundo gostariam que fosse, por outro lado, ela esteve bem longe de ter sido uma política acomodatória. Ao contrário, nos primeiros meses do Plano, a administração Goulart tomou medidas bastante impopulares, deixando claro ao FMI e ao governo norte-americano que Brasília estava disposta a ceder. Exemplos simbólicos nesse sentido foram a minirreforma tributária aprovada no final de 1962, criada com o intuito de aumentar receitas; o anúncio do fim dos subsídios à importação de trigo e petróleo, realizada no início de 1963 e que provocou impacto imediato nos preços (tendo em vista a importância desses itens, respectivamente, para a alimentação da classe trabalhadora e para o transporte de bens, pessoas e serviços); e a aprovação, por meio de Instrução da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), de tetos nominais de expansão para as carteiras de crédito do Banco do Brasil, a fim de que a expansão de empréstimos acompanhasse o ritmo programado de aumento de preços para o ano. Como forma de controlar gastos, o governo também anunciou que o reajuste salarial para servidores públicos (inclusive militares) seria de 40% em 1963, o que revoltou líderes das categorias (dado que a inflação de 1962 havia superado a casa dos 50%), mobilizando inclusive líderes

sindicais da iniciativa privada, temerosos de que esse reajuste pudesse ser usado como parâmetro para todos os trabalhadores.

Para além dessas medidas de política econômica, o governo Goulart também cedeu em outras esferas importantes. Primeiro, fechou-se acordo para pagamento de indenização à subsidiária da empresa norte-americana “International Telephone and Telegraph” (ITT), que havia sido desapropriada pela gestão do governador Leonel Brizola (PTB) no Rio Grande do Sul no início de 1962. Dentro desse mesmo espírito, aceleraram-se trâmites para a compra de todas as subsidiárias da “American Foreign and Power” (AMFORP) no Brasil, como havia sido prometido pelo presidente Goulart ao presidente Kennedy em visita daquele a Washington em abril de 1962 (a AMFORP também havia tido uma de suas subsidiárias expropriadas pelo governador Brizola, em 1959). Segundo, o governo brasileiro moderou o tom de sua política externa, como ficaria claro pela ausência de apoio institucional à realização de um “Congresso de Solidariedade a Cuba”, ocorrido em Niterói em março de 1963. Terceiro, a administração Goulart demonstrou flexibilidade para negociar alterações na lei de limitação de remessas de lucros, que havia sido aprovada pelo Congresso Nacional em meados de 1962, com o intuito de torná-la mais palatável aos interesses empresariais estrangeiros. E, em quarto, tendo sido talvez a concessão mais importante, Jango iniciou claros movimentos para enfraquecer a principal central sindical de trabalhadores do país – o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), dentro da qual comunistas tinham considerável influência –, por meio do lançamento de uma central sindical alternativa, nomeada União Sindical dos Trabalhadores (UST) e formada por líderes sindicais sem vínculos com lideranças comunistas. Os membros da UST apoiaram decisivamente as medidas restritivas do Plano Trienal, justificando-as como necessárias para o fim da inflação, enquanto lideranças do CGT denunciavam o Plano como mais um programa do governo que estaria jogando os custos do ajuste financeiro sobre as costas dos trabalhadores (aqueles que menos condições teriam para fazê-lo), enquanto os empresários saíam relativamente menos prejudicados.

É dentro desse contexto, portanto, que se devem analisar as posturas norte-americanas com relação ao Plano Trienal. Se, de um lado, constitui exagero falar em boicote, na medida em que membros do gover-

no Kennedy, como o próprio embaixador Lincoln Gordon, procuraram convencer autoridades do FMI sobre a seriedade do Plano Trienal, para além do fato de que os Estados Unidos, quando da visita do ministro da Fazenda brasileiro a Washington, San Tiago Dantas, em março de 1963, comprometeram-se com um pacote de ajuda ao Brasil que não era de todo modesto (US\$ 398 milhões entre abril de 1963 e março de 1964, superando até o pedido de Dantas para 1963, que havia sido de US\$ 375 milhões), por outro lado, caracterizar tal postura como colaboracionista é enganoso. Isso porque, como assinalamos, curvar-se às recomendações de política econômica do FMI dificilmente poderia ser conciliado com as metas de crescimento do Plano Trienal e, sobretudo, na medida em que o pacote de ajuda ao Brasil aprovado pelos Estados Unidos em março de 1963 previa mínimas liberações imediatas (apenas US\$ 84 milhões dos US\$ 398 prometidos), estando condicionado, entre outras coisas, à aprovação de um *stand-by* entre Brasil e FMI, e à manutenção de uma linha política moderada pela administração Goulart. O problema é que o governo Goulart estava rapidamente perdendo sustentação doméstica, como a intensificação de greves, manifestações sociais e pressões empresariais contra as consequências do Trienal atestavam, sem que essa perda estivesse sendo contrabalançada por um inequívoco apoio da comunidade financeira internacional e do governo dos Estados Unidos ao Plano. Para piorar, mesmo a liberação da primeira parcela do pacote de ajuda norte-americana ao Brasil não foi isenta de condicionalidades. Para receber os US\$ 84 milhões iniciais, o governo brasileiro foi obrigado a aplicar uma maxidesvalorização cambial (de Cr\$ 475,00 para Cr\$ 600,00 por dólar) e, sobretudo, fechar um acordo com a AMFORP para a compra das subsidiárias da empresa no Brasil. Esse segundo aspecto foi bastante sensível porque o negócio estipulava que o valor da compra não poderia ser alterado, apesar de o governo não ter tido condições de conferir a veracidade do inventário de bens que a empresa apresentou antes da assinatura do acordo. Essa verificação seria feita *a posteriori*, apenas para comprovar, supostamente, que a contagem e os cálculos da empresa tinham sido feitos de forma correta.

Não por coincidência, os ataques contra o Plano Trienal intensificaram-se após o retorno da missão Dantas dos Estados Unidos. O fato de uma publicação norte-americana, “Hanson Latin American’s Letter”,

ter chamado o governo Goulart de “palhaço do hemisfério” por ter assumido uma compra milionária de subsidiárias de energia elétrica sem um inventário prévio dos bens dessas empresas aguçou ainda mais os ânimos, tendo membros progressistas do Congresso iniciado articulações para formação de Comissões Parlamentares de Inquérito para investigar o caso e ainda ameaçado abrir processo de *impeachment* contra Jango caso o presidente não recuasse do acordo. Foi nesse mesmo contexto que o próprio Congresso Nacional, pressionado pelas lideranças e bases do movimento sindical dos servidores públicos, aprovou aumento de 70% para os salários da categoria (ao invés dos 40% iniciais propostos pelo governo), deixando Goulart em uma situação ainda mais difícil, na medida em que o veto à lei o isolaria ainda mais junto às lideranças dos trabalhadores, enquanto sua aprovação diminuiria muito as chances de um acordo com o FMI, visto como um condicionante pelo governo norte-americano para a liberação da maior parte dos recursos negociados em Washington. No final das contas, Goulart decidiu não contrariar o Congresso Nacional, ratificando os 70% de aumento salarial para os servidores públicos.

A missão do FMI que visitaria o país em maio de 1963 encontraria um Plano Trienal já bastante enfraquecido, sobretudo em suas políticas fiscal, salarial e cambial (os subsídios às importações de trigo e petróleo tinham sido reintroduzidos). Apesar disso, o Plano estava longe de ser letárgico. Um apoio financeiro do Fundo ao Brasil, a partir do entendimento de que os desvios às metas programadas teriam sido ajustes necessários diante do alto grau de contestação doméstica, poderia ter dado nova vida ao programa. Mais uma vez, autoridades norte-americanas tentaram convencer membros do Fundo a serem parcimoniosos em suas conclusões, para evitar a falência da tentativa de estabilização. O máximo que conseguiram foi a garantia de que o FMI concederia um aporte de recursos ao Brasil (US\$ 60 milhões) como compensação pela deterioração dos termos de troca sofrida pelo país em 1962. Essa era a primeira vez que o Fundo dava um tipo de auxílio como esse, cujo modelo havia sido aprovado pela diretoria da instituição em fevereiro daquele ano. Quanto ao *stand-by*, porém, integrantes do FMI deixaram claro que, dada a deterioração das metas do Plano Trienal e dada a negligência do governo brasileiro quanto às mudanças consideradas necessárias no programa, apresentadas formal-

mente pelo Diretor-Executivo do FMI ao ministro Dantas em Washington em março de 1963, não haveria a menor possibilidade de um acordo ser assinado entre as partes. Isso significava que os créditos de agentes privados internacionais continuariam bloqueados ao Brasil, assim como linhas de empréstimo de governos europeus. Membros do Fundo deixaram a entender também a autoridades norte-americanas que a melhor saída para o caso brasileiro seria a construção de uma moratória negociada junto aos credores, tendo em vista a falta de capacidade do Brasil de cumprir seus compromissos externos em 1963. Por motivos políticos, que fogem ao escopo deste ensaio aprofundar, Washington não considerou a saída viável naquele momento. O governo Kennedy decidiu que, a partir de então, dinheiro novo ao Brasil também estaria bloqueado. A administração Goulart não só não havia conseguido fechar um acordo com o FMI, como também estava titubeando em concretizar o acordo com a AMFORP, o que, caso ocorresse, simbolizaria uma quebra de contrato. Apesar disso, Washington se manteria disposta a rolar débitos pontuais do Brasil junto a instituições norte-americanas. A última coisa que o governo Kennedy queria era dar oportunidade para Goulart decretar moratória sob a justificativa de intransigência estadunidense, angariando a opinião pública brasileira por meio de posturas nacionalistas e antiamericanas.

Em meados de 1963, diante da falência das principais negociações financeiras entre o Brasil e seus mais importantes credores, o governo Goulart passou a relaxar cada vez mais as metas de austeridade do Plano Trienal. Junto com isso, vieram também no segundo semestre daquele ano o gradual abandono por parte do presidente brasileiro dos compromissos assumidos implicitamente com a administração Kennedy, a partir do ultimato dado por Bob Kennedy a Jango. Em primeiro lugar, a colocação do acordo com a AMFORP em espera, o que na prática significava o seu descumprimento, já que o memorando de entendimento entre as partes já havia sido assinado; em segundo, a intensificação de uma retórica de política externa independente, em apoio aos países subdesenvolvidos e à autodeterminação dos povos; e, em terceiro, o abandono da proposta de uma central sindical moderada e isenta de ligações com comunistas (a UST), substituída por uma política de reaproximação do presidente junto ao CGT, com lideranças e práticas mais à esquerda do espectro político

e com fortes ligações com elementos comunistas. Essa guinada do comportamento de Jango provocaria uma última alteração na política externa norte-americana, já prevista no final de 1962 em caso de falência da tentativa de mudança das orientações econômicas e políticas do governo Goulart. A partir de meados para o final de 1963, o governo Kennedy – e, depois, a administração Lyndon Johnson (1963-1969) – passaria a buscar sistematicamente a queda de Jango, boicotando o governo brasileiro seja direta, seja indiretamente, e contribuindo na articulação de grupos golpistas contra o presidente brasileiro. Esses esforços seriam coroados com o golpe civil-militar de 1964.

A pergunta que paira no ar refere-se ao porquê de os governos Kennedy e Goulart não terem chegado a um acordo quando da tentativa de implementação do Plano Trienal no primeiro semestre de 1963. Se Jango cedeu em tantos aspectos, por que essas concessões não foram suficientemente fortes para fazer com que Washington ajudasse a economia brasileira, independente da aprovação de um *stand-by* pelo FMI ou da concretização de um acordo de compra com a AMFORP? Será que o governo norte-americano estava sendo tão guiado por interesses econômicos curto-prazistas (garantia do pagamento de dívidas e respeito a propriedades estadunidenses) que decidiu priorizá-los acima de possíveis riscos estratégicos, supondo-se aqui um acirramento das relações entre Brasil e Estados Unidos que poderia gerar consequências mais sérias em termos das relações bilaterais? Apesar de não acharmos que temos condições de dar uma solução inequívoca para essa pergunta, deve-se dizer que as evidências sugerem que a resposta é não. Certamente interesses e pressões de grupos econômicos exerceram algum papel na determinação da política norte-americana, mas não parecem terem sido nem os únicos e, nem mesmo, os fundamentais. Por mais que a implementação de um programa econômico ortodoxo de combate à inflação e que o pagamento de indenizações de mercado a empresas norte-americanas expropriadas fossem aspectos que favoreceriam grupos econômicos dos Estados Unidos, a comunicação entre o Departamento de Estado e a Embaixada norte-americana no Rio de Janeiro mostra que, para além dessa questão, Washington via na perseguição dessas políticas um meio (e não só um fim) para forçar o presidente Goulart a romper com as esquerdas no plano doméstico, sobretudo com os

comunistas e com os nacionalistas radicais. Em outras palavras: na medida em que grupos de esquerda considerariam inaceitável a implementação de um programa econômico conservador e o pagamento de indenizações integrais a empresas estadunidenses por parte do presidente (como, de fato, consideraram, vide a enorme pressão sofrida por Jango das esquerdas no primeiro semestre de 1963), Goulart teria que fazer uma escolha: ou cumprir o programa demandado pelos Estados Unidos *in totem*, mostrando que poderia ser um governante “confiável” aos olhos de Washington, ou continuaria na linha da conciliação, cumprindo parte do programa mas mantendo ligações com determinados grupos de esquerda, sinalizando, assim, que não mereceria mais nem a mínima confiança do governo Kennedy. É evidente que uma postura tão inflexível por parte dos Estados Unidos só era possível porque Washington sabia que no mundo bipolar do início dos anos 1960 a União Soviética não tinha condições de substituir no curto-prazo a ajuda norte-americana ao Brasil (isso em se supondo um rompimento entre Brasil e Estados Unidos), o que levaria a economia brasileira ao colapso. A atitude norte-americana frente ao Plano Trienal envolvia, sem dúvida, uma dose de risco, mas era um risco calculado e que, no final das contas, com o golpe civil-militar de 1964, desaguou em final favorável aos interesses norte-americanos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de P. Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964. In: ABREU, Marcelo de P. (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 197-211.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BASTIAN, Eduardo. O PAEG e o Plano Trienal: uma análise comparativa de suas políticas de estabilização de curto prazo. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 139-166, jan./mar. 2013.

BLACK, Jan Knippers. *United States Penetration of Brazil*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1977.

DREIFUSS, Rene A. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política, 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FONSECA, Pedro Dutra. Legitimidade e credibilidade: impasses da política econômica do governo Goulart. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 587-622, jul./set. 2004.

LOUREIRO, Felipe. Relativizando o leviatã: empresários e política econômica no governo Jânio Quadros. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 561-585, 2010.

LOUREIRO, Felipe. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)*. 2012. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LOUREIRO, Felipe. Dois pesos, duas medidas: os acordos financeiros de maio de 1961 entre Brasil e Estados Unidos durante os governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962). *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 2 (48), p. 547-576, ago. 2013a.

LOUREIRO, Felipe. O Plano Trienal no contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos (1962-1963). *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 33, n. 4 (133), p. 671-691, 2013b.

LOUREIRO, Felipe. Alliance for or against progress? U.S.-Brazilian financial relations in the early 1960s. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 46, n. 2, p. 323-351, May 2014.

MACEDO, Roberto. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, 1963-1965. In: LAFER, Betty (Org.). *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1987. p. 52-67.

MESQUITA, Mário. *1961-1964: a política econômica sob Quadros e Goulart*. 1992. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1992.

MONTEIRO, Sérgio. *Política econômica e credibilidade: uma análise dos governos Jânio Quadros e João Goulart*. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos de golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

PARKER, Phyllis. *Brazil and the quiet intervention, 1964*. Austin: University of Texas Press, 1979.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SILVA, Ricardo. *Política e política econômica na crise do início dos anos sessenta: o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965)*. 1992. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

SOCHACZEWSKY, Antônio. *Desenvolvimento econômico e financeiro do Brasil (1952-1968)*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1991.

SOLA, Lourdes. *Ideias econômicas, decisões políticas*. São Paulo: Edusp, 1998.

TAVARES, Maria C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: TAVARES, Maria da C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 27-124.

WELLS, John. *Growth and fluctuations in the brazilian manufacturing sector during the 1960's and the early 1970's*. Cambridge: Cambridge University, 1977.

A ECONOMIA BRASILEIRA DO PÓS-1964: DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E TRAGÉDIA SOCIAL

Adilson Marques Gennari

1 INTRODUÇÃO

Para uma análise da economia brasileira do período da ditadura militar (1964 – 1985) se faz mister uma breve retrospectiva histórica do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e de alguns aspectos estruturantes da economia e da sociedade, que podem lançar algumas luzes para a compreensão dos complexos e contraditórios processos que resultaram no golpe de 1964 e na economia que o sucedeu. Assim, correndo o risco de um voo muito alto, é preciso considerar alguns aspectos da particularidade brasileira que emolduraram estruturalmente os acontecimentos daquele período.

Sendo assim, destacaria cinco aspectos: a) o capitalismo brasileiro nasce como colônia de exploração (PRADO JR., 1970), reeditando relações sociais perversas e historicamente ultrapassadas com a instituição da escravidão; b) depois de vários séculos de superexploração dos trabalhadores escravizados, num contexto de acumulação de capital e de

produção para exportação, seguiu-se o processo de libertação dos escravos sem formas concretas de incorporação à nova ordem de classes que nascia (FERNANDES, 1975); c) contra-reforma agrária, representada pela Lei de terras de 1850, que redefinira as relações com a terra, no sentido de que seu acesso somente seria possível através da herança ou da compra, o que condenaria milhões de trabalhadores à impossibilidade histórica de acesso à terra e desencadearia uma luta pela reforma agrária que sobrevive até os dias que correm. d) industrialização hiper-retardatária (CHASIN, 1978): a industrialização (considerada o caminho para a modernização) será possível na imanência brasileira somente no final do século XIX e, mais precisamente, início do século XX, quando o capitalismo mundial já estava em sua fase imperialista, com seus monopólios, ou seja, a chamada economia concorrencial sedia lugar para um processo de concentração industrial nos polos hegemônicos, subordinando estruturalmente todas as novas formas de inserção.

Se de um lado a chamada burguesia nacional, em formação, não conseguia realizar suas históricas tarefas econômicas (autonomia nacional), dadas as pressões do imperialismo, e se viu num contexto de associação subordinada, por outro, também não pôde realizar suas tarefas políticas, dada a sua impossibilidade histórica de integrar-se à cultura democrática das economias clássicas, de longe deixada para trás em meados do século XIX, no complexo contexto das lutas sociais. Assim, a chamada burguesia brasileira emergia num contexto no qual a burguesia mundial já havia abandonado suas antigas bandeiras revolucionárias e já havia se tornado uma classe conservadora e em alguns lugares fascista. Restou-lhe seguir o caminho do desenvolvimento com subordinação (CARDOSO; FALETO, 1969). E, *last but not least*, conforme Gennari (1999), temos o contexto de tensão caracterizado pela guerra fria, que determinaria em grande medida as políticas econômicas e as possibilidades para o desenvolvimento econômico do período.

Somados aos antecedentes imediatos, abaixo descritos, esses aspectos históricos de longa duração, emoldurarão em grande parte o ambiente, os conflitos, enfim, o contexto histórico em que os sujeitos reais, “de carne e osso” (THOMPSON, 1998) terão que tomar suas decisões

sobre seus destinos e se organizar politicamente para a luta travada antes e depois do golpe de 1964.

2 ANTECEDENTES À CRISE DO GOVERNO DE JOÃO GOULART

O governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira privilegiou a política de industrialização, e as diretrizes políticas e econômicas por ele adotadas foram inspiradas nos estudos elaborados pela Comissão Mista Brasil Estados Unidos, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), o que resultou no Plano de Metas.

Tal plano recomendava o desenvolvimento das indústrias de base, com financiamento pelo Tesouro Nacional, cuja fonte de recursos deveria fluir da arrecadação tributária e de operações de crédito, com a emissão de títulos da dívida pública. O capital estatal seria o maior responsável pelo financiamento às políticas industriais, e o grande agente financeiro do desenvolvimento seria o Banco do Brasil, com dupla função: a de banco comercial e a de Banco Central. Ao BNDE caberia o papel de agência de fomento e de agente das políticas de desenvolvimento (MINDLIN, 2001).

A partir do ano de 1955, o ingresso de capitais estrangeiros melhorou as condições do balanço de pagamentos, até então, agravadas pela baixa dos preços internacionais do café e pelo financiamento à sua estocagem nos anos de 1951 e 1952. A Instrução 113, estabelecida pelas autoridades monetárias, iniciou uma nova política de ação com as empresas manufatureiras estrangeiras, sediadas no território nacional. As taxas de câmbio, por sua vez, foram alteradas a fim de que permitissem o ingresso de investimentos estrangeiros em setores prioritários, incluindo a remessa de lucros (LEFF, 1977).

A situação desvantajosa do balanço comercial, entretanto, impediu que o desenvolvimento econômico fosse financiado com os superávits, o que induziu o país a recorrer a outras fontes de financiamento: o investimento direto estrangeiro, empréstimos externos e recursos do Tesouro. As políticas de substituições de importações mudavam, de forma gradativa, o intercâmbio externo; porém, parte substancial do desenvolvimento industrial, principalmente as indústrias de bens de capital e a de base, necessitava de importações

de máquinas e equipamentos, que não eram produzidos no país, o que poderia provocar o atraso e, até mesmo, a estagnação nesses setores, caso as importações não fossem autorizadas. A solução encontrada foi permitir a vinda de investimentos diretos externos, os quais, ao mesmo tempo em que resolviam o problema da importação de produtos estratégicos, não produzidos no país, financiavam parte dos débitos externos e traziam *know-how* para o novo complexo tecnológico e industrial brasileiro (LEFF, 1977).

Segundo Francisco de Oliveira (1977), o desfecho do período JK teve como característica fundamental a emergência de um padrão de acumulação, cuja contradição central foi a reposição da tendência ao estrangulamento externo da economia brasileira, visto que a acumulação de capital possuía, como eixo dinâmico, uma indústria oligopólica e internacionalizada, centrada na produção de bens de consumo duráveis para o mercado interno. Dessa forma, não era possível gerar, em dólares, os recursos requeridos para a remuneração do capital externo, o que ocasionou, novamente, uma crise na esfera da circulação internacional do capital, cuja tensão ficaria evidente no imediato pré golpe de 1964.

Segundo Carlos Lessa (1975), praticamente todas as metas foram cumpridas a contento, porém o mais importante foi que o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro logrou o impressionante intento de adquirir capacidade de desenvolvimento sustentável, na virada da década. Doravante, o capitalismo brasileiro dependeria mais dos investimentos autônomos do Estado e dos investimentos internos do que do capital estrangeiro.

3 ASPECTOS DO GOVERNO DE JOÃO GOULART (1961 – 1964)

O governo Goulart foi marcado pela forte inclinação do presidente a uma via de desenvolvimento mais “autônoma” para o país, não obstante as pressões políticas dos setores conservadores dominantes e os ligados ao capital internacional que viam, nessa inclinação, uma possível aproximação ao comunismo. A posição do presidente (que se definiria somente no início de 1964) se traduzia nas suas atitudes, seus pronunciamentos e em medidas tais como: a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros, revisão das concessões governamentais da indústria de mineração, reforma agrária (decreto do SUPRA) e sua luta incisiva pelas reformas de base.

O clima político desse período foi muito tenso, pois o movimento sindical urbano era extremamente atuante, e havia uma nítida divisão entre os governadores favoráveis e os

contrários às medidas implementadas pelo presidente. Dentre os grupos políticos atuantes, destacavam-se: de um lado, os sindicalistas da classe trabalhadora e os políticos com tendência nacionalista; de outro, os representantes das classes dominantes e do capital internacional. Nesse sentido, podemos identificar não somente interesses vagos e imediatos dos diversos caminhos ou vias de desenvolvimento que os setores sociais defendiam e buscavam implantar – ou seja, era o caminho de desenvolvimento socioeconômico que estava em pauta. De um lado havia os interesses que buscavam a manutenção do padrão de acumulação que tinha por objetivo manter um tipo de desenvolvimento associado. Do outro lado havia aqueles que lutavam por um desenvolvimento capitalista mais ‘autônomo’ para o Brasil, que politicamente, às vezes, confundiam-se com os defensores da própria transição para o socialismo (GENNARI, 1999).

João Goulart não conseguiu efetivar as almejadas reformas de base, posto que não teve apoio do Congresso Nacional para realizar a reforma constitucional necessária à implementação do seu programa. Além disso, a radicalização do movimento sindical, notadamente, durante o governo presidencialista, criou tensões com o próprio governo que buscou um novo equilíbrio de forças, ao patrocinar a formação da União Sindical dos Trabalhadores, rival do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Em setembro de 1963, estourou, em Brasília, uma rebelião liderada por sargentos da

Aeronáutica e da Marinha, revoltados contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que não reconhecia a elegibilidade dos sargentos para o Legislativo, incidente que envolveu as Forças Armadas no clima de dissensão política do período. Segundo Gennari (1999, p. 87):

A quebra de hierarquia provocada diversas vezes no curto período do Governo Goulart era realmente inaceitável para o Alto Comando das Forças Armadas, principalmente a revolta dos sargentos e, depois, a rebelião dos marinheiros. A falta de uma atitude enérgica de Goulart contra a rebelião dos marinheiros selou definitivamente a aversão dos setores militares de direita contra o Presidente.

Ademais, o apoio do governo norte-americano à intervenção militar se tornou oficial quando o embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon, enviou um telegrama secreto ao Departamento de Estado americano que relatava a situação do país “[...] frisando o papel tradicional do Exército de defensor apartidário das instituições democráticas. A carta é anticomunista e, por implicação óbvia, anti Goulart.” (CORRÊA, 1977, p. 117 apud GENNARI, 1999, p. 88).

As contradições herdadas do Governo JK, a crise econômica, a guerra fria e as pressões tanto da direita, quanto dos movimentos populares, pensaram politicamente o Governo de João Goulart. Naquele contexto, um conjunto de eventos precipitou a deflagração do movimento golpista, iniciado em Minas Gerais, na madrugada de 31 de março de 1964. Dessa forma, os setores dominantes nacionais e estrangeiros conseguiram reprimir (mais uma vez na secular história do povo brasileiro) uma possível ascensão popular, o que deu início, assim, a um período de opressão e violência, em contraposição à defesa dos interesses nacionais.

4 A ECONOMIA BRASILEIRA SOB OS ANOS DE CHUMBO

Após o golpe civil militar de primeiro de abril de 1964, a sociedade brasileira vivenciou um longo processo de reformas institucionais. A nova equipe econômica, liderada por Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões, instituiu a ORTN, com o intuito de angariar recursos ao Estado. Foi criado também o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, que, ao mesmo tempo em que alimentava os fundos do Estado, eliminava, de forma gradativa, o regime antigo de estabilidade no emprego para trabalhadores com mais de uma década de serviços prestados. Outros aspectos relevantes das reformas foram a implantação do Sistema Financeiro da Habitação, do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional, em substituição à velha SUMOC. Quanto à reforma tributária de 1966, houve a criação do ICM e de outros impostos e contribuições. Em relação às reformas políticas, o eixo de todo o processo foi um gradual fechamento do regime até o total controle da sociedade pelo poder central de Brasília, sob o comando das Forças Armadas, cujo traço peculiar foi a adoção dos atos institucionais, os famosos AIs.

Sob o aspecto econômico, entre 1962 e 1967, a economia brasileira enfrentou sua pior fase de crescimento no pós-guerra, ao mesmo tempo em que se promoviam modificações profundas tanto no arcabouço da política econômica (financiamento público, privado e externo, comércio exterior e capital estrangeiro), como nos padrões de distribuição funcional e pessoal da renda. Todavia, entre 1962 e 1966, o investimento público não apresentou uma queda significativa e foi um fator de sustentação do investimento global (GENNARI, 2007).

Já o período de 1967 a 1973, denominado de “Milagre Econômico”, caracterizou-se por uma retomada do crescimento, proporcionada devido à adoção de políticas monetária, creditícia e fiscal mais flexíveis (expansionistas) pelo segundo governo militar, instaurado em abril de 1967. José Serra (1984) compara esse período, que denomina de ciclo II, com o anterior (ciclo I: 1956 a 1961) e observa que, em ambos, a indústria manufatureira liderou a expansão, e os setores mais dinâmicos foram os de bens de consumo duráveis e bens de capital. Entretanto, o ciclo I apresentou um maior crescimento da produção nesses setores. O crescimento da produção agrícola manteve-se em um nível modesto, embora superior ao período de pós-guerra; contudo, no ciclo II, a parcela da produção correspondente às exportações agrícolas aumentou, consideravelmente, em prejuízo dos alimentos para consumo interno. Ao contrário do que foi observado no ciclo I, o rápido crescimento da economia, no segundo período, esteve associado a uma acentuada abertura estrutural ao exterior, a qual só foi possível devido ao rápido aumento das exportações (cuja pauta também se diversificou) e ao abundante fluxo de financiamento externo.

A taxa de inflação do ciclo II, por sua vez, apresentou uma variação consideravelmente menor e uma tendência declinante (com exceção do último biênio, em que teve uma inflexão ascendente), diferente do que ocorreu no ciclo I. Desse modo, o desempenho do ciclo II está intimamente relacionado à capacidade ociosa herdada do ciclo I e dos anos de semi-estagnação da economia brasileira, bem como à disponibilidade abundante de divisas proporcionada pelo crescimento das exportações e pelo maior acesso às reservas internacionais, o que facilitava o endividamento externo. Ademais, a expansão do período caracterizou-se pela abundante liquidez real da economia, baseada no aumento do crédito bancário ao setor pri-

vado. Além disso, a alta concentração de renda da população brasileira e a elevação da margem de endividamento das famílias, facilitada pelo desenvolvimento da intermediação financeira na compra de bens de consumo, possibilitaram o dinamismo da demanda por bens de consumo duráveis e, por conseguinte, o melhor desempenho desse setor (GENNARI, 2007).

No entanto, o crescimento econômico dessa etapa expansiva não foi capaz de eliminar a heterogeneidade intra e intersetoriais. Na indústria, por exemplo, havia considerável atraso do crescimento da produção de bens de capital, em relação aos setores de bens de consumo duráveis, não-duráveis e da construção civil. Duas consequências imediatas desse desequilíbrio no crescimento industrial foram o surgimento de focos de tensão inflacionária (1973) e a tendência a fortes *deficits* na conta comercial do balanço de pagamentos a partir de 1971 – 1972. Ademais, a produção agrícola voltada para o mercado interno também apresentou considerável atraso, face ao crescimento da indústria e da massa de salários, devido não ao declínio do setor, mas ao expressivo aumento das exportações, o que gerou, por sua vez, pressão inflacionária.

Outro fator decisivo para a inflexão da curva inflacionária, antes da crise do petróleo, foi a inflação mundial, que exerceu uma dupla pressão sobre os preços domésticos, via importações e exportações de matérias-primas e alimentos. Assim, quando ocorreu o choque externo, provocado pela alta dos preços do petróleo, no final de 1973, o sistema brasileiro de preços e o balanço de pagamentos já estavam vulneráveis. A aceleração inflacionária, que vinha ocorrendo desde então, foi acompanhada, a partir de meados de 1974, por um forte declínio do ritmo de expansão da economia.

Nesse sentido, a inflexão do ciclo não ocorreu apenas devido a problemas de investimentos (queda na taxa de lucros) ou a restrições de oferta de importações, mas à crise na demanda corrente de bens de consumo não-duráveis e duráveis. Quanto aos bens de consumo não-duráveis, a desaceleração do crescimento foi reflexo da contenção dos salários de base, cujo reajuste não acompanhava a inflação. Além disso, a contenção dos salários reais, que prosseguiu até 1974, comprometeu a disposição ou capacidade de endividamento das famílias, o que afetou não só algumas indústrias de bens de consumo não-duráveis, comercializados, em grande parte, por intermédio do crédito pessoal, como também indústrias de bens

de consumo duráveis. Desse modo, segundo Gennari (2007) a inflexão dessa etapa expansiva foi determinada, de forma fundamental, pela aceleração da inflação e seus efeitos sobre os salários e a política de crédito.

Em relação ao período 1973 – 80, a desaceleração econômica esteve longe de configurar uma situação depressiva, pois o crescimento médio do PIB superou ligeiramente os 7% ao ano, taxa que corresponde à tendência histórica do pós-guerra, mais elevada do que a correspondente a economias não exportadoras de petróleo, desenvolvidas ou subdesenvolvidas. O desempenho da economia brasileira, nesse período, foi condicionado, em grande parte, ao II Plano Nacional de Desenvolvimento, o mais importante e concentrado esforço do Estado, desde o Plano de Metas, em promover modificações estruturais econômicas. O II PND partia de uma identificação razoável dos problemas que afetaram a economia brasileira em fins de 1973: atraso no setor de bens de produção e de alimentos, forte dependência do petróleo e tendência a um elevado desequilíbrio externo.

Embora longe de produzir resultados semelhantes ao Plano de Metas, o II PND teve êxito na substituição de importações de produtos intermediários e um resultado positivo no impulso à indústria doméstica de bens de capital, sob a ação direta das empresas estatais e do setor privado, o qual obteve forte apoio do sistema BNDES e do CDI (Conselho de Desenvolvimento Industrial). Na prática, o II PND foi parcialmente desativado a partir de meados de 1976, devido à adoção de uma política anti-inflacionária de natureza contracionista. Além disso, a canalização da poupança privada voluntária para financiamento dos investimentos, tal como pretendia o plano, não se realizou, e foi preciso recorrer a fontes externas e estatais, com taxas de juros subsidiadas. Aliado a esse contexto, os transtornos da economia mundial provocaram a deserção total ou parcial dos sócios internacionais que deveriam compartilhar os grandes projetos de exportações (GENNARI, 2007).

O novo choque externo, representado pelo recrudescimento da inflação mundial, sob a liderança do petróleo, concomitante a uma forte deterioração das relações de troca do Brasil, contribuiu ainda mais para o agravamento da situação econômica do país, no final dos anos 1970, o qual se acentuou também com a elevação da taxa de juros internacional

(seja pelo aumento dos serviços da dívida externa ou pelo estreitamento do raio de manobra da política monetária doméstica).

Nesse período, fizeram-se presentes as pressões dos bancos internacionais, tanto no sentido de aumentar o *spread* dos empréstimos ao Brasil, como de promover alterações na política econômica doméstica em uma direção mais conservadora ou se preferir ortodoxa.

5 CRISE DOS ANOS 1980 – REFLEXÕES SOBRE A DÉCADA PERDIDA

A década de oitenta se inicia com grandes dificuldades de financiamento externo, resultantes da crise do petróleo e da elevação das taxas de juros internacionais. Segundo Ricardo Carneiro (2002), durante os anos 1980, tornou-se explícita a crise do padrão de financiamento do setor público, com a extinção do mercado voluntário de crédito para os países em desenvolvimento. Em decorrência desse fato, surge a necessidade constante da geração de superávits comerciais para fazer frente à transferência de recursos ao exterior.

Essas crises se acentuam com os baixos índices do Produto Interno Bruto e com o aumento das taxas de inflação, que passaram de 40% ao ano, em 1978, para 220%, em 1983. No ano de 1984, o Brasil se recupera devido à melhora da economia global e ao aumento das exportações aos EUA, facilitado pelas maxidesvalorizações cambiais. O crescimento se manteve em 1985, quando a economia brasileira apresentou a maior taxa de crescimento de sua história, o que possibilitou ao país o pagamento integral dos juros da dívida externa (KON, 1999).

Em contraste à recuperação de 1984, o crescimento de 1985 foi impulsionado pela demanda interna, através do aumento dos salários reais e conseqüente aumento do consumo. A inflação se tornava a grande preocupação entre os economistas. Sob esse aspecto, torna-se interessante o debate entre os heterodoxos e os ortodoxos. Conforme Kon (1999), os ortodoxos baseavam suas hipóteses sobre a inflação, a partir das expectativas racionais. No Brasil, essas ideias foram representadas por meio das propostas de Otavio Bulhões, baseadas na eliminação do déficit público, da expansão monetária e de todas as formas de indexação da economia e na liberação de todos os preços.

Em oposição às expectativas racionais, as hipóteses heterodoxas surgem a partir da tese de que a inflação brasileira apresenta um caráter predominantemente inercial. Seus principais representantes são André Lara Resende, Pêrsio Arida e Edmar Bacha, que consideram que os preços e ativos são reajustados em função da inflação passada e que, para combatê-la, torna-se essencial “zerar a memória do sistema” (SINGER, 1987).

Nesse sentido, podemos considerar a década de 1980 no Brasil como uma espécie de “laboratório” para propostas de combate à inflação. Dentre os planos de estabilização implementados, durante o período, destacam-se os planos Cruzado, Bresser e Verão, além de uma série de tentativas de ajuste. O Plano Cruzado, considerado um programa heterodoxo, foi o primeiro deles e pode ser caracterizado como um marco para as experiências seguintes quanto à estabilidade econômica. Foi implementado em fevereiro de 1986 e baseava-se no diagnóstico da inflação inercial. Dentre as suas medidas, destacam-se o congelamento de preços, a introdução de uma nova moeda, a conversão de salários com abono de 8% para salários gerais e de 16% para o salário mínimo e o fim do mecanismo da indexação formal (VERSIANI, 2005).

As consequências iniciais do programa foram positivas, quando superaram, até mesmo, as expectativas de seus formuladores e obtiveram um grande apoio popular. A inflação, que girava em torno de 20% ao mês em fevereiro de 1986, foi para 0,6% em abril do mesmo ano. As produções de bens de consumo e bens de capital, por sua vez, cresceram 20% e 30%, respectivamente (GENNARI, 2007). Entretanto, passadas as eleições, o plano já em crise aberta fora substituído por outro (cruzadinho) mais ortodoxo e conservador, diante de uma conjuntura de recrudescimento da inflação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso considerar, mesmo que sumariamente, que as causas da crise do início dos anos 1960 são profundas e estruturais, sendo que alguns aspectos chamam a atenção: a) a herança do Governo JK representada fundamentalmente por uma tendência ao estrangulamento externo; b) uma crise de superprodução; c) aguda tendência à deterioração dos termos de

troca, com seus impactos no balanço de pagamentos; d) pressões inflacionárias estruturais; e) histórica concentração de renda.

Após do golpe civil-militar do início de 1964 seguiu-se uma política econômica e social com dois eixos fundamentais: o arrocho salarial e a internacionalização subordinada da economia e da sociedade brasileira. A política econômica que se seguiu ao golpe de 1964, o chamado Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) e os seus desdobramentos posteriores, tiveram a função precípua de recompor, em patamares mais elevados, o livre fluxo da circulação internacional do capital, e assim, a posição subordinada da economia brasileira na divisão internacional do trabalho e, fundamentalmente, em relação às potências hegemônicas, o que significaria uma pá de cal nas pretensões do derrotado nacional-desenvolvimentismo de caráter nacionalista do pré-1964.

Para sedimentar suas aspirações, os instrumentos e medidas econômicas e sociais do PAEG assentaram-se em pelo menos dez aspectos: a) a execução de uma política econômica ortodoxa de controle da inflação, ou seja, baseada na redução da oferta de meios de pagamentos e no corte da demanda, o que se traduziu em política salarial que impôs agudo arrocho salarial à classe trabalhadora; b) liberação das importações; c) aumento das tarifas dos serviços públicos e das empresas estatais; d) introdução da correção monetária, graças à criação do mercado de títulos assentado na emissão das obrigações reajustáveis do tesouro nacional – ORTNs, dotando o Estado de novos recursos captados no novo mercado de títulos; e) radical modificação da Lei de Remessa de Lucros, no sentido de eliminar os três itens considerados nacionalistas e que limitavam as remessas ao exterior; f) alteração radical da reforma agrária, que doravante seria assentada nas prioridades do mercado e não na distribuição de terras aos sem-terra, ou seja, eliminação das propostas das ligas camponesas e repressão brutal aos seus líderes; g) criação do Banco Nacional da Habitação – BNH, que recriaria as condições e regras para o mercado imobiliário; h) criação do fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS, que além de eliminar a estabilidade no emprego (dando assim um golpe no movimento sindical), garantia ao Estado uma nova fonte de recursos. Além desses aspectos essenciais, destacaríamos ainda o aumento da dívida pública, a elevação da dívida externa como expediente para financiar a acumulação de capital e

a supressão do direito de greve, o que impactou severamente no arrocho salarial em andamento. Todas essas medidas tiveram o impacto de uma verdadeira “cirurgia econômica”, como na expressão dos seus artífices.

Em 1967, o governo tomou novas medidas de afrouxamento da política monetária, de aumento do financiamento para o consumo dos bens de consumo duráveis, que somados à expansão do crédito imobiliário e à retomada dos investimentos das estatais, criaram as condições para o desencadear o assim chamado “milagre econômico brasileiro”.

O milagre econômico caracterizou-se por elevadas taxas de crescimento do PIB como consequência do aumento dos investimentos estrangeiros, do aumento das importações de bens de capital, do aumento da dívida externa, do aumento da demanda interna por bens de consumo duráveis; do aumento das exportações e do ingresso de capital. Estava montado o cenário para o aumento do consumo de uma pequena parcela da população brasileira, as chamadas classes médias. O sucesso relativo do padrão estrutural baseado na produção de bens de consumo duráveis, num contexto de pobreza e miséria generalizado da população trabalhadora, se devia à crescente concentração de renda que assolava o país, que apresentava Índices de Gini (quanto mais próximo de 1.0 maior a concentração de renda) superiores a 0,6.

Ao aparente sucesso econômico logo sucedeu uma crise de grandes proporções. Somado à crise desencadeada no epicentro do capitalismo, os EUA, com sua crise de superprodução e queda nas taxas de lucros, além da famosa crise de Bretton Woods, onde os Estados Unidos romperam unilateralmente com a relação dólar – ouro, o mundo capitalista mergulhou em uma de suas mais profundas crises: a especulação tornar-se-á, doravante, o eixo privilegiado do capitalismo rentista.

No Brasil as contradições do padrão de acumulação subordinado vieram a tona se transformando em crise financeira estrutural. Todos os esforços do Governo Federal em relação ao II Plano Nacional de Desenvolvimento malograram, já que a economia mundial rumava para um novo padrão tecnológico, conhecido como terceira revolução tecnológica, calçada na informação e na comunicação. O início dos anos 1980 demarcam o fim da economia da ditadura militar e o consequente início da transição

democrática, num contexto de colapso da economia brasileira, com elevação sem precedentes da dívida externa, hiperinflação, desemprego em massa, enfim uma crise estrutural. Na sequência da crise os militares darão início à transição política - “lenta, gradual e segura” - num clima de grande insatisfação popular. Os governos da chamada Nova República terão que lidar com a herança de um país combalido pelo atraso econômico, grave estrangulamento externo que se revela como crise estrutural no balanço de pagamentos e dívida externa impagável.

Concluindo, com a implementação de todas as suas reformas antipopulares e em benefício das classes dominantes do capitalismo internacionalizado e subordinado brasileiro, a herança mais acabada da economia da ditadura militar pode ser traduzida em dois desdobramentos essenciais: inflação e caos social. O processo inflacionário logo se transformaria em hiperinflação como consequência da desordem econômica estrutural instaurada. A inflação galopante se somará à onda de desemprego do início dos anos 1980 e lançará a sociedade brasileira e, principalmente os setores desprotegidos da classe trabalhadora num quadro psicossocial de desespero diante da corrosão brutal dos salários e da impossibilidade de garantir a segurança alimentar das famílias; e, em segundo lugar, o quadro de violência urbana e caos social como consequência de uma estrutura em crescente elevação das desigualdades sociais, o que levou o Brasil a figurar como um dos países com os mais elevados índices de concentração de renda do mundo.

REFERÊNCIAS

BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (Org.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. 4. ed. Campinas: Unicamp, IE, 1998.

CAMPOS, R. *Ensaio de história econômica e sociologia*. Rio de Janeiro: APEC, 1963.

CARDOSO, F. H.; FALETO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: LCT, 1969.

CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo: LECH, 1978.

- DRAIBE, S. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Zahar, 1975.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 13. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.
- GENNARI, A. *Réquiem ao capitalismo nacional*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 1999.
- GENNARI, A. et al. *Alguns aspectos da trajetória brasileira no século XX: a barreira do subdesenvolvimento*. 2007. Disponível em: <http://ibec-estudos.org.br/biblio/Salta/textos_Salta.pdf>. Acesso em: 27 maio 2014.
- KON, A. *Planejamento no Brasil II*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999.
- LEFF, N. H. *Política econômica e desenvolvimento no Brasil 1947 – 1964*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977.
- LESSA, C. *Quinze anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- MINDLIN, B. *Planejamento no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Perspectivas, 2001.
- OLIVEIRA, F. *A economia brasileira da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.
- PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira. In: LESSA, Carlos et al. *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984. v. 1.
- SINGER, P. *O dia da lagarta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- TAVARES, M. C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. 3. ed. Campinas: Unicamp, IE, 1998.
- THOMPSON, E. P. A peculiaridade dos ingleses. In: NEGRO, A.; SILVA, S. (Org.). *E. P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001. p. 75-281.
- VERSIANI, F. *Inflação e política antiinflacionária no Brasil*. Brasília, DF: Departamento de Economia, Universidade de Brasília, 2005. (Textos de Leitura, n. 23).

IMAGENS DE LUTA E DE LUTO: CICLO DE CINEMA “ECONOMIA E SOCIEDADE” NOS 50 ANOS DO GOLPE MILITAR

Agnaldo dos Santos
Francisco Luiz Corsi
José Marangoni Camargo
Laércio Fidelis Dias

O período correspondente à duração da ditadura civil-militar (1964-1985) propiciou às artes, como o cinema, não só retratar como também refletir sobre os dilemas, angústias e esperanças das mulheres e homens que enfrentaram o regime de exceção ao qual o país foi submetido depois da deposição de João Goulart. De fato, a lista de filmes que tratam do período é imensa, e toda seleção acaba cometendo em maior ou menor grau alguma arbitrariedade da parte de quem a elabora, temperada por altas doses de preferências pessoais. De todo modo, vale a pena selecionar alguns exemplos para discutir uma das páginas mais importantes e traumáticas da história recente do Brasil e da América Latina.

O projeto de extensão universitária “Economia e sociedade – ciclo de cinema”, promovido desde 2011 pelo Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências (Unesp Marília) procura, por meio da linguagem cinematográfica, discutir os aspectos econômicos, políticos e sociais apontados em películas nacionais e internacionais, tanto com o corpo discente da faculdade quanto com a comuni-

dade mariliense. Em cada sessão, após a exibição do filme, professores dos cursos de Ciências Sociais e de Relações Internacionais desenvolvem com os participantes um debate, procurando identificar os pontos mais relevantes exibidos em cada material.

Nesse ano de 2014, o projeto integrou o evento “50 anos do Golpe Militar”, que ocorreu em diversos *campi* da universidade nos meses de março e abril, e o foco esteve não só na ditadura brasileira, como também no contexto mais amplo dos regimes de exceção que foram impostos aos países do Cone Sul entre as décadas de 1960 e 1980. Dessa forma, os cinco filmes exibidos no evento trataram diretamente do caso brasileiro (*O ano que meus pais saíram de férias*, *Marighela* e *Hércules 56*), do argentino (*Infância Clandestina*) e do chileno (*Machuca*). Além do pano de fundo das ditaduras encabeçadas por juntas militares amplamente apoiadas por segmentos civis e pela diplomacia estadunidense, as histórias retratadas – tanto as ficcionais quanto as verídicas – possuem diversos pontos de intersecção: o cotidiano intercalado por eventos extraordinários, o impacto da violência dos regimes no seio das famílias dos militantes de esquerda (especialmente com relação as crianças), a percepção de isolamento daqueles que acreditavam estar lutando em nome do povo, entre outros. Buscaremos nesse pequeno artigo tão somente descrever algumas das reflexões desenvolvidas com os participantes do ciclo, sem a pretensão de uma exaustiva análise.

INFÂNCIA CLANDESTINA

O primeiro filme exibido foi *Infância Clandestina* (2012), do diretor Benjamín Avila. Com expressivos aportes autobiográficos do diretor, a história retrata os dilemas vividos por Juan, um pré-adolescente filho de dois militantes tupamaros que levavam uma vida de clandestinidade no período mais duro da ditadura argentina, no final dos anos 1970. Assim, seu núcleo familiar (pai, mãe e tio paterno) vivia sob o disfarce de comerciantes de chocolate, aguardando ordens para executar ações armadas. Uma característica importante apontada pelo próprio filme é que os militantes tupamaros, em especial as mulheres, faziam questão de viver com seus filhos, apesar dos evidentes riscos à segurança das crianças. Dessa forma, Juan e sua irmã bebê se viram forçados também a conviver com a

clandestinidade, no caso do garoto sob o pseudônimo de Ernesto – curiosamente, uma homenagem óbvia a Che Guevara. Se o nome alterado lhe permite levar uma vida relativamente normal, matriculado na escola local, essa “normalidade” é abalada por um dos acontecimentos mais comuns dessa fase da vida: a paixão por uma colega de escola. Portanto, Juan vê potencializadas as angústias típicas do final da infância devido à sua vida clandestina, que o impede de viver sua paixão adolescente, mesmo com a reciprocidade dos sentimentos por parte de sua colega. Assim, terá de fazer duras escolhas e se verá forçado a amadurecer precocemente ante a violência, a tortura psicológica e a desagregação de sua família promovidas pelo aparato repressivo. O filme torna bem claro o trauma que boa parte das famílias argentinas e latino-americanas experimentaram com a separação de pais e filhos, tão bem lembrada nas ações das Mães e Avós da Praça de Maio, em Buenos Aires. E tudo isso acontecendo sob a euforia argentina do primeiro título de campeão mundial de futebol em 1978. Tema que liga essa história ao segundo filme exibido no ciclo.

O ANO QUE MEUS PAIS SAÍRAM DE FÉRIAS

O ano em que meus pais saíram de férias (2006), de Cao Hamburger, que também tem elementos autobiográficos do diretor (seus pais foram presos pela ditadura) se passa no Brasil em 1970, ano da conquista do tricampeonato de futebol pela seleção brasileira e também em um dos momentos de maior repressão da ditadura militar. O filme retrata esse período de maneira bastante original, ao contar a história de Mauro, um garoto mineiro de doze anos, que é deixado pelos pais na casa do avô no bairro paulistano do Bom Retiro e que “saíram de férias”, ou seja, estavam fugindo da perseguição política da ditadura. Mas no dia em que chega a São Paulo, seu avô morre e ele é acolhido pela comunidade judaica do bairro, em especial por Shlomo, vizinho do seu avô.

Mauro é obrigado a se adaptar a um mundo bastante diferente ao seu, outra cidade, um bairro de imigrantes de diferentes lugares e países, uma cultura e religião estranhas (Mauro era um *gói*, um não-judeu), a ausência dos pais. A relação entre Mauro e Shlomo retrata bem essas diferenças culturais, marcadas por conflitos que aos poucos vão se trans-

formando em afeto. A escolha da posição de goleiro por parte de Mauro simboliza a sua solidão em um ambiente bastante diverso ao seu. Para ele, é um período de perdas, mas também de descobertas e de um precoce amadurecimento.

O futebol, por sua vez, ocupa um papel central na vida de Mauro, a proximidade da Copa do Mundo, o futebol de botão, os jogos de futebol com seus novos amigos do bairro, a coleção de figurinhas dos jogadores da seleção, a revista Placar, o uniforme e as luvas de goleiro. A relação entre futebol e ditadura aparece por sua vez em cenas como a de Ítalo, um estudante de esquerda, atuante do movimento estudantil, que torce pelo gol da socialista Tchecoslováquia, mas que, mesmo achando que a vitória da seleção brasileira seria usada como peça de propaganda pelos militares, acaba vibrando muito mais com o gol do Brasil. Essa contradição reflete a controvérsia entre aqueles que entendiam que o futebol era o “ópio do povo” e portanto passível de manipulação, e o futebol como uma forma de expressão cultural popular, ou seja, um símbolo de identidade brasileira.

A alegria da conquista do tricampeonato mundial de futebol contrasta por sua vez com as agruras dos anos de chumbo da ditadura. O sofrimento de Mauro com o distanciamento dos pais, o confronto dos estudantes com a polícia, a prisão de Shlomo, o retorno apenas da mãe e a presumida morte do pai. Mauro espera pela vitória do Brasil, mas também pela volta dos pais. O dia da conquista do tricampeonato é também o da volta de sua mãe, e a ausência de seu pai retrata o drama de muitas famílias que sofreram os efeitos da repressão política da ditadura. Dia de alegria e tristeza para Mauro, sintetizado em sua última frase, ao dizer que se tornou um exilado, que ele entendia como “ter um pai tão atrasado, tão atrasado, que não volta mais para casa”!

MARIGHELLA

Marighella é o título do documentário dirigido por Isa Grinspum Ferraz, lançado em 2012, e trata da vida do líder comunista Carlos Marighella, que atuou na história política do Brasil entre os anos de 1930 e 1969. Isa Grinspum Ferraz é sobrinha de Marighella. Talvez, por isso, a diretora/socióloga tenha optado por um documentário marcado pela me-

mória, ao mesmo tempo histórica e afetiva do tio comunista, ferrenho opositor do regime militar brasileiro e, por conta disso, preso e torturado. Aderiu à luta armada contra o regime, a partir de 1967, envolvendo-se em roubos, tiroteios e atentados com explosões e uso de dinamite, e acabou morto pelos militares, à “4 de novembro de 1969, por volta das 20 horas, na Alameda Casa Branca, em São Paulo, no bairro dos Jardins” (SILVA JUNIOR, 2003, p. 13). O documentário não ambiciona o status de síntese do que foi todo o período do regime militar brasileiro (1964-1984). Como a maioria das produções cinematográficas que aborda o tema¹, o trabalho de Ferraz concentra-se em determinados períodos. Embora o documentário perpassa por toda a vida de Marighella, desde o nascimento em Salvador/BA, em 1911, até a morte em São Paulo/SP, em 1969, com relação ao regime militar, o foco está entre os anos de 1964 e 1969. É como se *Marighella* fosse mais um documentário que, unido a outros filmes, contribuísse para formar um mosaico do que foi o regime militar². O material utilizado para realizar o documentário foi: discursos de Marighella; prova em versos³; imagens históricas do período de 1930 a 1969; depoimentos da esposa, do filho e de colegas ex-militantes do PCB – Partido Comunista Brasileiro e da ALN – Ação Libertadora Nacional.

Marighella tem um tom pessoal, afetivo, que busca resgatar o lado da vida familiar e privada do líder comunista, bem como a sua brasilidade. Esses aspectos ficam bastante evidentes nas cenas iniciais quando Carlos Marighella e sua trajetória política são apresentados a partir de quem foram os seus pais e como era Salvador e o Brasil à época. Seu pai era branco, de origem italiana, da região da Emília. Era anarquista e indignado com a situação daqueles – pobres – que trabalham a vida inteira e nunca têm nada. Sua mãe era negra, baiana e filha de escravos de origem malinesa, região da África historicamente marcada por conflitos e insurreições armadas contra o governo colonial francês. Conforme um dos depoimentos, Marighella abraçou o comunismo devido à indignação, herdada do pai, contra a injustiça social e a miséria. A esta indignação, soma-se o espírito

¹ *Batismo de Sangue, O Que é Isso, Companheiro?, Hércules 56 e Cidadão Boilezen*, ver Russo (2012).

² *Ibidem*.

³ Marighella respondeu em verso, no dia 23 de agosto de 1929, a uma prova de física, quando era aluno no Ginásio, na Bahia. Ele obteve a nota máxima: 10. E a prova ficou exposta nos corredores do Colégio até 1965. Posteriormente o poema foi incluído no livro de poemas: Marighella (1994). Silva Junior (2003, p. 22-24) em sua dissertação de mestrado também reproduz o mesmo verso.

combativo, de luta, vindo da mãe. A resultante da combinação de uma alma combativa e de um espírito indignado foi a de um “comunista não marxista”, conforme afirma um dos depoentes. Defensor da liberdade de culto, do Estado laico e do divórcio, Marighella era um mulato, que em casa comia espaguete e caruru, cuja personalidade fora forjada na vivência cotidiana e popular da Bahia.

Essa origem miscigenada e popular talvez tenha sido a base que esclareça a opção do líder comunista por empreender uma revolução no Brasil semelhante àquela ocorrida no Vietnã, ou seja: profundamente enraizada no povo. De mesmo modo, a ruptura com as lideranças do PCB – Partido Comunista Brasileiro, em 1967, se dá justamente quando o partido recusa a luta armada e opta pela revolução por dentro, a partir de uma leitura de Gramsci, isto é, a partir das regras do jogo burocrático da política. Como resgate pessoal e afetivo de uma personagem que marcou época na história da vida política do Brasil em meados do século XX, *Marighella* parece atingir os seus objetivos. Como uma peça a mais que contribui para contar uma história de um período difícil, delicado, nebuloso em vários aspectos e violento da história do Brasil, o documentário também atinge satisfatoriamente esse fim.

Chama, porém, atenção a ausência de autocrítica do documentário. Seja devido à maneira maniqueísta com que militantes comunistas e militares são apresentados, sendo estes malvados indolentes e aqueles bons e redentores, seja devido à ação revolucionária pela via da luta armada que, depois de meio século, mereceria ser apresentada com um ou mais grão de sal. Diante da placidez com a qual os depoentes revelam crimes como roubos a banco, fechamento de ruas e interceptação de trem, caberia o seguinte questionamento: por quem, além deles mesmos, os militantes revolucionários se compadeciam? O questionamento torna-se ainda mais pertinente quando se nota a intensa carga emocional presente nos depoimentos que revelam a violência dos militares contra os militantes. A luta armada e a revolução comunista visavam ao fim do sistema capitalista e a redenção daqueles que trabalham a vida inteira e nunca têm nada. Curiosamente, o depoimento da terapeuta Eliane Toscano, ex-militante da ALN, que, entre outras atividades, cuidava das dinamites que ficavam guardadas na garagem da casa de Mari-guella, revela a curiosidade de sua “empregada” em saber o que havia naque-

las caixas guardadas a sete chaves. Ao que parece, a empregada nunca soube o que havia nas caixas. Por que não saciar a curiosidade da empregada? Se não era possível, por que a questão não é problematizada no documentário? Como esclarecer a incomunicabilidade justamente com aqueles em nome de quem as ações revolucionárias, no limite, se dirigiam?

HÉRCULES 56

Hércules 56 (2006), de Silvio Da-Rin, é um dos diversos documentários que retrata a luta armada dos grupos guerrilheiros contra a ditadura, centrando sua atenção nos militantes que organizaram em 1969 o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick e que exigiram sua troca por um grupo de 15 companheiros de luta encarcerados pela repressão. O título do filme faz menção ao nome do avião da Força Aérea Brasileira que levou o grupo trocado pelo embaixador para o exílio no México. Os depoimentos que se seguem são os dos antigos militantes da ALN e do MR-8 que organizaram o sequestro (Franklin Martins, Daniel Aarão Reis, Cláudio Torres e Manoel Cyrillo) e dos que foram libertados por meio dessa ação e que foram transportados no *Hércules 56* (José Dirceu, Flávio Tavares, José Ibrahim, Maria Augusta Carneiro e Vladimir Palmeira). Também temos imagens e depoimentos de arquivo dos envolvidos com o episódio e já falecidos, como Luís Travassos, Gregório Bezerra e Onofre Pinto.

Tanto os depoimentos mais atuais quanto os de arquivo deixam claro que a ação, (bem sucedida mas que trouxe na sequência uma forte repressão), foi uma resposta desesperada dos grupos armados contra a ditadura, que estavam sendo literalmente exterminados pelo regime. Alguns, como Palmeira, se dizem agradecidos pela coragem dos companheiros que possibilitaram sua libertação e sua sobrevivência, mas que sob qualquer ponto de vista o sequestro do embaixador fora um ato pouco responsável. Muitos deles reconhecem que a resposta à ação foi extremamente violenta, como atesta o assassinato de Marighela pelas forças da repressão logo na sequência do sequestro. Os que ainda defendem a ação lembram que provavelmente todos os libertados teriam sido assassinados nos porões do regime, como aliás ocorreu com alguns que voltaram do exílio e tombaram após nova captura (casos de Onofre Pinto e João Leonardo Rocha).

É curioso notar que, mesmo após décadas do ocorrido e dos laços de camaradagem que ainda ligam muitos deles, avaliações divergentes são pautadas em grande medida pela inserção de cada um em seus respectivos grupos à época. Isso fica mais interessante quando vemos que tanto a ALN quando o MR-8 elaboraram a lista dos 15 presos a serem libertados por meio de um critério ecumênico – era preciso que os grupos mais representativos da luta contra a ditadura estivessem presentes na lista para dar maior destaque à unidade das esquerdas, que na verdade era muito pequena se lembrarmos que haviam muitos grupos, todos bastante reduzidos e com visões bem divergentes sobre o processo.

Há também uma notória ausência: Fernando Gabeira, que participou do sequestro do embaixador, mas não deu depoimento e é mencionado muito rapidamente nos diálogos. Causa estranheza, pois seu livro *O que é isso, companheiro?* (1979) trouxe sua visão dos fatos, transformado em filme em 1997 e dando maior popularidade ao caso.

Provavelmente isso seja um exemplo dos caminhos bem distintos tomados por alguns deles depois da Anistia: Zé Dirceu foi do paraíso ao inferno como mentor da vitória de Lula e do PT à presidência em 2003, mas condenado por envolvimento no caso chamado de “mensalão” e preso desde 2013; José Ibrahim (falecido em 2013) se afastou da CUT e do PT e ajudou a fundar a Força Sindical e depois a União Geral dos Trabalhadores, aproximando-se do ex-prefeito paulistano Gilberto Kassab; Vladimir Palmeira foi deputado pelo PT e candidato ao governo do Rio de Janeiro, mas desfilou-se do partido em 2011; o próprio Gabeira ajudou a fundar o PV, depois foi eleito deputado pelo PT e se afastou dele após a vitória presidencial de 2003, com discurso oposicionista ao petismo. Provavelmente muitas dessas divergências são frutos não só de avaliações políticas da época e posteriores, mas também de vicissitudes pessoais tão evidentes no livro de Gabeira. Um tipo de abordagem que abriu o ciclo de filmes, com a experiência argentina e que encerrou com a chilena: eivadas de dilemas pessoais transpassados pelas grandes questões políticas do período.

MACHUCA

A trama do filme chileno *Machuca*, de Andrés Woods, se passa no Chile nos conturbados anos do governo Allende, que foi derrubado por um golpe militar em setembro de 1973. O golpe foi mais um de uma série de levantes militares, iniciada em 1964 no Brasil, que varreu a América Latina. Salvador Allende, do Partido Socialista, foi eleito em 1970 com base em ampla coligação de esquerda, a Unidade Popular, que almejava instituir o socialismo pacificamente por meio de reformas. O programa da Unidade Popular visava aprofundar as conquistas sociais e políticas da classe trabalhadora e a democracia. Isto seria alcançado pela nacionalização paulatina dos recursos minerais, dos bancos, do comércio exterior, da energia elétrica, dos transportes, das comunicações, das empresas consideradas estratégicas e da produção, refino e distribuição de petróleo. Também previa amplos investimentos em habitação, educação e saúde pública. Outro ponto fundamental do programa era a reforma agrária. Também propunha a criação da Assembleia do Povo, que deveria ser a instância máxima de poder do país, e de forma similar assembleias em nível local e regional, que deveriam garantir o efetivo controle do poder pela maioria da população.

Este programa reformista feria profundamente os interesses da burguesia chilena e do capital estrangeiro, que tinha grande peso nos setores financeiro e de mineração. O governo norte-americano, temendo que o Chile se transformasse em uma nova Cuba, desde logo, buscou desestabilizar o governo democraticamente eleito, apoiando os setores golpistas das forças armadas e da classe dominante. Estes setores procuraram criar uma situação de caos e ingovernabilidade. O intuito era o de solapar o governo constitucional. Desencadeou-se feroz e sistemática campanha por parte dos meios de comunicação contra Allende. Os partidos de direita e centro direita procuraram bloquear qualquer iniciativa do governo no Parlamento, com o objetivo de paralisar o Estado. Ao mesmo tempo, patrocinavam inúmeras manifestações públicas e greves que afetaram o conjunto da economia, mas sobretudo o abastecimento e os transportes. Criou-se uma situação de desabastecimento, violência e caos. Muito bem retratada no filme. A reação do governo e dos trabalhadores foi a intensificação da mobilização popular, que ganhou as ruas, as fábricas e as universidades.

É neste contexto de acirramento dos conflitos de classe que se desenrola a trama do filme. Gonzalo Infante é um menino de classe média-alta, que estuda em uma escola elitizada, particular e católica e reside em um bairro nobre de Santiago. Vive em uma família em decomposição e que não dispensa muita atenção aos filhos, mas que mantém as aparências. O pai ausente defende o governo de esquerda, enquanto sua mãe, típica representante da mentalidade da classe média, participa ativamente das manifestações contra Allende.

O colégio de Gonzalo, dirigido por um padre progressista, institui um programa de bolsas de estudo para crianças pobres, o que o colocará em contato com um mundo muito diferente do seu. Ele conhece Pedro Machuca, menino de família pobre e problemática, que vive na periferia em um bairro miserável. Ele sobrevive vendendo com o tio e uma prima material de propaganda política de todos os partidos, embora simpatizem claramente com a esquerda.

A presença de estudantes pobres em uma escola de elite acarreta uma série de conflitos entre os alunos e entre os pais e a direção da escola. A partir de uma briga no colégio os dois se aproximam e inicia-se uma amizade e um processo de novas experiências para ambos, tendo como pano de fundo a conturbada situação social e política do país. A amizade entre eles é mal vista pelos colegas, o que produz os sentimentos e as visões de mundo das classes a que pertencem. As descobertas, o companheirismo e as novas aventuras que aproximam Pedro e Gonzalo não anulam as profundas diferenças sociais, culturais e econômicas em que estão inseridos. Os personagens se transformam ao longo da trama. Conhecem uma nova realidade. Gonzalo se diverte vendendo bandeiras nas manifestações diárias que varrem o país. Conhece a situação dos bairros miseráveis. Machuca conhece um mundo que não tem e não terá acesso, mas aproveita a bicicleta, os tênis e os quadrinhos do Zorro do amigo. O acirramento da situação que desemboca no golpe militar acaba separando os dois, indicando a impossibilidade de convivência entre os dois mundos. O desfecho mostra que a realidade machuca. O filme é sobretudo político, mas trata os personagens e as situações com grande sensibilidade. É uma alegoria da situação dos incontáveis “Pedros” que vivem na América Latina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa mostra está longe de esgotar todas as facetas do período, nem as impressões apresentadas pelos autores se propõem ser as melhores, diante da riqueza das películas e das possibilidades interpretativas que elas sugerem. Buscamos tão somente gerar com os participantes da mostra – especialmente com aqueles nascidos bem depois destes episódios históricos, já dentro da normalidade institucional democrática – um debate profícuo e externar opiniões, inclusive de forte teor subjetivo. Isso porque os debatedores acompanharam em suas infâncias e juventudes os estertores da ditadura brasileira, e muito do que foi exposto ilustra essa impressão pessoal dos debates e do texto. Mesmo sabendo que muitos dos nossos leitores tiveram a oportunidade de assistir aos filmes, acreditamos que nossas opiniões podem incentivar a uma nova leitura dos filmes, bem como levar os que ainda não os assistiram a fazê-lo. Essa página da história latino-americana não pode jamais cair no esquecimento, para que não mais se repita e não traga mais uma vez o choro “de Marias e Clarices, no solo do Brasil”, parafraseando Aldir Blanc e João Bosco.

REFERÊNCIAS

- GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2009. (Edição de Bolso).
- GALPERIN, Cláudio et al. *O ano que meus pais saíram de férias.* São Paulo: Imprensa Oficial, 2008. (Coleção Aplauso).
- MARIGHELLA, Carlos. *Rondó da liberdade.* São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RUSSO, Francisco. *Mais uma peça do quebra-cabeças.* Críticas Adoro Cinema. Disponível: <<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-206785/criticas-adorocinema/>>. Acesso em: 12 maio 2014.
- SILVA JUNIOR, Edson Teixeira. *Carlos: a face oculta de Marighella.* 2003. Dissertação (Mestrado em História Social do Trabalho) - Universidade Severino Sombra, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www1.capes.gov.br/teses/pt/2003_mest_uss_edson_teixeira_da_silva_junior.pdf>. Acesso em: 12 maio 2014.

A MILITARIZAÇÃO À BRASILEIRA: JUSTIÇA PRIVATISTA E GESTÃO DOS ILEGALISMOS

Alessandra Teixeira

A proposta deste artigo é refletir sobre os impactos trazidos pelo golpe militar de 1964 junto às políticas de segurança pública no Brasil. Uma primeira avaliação poderia levar em conta os efeitos, que se prolongam até os dias atuais, da criação, em 1969, das polícias militares (PMs) em todos os estados da federação, como forças de segurança submetidas ao Exército nacional, encarregadas ao mesmo tempo da manutenção da *segurança nacional* e da ordem pública. É certo que a criação das PMs assinalou a consolidação de um projeto de forte militarização da segurança pública no país, projeto que não encontrou obstáculos nem mesmo com o advento da Constituição Federal democrática de 1988, que manteve o protagonismo dessas instituições e seu caráter expressamente militar.

A perspectiva deste artigo é, no entanto, a de considerar, em primeiro lugar, que o conjunto heterogêneo de práticas, discursos e disposições

a que atribuímos correntemente o termo *militarização* não ingressa na experiência nacional com a ditadura civil-militar de 1964, e certamente não se encerra com sua derrocada. Em segundo lugar, este artigo problematiza uma noção corrente que associa a ideia de militarização a um fenômeno adstrito à esfera da segurança pública e da repressão (penal ou política), propondo-se, para além, que ela se refere antes a uma forma de governar e gerir populações que, na experiência nacional, apresenta raízes longínquas.

Nessa perspectiva, da militarização como *governamentalidade*, sua expressão não se restringe assim ao campo da segurança nem a uma única instituição, espalhando-se a outros domínios do Estado e se inscrevendo como estratégia privilegiada entre as táticas de governo, e como modelo para constituição e organização das instituições públicas e privadas. Da truculenta perseguição a ex-escravos, *vadios* e *desordeiros*, passando pela repressão, tortura e extermínio de presos políticos e comuns, para finalmente chegar às formas contemporâneas de intervenção em territórios de pobreza e de controle de pessoas em “situação de risco”, a lógica militarista não se restringe à agenda das instituições de ordem, mas permeia todo o projeto político do Estado brasileiro ao longo dos anos, a serviço sempre, é certo, dos interesses econômicos e políticos das elites. É sobre tais premissas que as reflexões a seguir estão apoiadas.

MILITARISMO DOMÉSTICO E SEUS SENTIDOS

A proteção e a defesa do território é sabidamente um elemento decisivo para formação dos Estados modernos, senão o mais decisivo (TILLY, 2000). Territorialidade, soberania e cidadania conformaram, pelo menos durante todo o século XIX e boa parte do XX, a tríade a partir da qual a noção de *identidade nacional* foi forjada durante a modernidade, e com ela sua representação majoritária no campo acadêmico das ciências humanas (APPADURAI, 1997). Por ser uma tríade, cada um desses elementos se constitui de modo interdependente, sobretudo os dois primeiros: a soberania é corolário da territorialidade, e ela só é garantida pela permanente manutenção da segurança exercida sobre as fronteiras, que vão delimitar o espaço nacional. Esse exercício de defesa e segurança do território tem sido realizado, desde a formação dos Estados, por instituições de

ordem representadas soberbamente pelos Exércitos nacionais, cuja ideologia militar é implícita.

Os Estados coloniais, é certo, tiveram sua “formação” postergada no tempo, após processos mais os ou menos conflituosos que, no caso dos países da América Latina de colonização ibérica, ocorreram até o final do século XIX. Essa formação nacional tardia resultado de guerras ou acordos políticos pela independência, associada a outros fatores como a escravidão africana e o extermínio e a subjugação indígena, comprometeu a integridade dos elementos constitutivos desses Estados e de seus componentes essenciais, notadamente a cidadania. Não por acaso, um traço comum a essas nações é uma espécie de subversão do exercício da força militar: ao invés de voltada à garantia da soberania nacional, destinou-se desde sua concepção ao controle e à repressão dos cidadãos menos abastados. *Militarismo doméstico*, é como designo neste artigo.

Segundo Martins (2010), as raízes do *militarismo à brasileira* remetem a origem ainda mais distante, encontrando na colonização portuguesa o traço da constituição de uma força militar destinada não a garantir a proteção do território e a servir na guerra contra um inimigo externo, mas desde sempre destinada a *servir* às forças econômicas e políticas internas dominantes, das elites agrárias às urbanas, do poder imperial ao republicano. *Militarismo atávico* é como o autor denomina a experiência brasileira, no qual a “guerra” sempre empenhada é aquela contra seu próprio povo, uma espécie de genocídio doméstico permanente (MARTINS, 2010).

Militarismo caracterizado assim não como forma de exercício e defesa da soberania nacional, mas como instrumento de uma justiça privatista, ou seja, como instrumento para a apropriação do Estado pelas elites econômicas, e a serviço de um projeto “civilizador” que atendesse aos interesses dessas elites. A militarização foi convertida na expressão maior e no *modus operandi* das forças de ordem no país para operarem o controle e vigilância de imensos contingentes populacionais marcados ora pela cor, ora pela (des)ocupação, ora pelo simples estatuto de pobreza. Nesse sentido ainda, o controle policial e penal no país não se dirigiu a repressão e punição jurídica do crime e a construir uma agenda pública de segurança a partir da proteção de direitos e garantias individuais, mas para operar

modos precisos de destituição da lei e de gestão dos ilegalismos, baseados na corrupção, na extorsão e na violência extralegal (TEIXEIRA, 2012).

É certo assim que, na experiência nacional, entre o Estado, representado nas forças de ordem, e o senhor de escravos, houve uma relação de continuidade, não de antagonismo ou superação. E a apropriação que um fazia da justiça se transfere pelo mesmo princípio ao outro, através de dispositivos de controle que atravessam longos períodos, e sobrevivem graças ao modo como se reconfiguram, adaptando-se às mudanças políticas, econômicas e até jurídicas que se impõem.

Um das expressões desse fenômeno foi flagrada por Victor Nunes Leal (1975), ao analisar o modo como persistiram, no advento da República, formas peculiares do exercício do poder privado no seio da estrutura do Estado, garantidas mesmo através de um sistema político representativo, e de uma estrutura agrária predominante. A esse fenômeno o autor atribuiu o nome de *coronelismo*.

“Coronelismo é sobretudo um compromisso, uma troca de proventos, entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terras.” (LEAL, 1975, p. 20).

Como corolários desse fenômeno de base advieram, entre outros, aquilo que Leal vai designar por *mandonismo*, como sendo o produto, o resultado das negociações entre o governo estadual e municipal, pelo qual o primeiro cedia uma dose confortável de poder ao segundo, representado pelos chefes locais, em troca de sustentação eleitoral (dos *cabos eleitorais*). Essa “reciprocidade” só foi possível em virtude, é certo, do extraordinário poder e da legitimidade que os coronéis gozavam em suas localidades, que remontam inclusive ao período colonial.

A esses chefes municipais concedia-se, assim, o poder que Leal atribui de “fazer o bem”, ou seja, dispor (ou mais precisamente apropriar-se) de recursos transferidos pelo governo estadual para prestação dos serviços públicos. Mas nada disso seria viável sem o “trunfo decisivo”, ainda nos dizeres do autor: o poder sobre a polícia estadual, caracterizando-se no “poder de fazer o mal”:

Aquele que pode fazer o bem se torna mais poderoso quando está em condições de fazer o mal. E aqui o apoio do oficialismo estadual ao chefe do município seja por ação, seja por omissão, tem a máxima importância. Neste capítulo, assumem relevo especial as figuras do delegado e do subdelegado de polícia. A nomeação dessas autoridades é de sumo interesse para a situação dominante no município e constitui uma das mais valiosas prestações do Estado no acordo político com os chefes locais. (LEAL, 1975, p. 47).

Pelo que se conclui que pouca importância havia no fato de ser formalmente civil ou militar o caráter ostentado pelas instituições policiais sobre as quais as elites, no caso os coronéis (chefes locais), exerciam o poder e controle, já que ambas as instituições eram (são?) regidas por um mesmo princípio, independentes de serem alegadamente civis ou militares.

Assim, ao mesmo tempo em que os principais representantes da polícia civil (delegado e subdelegado) permaneciam servindo aos interesses e submetidos ao poder das elites locais durante a Primeira República, no que toca às forças de ordem responsáveis pelo policiamento, traduzido no controle cotidiano e na repressão dirigidos às camadas pobres da população, a situação não era diferente, a não ser pelo fato de ostentarem o caráter militar em sua concepção e atuação.

O Corpo Policial Permanente, instituição policial do Império que cumpria as funções de policiamento ostensivo, foi substituído em grande parte dos Estados pelas Brigadas Policiais, mantendo-se a mesma lógica militar inerente à sua formação. No Estado de São Paulo, contudo, a Brigada recém-criada em 1897 seria substituída poucos anos depois pela Força Pública, em 1901¹. Na base da criação dessa instituição, esteve, desde o início um “[...] processo de militarização controlado pelo poder civil e colocado a seu serviço [...]” (FERNANDES, 1973, p. 156), ou mais precisamente, a serviço dos interesses políticos das elites paulistas, o que a caracterizava como um mini- exército estadual.

¹ As Guardas Cívicas, forças policiais civis existentes no Império adquiriram, em 1898, caráter militarista, passando a se subordinar não mais ao Chefe de Polícia, mas diretamente à Brigada. Em 1906, já criada a Força Pública, a Guarda Cívica é a ela incorporada. Em 1924 será finalmente extinta. Em 1926 será criada a Guarda Civil, como auxiliar da Força, sem caráter militar, que dividirá com ela a atividade de policiamento, sobretudo na Capital (FERNANDES, 1973).

A Força Pública paulista foi criada assim como um segmento notoriamente militar, armado, ostensivo, num contexto de transformações sociais e políticas impostas com a República, para atender à necessidade de gerir não mais um contingente de escravos e desordeiros dispersos, mas uma nova ordem urbana, que na fenda aberta pelo trabalho livre, instaurava modificadas e complexas formas de relações sociais e, potencialmente, de conflitos. E sua criação não ocorreu em relação de oposição a uma instituição civil já existente, a Polícia Civil, mas numa espécie de composição, já que ambas se inseriram, desde a origem, nesse particularíssimo processo de militarização nacional.

Com o fracasso da Revolução Constitucionalista de 1932, deu-se o processo de submissão da Força Pública ao poder federal das Forças Armadas, tendo se reduzido seu aporte e sua capacidade bélica (BATTIBUGLI, 2010), durante a Era Vargas (1937-45). Seu controle, ademais, era realizado também pelas forças civis estaduais, ou seja, a Força Pública subordinava-se ao Interventor do Estado na figura do Secretário de Segurança Pública, e, em última análise, também à Polícia Civil.

Nem mesmo com a Constituição democrática de 1946 haveria alteração na estrutura policial dos Estados, contrariando expectativas tanto daqueles que propugnavam pela oportunidade de desmilitarização efetiva da força policial², como daqueles que postulavam, em sentido contrário, sua maior autonomia e desvinculação dos governos estaduais civis. Essa última pretensão, a de desligar a Força Pública do governo estadual, e sobretudo de equipará-la hierarquicamente à Polícia Civil, a qual era em verdade subordinada, consistia na principal reivindicação daquela instituição, que se intensificou a partir da década de 50. Em torno dessa demanda consistiu o ponto nevrálgico das rivalidades e conflitos entre as duas corporações, pautando ainda a instabilidade na área de segurança pública no período.

A partir de 1953, quando a Força Pública apresenta seu primeiro projeto na Assembleia Legislativa visando à equiparação dos soldados a autoridades policiais, inclusive a fim de acumular funções de delegado de carreira, as relações entre as duas corporações só se agravou. Havia enorme

² Nesse sentido o jurista Pontes de Miranda (1953) lançou sua contundente crítica à CF de 1946 por ter perdido a oportunidade de pôr fim, nos seus dizeres no “ditatorialismo estadual” inaugurado com a criação da Força Pública em 1901 (MIRANDA, 1953 apud BATTIBUGLI, 2010).

resistência da Polícia Civil em perder sua posição privilegiada na hierarquia policial, assim como em abrir mão de uma competência que lhe era muito cara e que acabou por consistir num importante elemento de disputa: o patrulhamento na cidade.

Embora o patrulhamento coubesse, por disposição normativa, à Guarda Civil na Capital e à Força Pública no interior, ambas subordinadas às autoridades policiais (civis), é certo que a Polícia Civil jamais renunciou às atividades de patrulhamento. Isso porque era através dele que se instalava com mais precisão o jogo de extorsões, tolerâncias e negociações que faziam dessa corporação a principal operadora da economia dos ilegalismos. Através das diferentes operações de Ronda que se instalaram sobretudo a partir do final dos anos 50 e início dos 60, a Polícia Civil acessava o grande mercado em que transacionava suas “mercadorias políticas”, participando dos lucros sobretudo das economias criminais que pretensamente deveria combater (TEIXEIRA, 2012).

No centro do conflito entre as duas instituições, como se vê, estavam interesses absolutamente corporativos lado a lado, que diziam respeito à equivalência de funções, poderes e vencimentos (lícitos ou ilícitos). O debate sobre militarização das forças policiais, que poderia revelar uma matriz mais ideológica, jamais foi travado, orbitando a rivalidade entre a FP e a PC em torno das disputas políticas e dos conflitos de competência.

Indiscutível, no entanto, era a crise de legitimidade que recaía nesse momento sobre a Polícia Civil. Imersa em denúncias sobre práticas de violência extralegal e corrupção, propagadas sobretudo durante os primeiros anos da década de 60 pela imprensa³, a imagem dessa corporação como a principal instituição policial do Estado ruía gradativamente.

E esse foi o contexto que precedeu ao golpe militar em 1964. Com a ditadura militar, é certo que as instituições policiais foram totalmente cooptadas ao aparelho repressivo político do Estado autoritário, inclusive divisões específicas da Polícia Civil que atuariam como um braço importante da ditadura. A Força Pública, por se tratar já de um destaca-

³ Entre 1960 e 1962 o jornal *O Estado de S. Paulo* veiculou diferentes matérias e se pronunciou em editoriais denunciando práticas de tortura e de extorsão promovidas pela Polícia Civil. Salla, Alvarez e Souza (2010) demonstraram como entre 1960 e 1963 tanto a imprensa como os deputados estaduais passam a levar a público numerosas notícias de tortura realizada nas divisões policiais, onde se recorria a técnicas que se consagrariam como “pau de arara”, “choque elétrico”, com a finalidade primordial de obter confissões.

mento militar, teve uma aproximação mais natural ao Exército e um contínuo fortalecimento de suas funções, até o Decreto-lei 667 de 1969 vir efetivamente militarizar a segurança pública em nível nacional.

MILITARIZAÇÃO E VIGILITANTISMO

Durante a década de 60 do século XX, o país vivenciou uma das mais profundas transformações na organização de suas forças de ordem, desde sua reestruturação na Primeira República, que iria culminar com a radicalização do processo de militarização, sempre latente no país.

No Estado de São Paulo, essa reorganização começa a ser promovida antes mesmo da criação das PMs e de sua centralização ao Exército em 1969. Em 1968 foi editada a nova lei orgânica da Polícia (Lei nº 10.123), que conferiu à Força Pública maiores poderes, autonomia frente às autoridades policiais e o controle da Rádio Patrulha.

Em 2 de julho de 1969, a ditadura militar daria seu passo decisivo à militarização das forças de ordem no país, algo que marcaria profundamente a experiência nacional, subsistindo para além do próprio regime. Com o Decreto-lei federal nº 667, criaram-se polícias militares em todas as unidades de federação, submetidas ao Exército nacional e cumulando funções de manutenção da “segurança interna” (leia-se doutrina da segurança nacional) e ordem pública (segurança pública). O rol extenso de suas atribuições exclusivas ia desde funções como combate à luta armada até policiamento ostensivo armado, preventivo e repressivo.

A ditadura militar acabou assim por promover uma reorganização de forças e poderes no âmbito da segurança pública, que levaram a um processo de contínuo enfraquecimento da Polícia Civil, que se assiste até os dias de hoje. Isso porque, a ditadura não se limitou a conferir às forças militares a competência para a repressão apenas política (nos termos da ideologia de “segurança nacional”), mas também de enfrentamento à criminalidade comum “[...] numa atuação competitiva com a Polícia Civil e praticamente autônoma ao Poder Judiciário [...]” (PINHEIRO, 1981, p. 65).

Como Pinheiro alude, com a criação das PMs o que estava em curso não era somente uma “[...] política de combate ao crime, mas uma

concepção de Estado e da sociedade [...]” (1982, p. 65). Sua criação anuncia, nos seus dizeres, a *politização*, ou *sobrepolitização* das polícias militares pelo aparelho do Estado.

Com a criação das PMs a militarização se agudizou no país a ponto de dizer respeito a toda uma forma de governo, de gerir não apenas o crime, a criminalidade, mas a população de modo geral. Houve um espraioamento, tanto ideológico como material, das forças militares representadas pela PM, para diversas funções do Estado. Não apenas o policiamento ostensivo, mas as funções de guarda interna e também de administração de instituições totais e órgãos públicos ficariam a cargo das polícias militares. Até hoje, diversos Estados da federação ainda delegam a gestão de unidades prisionais a policiais militares.

As consequências desse estado de coisas foram e ainda são diversas. Pinheiro (1982) menciona sobre a prevalência do *vigilantismo*⁴ na atuação policial, que, embora não inaugurado com a criação das PMs em 1969, alcança um novo padrão com ele. O autor designa por vigilantismo a percepção por parte dos organismos policiais sobre a ausência ou frouxidão de controles legais ou mesmo o encorajamento de abusos, notadamente por parte de um regime autoritário. A violência policial e institucional, de modo geral, que se agravam sobremaneira no período, se inscreveriam nessa lógica.

Se o vigilantismo se instaura como um padrão de atuação policial a partir da ditadura militar, é certo que ele não se encerra no proceder da Polícia Militar. Como já mencionado, o militarismo nunca constituiu, na experiência brasileira, um ponto de distinção entre as forças policiais civis e militares. Assim, a Polícia Civil de São Paulo, que já vinha sofrendo desgaste em sua imagem desde o final dos anos 50, e agora desprestigiada pela valorização da PM com o golpe militar, recorre nesse momento justamente a uma dose exagerada de vigilantismo, leia-se, à exacerbação da violência e corrupção de modo institucionalizado, sendo o fenômeno do Esquadrão da Morte sua mais contundente expressão.

⁴ O termo vigilantismo é usado na literatura norte-americana para designar tanto a atuação de grupos do Estado (policiais) de modo extralegal, sentido, aliás, acolhido por Pinheiro neste trabalho, como para se referir à atuação de grupos privados, visando exterminar ou neutralizar oponentes, do mesmo modo à margem da lei. Huggins (1992) estudou manifestações do vigilantismo na América Latina, onde, segundo ela, o fenômeno se expressava na forma de esquadrões da morte, forças paramilitares, violência policial e linchamentos.

O fenômeno do Esquadrão da Morte no estado de São Paulo, que consistiu na execução de civis de modo brutal e quase ritualizado por policiais civis entre os anos de 1968 e 1971, não pode ser compreendido dissociadamente de toda uma história de violência⁵, abusos e corrupção por parte das forças policiais em São Paulo. Do mesmo modo, impossível analisá-lo sem levar em conta os padrões de gerir ilegalismos (da extorsão à violência fatal) que se instalam com mais precisão no começo dos anos 60, ou seja, das novas formas do aparelho policial se inserir junto às economias criminais, tanto aquelas em colapso como as em emergência.

É certo que a manifestação desse fenômeno está profundamente relacionada também ao contexto político de sua emergência, ou seja, a legitimação contínua que a violência institucional ganhara dentro de um modelo autoritário militar, prevalecendo o já mencionado vigilantismo por parte das forças de ordem. Contudo, inserir o Esquadrão da Morte apenas como tributário desse contexto, subtrai uma importante dimensão do fenômeno, que vem a ser o papel por ele desempenhado numa economia diferencial de ilegalismos.

Enquanto procurador de justiça designado em 1970 para investigar os crimes do Esquadrão paulista, Helio Bicudo (2002) conseguiu detectar o principal mote das execuções promovidas pelo grupo: suas relações diretas com o tráfico de drogas. Assim, as mortes se inseriam quer como parte do trabalho de proteção que tais policiais conferiam a quadrilhas de traficantes, na execução assim de seus rivais, quer como “queima de arquivo”, ou seja, a eliminação de colaboradores que já não mais lhes interessavam, pois “sabiam demais” sobre seu envolvimento com o mundo do crime.

Helio Bicudo foi além ao conseguir demonstrar que as execuções do esquadrão integravam um repertório extenso de práticas e relações com o mundo do crime que iam da extorsão, da participação direta nos lucros do tráfico ou da prostituição, até a torturas e enfim a execução sumária, e no qual estava implicada a cúpula da Polícia Civil, representada pelo delegado do DEIC, Sérgio Paranhos Fleury. O fato de o delegado Fleury ter estado à frente do Esquadrão da Morte em São Paulo representou a própria

⁵ Salla e Alvarez (2006) identificam uma primeira expressão do fenômeno Esquadrão da Morte na figura do emblemático Tenente Galinha, líder da escolta de capturas no interior do Estado entre o fim do século XIX e início do XX. A respeito, também o trabalho de Figueiredo (1965) que atribui ao personagem a polivalente função de ser “a lei, o juiz e o carrasco”.

institucionalização desse grupo de extermínio pelo Estado, já que ele desempenhava um papel de destaque na estrutura de funcionamento do regime, simbolizando o perfeito casamento ente forças civis e militares no projeto repressivo nos anos da ditadura. Fleury não era apenas um alto representante da Polícia Civil, mas a peça chave no estado de São Paulo a operar a mais bárbara repressão infligida quer a presos políticos (o que o exemplo dos DOPS e DOI-CODI que dirigiu estão a demonstrar) quer de presos e criminosos comuns, o que o caso do Esquadrão da Morte é ponto mais extremo.

Com a ditadura militar e a criação de uma força policial militarizada nos Estados, vinculada ao Exército – a Polícia Militar – a dose de “vigilantismo” nas ações institucionais repressivas acentuaram-se sobremaneira. Assim, de modo mais agravado do que ocorria com as ações do Esquadrão que, embora traduzissem uma política de Estado, escamoteavam-se em episódios circunscritos a grupos oriundos da Polícia Civil, a violência desferida pela Polícia Militar, nesse momento, é mais explicitada e legitimada como ínsita ao “proceder” da própria corporação.

Pinheiro (1981) foi o primeiro a demonstrar a conexão entre a violência institucional gravada no *modus operandi* da Polícia Militar e as próprias razões de ser do Estado autoritário. Além de demonstrar a *politização* que marca a criação dessas forças militares e a ambivalência de sua atuação, ou seja, a repressão política e à criminalidade, o autor enfatizou como essa ambivalência promoveu uma “[...] incorporação recíproca das técnicas e das motivações [...]” (p. 59) entre uma e outra repressão. Com isso, há nesse momento um “[...] alargamento extraordinário das tradicionais ‘razões de segurança’ da esfera da prática política para o crime comum [...]” (p. 60), e acompanhada a ela a “[...] antiga impunidade de fato na luta contra as dissidências políticas armadas continua a ser julgada necessária na luta contra a criminalidade na transição para a democracia [...]” (p. 61).

O caso da ROTA – Rondas Ostensivas Tobias Aguiar – constitui, ainda segundo Pinheiro, um exemplo notável para compreender tanto a politização quanto o grau de violência extralegal que caracteriza as ações da PM, garantidos por uma continuada impunidade. A ROTA foi concebida pelo regime militar como uma unidade de choque fortemente armada para enfrentamento da resistência armada, tendo sido transposta sua atuação, em seus modos e sua truculência, à repressão da criminalidade comum

com a revogação do AI-5. Mas, ao mesmo tempo em que a PM herda do regime ditatorial boa parte de seu repertório, ela também agrega práticas remotas de violência institucional, e as acentua, pese o modelo democrático vigente.

Se essa violência se explicitou e se generalizou no interior do aparato repressivo do Estado, é certo que no centro mesmo de sua natureza permanecia a mesma lógica constituinte que animava a atuação do Esquadrão da Morte: modos precisos de gerir ilegalismos diferenciadamente.

Barcellos (2009), em extenso levantamento que realizou sobre os quase 8.000 homicídios cometidos pela PM contra civis, entre 1970 e 1991, demonstrou que, em sua grande maioria, tais eventos tratavam-se de execuções, sem confronto ou resistência por parte das vítimas (não obstante a versão oficial e sua tipificação extralegal “resistência seguida de morte”). Além da violação recorrente da cena do crime, o que inviabilizava o trabalho pericial e a coleta de provas, comumente as vítimas eram levadas já mortas ao Pronto Socorro, muito embora o óbito vinha a ser declarado pelos policiais como ocorrido “na chegada ao hospital”.

O perfil prevaiente das vítimas era composto de homens, negros, muito jovens (menores de 21 anos), trabalhadores sem especialização, de escolarização precária, baixa renda e moradores da periferia da capital. Outra informação que deitava por terra a recorrente e oficial versão de enfrentamento estava no fato de que na maioria dos casos as vítimas não ostentavam antecedentes criminais, mas, por ostentarem as insígnias da pobreza, sobre elas recaíam a permanente “suspeição” da delinquência.

Para além desse extermínio direcionado a população pobre, Barcellos consegue recolher informações sobre as relações entre parte das execuções realizadas e o tráfico de drogas nas periferias da cidade. Sobretudo em relação a um agente da ROTA, o autor desvenda que, sob o manto do justicamento ou do rigor dirigido ao “restabelecimento da ordem” estavam, a exemplo do Esquadrão, formas de se imiscuir em economias criminais urbanas, naquele momento representadas pelo tráfico de drogas. Por trás da alegada limpeza social, executavam-se traficantes de drogas que haviam, em algum momento de sua trajetória nesse comércio varejista,

transacionado com policiais militares e sucumbido aos altos valores dos acertos exigidos por esses milicianos (BARCELLOS, 2009).

Além de esse destacamento ter se caracterizado como o protagonista das execuções sumárias de civis nos anos 70 e 80, também um grande volume das *prisões para averiguação*⁶ passa a ser realizado pela ROTA nesse período. Como demonstra Pinheiro (1981), embora a ROTA contasse apenas com 720 homens no ano de 1981, foi responsável por prender *para averiguação* 5.327 pessoas na capital, das quais apenas 71 foram processadas (p. 77).

Não obstante a face autoritária e ilegal da PM, bem como a suspeição dos motivos das execuções sumárias que promovia, a corporação seguiu, através de sua principal vedete, a ROTA, sendo ao mesmo tempo temida e aplaudida pela população paulista que, a exemplo da justiça *interna corporis*, lhe garantia não apenas a impunidade como o prestígio, mesmo após a redemocratização do país.

A PERSISTÊNCIA MILITARIZADORA NO BRASIL DEMOCRÁTICO

Se a tendência em imprimir um caráter militar às forças de ordem encontrou no golpe de 1964 e na reestruturação do sistema de segurança pública nacional um impulso sem precedentes, o fato é que essa tendência não foi abandonada com a redemocratização.

No campo da gestão e repressão do crime, é possível aduzir que ocorreu uma militarização crescente das forças e das instituições de ordem no país, observável primeiramente por uma nova divisão do trabalho policial que se traduz ainda hoje por uma sobreposição de poderes e delegação de funções à Polícia Militar ou quem dela faça as vezes (como as Guardas Cíveis Metropolitanas).

A Polícia Civil, ao perder parte de suas atribuições à PM, como o policiamento ostensivo (as rondas), teve também diminuída sua participação cotidiana na gestão dos crimes urbanos, tão recorrente até o final dos

⁶ As denominadas *prisões correccionais e por averiguação* consistiam detenções largamente realizadas pela polícia, não necessariamente conectadas a eventos delitivos ou mesmo contravencionais, efetuadas sem ordem judicial ou situação de flagrante delito. Tais prisões, embora ilegais, foram amplamente legitimadas pelo aparato jurídico-penal no país, do período imperial até meados dos anos 80 do século XX, quando entrariam em declínio durante a redemocratização. A respeito, Teixeira (2012).

anos 60. Mas também a PM assumiu grande parte do repertório das práticas de violência institucional promovidas contra a criminalidade urbana, notadamente a pequena criminalidade.

Com relação à formação e atuação das Guardas Civas Metropolitanas (CGM) a partir da redemocratização, é certo que elas têm sido criadas e instadas, ao longo dos anos, a desempenhar atividades de polícia, notadamente a militar, que não estão, contudo, entre suas atribuições constitucionais. Em verdade o município, enquanto unidade administrativa, nunca consistiu, ao menos formalmente, uma instância competente à segurança pública, área que sempre foi assumida pelos Estados e pela União. No Estado de São Paulo, a extinta Guarda Civil dividia desde o início do século XX as tarefas de policiamento em todo o Estado com a Força Pública, até serem ambas extintas com a criação da PM, em 1970. Em 1986 foi então criada, na cidade de São Paulo, a atual Guarda Civil Metropolitana (GCM), para a “vigilância dos próprios municipais” (Lei nº 10.115/86, art. 1º). A Constituição Federal de 1988 reafirmou a competência dos Estados, em concorrência à União, para executar a política de segurança pública, cabendo aos municípios tão somente a possibilidade de constituírem “guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações” (art. 144 §8º), ou seja, de zelarem pelo patrimônio público municipal, vedada assim sua atuação na segurança pública.

Não obstante as restrições constitucionais, o movimento de criação das guardas municipais, a partir da redemocratização, dirigiu-se no sentido de reclamar um protagonismo dos municípios na área da segurança pública, tendo como modelo a militarização das PMs, e não o policiamento civil voltado restritivamente à proteção do patrimônio público. São como “exércitos municipais” que muitos desses destacamentos acabaram por se constituir pelas cidades do país desde então, tendo o modelo das PMs como horizonte de atuação, inclusive no caso da GCM paulistana. Ganha renovado sentido assim, tomando o exemplo das guardas civis metropolitanas criadas com a redemocratização, a ideia do militarismo como uma força propulsora que penetra deferentes âmbitos e domínios do Estado, estendendo a noção de vigilantismo para além do repertório de ação da PM.

Não obstante a opção constitucional em 1988 tenha sido a de manter, nos Estados, duas organizações policiais com funções distintas –

polícia judiciária atribuída à Polícia Civil e polícia ostensiva atribuída à Polícia Militar – é possível afirmar que essa última acabou por se traduzir, em todos os Estados da federação, como a força policial por excelência, o que redundou numa valorização material e política da corporação, que vem, aliás, se intensificando ao longo dos anos. Até hoje a penetração institucional da PM é notável, no exercício de funções que, é certo, extrapolam os limites de suas atribuições legais, tais como o desempenho de atividades administrativas e políticas do Estado, o qual, vale a pena frisar, se restabeleceu como civil e democrático, formalmente, a partir de 1988. Não obstante, torna-se a cada dia mais frequente a presença de oficiais da PM a desempenhar diversos cargos e postos civis, muitas vezes à frente de Secretarias de Estado e até de prefeituras, nas direções de presídios, unidades de internação de adolescentes, entre outros.

No Estado de São Paulo, uma verdadeira política de valorização da Polícia Militar tem se verificado mais intensamente na última década, traduzida na transferência maciça de recursos a essa corporação, em detrimento, é certo, de investimentos na Polícia Civil ou em demais atores ou elementos que porventura componham a agenda de segurança pública no Estado. Uma reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* de 29/04/2011 apresentou dados extraídos do *Sistema de Informações Gerenciais de Execução Orçamentária* da Assembleia Legislativa do Estado, a respeito dos recursos investidos nas duas corporações, nos últimos cinco anos, apontando a um imenso desequilíbrio em favor da PM. Entre 2005 e 2010, a verba destinada à PM superou em 35% os valores originariamente a ela previstos no orçamento do Estado, ao passo que a Polícia Civil, inversamente, recebeu 13% a menos do que sua previsão orçamentária. Em valores, essa diferença resultou em R\$ 296,8 milhões recebidos a mais pela PM do que a destinação original e em R\$ 65,6 milhões recebidos a menos pela Polícia Civil. Essa diferença é visivelmente perceptível, tanto pela defasagem de contingente entre as duas instituições (94.204 policiais militares contra 35.000 policiais civis), como pelas discrepâncias entre insumos, equipamentos e enfim entre a estrutura exibida por ambas⁷.

A opção política, aqui traduzida pela dotação de recursos, reflete uma forma de conceber a segurança pública no Estado, que na verdade

⁷ “Estado investe mais na PM e economiza com Polícia Civil”. *Folha de São Paulo*, 29 abr. 2011.

tem sido prevalecente em todo o país ao longo dos últimos quarenta anos. Desse modo, se uma parte considerável do orçamento previsto à segurança pública é destinado, por exemplo, à aquisição de veículos de alto luxo para as operações de ronda da PM, em detrimento do melhor aparelhamento técnico e estrutural das delegacias, de investimentos nas divisões de investigação, nos trabalhos periciais, na contratação de profissionais qualificados a essas funções, enfim, nas atividades que dizem respeito à polícia judiciária num Estado de direito, é porque essas escolhas dizem respeito sobretudo a uma determinada concepção de segurança pública para esse Estado.

Mas para além desse sentido maior que a militarização se refere, expresso pela valorização da PM e na sua referência como modelo de policiamento e segurança pública no país, há outras dimensões desse militarismo que tem se caracterizado contemporaneamente em formas de gerir a ordem a partir de *programas* que visam à *intervenção* em territórios (as periferias) e sobre *populações* (os usuários de drogas e moradores de rua, no centro).

No primeiro caso, a lógica da ocupação do território é acompanhada de medidas ostensivas que vão das “abordagens” pessoais e violações de domicílio à intimidação permanente pela presença armada, sempre desempenhada pela força militar por excelência do Estado, a PM⁸. No segundo caso, são as técnicas de intervenção junto a populações indesejáveis visando sua remoção do espaço visível da urbe (o centro da cidade) que se traduzem em formas de gerir populações, sendo acionado aqui, ao lado da PM, a já mencionada Guarda Civil Metropolitana, GCM.

É certo que a presença da Polícia Militar nas periferias (e os papéis por ela exercidos nesses territórios) distante está do caráter “comunitário” que é impresso nos discursos oficiais ou mesmo nas propostas de algumas bem intencionadas ONGs e entidades do terceiro setor. Nem mesmo é marcada pela austera imagem da proteção pessoal e patrimonial que caracteriza a presença dos policiais militares em bairros nobres da cidade.

O arbítrio e a violência policiais nas periferias não constituem exatamente novidade na álea de discussões sobre a violência institucional

⁸ No Rio de Janeiro, a experiência militar ostensiva é ainda mais remota, traduzindo-se pelo concurso da PM com as Forças Armadas na ocupação das favelas cariocas, desde pelo menos os anos 90 (PERALVA, 2000). Mais recentemente, destaca-se a experiência das UPPs (unidades de polícia pacificadora) em diferentes favelas na capital, como uma proposta de ocupação mais duradoura, com a forte presença e permanência da PM.

e o mundo urbano, tendo integrado inclusive a pauta de denúncias e lutas de muitos movimentos sociais que se organizaram nesses locais desde os anos 80. A violência policial nas periferias assume, ainda hoje, diferentes expressões que vão das revistas abusivas a moradores, os ingressos ilegais nas residências (sem mandado judicial), até os espancamentos e as verdadeiras execuções sumárias, algumas travestidas em ações de grupos de extermínio cuja identidade recai sobre membros da PM, havendo uma grande parte delas atribuída, no entanto, a supostos confrontos entre policiais e criminosos.

A novidade, contudo, da atuação da PM nas periferias da cidade estaria menos na violência promovida, e sim no caráter cada vez mais ostensivamente militar de sua presença nesses territórios. Do mesmo modo, destaca-se a legitimidade que essa atuação tem conquistado junto à opinião pública, advinda do local estratégico que ocupa no interior das políticas públicas, não apenas as de segurança, mas de um modo geral de todas aquelas que gerem o *social* (assistência e *promoção* ou *desenvolvimento* social, saúde, trabalho, renda, etc).

Um exemplo destacável desse novo marco simbólico da atuação da PM nas periferias da cidade está na estratégia de ocupação desses territórios desenvolvida pelo Estado de São Paulo em parceria com a prefeitura da Capital, entre os anos de 2005 e 2009, que levou o sugestivo nome de *operação saturação*. Durante esse período, 11 territórios na periferia (a maioria deles compreendendo favelas) foram ocupados por variadas tropas da PM que lá se mantiveram pelo tempo médio de 60 dias.

Em se tratando de uma *operação*, evidencia-se o caráter militar, belicoso mesmo que está ínsito ao próprio léxico dessas práticas, cujo código norteador certamente não se encontra entre os protocolos da política, ou sequer dos *programas* salvacionistas. Trata-se antes de mobilizar a ideia de urgência, aqui traduzida por uma ameaça permanente traduzida na imagem difusa de uma *criminalidade violenta*, cuja repressão e prevenção (nessa ordem) é imperiosa, autorizando-se, portanto, as medidas de exceção. Ao mesmo tempo, também a construção da noção de *vulnerabilidade* das populações residentes nesses territórios permite que a lógica intervencionista se opere, e que ela se instale, no lugar da política, para restaurar a ordem ameaçada (GROS, 2006).

No transcorrer de sua execução, a *operação saturação* combinou, de um lado, ações pirotécnicas cujo caráter bélico fazia-se notório, como o ingresso de diferentes tropas da PM (ROTA, Tropa de Choque, corpo de bombeiros, entre outros) nos territórios “inimigos”, via de regra alardeado pela utilização de helicópteros e portando pesados armamentos e ações de constrangimento permanente como a abordagem maciça da população local. De outro lado, as ditas ações “integradas de cidadania”, que se traduziram, na verdade, pela improvisação da prestação de serviços públicos inexistentes ou precariamente providos nesses locais (assistência odontológica, fornecimento de documentos, etc).

Mas não é apenas a periferia que convive com práticas de caráter notoriamente militar, voltadas à *intervenção* em territórios e sobre populações, acionando dispositivos de exceção, sempre sob o argumento da restauração da ordem e da prevenção da violência. No caso da cidade de São Paulo, por exemplo, sobretudo em sua região central, tem-se assistido diuturnamente a medidas ostensivamente voltadas à higiene social, que promovem a *remoção* de populações “em situações de risco”, ou em “situações de vulnerabilidade” do espaço “saudável” da urbe: os usuários de drogas e os moradores de rua que insistem em evidenciar as mazelas do mundo social do qual também fazem parte, nos espaços visíveis da cidade.

Não por acaso tais ações têm, não raro, levado o nome de operações (*Operação Nova Luz, Operação Centro Legal, Operação Cracolândia*) qualificando seus alvos a partir da noção de *populações em situações de risco*. Veja-se que opera aqui uma pretensa inversão axiológica, porém puramente retórica, sobre o sujeito e a intervenção sobre ele realizada. Através de atributos pautados na *vulnerabilidade*, esses indivíduos não se constituem como *sujeitos de direitos*, e sim são atravessados por “situações de “risco”, sendo o risco ele próprio não uma qualidade atinente ao sujeito como o *perigo* (a *periculosidade*), mas o resultado de um cálculo de probabilidades, de modo a intensificar as possibilidades de *intervenção* não mais sobre indivíduos concretos, mas sobre *populações*, que são o resultado dessa multiplicidade de fatores e suspeições (CASTEL, 1983).

No caso das mencionadas operações, embora as *populações em situações de risco* não sejam definidas nos diferentes *programas* e normativas⁹ que pretensamente respaldam essas intervenções, as “medidas” estratégicas para geri-las eficazmente sim, e elas combinam novamente ações ostensivas de vigilância e repressão (a abordagem e o eufemismo “encaminhamento”, seguido da efetiva prisão) com medidas de “proteção social”, cujo horizonte aqui desenhado é, no entanto, o de um suposto tratamento tutelar. Para as medidas constrictivas de liberdade, que são efetivadas independente de que um ato definido como crime lhes tenha precedido, são requisitadas as forças de ordem militarizadas para cumpri-las: a GCM e a Polícia Militar.

Essas renovadas formas de controle e segregação urbanas não se configuram com exclusividade na experiência nacional, integrando em verdade um repertório de intensas mudanças vivenciadas em diversas sociedades contemporâneas, do Norte hegemônico ao Sul pós-colonial. No centro dessas transformações, o desafio de impor a vigilância às massas em contextos urbanos de intensa mobilidade (BIGO, 2009), numa nova fase de acumulação capitalista e num mundo predominantemente pós-disciplinar. Nesse contexto, ganham relevo medidas de controle social que visem à restrição da circulação de populações indesejáveis em espaços públicos e privados (BECKETT; HERBERT, 2008), detenções provisórias e dispositivos de monitoramento, ao invés das técnicas de incapacitação baseadas, por exemplo, no aprisionamento ou na internação prolongados.

Nodal a essas medidas de controle em “meio aberto” tem sido o recurso às práticas de exceção, autorizadas através de imperativos securitários que se constroem na contramão dos direitos e garantias individuais erigidos há anos pelos estatutos legais em sociedades democráticas. É nesse ponto que emerge uma miríade de projetos e técnicas de “vigilância e controle da vida cotidiana” que têm assinalado, nos dizeres de Graham (2010) o “novo urbanismo militar”, como a transposição da racionalidade militar (em sua atual *onisciência high-tech*) para dentro da “governança urbana”.

⁹ Na esfera municipal, cita-se o *Programa de Proteção a Pessoas em situação de Risco*, instituído pela Portaria SMSU 105/2010 (secretaria municipal de segurança urbana), e as portarias 79/2010 e 105/2010 que regulamentaram o programa.

Tal fenômeno repercute na tradição nacional de intenso e remoto militarismo doméstico, como uma acumulação, mais precisamente como a combinação do novo com o velho, que produz efeitos ainda mais deletérios do ponto de vista de um horizonte democrático. Tem-se assim o contemporâneo sentido da militarização brasileira, como princípio organizador não apenas da gestão desses ilegalismos, mas das formas mais contemporâneas de governamentalidade.

REFERÊNCIAS

- APPADURAI, Arjun. Soberania sem territorialidade. Notas para uma geografia pós-nacional. *Novos Estudos*, n. 49, p. 33-46, 1997.
- BARCELLOS, Caco. *Rota 66: a história da polícia que mata*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- BATIBUGLI, Thaís. *Polícia, democracia e política em São Paulo (1946-1964)*. São Paulo: Humanitas, 2010.
- BECKETT, Katherine; HERBERT, Steve. Dealing with disorder: social control post industrial. *Theoretical Criminology*, v. 12, n. 5, p. 5-30, 2008.
- BICUDO, Helio Pereira. *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- BIGO, Didier. Les micros logiques du controle dans la mondialisations. In: CHARDEL, P. A.; ROCKHILL, G. *Techonologies de controle dans la mondialisation: enjeux politiques, étiques et esthétiques*. Paris: Editions Kimé, 2009. p. 59-80.
- CASTEL, Robert. De la dangerosité au risque. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 47, n. 1, p. 119-127, 1983.
- ESTADO investe mais na PM e economiza com Polícia Civil. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 abr. 2011.
- FERNANDES, Heloisa Rodrigues. *Política e segurança*. São Paulo: Alfa-Omega, 1973.
- FIGUEIREDO, Adherbal de Oliveira. *Tenente Galinha, caçador de homens: eu sou a lei*. São Paulo: Exposição do Livro, 1965.
- GRAHAM, S. *Cities Under Siege: the new military urbanism*. London: Verso Books, 2010.
- GROS, Frederic. *États de violence: essai sur la fin de la guerre*. Paris: Gallimard, 2006.

HUGGINS, Martha K. O vigilantismo e o estado: uma vista para o sul e para o norte. *Revista da Polícia Militar de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 11, p. 18-39, 1992.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Ed. Alfa-ômega, 1975.

MARTINS, Sérgio Mazina. Justiça e transição. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, ano 18, n. 215, p. 2, out. 2010.

PERALVA, Angelina. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Polícia e a crise política. O caso das polícias militares. In: PAOLI, Maria Celia et al. (Org.). *A violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 57-92.

_____. *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SALLA, Fernando; ALVAREZ, Marcos. Apontamentos para uma história das práticas de tortura no Brasil. *RBCCRIM*, n. 63, p. 277-308, nov./dez. 2006.

SALLA, Fernando; ALVAREZ, Marcos César; SOUZA, Luis Antonio Francisco. *Aspectos comparativos das políticas de segurança em São Paulo em períodos de transição*. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo (NEV/USP), 2010. Relatório de Pesquisa relativo ao ano de 2003 – Projeto CEPID 2 Construção das Políticas de Segurança e o Sentido da Punição, 1822-2000.

TEIXEIRA, Alessandra. *Construir a delinquência, articular a criminalidade: um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo*. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

TILLY, Charles. La guerre et la construction de l'État en tant crime organisé. *Politix*, v. 13, n. 49, p. 97-117, 2000.

A MILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA E AS PERMANÊNCIAS AUTORITÁRIAS: CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS DO ESTADO DE DIREITO

Carlos Henrique Aguiar Serra

A reflexão sobre os 50 anos do golpe militar, sem dúvida, permite-nos tecer algumas considerações a respeito dos inúmeros efeitos produzidos pelo regime militar e que ainda hoje estão presentes.

O nosso objeto de investigação reside precisamente no campo temático da segurança pública no Brasil e, muito particularmente, no Rio de Janeiro, onde pode-se observar com muita propriedade que a partir da segunda metade dos anos 90, há uma opção preferencial por parte dos segmentos dominantes, camadas dirigentes e aparato midiático pela *política do confronto*.

Desta forma, identificamos que a ótica da guerra, a lógica do inimigo e toda uma cultura punitiva, onde há uma sacralização da punição, se potencializam em larga escala no Rio de Janeiro.

Interessante observar que antes da conjuntura política do anos 90, muito conturbada, no processo de transição conservadora da ditadura

militar para o Estado de Direito, há a Constituição de 1988 e esta produz múltiplos efeitos. Interessa-nos, contudo, problematizar os efeitos produzidos pela Constituição de 1988 no que concerne especificamente à Segurança Pública no Brasil.

Assim sendo, não obstante considerarmos que houve sim avanços com a Constituição de 1988, principalmente no que tange à “consagração de direitos”, a nossa avaliação é de que, por outro lado, há uma gama considerável de impasses, incongruências e permanências autoritárias que sinalizam de forma muito concreta para os dilemas presentes no Estado de Direito no Brasil.

É necessário destacar também que a transição conservadora da ditadura militar para o Estado de Direito no Brasil não configura-se enquanto um projeto linear, portanto, isento de contradições e que não tenha produzido efeitos políticos e ideológicos no sentido da manutenção, na prática, de todo um aparato jurídico-policial extremamente repressivo e conservador.

Esta reflexão, contudo, não invalida a observação de que houve alguns avanços, particularmente no campo jurídico, a partir dos anos 90 com a criação de determinados órgãos federais que surgiram exclusivamente para imprimirem outra ótica em relação à Segurança Pública no Brasil.

Registramos mais especificamente a criação do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP), em agosto de 1989; da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), em setembro de 1997, e também, em 2003, o SUSP (Sistema Único de Segurança Público).

Vale destacar também que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, trata especificamente do tema em tela: a Segurança Pública.

Cabe, então, mencionar o artigo em tela na íntegra (BRASIL, 1988):

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Há inúmeras interpretações, inclusive de cunho jurídico, acerca do artigo 144 da Constituição de 1988; entretanto, para o nosso foco, interessa-nos, em conformidade com as reflexões desenvolvidas por Souza Neto (2007), apontar que há duas concepções, que são completamente antagônicas, e que estabelecem, portanto, uma tensão entre ambas, que são: uma, expressa a ideia de “combate”, de “guerra”; outra, na ideia da Segurança Pública enquanto “prestação de serviço público” (SOUZA NETO, 2007, p. 22).

A tensão, portanto, é evidente entre estas concepções e, então, a partir deste “choque conceitual”, mas também, político, ideológico e estratégico, posto que implica muito concretamente no exercício do aparato jurídico-policial, torna-se mister tecer algumas considerações, de caráter mais teórico, a respeito do Estado penal no Brasil e muito particularmente, sobre a existência de uma cultura punitiva no Brasil, de longa duração, e que se potencializa em larga escala precisamente a partir de meados dos anos 90 até os dias atuais.

Pretende-se refletir, então, a respeito do Estado penal no Brasil adotando-se a perspectiva da longa duração e assim sendo, parte-se da premissa de que no Brasil há uma cultura punitiva que se inscreve historicamente na formação social brasileira desde o Brasil Colônia. Desta forma, o fenômeno do encarceramento em massa, presente de forma intensa no Brasil, a partir dos anos 90, imbrica-se com muita propriedade na existência deste Estado penal. A punição passa, então, a ser percebida enquanto resolução dos conflitos sociais e há uma sacralização da pena no Brasil.

Parte-se do pressuposto de que no Brasil há uma cultura punitiva de longa duração que se inscreve na formação histórico-social brasileira desde a época colonial até a contemporaneidade. Na verdade, na conjuntura atual há ainda permanências autoritárias e inquisitoriais.

Entendemos também que esta cultura punitiva, por conseguinte, articula-se inexoravelmente ao Estado punitivo no Brasil. Assim sendo, no que diz respeito ao *Estado punitivo* no Brasil contemporâneo trabalhamos com a perspectiva de longa duração porque concebemos que historicamente no processo de formação do Estado no Brasil houve sempre e ainda há todo um aparato jurídico-político e policial de corte punitivo.

Vale dizer, portanto, que o Estado punitivo no Brasil colocará em prática toda uma perspectiva calcada na *lógica punitiva* que atravessa as relações de poder estabelecidas na sociedade brasileira e que fazem com que tais relações sejam profundamente assimétricas, autoritárias, intolerantes, posto que as relações de alteridade projetam o *Outro enquanto inimigo* e então, diante deste olhar, este *Outro* personifica-se enquanto *inimigo*, que *merece*, portanto, ser punido.

Neste sentido, estudar a cultura punitiva no Brasil aponta necessariamente para uma investigação mais acurada a respeito do papel histórico do Estado no Brasil, de corte punitivo, e também, para a presença ainda intensa desta *lógica do inimigo*. Desta forma, sob a nossa perspectiva, a cultura punitiva, o Estado punitivo e a lógica do inimigo encontram-se intimamente imbricados no Brasil.

O ESTADO PENAL NO BRASIL

O nosso enfoque teórico-metodológico possui um veio interdisciplinar, ou seja, procuramos estabelecer interfaces significativas entre os campos de saber da Ciência Política, da Sociologia, do Direito e da História no sentido preciso de uma ruptura como todo e qualquer corte dogmático e tecnicista.

Este *approach* mais flexível, e interdisciplinar também, busca um diálogo mais efetivo com o Direito porque na nossa interpretação é fundamental para se compreender a cultura punitiva no Brasil, de longa duração, uma análise pormenorizada, por exemplo, das Ordenações do Reino, do código criminal do Império até os códigos penais existentes no Brasil.

Desta forma, as fontes jurídico-penais como, por exemplo, as Ordenações Afonsinas (século XV), Ordenações Manuelinas (século XVI), Ordenações Filipinas (final do século XVI e começo do século XVII), Código Criminal de 1830, Código Penal de 1890, o primeiro código penal republicano, e, o Código Penal de 1940, todas estas fontes são, na verdade, documentos imprescindíveis para uma compreensão mais minuciosa acerca da cultura punitiva no Brasil.

Sustentamos que todo código penal, enquanto instrumento jurídico-penal, e, portanto, de caráter normativo, produz múltiplos efeitos numa dada formação social.

Convém, então, examinar como na sociedade brasileira, desde o período colonial até a atualidade, as ordenações e os códigos penais formulam e aplicam as penas, as punições, previstas pela norma penal vigente e, por outro lado, cabe também um olhar mais acurado acerca das práticas punitivas na sociedade brasileira que não estabelecem qualquer conformidade e sintonia com os códigos penais.

Na verdade, nos referimos aos castigos corporais, suplícios dos corpos e à tortura, que são práticas históricas na sociedade brasileira e que ainda na contemporaneidade estão presentes. Tais práticas punitivas se inscrevem num quadro dramático de sociabilidade autoritário-repressiva que se utiliza da punição enquanto *prática pedagógica*.

Queremos dizer também que no Estado de Direito, na contemporaneidade, as práticas punitivas e permanências autoritárias não desaparecem neste cenário.

Desta forma, defendemos que na conjuntura atual, não obstante a elaboração da Constituição Federal de 1988, nomeada como “cidadã”, há um clamor por mais e mais penas, por punir com mais rigor, de forma mais severa e a punição, sendo também uma questão política, é internalizada enquanto *prática pedagógica* que se inscreve e é produzida e reproduzida incessantemente numa sociabilidade autoritária, outra marca indelével da sociedade brasileira que ainda não renunciou, em absoluto, aos castigos físicos, suplícios dos corpos e à tortura.

Podemos ilustrar esta reflexão, a respeito das permanências autoritárias e inquisitoriais na conjuntura atual, com dois acontecimentos no Brasil contemporâneo: 1) os múltiplos efeitos produzidos pelo regime militar no Brasil: o golpe militar, os atos institucionais, as cassações políticas, a tortura enquanto prática institucional da ditadura militar, a recorrência ao degredo, outra prática histórica, e, por fim, a luta por direitos das famílias dos desaparecidos políticos que foram torturados e assassinados e cujos corpos ainda hoje estas famílias não encontraram; 2) a produção em larga escala do encarceramento em massa a partir dos anos 90 no Brasil. Parece-

nos que alguns dados são fundamentais para a nossa análise: a) o Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos EUA e da China. São 247 presos para cada 100 mil habitantes; b) entre 1995 e 2005 a população carcerária do Brasil saltou de pouco mais de 148 mil presos para 361.402, o que representou um crescimento de 143,91% em uma década; c) entre dezembro de 2005 e dezembro de 2009, a população carcerária aumentou de 361.402 para 473.626, o que representou um crescimento, em quatro anos, de 31,05%.

Atualmente, observa-se que a população carcerária no Brasil encontra-se com aproximadamente 600.000 presos. Um número, sem qualquer dúvida, alarmante, expressivo e que configura-se muito concretamente não somente enquanto uma permanência autoritária, mas como a essência da política de segurança pública adotada no país, a partir do fim da ditadura militar.

Desta forma, cumpre registrar que há uma potencialização deste Estado Penal a partir dos anos de 1990, no Brasil, e, portanto, um dos sintomas mais visíveis do Estado Penal em ascensão, na sociedade brasileira, personifica-se na política do encarceramento em massa que é produzida de forma incessante ao longo das duas últimas décadas.

Observamos também que o encarceramento em massa, sintoma dramático da criminalização da miséria, sinaliza para uma perigosa homogeneização: favelas/guetos e cárceres. Um olhar mais acurado e sensível para os cárceres, no Brasil, conseguirá enxergar que a população carcerária é submetida a mais um gueto.

Pretendemos, então, refletir a respeito do Estado Penal no Brasil contemporâneo considerando fundamentalmente dois aspectos intimamente imbricados: a produção em larga escala do encarceramento em massa e a cultura punitiva com inscrição de longa duração na sociedade brasileira.

Uma questão, então, que pode ser apreciada é a seguinte: a política de encarceramento em massa, particularmente a partir da década de 1990, no Brasil, pode se configurar enquanto política pública?

Há toda uma lógica punitiva na sociedade brasileira que traz consigo permanências autoritárias e que no Estado de Direito contempo-

râneo se coaduna na formulação teórica e no exercício punitivo imposto pelo estado de exceção.

Uma hipótese que defendemos no presente trabalho é de que no Brasil, o Estado historicamente configura-se enquanto um aparato punitivo e que traz consigo, portanto, toda uma cultura punitiva imbricada à lógica da exceção.

Parece-nos que na sociedade brasileira há uma imbricação muito estreita entre a formulação Hobbesiana do Leviatã e o Estado de Exceção, conceito formulado por Carl Schmitt e trabalhado, na atualidade, por Giorgio Agamben.

Outro aspecto que merece uma reflexão mais acurada diz respeito à cultura punitiva presente de forma intensa na sociedade brasileira. Desta forma, formulamos outra hipótese: esta cultura punitiva se imbrica no fortalecimento da lógica do inimigo. Esta lógica do inimigo se inscreve na formação histórico-social brasileira, particularmente, a partir dos anos 1930 e na verdade, na conjuntura pós-ditadura militar e pós-guerra-fria esta lógica perdura; contudo, há uma mudança identitária do inimigo em questão.

Estamos convencidos de que a manutenção desta lógica do inimigo legitima as fantasias e práticas autoritárias do Leviatã hobbesiano e o exercício do Estado de Exceção em pleno funcionamento do Estado de Direito no Brasil.

Queremos sustentar que a reflexão foucaultiana do ‘não punir menos, mas sim punir melhor’, na atualidade, assume uma dimensão significativa no sentido de que a sociedade brasileira internaliza a pena como a solução de todos os conflitos sociais (BATISTA, 2002). Assim, ainda segundo Nilo Batista, a pena se configura enquanto rito sagrado na solução dos conflitos sociais (BATISTA, 2002) e o que se observa é um clamor por punir mais e mais, sempre e sempre.

Quando nos referimos ao conceito de Estado de Exceção (SERRA, 2013) temos em mente as reflexões realizadas por Agamben (2004) que procura demonstrar, através de sua minuciosa pesquisa, que nos tempos atuais, lamentavelmente, o Estado de Exceção não foge à ‘normalidade’, à ‘regra’, mas, pelo contrário, tem sido uma prática cada vez usada para

se governar e legitimizar, portanto, o aparato autoritário-repressivo que atua neste movimento dialético fora-dentro do Estado de Direito.

Defendemos que na sociedade brasileira há uma cultura do extermínio, que se imbrica no Estado Penal, e que esta, largamente praticada, coaduna-se na perpetuação da lógica do inimigo, na manutenção e legitimação de um estado de exceção, com fantasias e práticas de poderes absolutos, ilimitados por autoridades legais, que personificam, entretanto, soberanos, e que assim sendo, produzem efeitos dramáticos e concretos na vida social cotidiana.

Assim, esta enorme onda de encarceramento, como motor próprio de uma “política pública” produzida por um Estado Penal, em ascensão, no Brasil, atinge primordialmente, quase que exclusivamente, portanto, e as exceções existem, as camadas populares, os pobres, jovens, na sua maioria, afro-descendentes, moradores, conforme salienta Wacquant (2005), da favela no Brasil, poblacione, no Chile, Villa miséria, na Argentina, cantegril, no Uruguai, rancho, na Venezuela, banlieue, na França, e gueto nos Estados Unidos.

O encarceramento em massa, sintoma dramático da criminalização da miséria, sinaliza para uma perigosa homogeneização: favelas/guetos e cárceres. Um olhar mais acurado e sensível para os cárceres, no Brasil, conseguirá enxergar que a população carcerária é submetida a mais um gueto!

O importante a considerar também é que a Biopolítica, tendo em vista as próprias formulações de Foucault e Agamben, se inscrevem no Estado punitivo que caracteriza o Brasil e neste sentido, há que se atentar fundamentalmente para as reflexões desenvolvidas por Löic Wacquant, muito em particular, quando este autor analisa especificamente a *ascensão do Estado penal nos Estados Unidos da América do Norte* (WACQUANT, 2002).

Uma das hipóteses centrais de Wacquant é de que a sociedade norte-americana fez a opção preferencial pelo Estado penal em detrimento do Estado social e tal argumentação encontra respaldo no fato concreto de que a população carcerária norte-americana aumentou exponencialmente nas últimas décadas.

Este aumento exponencial e exorbitante da população carcerária norte-americana deve-se, sem dúvida alguma, às políticas formuladas

e aplicadas desde o Governo Nixon até os dias atuais, Presidente Obama, inclusive, onde se criminaliza em larga escala qualquer conduta que passa a ser considerada como um delito e, portanto, ilícita.

Assim sendo, e esta premissa é válida também para o Brasil, o que ocorre é que há uma verdadeira sacralização da pena e esta, uma vez mais e sempre, passa a ser percebida e internalizada enquanto a “solução de todos os conflitos sociais” (BATISTA, 2002).

Neste sentido, segundo Débora Pestana, retomando a argumentação do Wacquant, o Estado punitivo se caracteriza por diminuir suas prerrogativas na frente econômica e social e por aumentar suas missões em matéria de segurança, “subitamente relegada à mera dimensão criminal” (PESTANA, 2009).

Acrescenta ainda, em conformidade com as reflexões de Wacquant (2004), que

Tornar a luta contra a delinqüência urbana um perpétuo espetáculo moral – como querem policiais e políticos ávidos por explorar o problema – permite reafirmar simbolicamente a autoridade do Estado, justamente no momento em que se manifesta sua impotência na frente de batalha econômica e social (PESTANA, 2009, p. 122).

É interessante observar, na perspectiva teórica sustentada pela autora, que Pestana coloca também em cheque o atual estágio “democrático” da sociedade brasileira e na verdade, aponta para as contradições presentes no Estado de Direito no Brasil.

Nas suas palavras, então, podemos observar que o sistema penal brasileiro

[...] caminha, atualmente, menos para a consolidação democrática, e muito mais para a atuação simbólica, traduzida em aumento desproporcional de penas, maior encarceramento, supressão de direitos e garantias processuais, endurecimento da execução penal, entre outras medidas igualmente severas. Tal sistema opera no sentido do “excesso de ordem”, único capaz de tranquilizar nossa atual sociedade de consumo hedonista e individualista. (PESTANA, 2009, p. 124).

Outro aspecto muito relevante levantado pela autora diz respeito aos projetos que corroboram e muito para o fortalecimento do Estado punitivo no Brasil.

Pestana ainda salienta que “é oportuno citar os inúmeros projetos de lei que visam à ampliação do Estado punitivo no Brasil.” (p. 124). Ao analisar a produção legislativa no âmbito criminal, Laura Frade (2007, p. 91) atesta que “dos 646 projetos de lei apresentados nos últimos quatro anos no Congresso Nacional sobre criminalidade, apenas 20 foram no sentido de relaxar algum tipo penal”.

Ao contrário, para a autora, “um total de 626 projetos destinavam-se a agravar penas, regimes e restrições.” Na verdade, conforme sublinha a autora, “não sem razão, apenas dois relacionavam-se com a delinquência de colarinho branco.” (PESTANA, 2009, p. 125).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos explorar as contradições presentes no Estado de Direito, na conjuntura atual, portanto, principalmente considerando os múltiplos efeitos produzidos pela Constituição Federal de 1988, a “cidadã”, no que concerne particularmente à segurança pública no Brasil.

Neste sentido, na nossa avaliação, a Constituição de 1988, na parte específica da segurança pública, opera num tripé muito perigoso: política do confronto, lógica da guerra e cultura do inimigo.

Este tripé, então, é uma marca emblemática desta continuidade, enquanto permanência autoritária, do atual Estado de Direito em relação à ditadura militar. E, também, tal tripé, tendo em vista a inflação carcerária verificada a partir dos anos de 1990, personifica-se na sacralização da punição e com um efeito muito drástico: a despolitização dos conflitos sociais.

Ilustrando tais premissas, observamos, então, que no cenário atual, com a crescente onda de mobilização contra os governos do Estado e da cidade do Rio de Janeiro, já pode-se perceber, ao menos por parte da sociedade, que alguns “mitos” produzidos pelo projeto político das UPPs, em certa medida, começam gradativamente a serem submetidos a um pro-

cesso, lento, sem dúvida, de desconstrução e, em decorrência, tais “mitos” passaram a ser questionados.

Identificamos, para efeitos da nossa reflexão, e em conformidade com os propósitos deste trabalho, dois aspectos, que estão imbricados, e que aos poucos, como salientamos anteriormente, vêm sendo problematizados: 1) a política criminal contra as drogas: esta, desde o fim da guerra fria, tem a marca indelével da guerra e houve dramaticamente e tragicamente uma mudança identitária na construção do “inimigo”. Esta política, que é genocida, de extermínio, que criminaliza a pobreza e a miséria, potencializa mais e mais a exclusão das camadas populares, não obstante dar sinais de esgotamento, é ainda constitutiva da prática cotidiana nas favelas e morros “ocupados” pelas UPPs. Na verdade, defendemos que a política das UPPS vai ao encontro desta política criminal de combate às drogas, com a marca do derramamento de sangue (BATISTA, 1998), e, então, tal política proibicionista, na nossa ótica, engendra ainda mais a violência contra as camadas populares. Cumpre ainda destacar que é precisamente o proibicionismo que engendra mais e mais a violência e produz, de forma incessante, esta lógica da guerra (vejam por exemplo, os Amarildos, Cláudias, e tantos outros, assassinados sob o império desta lógica; 2) outro aspecto que vem sendo bastante questionado diz respeito ao controle punitivo imposto nas UPPs. É o que chamamos de “panóptico contemporâneo” e tal controle direciona-se exclusivamente às camadas populares e em grande medida tem as marcas do arbítrio e do autoritarismo (BATISTA, 2012; MACHADO, 2013). No começo da semana passada, o secretário de segurança, do Rio de Janeiro, Beltrami, declarou, por ocasião da operação militar no complexo da Maré, que esta política – a das UPPs – vai perdurar porque trata-se do enfrentamento do bem contra o mal...!!!

Em trabalho recente (FREIXO; SERRA; MEDEIROS, 2012), destacamos que há um paradoxo contemporâneo no qual o Brasil encontra-se imerso: as contradições do Estado de Direito que ainda atropelam o “estágio democrático” e trazem consigo, portanto, permanências autoritárias e inquisitoriais. Então, numa sociedade onde há uma *sacralização da pena*, na qual há, portanto, um verdadeiro clamor por penas ainda mais severas e rigorosas, sem dúvida alguma, os “direitos humanos” em questão não aparecem neste cenário com a devida e merecida indignação e gra-

vidade de uma sociedade, profundamente desigual e hierarquizada, que atropela direitos.

A questão política da *sacralização da pena* se articula com a despolitização dos conflitos sociais, da violência, da criminalidade e por tais motivos, observamos com bastante intensidade o fenômeno da judicialização da Política e, por conseguinte, o que encontra-se imbricado, o recrudescimento do aparato estatal punitivo que potencializa em larga a letalidade do Estado.

A desconstrução deste modelo representa um passo decisivo no sentido de se findar com a ótica da guerra, que reifica a cultura do inimigo, e, portanto, torna-se imperativo politizar os conflitos e a existência humana. Desta forma, um passo decisivo para esta desconstrução é a politização dos conflitos sociais e, portanto, um retorno urgente à Política enquanto atividade imprescindível à sociabilidade humana, pois, do contrário, continuaremos sob o império da lógica da guerra e da construção incessante de “inimigos” (SERRA; ZACCONE, 2012).

Desta forma, desmilitarizar a segurança pública é uma sinalização, bem concreta, da superação da lógica do inimigo e da ótica da guerra!!!

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- _____. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALVAREZ, Marcos César. *Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil (1889-1930)*. São Paulo: IBCCRIM, 2003.
- _____. Os sentidos da punição. *ComCiência*, v. 98, 2008a.
- _____. Tortura, história e sociedade: algumas reflexões. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 16, 2008b.
- BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2005.
- BATISTA, Nilo. *Punidos e mal pagos*. Rio de Janeiro: Revan, 1990.
- _____. A violência do Estado e os aparelhos policiais. *Revista Discursos Seditiosos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 145-156, 1997.

- _____. Política criminal com derramamento de sangue. *Revista Discursos Seditiosos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 77-94, 1998.
- _____. Mídia e sistema penal. *Revista Discursos Seditiosos*, Rio de Janeiro, 2002.
- BATISTA, Nilo; BATISTA, Vera Malaguti (Org.). *Paz armada*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- BATISTA, Nilo; ZAFFARONI, Eugênio Raul. *Direito penal brasileiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF, 1988.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: PUC, 1984a.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984b.
- _____. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984c.
- _____. *Resumo dos cursos do Collège de France*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- _____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002a.
- _____. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2002b.
- _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRADE, Laura. *O que o congresso nacional brasileiro pensa sobre a criminalidade*. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.
- FREIXO, Adriano de; SERRA, Carlos Henrique Aguiar; MEDEIROS, Dulcineia. O Estado de Direito no Brasil e suas incongruências: os direitos humanos em questão. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 2, n. 1, p. 65-82, jan./jun. 2012.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HULSMAN, Louk. *Penas perdidas*. Niterói: Luam, 1993.
- LEMKE, Thomas. *A zone of indistinction – a critique of Giorgio Agamben's concept of biopolitics*. Hannover: University of Hannover, 2003.
- LYRA FILHO, Roberto. *Karl, meu amigo: diálogo com Marx sobre direito*. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1983.

MACHADO, Luiz Antônio. Afinal, qual é a das UPPs? In: OBSERVATÓRIO das metrópoles, 2010.

MACHADO, Luiz Antônio. Cidades controladas. *Le Monde Diplomatique*, 2013.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. *Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

MENDEZ, Emilio Garcia. *Autoritarismo y control social*. Buenos Aires: Hammurabi, 1987.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo (Org.). *Os advogados e a ditadura de 1964 – a defesa dos perseguidos políticos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes; Petrópolis: PUC-Rio, 2010.

PESTANA, Débora. Justiça penal autoritária e consolidação do estado punitivo. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, v. 17, n. 32, p. 121-138, fev. 2009.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SALLA, Fernando Afonso. Considerações sociológicas sobre o crime organizado no Brasil. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 16, n. 71, p. 364-390, mar./abr. 2008.

_____. O persistente desafio do sistema prisional. *Revista Direitos Humanos*, São Paulo, v. 6, p.16-19, 2010.

_____.; ALVAREZ, M. C. Apontamentos para uma história das práticas de tortura no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 14, n. 63, p. 277-308, nov./dez. 2006.

_____.; ALVAREZ, M. C.; GAUTO, M. A contribuição de David Garland: a sociologia da punição. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v. 18, n. 1, p. 329-350, 2006. SERRA, Carlos Henrique Aguiar. *Criminologia e direito penal em Roberto Lyra e Nelson Hungria: uma proposta indisciplinada*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008a.

_____. Violência, pathos e Leviatã na contemporaneidade. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL, 2008, Rio de Janeiro. *Anais ...* Rio de Janeiro: UFF, 2008b.

_____. As revistas jurídicas e o debate ideológico nos anos 1937-1964. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 16, n. 72, p. 207-252, maio/jun. 2008c.

_____. A judicialização da política e o estado punitivo no Brasil. In: MOTTA, Luiz Eduardo; MOTA, Maurício (Org.). *O estado democrático de direito em questão*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 65-82.

_____. Estado penal e encarceramento em massa no Brasil. In: LOURENÇO, Luiz Cláudio; ROCHA, Gerder Luiz (Org.). *Prisões e punição no Brasil contemporâneo*. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 29-44.

SERRA, Carlos Henrique Aguiar; ZACCONE, Orlando. A gestão policial como política de segurança pública. In: MUNTEAL, Oswaldo; LEAL, Ana Beatriz; ZAMPA, Vivian (Org.). *Perspectivas da administração em segurança pública no Brasil*. Curitiba: CRV, 2011. p. 49-61.

_____. Guerra é paz: os paradoxos da política de segurança de confronto humanitário. In: BATISTA, Nilo; BATISTA, Vera Malaguti. *Paz armada*. Rio de Janeiro: Revan, 2012. p. 23-46.

SOUZA NETO, Cláudio. A segurança pública na Constituição Federal de 1988: conceituação constitucionalmente adequada, competências federativas e órgãos de execução das políticas. *RDE: Revista de Direito do Estado*, v. 8, p. 19-73, 2007.

WACQUANT, Löic. *Lãs cárceles de la miséria*. Buenos Aires: Manantial, 2000.

_____. A ascensão do estado penal nos EUA. In: BORDIEU, Pierre (Org.). De L'État social à l'État penal. *Discursos Sediciosos*, Rio de Janeiro, ano 7, n.11, 2002.

_____. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

ZAFFARONI, Eugênio Raul. *Em busca das penas perdidas*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

_____. *O inimigo no direito penal*. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2006.

MILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO. UM EXAME DO LEGADO DA DITADURA NOS 50 ANOS DO GOLPE MILITAR DE 1964

Luís Antônio Francisco de Souza

INTRODUÇÃO

Nos 50 anos do golpe militar de 1964, podemos comemorar a consolidação das instituições democráticas do país, lamentar o legado autoritário ainda presente em vários aspectos da vida social e fazer uma reflexão, embora breve, sobre a situação da segurança pública. As pesquisas de opinião mais recentes apontam para o maior apoio popular à revisão da lei de anistia. A instauração e pleno funcionamento das Comissões da Verdade, a maior exposição pública do que foi a violência praticada durante a ditadura e da mentalidade dos golpistas e torturadores são aspectos positivos no sentido da necessidade do país fazer frente à sua memória recente. A ampliação da agenda de pesquisa para recuperar os diferentes aspectos da memória do período, sobretudo na perspectiva dos vencidos também é importante. Todos estes aspectos apontam para a nossa atual maior capacidade de criar mecanismos jurídicos, políticos e sociais para criar instrumentos contra as ideologias ufanistas que colocam a noção de

progresso econômico, sem distribuição de renda, acima da noção de processo democrático.

Mas devemos estar alertas para os perigos de revisionismos simplistas que fazem balanço das coisas boas da ditadura, neste momento em que rememoramos o infausto golpe de 1964. Primeiro que o revisionismo desrespeita a complexidade do processo histórico. Segundo, que uma ditadura não tem lado bom ou lado mal: ela é sempre ruim. Não há meia ditadura ou ditadura branda: ela é sempre virulenta. Quem nos ensina isto é Hannah Arendt (2004): concentração de poderes nas mãos de um ou de um pequeno grupo sempre provoca violações, pois para manter o poder os tiranos precisam eleger inimigos reais ou imaginários, fazer do uso do medo, da propaganda e da polícia. Ou Primo Levi em seus relatos e reflexões sobre os campos de concentração nazistas: as tiranias fertilizam a velhacaria, a violência e as injustiças. As tiranias estimulam o surgimento da “zona cinzenta”: maior grau de tolerância em relação às violações de direitos e à redução do homem a uma condição, em que pode ser destituído de direitos, perseguido, preso ilegalmente, torturado e exterminado. E “[...] sempre com a pacata segurança de quem apenas cumpre com sua tarefa diária.” (1988, p. 18).

Quando uma sociedade apoia a violação massiva de direitos e quando trilha o caminho da ilegalidade, as consequências são terríveis. E como diz Hannah Arendt, fácil deflagrar a violência, difícil é promover a paz. Mas, alerta a Filósofa, as tiranias são regimes violentos que implicam perda das liberdades e das garantias jurídicas, legislação de exceção e defesa de interesses de uma minoria contra a maioria lesada e subjugada. Examinar, portanto, o legado do golpe de 1964 é um exercício necessário para nos libertarmos dos saudosismos autoritários que ainda ameaçam os avanços recentes.

O LEGADO AUTORITÁRIO

“Uma vez erguida, nenhuma ponte pode deixar de ser ponte sem desabar.” Franz Kafka.

No Brasil, assim como na América Latina, as polícias sofreram forte influência das ditaduras militares e somente recentemente passaram a ser remodeladas pelos governos democráticos. Os órgãos de aplicação da lei, durante o regime de exceção, tornaram-se sistemas fortemente fechados

e hierárquicos. Mesmo as polícias civis operavam, e ainda operam, dentro de um rígido princípio corporativo, pouco afeito a mudanças e ao controle externo. A literatura internacional especializada em polícia tem demonstrado com clareza que a existência de um sistema policial hierarquizado não representa, em hipótese nenhuma, um maior controle sobre a atuação do policial. Ao contrário, o poder discricionário do policial, mesmo nestes sistemas, continua sendo amplo e sobre o qual há poucos mecanismos de revisão e controle. Os problemas que surgem no comportamento dos policiais são administrados internamente e mantidos fora do alcance das práticas de controle social¹.

Apenas recentemente começaram surgir pesquisas acadêmicas enfocando problemas do funcionamento das instituições jurídico-policiais. Até metade da década de 1970, pouquíssimos pesquisadores da área das Ciências Sociais se aventuravam a desbravar o campo das práticas policiais. Há várias razões para que isso ocorresse. Uma delas, sem dúvida, era que o interesses dos pesquisadores estava voltado mais diretamente para as estruturas institucionais que tinham papel de repressão dentro da ditadura militar, iniciada com o golpe de 1964 e encerrada em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves à presidência da República (PINHEIRO, 1991; MORAES, 1996; BATTIBUGLI, 2007).

Portanto, os pesquisadores estavam mais interessados em desvendar o papel que setores das forças armadas desempenhavam na manutenção da ditadura e o papel que órgãos como o Departamento de Ordem Política e Social, DOPS, tinham na repressão, ameaças e tortura de supostos dissidentes políticos. Por outro lado, as polícias militares, sobretudo a Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, ROTA, criada com amplo mandato para combater as guerrilhas urbanas, enquanto instituições repressivas, não estavam abertas para pesquisadores. Enfim, antes dos anos 1980, não havia clima institucional nem intelectual que motivasse o surgimento de pesquisas sobre a ação das polícias (MINGARDI, 1992; LIMA, 1989, 1995).

¹ A discussão sobre a consolidação da democracia no Brasil atinge um ponto crítico quando o assunto é polícia e policiamento. A Constituição Federal do Brasil, de 1988, colocou a segurança pública como direito do cidadão e dever do Estado, dando ênfase às instituições policiais para a manutenção da ordem e da segurança públicas. Mas as deficiências das polícias continuaram no centro do debate, acompanhadas pela violência policial e pelo uso de métodos ilegais na investigação criminal.

Com o processo de redemocratização em curso - sobretudo após a promulgação da Constituição Federal, em 1988 - um novo quadro institucional passou a ser construído. Contudo, as polícias pareciam pouco afeitas a incorporarem as mudanças exigidas pela nova ordem constitucional que procurava colocar os direitos como base de sustentação do edifício democrático. A aparente inconsistência entre os preceitos e garantias constitucionais e a prática pouco transparente das polícias, provocou um considerável aumento de interesse no estudo das instituições policiais. Duas explicações eram acionadas para compreender a permanência da violência. Os representantes do governo e da polícia afirmavam que a violência policial decorria do aumento da violência do crime e da formação inadequada dos policiais. Em geral, os atos ilícitos cometidos pela polícia eram reputados a apenas uma ínfima parcela dos policiais. Os pesquisadores afirmavam que a violência e a corrupção decorriam do legado do regime militar, o chamado entulho autoritário². O regime democrático tinha, em sua agenda, resolver os problemas legados pelo regime militar. Mas a democracia não havia aparelhado as polícias para cumprir seu papel dentro de um quadro de crise econômica e de garantias constitucionais ampliadas. As polícias, que deveriam ser a porta de entrada do sistema de justiça criminal, acabaram sendo um dos fatores que contribuíam para o aumento das tensões sociais (PINHEIRO, 1991; MORAES, 1996; MESQUITA NETO, 1999; SOARES, 2000).

Nos anos 1990, houve um renovado ânimo para discutir polícia no Brasil a partir da proposta de unificação das polícias. A Polícia Militar, principal corporação policial do país, responsável pelo policiamento ostensivo e preventivo, é organizada militarmente e subordinada, em última instância, ao Exército brasileiro³. A discussão sobre a militarização, neste

² As análises históricas têm apontado que a militarização da segurança é um processo mais persistente e mais antigo. De toda forma, as características desse processo são distintas e devem ser ressaltadas. No Império e na Primeira República, a militarização das forças policiais ainda estava atrelada ao conceito de uma força de reserva, enquanto as polícias com características civis eram criadas em várias esferas administrativas, como os municípios, províncias ou estados. As missões militares francesas reforçaram a opção, na Primeira República e em razão da autonomia federativa dos estados, por uma força policial com características militares (HOLLOWAY, 1997; SOUZA, 2009; ROSEMBERG, 2010).

³ A responsabilidade pelas forças policiais brasileiras, com exceção da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia dos Portos, é dos Estados Federados. As polícias respondem aos governadores dos Estados. As Assembleias Legislativas estaduais são responsáveis pela definição de seus regulamentos, da aprovação dos efetivos, do orçamento e das principais funções legais das forças policiais, mas os comandantes e os delegados-gerais têm importante autonomia para definir suas prioridades e políticas. A destinação de recursos, de efetivos e sua distribuição geográfica não ocorrem de forma plena na arena pública. Decorrem, ao contrário, das interferências e acordos políticos com as localidades, que, em geral, não são transparentes.

momento, referia-se à definição dos crimes cometidos pelos policiais militares, em funções de policiamento, como crimes militares e, portanto, como transgressões disciplinares, submetidas a um código, a um processo e a uma justiça militar próprios. Este sistema seria responsável pelo desrespeito aos direitos dos cidadãos e daria suporte às práticas violentas dos policiais na sociedade brasileira.

Mas modelo de militar continuava fortemente atrelado à ideia de Segurança Nacional. As metáforas cotidianas ligadas à segurança ainda eram militares: combate ao crime; eliminar o inimigo; derrotar o inimigo; enfrentar o inimigo. As polícias no Brasil são fortemente militarizadas e apresentam os maiores indicadores de violência policial e de isolamento institucional (ZAVERUCHA, 2005, 2010)⁴.

LETALIDADE EM AÇÕES DA POLÍCIA

O efeito desta situação está refletido nos números da letalidade policial e na complacência governamental em relação a estes dados. Não obstante a violência letal da Polícia Militar de São Paulo estar abaixo do número recorde de 1.421 mortes, no ano de 1992, ela sempre apresenta picos. No ano de 2000, foram mortos 837 indivíduos em ações da Polícia Militar. No mesmo ano, foram mortos 228 policiais. Em 2001, foram 703 e 149, respectivamente. Até 2012, os números apontavam para a persistência das mortes, em contraste com a redução das taxas de crimes violentos no Estado⁵.

⁴A segurança no Brasil ainda é vista como questão de Estado, o processo de *agenda setting* ainda é cercado de obscuridades e inconsistências. De toda forma, até a ditadura militar, não se considerava a segurança pública como matéria constitucional. Em 1946, a segurança aparecia como “segurança interna e manutenção da ordem”; em 1967, esta ordem é invertida “manutenção da ordem e segurança interna” e, em 1969, a função das Polícias Militares passa a ser a manutenção da ordem pública, o que é mantido na Constituição Federal de 1988, a chamada constituição cidadã, que constitucionaliza o modelo tripartite da estrutura policial brasileira (SOUZA NETO, 2008; FONTOURA; RIVERO; RODRIGUES, 2009).

⁵ É importante notar que a violência policial deve ser medida através de múltiplos indicadores. Embora não haja dados nacionais, seria interessante verificar se a violência policial está relacionada ao aumento das mortes violentas nas periferias e nas regiões metropolitanas das principais capitais do Brasil. Sabe-se que muitas mortes violentas, contam com a participação de policiais, nos chamados grupos de extermínio ou de execução sumária.

Tabela 1. Letalidade nas ações da polícia Estado de São Paulo (1982-2012)

Ano das Ocorrências	Policiais mortos (PM e PC)	Não-policiais mortos [*]	Razão entre mortes de policiais e não policiais
1982	26	286	11,00
1992	125	1.458	11,66
2002	124	994	8,01
2012	18	508	28,22

* Inclui as ocorrências de “resistência seguida de morte”, homicídio doloso e homicídio culposo, praticados por policiais em folga e em serviço.

Fonte: Secretaria de Segurança Pública, SP e NEV-USP.

Segundo dados da Ouvidoria de Polícia de São Paulo, entre 1982 e 2006, morreram 3.010 policiais civis e militares. Estima-se que pelo menos 2/3 desse total, eram policiais que estavam de folga. Segundo os dados oficiais, os policiais civis morrem mais em serviço enquanto os policiais militares morrem mais em folga⁶. A PM mata mais pessoas, mas não em situação de resistência à prisão, já que suas baixas ocorrem exatamente quando o PM está fora do serviço: seja em bicos de segurança, seja no trajeto de casa para o trabalho ou vice-versa. Durante a última década, algumas pesquisas mapearam a situação da violência policial e sugeriram estratégias de controle desta mesma violência (CHEVIGNY, 1995; MESQUITA NETO, 1999). Sabe-se que muitos casos em que há morte em ações da polícia militar, isto ocorre porque não são adotados procedimentos de cautela. Não é feita a solicitação de reforço nem é estabelecido um cerco na área em que transcorre o conflito. Em muitos casos, o policial age de *motu proprio*, em horário fora do serviço, em perseguição a veículo roubado, contrariando as ordens emanadas do comando geral.

Em termos comparativos, entre 1996 e 1997, a polícia matou, no Rio de Janeiro, o mesmo número de pessoas mortas por todas as polícias americanas, no mesmo período.

O índice de letalidade mostra que a polícia do Rio de Janeiro, em sua ação, provoca muito mais vítimas letais do que ferimentos. Em outras palavras, a polícia, quando atira, acerta e, quando acerta, mata. Além disso, 46,5% das pessoas mortas em ações policiais apresentaram quatro

⁶ Os dados sobre o Rio de Janeiro apontam situação ainda mais problemática, já que a cada 05 policiais mortos, entre 2000 e 2006, 04 estavam em folga. Cf. RIBEIRO, 2009, p. 12-14.

ou mais orifícios de bala, numa média de 4,26 perfurações por cadáver. Os tiros atingiram áreas vitais do corpo em 61,5% das vítimas. Em 65% das vítimas, identificou-se, pelo menos, um tiro pelas costas. Um número significativo de cadáveres apresentava perfurações por armas de fogo feitas por disparos a curta distância (CANO, 1997, p. 36). Nada leva a crer que a situação tenha mudado desde então. Os autos de resistência registrados oficialmente no estado do Rio de Janeiro apontam 523 mortes em ações policiais, em 2011, 419, em 2012, e 416, em 2013, contra 12 policiais mortos em serviço em 2011 e 18, em 2012 (ISP, 2012). Mas a desproporção entre a capital e o estado do Rio de Janeiro é reveladora da persistência da morte como instrumento de ação policial e não apenas como deficiência de formação e de estratégias dos policiais:

Tabela 2. Autos de resistência no Rio de Janeiro (1999-2010)⁷

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Estado	187	278	381	615	798	676	707	673	902	688	643	485
Capital	289	454	592	900	1195	983	1098	1063	1330	1137	1049	855

Fonte: Misse, 2011

Em 1999, na cidade de São Paulo, 664 pessoas foram mortas pela ação policial, sendo 440 (66,26%) por policiais em serviço, e 224 (33,74%), por policiais em horário de folga. No mesmo período, dos 138 policiais vitimados em ação, 110 (79,71%) deles foram mortos em folga, supostamente durante o chamado bico, e 28 (20,29%), em atividade de policiamento. A pesquisa demonstra que 99,17% das vítimas fatais são do sexo masculino. Dentre as mortes com informação sobre a cor da pele, 41,5% das vítimas fatais são brancos e 37,38% negros. Em quase metade das mortes (44,9%), a vítima tinha de 18 a 25 anos. Se considerarmos todas as vítimas fatais até 35 anos, o total perfaz 80,58%. Apenas 18% do total de armas recolhidas (126) foram submetidas à perícia técnica. Do total, das vítimas civis, 51% tinham perfurações nas costas; 36% apresentaram

⁷ Auto de resistência é a figura para-jurídica criada pela polícia carioca para registrar os casos de mortes de não policiais em ações da polícia. Em São Paulo, esta figura foi denominada de resistência seguida de morte. Em ambos os casos, trata-se de culpar o morto pela sua própria morte! O uso dessas figuras tem que ser suprimido dos meios legais.

perfurações na cabeça; em média, havia 3,17 perfurações de arma de fogo por vítima, sendo que em 30% havia de 4 a 10 perfurações; em 95% das vítimas, as perfurações atingiram regiões consideradas letais. Ainda mais, do total de pessoas (não policiais) envolvidas nas ações em que ocorreu letalidade, 64,66% terminaram mortas, enquanto morreram 1,68% do total dos policiais envolvidos. Constatou-se ainda que em 71,12% dos casos, a vítima fatal faleceu no hospital (OUVIDORIA, 2000).

O debate sobre as mortes ocorridas em ações das polícias militares tem sido direcionado para a mudança do julgamento dos policiais da justiça militar para a justiça comum, como já foi afirmado aqui (MESQUITA NETO, 1999). Mas a mudança não foi suficiente. Estudos realizados pela Ouvidoria das polícias de São Paulo têm demonstrado que a prática da corregedoria militar em classificar esses crimes como “resistência seguida de morte”, além de já conter uma avaliação prévia que inocenta o policial, tem provocado erros de distribuição dos processos no poder judiciário. Esse tipo “resistência seguida de morte” não existe no Código Penal Brasileiro, e ele consiste, na verdade, em dois tipos penais, homicídio e resistência. Segundo a lógica processual, portanto, três delitos deveriam ser objeto de processo: o crime gerador da ação policial; a resistência à prisão e o homicídio cometido pelo policial⁸.

A Ouvidoria de São Paulo identificou que 85% dos casos de mortes em ações policiais foram arquivados. A tese de “legítima defesa” ou “estrito cumprimento de dever legal” aparece como regra quase absoluta. Do total de processos abertos, 45% não chegaram a ser apreciados pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário. Dos inquéritos instaurados pela Polícia Civil, apenas 50,8% chegaram à fase da instrução e desse total, 44,4% são arquivados⁹. A Constituição Federal de 1988 não alterou o Código de Processo Penal Militar (CPPM) nem a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 1978, que definiu o foro militar para julgar o policial. Em

⁸ O policial militar responde às corregedorias de polícia que têm características essencialmente militares. Nos últimos anos no Brasil as ouvidorias de polícia foram criadas, mas não têm poder de investigação, resumindo-se a coletar denúncias e encaminhá-las às autoridades processantes. O controle externo das polícias militares ainda é pouquíssimo desenvolvido no país o que dá às polícias militares ampla margem de arbítrio em uma função essencialmente civil que é a da segurança pública.

⁹ Para consultar mais dados sobre São Paulo, ver <www.ouvidoria-policia.sp.gov.br>. Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, realizada recentemente, aponta para a prevalência de não-brancos e de jovens entre as vítimas da ação policial letal: <http://www.ufscar.br/gevac/wp-content/uploads/Sum%C3%A1rio-Executivo_FINAL_01.04.2014.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

síntese, quando um policial comete um crime, é aberto inquérito policial militar (IPM), presidido por um militar, e o julgamento se dá nos chamados conselhos de sentença, compostos por quatro juízes militares e um juiz togado, sendo que, para ser juiz militar basta ter patente ou posto superior ao do policial que está sendo julgado. Para muitos analistas, esta sem dúvida é receita para a impunidade decorrente de crimes cometidos por policiais militares. Esta situação perpetua as práticas de violência, por um lado, e a falta de confiança da população nos agentes de segurança pública, por outro (FONTOURA; RIVERO; RODRIGUES, 2009; NÓBREGA JÚNIOR, 2010; ZAVERUCHA, 2010).

VIOLÊNCIA E MANDATO POLICIAL

As pesquisas demonstram que há uma tensão entre o cumprimento da lei e a manutenção da ordem (BAYLEY, 2001; BREWER, 1996). O debate ainda demonstra que o amplo mandato da polícia, a despeito do esforço de melhor definição dentro da ordem democrática, permite que sua ação cotidiana coloque constantemente em cheque a defesa das liberdades individuais em prol de uma suposta necessidade da sociedade em garantir a “ordem pública”. A persistência da violência policial e a existência de milícias armadas compõem um quadro perverso que se atualiza no Brasil contemporâneo: venda de segurança aos moradores ameaçados pelo crime organizado; cobrança de pedágios em favelas; extorsão de dinheiro das vítimas; participação em extermínio; mortes de detentos rebeldes e de ex-detentos; uso de várias formas de tortura (SENTO-SÉ, 2005; SILVA, 2008).

Não se trata, talvez, de uma violência sem controle. Mas sim, de uma lógica ocupacional policial. O conjunto de práticas extralegais da polícia, utilizadas para dar conta de um universo contraditório de leis, regras, hábitos e pressões por segurança, constituiria um padrão do trabalho policial e daria margem à discricionariedade do poder de polícia? A polícia e as forças armadas detêm o monopólio estatal da força física por meio do uso autorizado e legal da arma (DIEU, 1993; WADDINGTON, 1999). Embora a autorização para o uso da força seja uma característica fundadora destas duas instituições, é importante ressaltar as diferenças e especificidades (BITTNER, 2003). Em países como o Brasil, os mandatos

e as competências policiais e militares não estão totalmente definidas, o país adotou um modelo de polícia que ainda está fortemente atrelado à defesa do Estado e não à defesa do cidadão. É um modelo híbrido no qual convivem uma polícia investigativa de caráter civil e uma polícia preventiva de caráter militar. Mas a ênfase no controle ostensivo da segurança está recaindo cada vez mais sobre as instituições militares ou militarizadas, como as guardas municipais.

As tendências atuais reforçam este desenho problemático e permitem pensar espaços em que a violência letal pode se instalar e se reforçar. As forças armadas podem fazer atividades policiais como revistar pessoas, veículos, embarcações, bem como podem deter pessoas consideradas suspeitas em áreas de fronteira. Forças militares brasileiras têm desempenhado papel na estabilização social e política do Haiti. A política de ocupação dos territórios dominados pelo tráfico e a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) respondem a esta demanda por “militarização do campo social” (FLEURY, 2012). A segurança dos grandes eventos internacionais vem sendo planejada e conta com a presença ostensiva das Forças Armadas. A Força Nacional de Segurança vem sendo acionada constantemente e tem assumido papel de polícia permanente em vários estados brasileiros: no Distrito Federal ela faz a fiscalização do chamado contorno. Oficiais das Forças tem presença significativa nas agências de inteligência e nas instituições da segurança, assim como policiais militares têm presença garantida em diferentes instâncias da administração pública, incluindo os municípios (ZAVERRUCHA, 2005; AGUILAR, 2012). Os municípios desde a Constituição de 1988 passaram a ter a prerrogativa de criar suas guardas policiais. Desde então várias cidades brasileiras vêm formando seus pequenos exércitos de policiais armados, muitos dos quais carreando poderes de polícia ou auxiliando as polícias em funções essencialmente de combate ao crime (SENTO-SÉ, 2005)¹⁰. A disseminação das armas de fogo tem no mercado legal das polícias e das forças um de seus fornecedo-

¹⁰ Os municípios podem criar guardas apenas para ajudar na fiscalização de serviços públicos e na proteção de patrimônios municipais. O efetivo de policiais armados vem crescendo, acompanhando o crescimento exponencial do mercado privado de segurança. Houve um avanço institucional importante com o chamado Estatuto do Desarmamento (Lei no 10.826/2003), na medida em que colaborou para dificultar a injeção de armas no mercado, criando regras mais duras para a compra, porte e uso de armas no país. O Estatuto tentou limitar às cidades com 500 mil habitantes ou mais a criação de guardas armadas. Mas, hoje, os municípios com população a partir de 50 mil habitantes já podem ter guardas civis armadas (SOUZA NETO, 2008). A partir de 2014, esta exceção também passa a valer para municípios pequenos em áreas de fronteiras internacionais.

res. Embora as competências institucionais da polícia e das forças armadas sejam diferentes, as zonas de indeterminação sempre existiram e, nos dias atuais, talvez estejam se ampliando (GROS, 2006).

Em termos de papel, a polícia procura manter a ordem pública e a paz social, trabalhando contra o crime e na gestão dos conflitos sociais de forma permanente e com vigilância constante. As forças armadas, de outra forma, procuram manter a soberania territorial de um determinado país contra a intervenção externa de um inimigo (WACQUANT, 2008). Na doutrina, polícia e exército detêm o monopólio estatal da força física por meio do uso autorizado e legal da arma. Entretanto, embora a autorização para o uso da força seja uma característica fundadora destas duas instituições, é importante ressaltar que a polícia é caracterizada pela ausência do uso sistemático da força enquanto que o exército preconiza o uso da arma como instrumento dissuasório por excelência. No Brasil, “[...] o processo de policialização das Forças Armadas ocorre simultaneamente ao de militarização da Polícia.” (ZAUERUCHA, 2005, p. 19). A distinção entre polícia e forças armadas é feita na medida em que a primeira caracteriza-se pelo uso da informação, pela interdição do uso sistemático da força, corporificada na arma de fogo e pelo contato com o cidadão, destinatário de seus serviços (ERICSON; HAGGERTY, 1997; BAYLEY, 2006). A segunda caracteriza-se pelo monopólio da força, pelo uso da arma de fogo como modelo de dissuasão e de desativação das ameaças e pelo isolamento em relação ao contexto do entorno de sua atuação. As experiências de intervenção do Exército, ou das instituições militarizadas, na segurança apontam para a persistência dos casos de violência e de ineficácia; de intolerância à diversidade e à pluralidade no interior da organização militar; resistência ao controle civil sobre a força e falta de *accountability* externo (SANTOS, 2011; CARDOSO, 2012; FLEURY, 2012)¹¹.

¹¹ Em 1969, quando a ditadura militar extingue a Guarda Civil e funde sua estrutura e incorpora seus homens à Força Pública, que passa a ser denominada de Polícia Militar, por meio do Decreto-Lei n. 667, modificado pelo Decreto-Lei no 1.072/1969. A Polícia Militar passa a ter competência *exclusiva* nacional policiamento ostensivo, sendo vedada a criação de qualquer outra polícia fardada pelos estados. A partir deste momento, de forma explícita, a Polícia Militar é efetivo de reserva do Exército e subordina-se a um general da ativa, já que o posto máximo da hierarquia da Polícia Militar é de coronel, posição que dá aos policiais o direito de assumir comandos, inclusive o comando-geral da força. Com a criação da Polícia Militar, as diferenças entre o policiamento fardado e civil se acirram e o isolamento dos policiais se acentua, já que a doutrina de segurança nacional, um dos pilares institucionais do militarismo brasileiro, preconizará o distanciamento entre cidadania e segurança pública, com restrições importantes entre o contato da “família policial militar” e sociedade mais ampla. Neste período também são criadas algumas das organizações policiais militares que terão importante papel na repressão política e na montagem da

Nas polícias brasileiras, essencialmente militarizadas, o processo de tomada de decisões ainda é feito de cima para baixo, existindo, na verdade, pouco trabalho em equipe e pouca circulação de ideias e de propostas. Os objetivos institucionais da polícia continuam presos a categorias abstratas como controle do crime, prisão de criminosos, combate à criminalidade etc. Seus instrumentos de medição de eficiência e eficácia continuam sendo o número de prisões e o número de papéis preenchidos. Não há nenhum sistema de *follow-up* e nenhuma forma de estímulo profissional ou de *feedback*. Os policiais julgam que não devem responder a nenhuma forma de controle, os critérios de atuação, as estratégias de policiamento e as decisões são tomadas sempre a partir de critérios internos, segundo o juízo do comando ou segundo a tradição. A capacidade das polícias em responder às novas demandas democráticas, em diversos países de novas democracias, está limitada a respostas padronizadas, que vão da violência física desnecessária à inação, passando pela corrupção e pelo baixo profissionalismo. Essas instituições têm demonstrado pouca capacidade de antecipação de problemas, de planejamento técnico e de flexibilidade administrativa, e isso, evidentemente, compartilham com praticamente todas as instituições da administração da justiça. Assim, não obstante iniciativas importantes, mas pontuais, de mudança de prioridades, “apanhar criminosos”, “prender suspeitos”, “combater o crime” e “neutralizar ameaças” continuam sendo o principal alvo das polícias brasileiras. O clamor público por uma política de segurança de qualidade que, ao mesmo tempo, controle a criminalidade, aumente o sentimento de segurança do cidadão e dê respostas adequadas às demandas de prestação de serviços não parece ter sido suficiente para que houvesse uma mudança de qualidade na direção das mudanças permanentes mais substantivas (LIMA, 1995; MONJARDET, 2003; SILVA, 2008).

PISTAS PARA AS MUDANÇAS?

Tudo isto indica a urgência com que deve ser tratada a matéria policial no Brasil. É certo que a reforma das instituições policiais deve en-

máquina de exceção do Estado Brasileiro: a Ronda Ostensiva Tobias de Aguiar (ROTA) e o Batalhão de Choque. A Rota, tropa de elite do militarismo autoritário, terá em suas contas as maiores taxas de letalidade policial do período e, mesmo hoje, ainda ostentam alto grau de violência em suas ações. O batalhão de choque teve e ainda tem papel de destaque no controle de multidões, greves e manifestações públicas, sendo conhecido por sua terrível participação no Massacre do Carandiru em 1992 (BATTIBUGLI, 2007; SOUZA, 2009; ZAVERUCHA, 2005).

trar definitivamente na pauta dos programas de governo dos Estados brasileiros. A sinalização que recebemos das democracias consolidadas é que a polícia precisa tornar-se uma polícia cidadã, que promova a segurança de todos, respeitando direitos. Somente para citar um exemplo, o Código de Conduta para funcionários encarregados de fazer cumprir a lei, resolução 34/169, de 16 de dezembro de 1979, da ONU, definiu o padrão internacional da seguinte maneira: os policiais devem cumprir a lei; respeitar e proteger a dignidade humana e manter a defesa dos direitos humanos; usar a força somente quando for estritamente necessário, baseando-se no princípio da proporcionalidade (o uso da arma de fogo é considerado medida extrema a ser evitada); garantir a confidencialidade das informações; proibir absolutamente o uso da tortura e de outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes; assegurar a saúde das pessoas sob sua custódia; obedecer os preceitos do Código, fazer com que ele seja cumprido e informar seus superiores de violações do mesmo. Esse código sinaliza que o respeito aos direitos humanos e à proteção de cidadãos, vítimas, policiais e infratores devem ser os princípios orientadores das agências policiais, em qualquer democracia.

As propostas de unificação ou de integração das polícias civil e militar, no Brasil, podem surtir algum efeito desde que atinjam o cerne do problema? Se forem medidas apenas paliativas, a atuação da polícia continuará arbitrária e de poucos resultados concretos no controle da violência. Do lado das polícias militares, é preciso minimizar a concepção militar de defesa do Estado e democratizar internamente os canais de comunicação e o processo de promoção; impossível conceber uma instituição na qual o policial de rua jamais ocupará uma posição de mando dentro da instituição. É preciso levar os programas de policiamento comunitário a sério e avaliar rigorosamente os resultados. No âmbito da polícia civil, é necessária a extinção dos inquéritos policiais, o que representaria a liberação do tempo dos policiais para a investigação, na medida em que se livrariam de atividades cartoriais repetitivas e de baixa efetividade. Na polícia civil, também, seria importante implantar um sistema de acompanhamento da eficiência dos investigadores. As perícias como são feitas hoje corroboram nossa tradição cartorial. É preciso que o perito trabalhe em conjunto com a autoridade que preside o inquérito, a prova pericial deve fazer sentido

dentro do conjunto de provas. É preciso valorizar e o preservar o local do crime. As perícias, principalmente os laudos do IML, devem ser feitas com mais presteza, com independência e com profissionalismo. Para completar o quadro de reforma, sistemas múltiplos de *accountability* precisam ser criados e fortalecidos: pelo Ministério Público, por Corregedorias independentes, pela Ouvidoria e por Conselhos populares. É importante ressaltar que a punição de policiais violentos e corruptos é uma necessidade premente, mas é preciso atuar de forma preventiva, e a reforma da polícia necessita contemplar processos de *feed-back*, entre as necessidades das ruas, a burocracia interna e as escolas de formação, inclusive estimulando que policiais busquem formação superior fora das academias de polícia. No capítulo da formação, é preciso criar, nas universidades e em conjunto com as polícias, cursos de capacitação em nível de graduação e pós-graduação para melhorar a perspectiva profissional do policial e para arejar e quebrar o isolamento da cultura policial. Claro, a PEC 51, deve ser amplamente debatida e levada a sério. As soluções devem se encaminhar na direção da reforma das instituições da justiça criminal e do fortalecimento das instituições democráticas, sobretudo com maior participação coletiva nas práticas governamentais: implantação de controles externos das atividades da justiça criminal; maior transparência nas ações governamentais e parceria com a sociedade civil (O'DONNELL, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Michel Foucault já dizia que “o poder é um sistema de chantagem mútua indefinida” (2010, p. 119). O poder sem peias amplia este esquema perverso e faz espriar por toda uma sociedade seus efeitos destrutivos. Para retomar a discussão e apontar alguns aspectos relevantes para o debate presente sobre os 50 anos do golpe de 1964, a ditadura alargou as desigualdades sociais, exterminou e perseguiu os oponentes, instaurou a normalidade da tortura e da morte no funcionamento das instituições policiais, funcionou com base na propaganda e na mentira, suprimiu acesso ao pensamento e à informação. A ditadura estimulou as personalidades autoritárias, o preconceito e a violência contra as diferenças (quando não a pura e simples supressão das diferenças). O golpe militar e a ditadura que se seguiu a ele (além das cassações, das restrições políticas e eleitorais, manipulação do

judiciário e das instituições) aprofundaram o fosso entre urbano e rural, aumentaram as jogatinas e a corrupção que favoreceu setores inteiros da elite militar e civil (sempre bom lembrar que a ditadura apoiou-se no conservadorismo anti-democrático das elites políticas e sociais brasileiras e em seu ingênuo golpismo), aumentaram o fosso entre centro e periferia, entre brancos e negros, entre ricos e pobres, colocaram os indígenas fora do quadro da sociedade brasileira, legitimaram a repressão ilegal aos movimentos sociais e aos moradores das periferias, bem como retardaram o ingresso da população nos padrões mínimos de direitos sociais e culturais. Marcaram a definição dos interesses das empresas privadas e dos empresários, incluindo o monopólio da TV aberta que perdura ainda hoje e o modelo de concentração da propriedade privada. Marcaram a criação e fortalecimento das empresas de segurança privada e bancária, sobretudo após os sequestros e atentados aos bancos nos anos 1960 e 1970. Marcaram profundamente o nosso atual modelo de segurança pública em que as polícias militares ainda estão atreladas às forças armadas, baseado na repressão à pobreza e nas ilegalidades nas prisões, detenções e investigações. Marcaram o modelo militarizado de segurança que tem como escopo a morte dos oponentes e a violência no trato com as questões de caráter público, ainda hoje presentes na inépcia das polícias em lidar com movimentos de reivindicação de direitos, sobretudo dos jovens das periferias. Foram responsáveis pela criação da Rota e de suas congêneres em todo o país e que contam com os maiores índices de violência letal dentro da própria corporação.

Efeitos de anos de ditadura são perceptíveis mesmo passados quase trinta anos de redemocratização: ainda temos esquadrões da morte, chacinas, grupos de extermínio, violência policial acima de qualquer comparação internacional. O Brasil conta com mais de 550 mil presos, 20 mil jovens em sistemas de internação, 50 mil mortes por ano, milhões de pessoas vivendo em áreas segregadas. Ainda temos a legitimação da violência como mecanismo de controle social, sobretudo contra jovens das periferias. Por fim, a ditadura tornou rotina o arbítrio e a violência no trato das questões criminais, nas prisões e nas delegacias. Anos de chumbo foram anos de obscurantismo e o legado autoritário ainda está vivo.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, Sérgio Luiz. Segurança Pública e as operações de construção da paz pós-conflitos armados. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 17, n. 33, p. 429-446, 2012.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BATTIBUGLI Thais. *Democracia e segurança pública em São Paulo (1946-1964)*. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- BAYLEY, David. *Padrões de policiamento*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- BAYLEY, David. *Changing the guard. Developing democratic police abroad*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- BITTNER, Egon. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: Edusp, 2003.
- BREWER, John D. et al. *The police public order and the state*. 2. ed. London: Mac Millan Press, 1996.
- CANO, Ignácio. *Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER, 1997.
- CARDOSO, Marcus. Polícia e direitos na visão dos moradores de duas favelas do Rio de Janeiro. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 17, n. 33, p. 491-507, 2012.
- CHEVIGNY, Paul. *The edge of the knife: police violence in the Americas*. New York: New York Press, 1995.
- DIEU, François. *Gendarmerie et modernité*. Paris: Montchrestien, 1993.
- ERICSON, Richard V.; HAGGERTY, Kevin D. *Policing the risk society*. Toronto: University of Toronto Press, 1997.
- FLEURY, Sônia. Militarização do social como estratégia de integração. O caso da UPP do Santa Marta. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 30, p. 194-222, 2012.
- FONTOURA, Natália O.; RIVERO, P. S.; RODRIGUES, R. I. Segurança pública na Constituição Federal de 1988: continuidades e perspectivas. *Boletim de Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise: Vinte Anos de Constituição Federal*, Brasília, DF, v. 3, n. 17, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos VI: repensar a política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- GROS, Frédéric. *États de violence. Essai sur la fin de la guerre*. Paris: Galimard, 2006.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

- INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ISP). *Balanço das incidências criminais e administrativas do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISP, 2012.
- LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- LIMA, Roberto Kant de. Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 10, n. 4, p. 65-84, 1989.
- LIMA, Roberto Kant de. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- MARIANO, Benedito; FREITAS, Isabel (Org.). *Polícia: desafio da democracia brasileira*. Porto Alegre: governo do estado do Rio Grande do Sul, 2002.
- MESQUITA NETO, Paulo. Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. In: PANDOLFI, Dulce; CARNEIRO, Leandro Piquet; CARVALHO, José Murilo. *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 129-148.
- MINGARDI, Guaraci. *Tiras, gansos e trutas: cotidiano e reforma na polícia civil*. São Paulo: Escrita Editorial, 1992.
- MISSE, Michel. *Autos de resistência: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
- MONJARDET, Dominique. *O que faz a polícia?* São Paulo: Edusp, 2003.
- MORAES, B. B. (Org.). *O papel da polícia no regime democrático*. São Paulo: Mageart, 1996.
- MORAES JR., Martim Cabeleira de. *A violência das (e contra as) polícias do Estado do Rio Grande do Sul*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grandes do Sul, Porto Alegre, 2005.
- NOBREGA JR., José Maria Pereira da. A militarização da segurança pública. Um entrave para a democracia brasileira. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 119-130, fev. 2010
- O'DONNELL, Guillermo. Polyarchies and the (Un)rule of law in Latin America: a partial conclusion. In: MÉNDEZ, Juan E.; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Ed.). *The (Un) rule of law & the underprivileged in Latin America*. Indiana: University of Notre Dame, 1999. p. 303-338.
- OUVIDORIA de Polícia do Estado de São Paulo. *Pesquisa sobre o uso da força letal por policiais de São Paulo, no ano 2000*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2000.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. *Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, n. 45, p. 45-56, mar./maio 1991.

REINER, Robert. *The politics of the police*. 2. ed. London: Harvester Wheatsheaf, 1992.

RIBEIRO, Camilla et al. Políticas e práticas na construção de uma política de segurança: o caso do governo Sérgio Cabral Filho (2007-2009). In: JUSTIÇA GLOBAL (Org.). *Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2009. p. 6-14.

ROSEMBERG, André. *De chumbo e festim: uma história da Polícia paulista no final do Império*. São Paulo: Edusp, 2010.

SANTOS, Daniel dos. A militarização da justiça e a defesa da democracia. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 123-140, 2011.

SENTO-SÉ, J. T. (Org.). *Prevenção da violência: o papel das cidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, L. A. M. (Org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Nova Fronteira, 2008.

SKOLNICK, Jerome; FYFE, James. *Above the law: police and excessive use of force*. New York: Free Press, 1993.

SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, Luiz Eduardo; RAMOS, Silvia; ROLIM, Marcos. *O que pensam os profissionais de segurança pública no Brasil*. Brasília, DF: Ministério da Justiça, Senasp, 2009.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de Souza. *Lei, cotidiano e cidade: polícia civil e práticas policiais na São Paulo republicana (1889-1930)*. São Paulo: Ibccrim, 2009.

SOUZA NETO, C. P. Segurança pública na Constituição Federal de 1988: conceituação constitucionalmente adequada, competências federativas e órgãos de execução das políticas. *Atualidades Jurídicas: Revista Eletrônica da OAB*, n. 1, mar./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/oabeditora/users/revista/1205505974174218181901.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

WACQUANT, Loïc. The militarization of urban marginality: lessons from the brazilian metropolis. *International Political Sociology*, v. 2, p. 56-74, 2008.

WADDINGTON, P. A. J. *Policing citizens: authority and rights*. London: UCL Press, 1999.

ZAVERUCHA, J. *FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia, 1999-2002*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

ZAVERUCHA, J. A doutrina da garantia da lei e da ordem e o crescente envolvimento das Forças Armadas. In: LIMA, Roberto Kant et al. *Conflitos, direitos e moralidades em perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. v. II.

MILITARES, A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E A DEMOCRACIA: UMA REFLEXÃO PARA A HISTÓRIA E O PRESENTE¹

Paulo Ribeiro da Cunha

Ao avaliarmos o enfoque desse ensaio sobre e que particulariza a *Comissão Nacional da Verdade* (CNV) enquanto uma problematização relacionada às Forças Armadas, especialmente a complexa questão sobre os *Militares Perseguidos* e a política no processo histórico brasileiro, percebe-se que os desafios são enormes, para não dizer, inconclusos. Esse grupo, no entanto, apresenta uma singularidade quando comparada aos demais 13 Grupos de Trabalho da CNV²; já que, embora ignorado ou parcamente reconhecidos nas lides acadêmicas bem como nas escolas militares; esses oficiais e praças foram atores importantes na história do Brasil, cujo arco político e ideológico envolvia nacionalistas, progressistas ou de esquerda das Forças Armadas; incluindo nesse escopo, membros das Polícias Militares e bombeiros.

¹ Uma versão desse texto foi publicada na Revista ACERVO em 2014.

² Araguaia; Contextualização, fundamentos e razões do Golpe Civil-Militar de 1964; Ditadura e gênero; Ditadura e sistema de Justiça; Ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical; Estrutura de repressão; Mortos e desaparecidos políticos; Graves violações de Direitos Humanos no campo ou contra indígenas; Operação Condor; O Estado ditatorial-militar; Papel das igrejas durante a ditadura; Papel das igrejas durante a ditadura; Perseguição a militares; Violações de Direitos Humanos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil

Com efeito, antes de desenvolvermos alguns apontamentos dessa problemática, vamos pontuar, mesmo que brevemente, aspectos sobre a formação desse grupo, suas motivações, mas particularmente o desafio de um resgate para a história e sua importância enquanto memória; memória coletiva, diga-se de passagem, mas que é também democrática. Isso não deixa de apresentar outros desafios a sua compreensão, já que além desses militares se apresentarem como atores políticos na história; se constituem enquanto grupo militante em um período historicamente longo, praticamente todo o século XX. Não é de estranhar, portanto, que a possibilidade dessa apreensão de uma memória, mas da verdade e da justiça, constitui em noutro desafio, até porque eles são muito influenciados pela etapa histórica anterior ao período de 1946 a 1988.

Esse é um aspecto dessa problematização. A despeito de muitas controvérsias sobre sua tardia formação, e um acertado questionamento inicial se a investigação da CNV não deveria abordar somente o período pós-golpe civil-militar de 1964; concretamente há que reconhecer as limitações do prazo institucional que a Comissão dispõe para entrega de seu relatório; sem deixar de mencionar as dissonâncias internas, algumas advindas da heterogeneidade de seus membros, refletindo negativamente em sua agenda de trabalho, ao menos por um tempo. Não cabe resgatar essa polêmica, já de conhecimento público através de manifestações de seus membros ou artigos na imprensa; mas ao que tudo indica, suas conclusões finais, a priori, serão parciais; teremos mais *um ponto de partida* para uma reflexão, à ser construída futuramente.

Inicialmente, é importante registrar que o *Grupo Militares Perseguidos* é bem representativo por sua intervenção política em nossa história, e mesmo com um componente de formação democrática, essa militância não ficou isenta de conseqüências. Coletivamente ou individualmente, muitos ‘pagaram um preço’ nas suas carreiras, que não foi pequeno; centenas de praças foram expulsos das Forças Armadas nos anos 50, e mesmo com a absolvição de muitos deles, não foram reintegrados. Entre os oficiais, não foram poucos os que passaram a ter suas carreiras pautadas em promoções por antiguidade; sem deixar de mencionar, exílios em guarnições distantes, com transferências que fugiam às normas castrenses; e que não foi diferente em 1964.

Um dado apontado por Marcus Figueiredo (1978) chama atenção relacionada a esse grupo: enquanto categoria social comparada às demais atingidas pela repressão, a “[...] *taxa de punições políticas no Brasil pós – 1964 foi proporcionalmente mais alta na área militar.*” (apud MACHADO, 2006, p. 81, grifo nosso). Mesmo que esses números ainda não estejam totalmente contabilizados, a política expurgatória independeu de patentes, atingindo todos os níveis da hierarquia das 03 armas, com milhares de oficiais e praças expulsos (PERFIL DOS ATINGIDOS, 1987, p. 120). Essa política não se limitou a primeira fase do golpe de 1964; teve continuidade, mesmo alguns deles estando na reserva; atingindo outros na ativa, incluindo policiais militares. Nas décadas seguintes, além de atingidos profissional e financeiramente, esses militares arcaram ainda com uma punição moral. Constantemente vigiados; presos em várias ocasiões, impedidos de exercer suas profissões; sem falar da repressão que se abateu sobre os praças e conscritos nos anos 70 e 80, um dado novo que emergiu em depoimentos recentes. Retornaremos esse ponto ao final do ensaio.

Para essa compreensão, é de fundamental importância um breve resgate histórico, não somente para a *Comissão Nacional da Verdade*, mas principalmente para as próprias instituições militares bem como as novas gerações. Há muito que orgulhar desses militares e de sua intervenção política na história, seja em defesa das causas nacionais, ou da legalidade democrática. Sua intervenção é correlata a história do Brasil, e as origens desse grupo se inserem na melhor tradição do Exército Brasileiro desde a Proclamação da República; seguida de uma presença militante no movimento tenentista; articulados politicamente de alguma forma, mesmo na época, às causas democráticas e republicanas. Esta concepção enquanto tese, e objeto de muitas controvérsias, encontra fundamento nas leituras e reflexões de um militar cassado e perseguido no pós 1964, o historiador Nelson Werneck Sodré, cuja obra sobre o Brasil versa 56 livros, e milhares de artigos. Não obstante esses apontamentos, há outros.

A formação democrática dos militares no período que ora tratamos - 1946 a 1988-, cuja temporalidade os trabalhos da CNV se impõem, tem origem em alguns anos numa passagem histórica anterior em 02 mediações. Nelas, o papel que desempenharam é até controverso, mas suas lições refle-

tiriam numa escola de formação democrática e legalista para a geração pós 1946, e as subseqüentes, incluindo entre eles, os militares de esquerda.

A primeira foi o levante de 1935, insurreição nacional libertadora para alguns analistas; intentona comunista para outros, cuja leitura entre os últimos se apresenta muito articulada aos setores que hegemonizaram o ensino nas escolas de formação militares. Sua apreensão adquiriu contornos de uma política excludente de diálogo entre os militares, e veio a ser uma leitura quase que oficial nas décadas subseqüentes. Guardadas as polêmicas, o movimento de 1935 refletiu posteriormente nos oficiais comunistas e de esquerda numa concepção democrática totalmente contrária a quarteladas; e em 1938 o PCB já reorientava seus militantes nas Forças Armadas a política de *União Nacional*.

Um dado a mais merece atenta reflexão, embora não seja o único nesse processo de polarização entre os militares entre 1946 e 1964. Já havia nessa linha, uma política com o General Góes Monteiro, cuja doutrina teve por objetivo acabar com a Política no Exército, e sim realizar a Política do Exército, leia-se do Alto Comando; entretanto, nos anos subseqüentes a Guerra Fria, o Levante de 1935 se constituiria em um paradigma difícil de ser rompido, especialmente no *Anticomunismo*, enfocando nessa polarização, um arco que envolvia militares comunistas, nacionalistas, mesmo eles estando posicionados conjuntamente em defesa da legalidade democrática (MOTTA, 2002; VIANNA, 2007).

Essa mediação não refletiu somente na política, mas também na formação contemporânea dirigida aos militares. As obras de Nelson Werneck Sodré, especialmente 02 clássicos *Memórias de um Soldado* (1967) e *História Militar no Brasil* (2010) até bem pouco tempo não estavam disponibilizadas aos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); e outro exemplo de exclusão à esquerda no ensino militar é a Coluna Pres-tes, estudada enquanto movimento em muitas instituições militares do mundo, mas nas nossas escolas militares são quando muito, ensinada enquanto tática. Seguramente, uma revisão curricular no ensaio de nossas instituições militares deve ser uma recomendação mais que importante à ser considerada ao final dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade.

Há outro aspecto correlato a ser ressaltado historicamente: as anistias relacionadas aos levantes militares na história republicana tiveram um componente de serem *socialmente limitadas*, a exemplo da Revolta dos marinheiros da Chibata em 1910, cuja anistia foi promulgada pelo Congresso Nacional em 1997; mas as subseqüentes a 1935, foram *ideologicamente norteadas*. Nas décadas que se seguiram, todas as manifestações de militares nacionalistas e de esquerda foram tratadas de forma contrária às rebeliões golpistas dos militares de Direita. Os primeiros comumente expulsos, sem a menor possibilidade de reintegração. Na tentativa de golpe integralista em 1938, seus membros foram reintegrados e reincorporados as Forças Armadas. Não seria diferente com relação às demais tentativas golpistas, todas advindas da extrema direita militar nos anos vindouros até 1964 (CUNHA, 2010).

A segunda Mediação, que seguramente influenciará as gerações de militares, entre eles, muitos daqueles que se constituem em objeto desse grupo é a *intervenção da Força Expedicionária Brasileira* (FEB) na Itália, uma escola de cidadania e democracia, além de combate. Na FEB alistaram-se muitos militares de esquerda, comunistas, e houve inicialmente um filtro ideológico, logo amenizado. Alguns militares de esquerda foram barrados por terem participado da guerra civil espanhola; outros incorporados, mesmo tendo um passivo cuja origem incluía participação no levante de 1935. A razão de terem sido aceitos, é que muitos oficiais convocados, alguns deles, primeiros colocados, manobram politicamente para não irem à guerra (BONALUME NETO, 1995, p. 129; FERRAZ, 2012).

Porém, nos campos de batalha foi elaborado um manifesto político, *FEB: Símbolo de União Nacional*, assinado por centenas de oficiais, a maioria tenentes e capitães, que teve um papel importante na queda do Estado Novo. Entre aqueles que o subscreveram, havia dezenas de militares nacionalistas e de esquerda que atuavam pela legalidade democrática no período posterior a 1946 – 1964, e também depois do golpe civil – militar de 1964 (PENNA, 2009). Alguns ainda vivos, dignificam a história com um depoimento os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. Nada isolado de outros militares que a eles se somaram nessa fase última até 1988, e se constituiria no amplo leque de militares que perfaz atualmente o *Grupo de Militares Perseguidos*.

No entanto, há mais um dado a ser revelado: a agenda de intervenção política ou militante desse grupo que denominado *Militares Perseguidos* foi nucleada entre 1946 até 1964 na *Defesa da Legalidade Democrática*; seguida de uma segunda agenda no pós 64 até 1988, pautada na luta pela *Restauração da Democracia*; alias, um pouco mais, já que a luta pela efetivação de seus direitos continua com uma agenda de *Democratização* das Forças Armadas e das Polícias Militares. Basta constatar a agenda dos novos movimentos de oficiais e praças nas Forças Armadas, o *Capitanismo* e a *Apeb*, que emergiram no cenário Pós-constituente de 1988; bem como as quase 03 centenas de greves e paralisações das várias corporações policiais espalhadas pelo país. Mas esse é outro debate.

Por essa razão, mesmo que brevemente, vamos iniciar alguns apontamentos sobre presença dos militares na política, especialmente no processo democrático que emergiu no pós Estado Novo. Essa presença foi bem significativa, envolvendo militantemente membros das Forças Armadas em várias agremiações partidárias, lembrando ainda que, os 02 principais candidatos presidenciais eram militares. Em todos os escrutínios até 1964, houve ao menos um candidato militar concorrendo à sucessão, sem falar de dezenas, talvez centenas deles concorrendo a cargos legislativos. Muitos foram eleitos por vários partidos, bem como por diferenciadas tendências políticas e ideológicas. A União Democrática Nacional (UDN), partido de direita, teve ramificações internas nas Forças Armadas até 1964, e um grupo organizado de militares ligados à agremiação recebeu a alcunha de UDN Fardada ou UDN Militar.

Não obstante a esse fato, o recorte inicial que remete aos militares que irão compor o campo dos perseguidos são aqueles vinculados ao Partido Comunista, entre outros como àqueles filiados ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), agremiação que contava nessa fase de redemocratização, com militares históricos de prestígio como Herculino Cascardo e Miguel Costa, ambos com uma rica biografia política e militante associada a defesa da causa democrática. Entretanto, dezenas de oficiais e praças concorreram a cargos legislativos pela sigla do PCB, e entre os 15 parlamentares eleitos ao Congresso Nacional, um terço era de origem militar, sendo o Capitão Luiz Carlos Prestes, o senador mais votado da história.

Retomando o argumento, o Partido Comunista emergiu nesse processo afinado a política de *União Nacional*, política que confrontava os ventos da Guerra Fria no Pós 46; cujo efeito maior internamente foi demonstrar que a democracia no Brasil tinha limites intrínsecos à ordem burguesa. Tanto é que, ocorreu a cassação de seu registro em 1947, seguida da perda dos mandatos dos parlamentares comunistas em 1948. O elemento novo que emerge enquanto reação é outro. Mesmo com uma rotação à ultra esquerda do PCB, o interessante é avaliar como essa política refletiu entre os militares comunistas, cuja leitura esquerdizante foi praticamente nula entre os oficiais. São muitos os relatos de seus compromissos em *Defesa da Legalidade Democrática*, contrariando inclusive a orientação partidária pautada nas Teses do *Manifesto de Agosto*, que mais uma vez, previa o assalto ao poder.

Enquanto posto na primeira mediação, as lições de 35 foram aprendidas, e mesmo nos demais setores em que o Partido Comunista tinha influência, a esquerdização encontrou pouco efeito. Havia uma radicalidade maior entre os praças; já que um sargento com 29 anos de serviço, faltando pouco para a reforma, podia ser expulso a qualquer hora do Exército, independente das circunstâncias, portanto eram militares que não tinham direitos de estabilidade assegurados. Nada diferente de outras rebeliões anteriores, como a já citada Revolta da Chibata, ou as revoltas dos Sargentos em 1915/16.

Noutras palavras, ao sustentamos a tese de que os militares sempre se envolveram ou foram envolvidos na política e na história do Brasil; a presença militante desse grupo em um quadro de extrema combustão que foi a Guerra Fria não seria diferente no pós 1946. Para não me alongar, cito o exemplo de uma intervenção democrática associada às causas nacionais, cujos reflexos se fazem presentes contemporaneamente: a luta pelo *Petróleo é Nosso*; seguida de um posicionamento contrário ao envio de tropas brasileiras a *Guerra da Coréia*; e por fim, contra a *Internacionalização da Amazônia* (SODRÉ, 1967; MORAES, 2011).

Vale chamar atenção sobre esses episódios. Pela primeira vez na história, uma chapa nacionalista, e de esquerda ganharia as eleições no Clube Militar, e a instituição, teve uma das mais significativas passagens de sua história. A conquista maior dessa luta foi o Monopólio do Petróleo

e a criação da Petrobrás, cujo reflexo contemporâneo é o pré-sal. As conseqüências, no entanto, foram danosas para esses militares, sendo que, a maioria teve suas carreiras abortadas, exilados para guarnições distantes. O reflexo desse debate sobre as causas nacionais não encontrou guarida somente entre os oficiais, repercutindo entre os praças, sargentos e marinheiros das 03 armas. Os dados não são conclusivos, mas consta que 1000 deles foram presos; centenas expulsos; além de prisões de oficiais, e torturas em muitos casos (SODRÉ, 2010, p. 397 et seq.). Alguns ainda desse tempo, buscam a anistia na virada do século.

A despeito da repressão, essa política de intervenção teve prosseguimento até 1964, e esses militares tiveram um papel importante na *Defesa da Legalidade Democrática*. Alguns atuaram em apoio ao golpe do General Lott e a favor da posse de Juscelino Kubistchek, aliás o único golpe de fato reconhecido a favor da democracia; outros intervieram contra o golpismo nas Revoltas de Jacareacanga e Aragarças; ou a tentativa de obstaculizar a posse de João Goulart quando da renúncia de Jânio Quadros em 1961 (CARLONI, 2012). Além de esses movimentos golpistas serem capitaneados por oficiais da extrema direita militar; esses oficiais foram posteriormente anistiados, reincorporados e reintegrados às Forças Armadas. O curioso é que a anistia de 1961 igualmente procurou contemplar oficiais que atuaram em defesa da legalidade Democrática, mas que se viram punidos. Alguns oficiais legalistas recusaram a anistia, e mais ainda, entendiam que a punição posta em suas folhas de serviço era, sobretudo, uma condecoração (SODRÉ, 1967, p. 549).

Em 1962, portanto, não muito tempo depois desses acontecimentos, outra chapa nacionalista e de esquerda disputou o controle do Clube Militar, cuja composição tinha em seus membros oficiais conservadores à frente como o General Peri Bevilaqua, e heróis da FEB como o Cel. Castor da Nóbrega. Sob acusação de manobras espúrias realizadas pela direção do Clube, a chapa nacionalista foi derrotada, levando o resultado na justiça, sem efeito dado o golpe de 1964 (CARDOSO, 2008).

Por fim, entre 1963 e 1964 vários movimentos de praças e marinheiros emergiram no cenário político, cujas reivindicações estavam inseridas em um processo de adesão as reformas de base, mas igualmente em defesa de questões corporativas. Essas revoltas aconteceram no pré-golpe

de 1964, e nelas, estava posta uma agenda em defesa da Democracia e seu aprofundamento, democracia que aprofundaram em sua radicalidade, mesmo que limitada (PARUKER, 2009; SILVA, 2011; ALMEIDA, 2012).

Em 1964, acontece o golpe civil militar; aliás, a própria terminologia *Golpe civil-militar* é controversa, embora ganhe gradual consenso, e mais ainda, uma original reflexão sobre seu significado. Quanto aos *Militares*, esse foi o grupo proporcionalmente o mais perseguido, e mesmo não havendo números exatos, acredita-se que 7.500 militares foram atingidos de várias formas, cassações, reformas, aposentarias e demissões do serviço público por atos discricionários. Um dado a mais se refere ao assassinato de 27 de militares; e soma ainda 10 militantes mortos cuja origem era militar, em que pese, naquela ocasião já não estivessem mais na ativa. Seguramente, esses números devem ser maiores, especialmente quando forem contabilizados os policiais militares. Nesse cômputo, uma triste constatação: diferente e 1935, quando houve uma forte repressão sobre as praças, e os oficiais respeitados em suas patentes; em 1964, muitos oficiais foram presos e torturados (SODRÈ, 1967, p. 628; TÉRCIO, 2002, p. 70, 71, 96; FROTA, 2006, p. 221, 251).

Contudo, a agenda desse grupo no pós 1964 seria norteadada fundamentalmente por uma intervenção política na luta pela *Redemocratização*. Desses oficiais e praças, uns elegeram o caminho do exílio; outros optaram pela luta armada; e não cabe nesse ensaio aprofundar a análise se essa opção política significou perigo para os novos donos do regime. Legítimas enquanto formas de resistência, ao que tudo indica, não tiveram significado maior enquanto ameaça ao regime militar; muito pelo contrário, as dissonâncias mais graves no pós 1964 vieram de grupos militares de direita e extrema direita se digladiando para impor seu projeto. O caso *Parasar*, e o *Rio Centro* são as faces mais conhecidas desses conflitos, mas houve dissensões e quase levantes permeando todo o processo dos 21 anos de regime militar, especialmente nos período de sucessão presidencial (MARTINS FILHO, 1995; CHIRIO, 2012).

Outrossim, a luta pela *Restauração da Democracia* é que nortearia politicamente o grupo mais significativo entre os *Militares Perseguidos*,

com uma agenda fundamentalmente democrática, atuando em entidades³ constituídas com esse objetivo; ou em alguns casos, com uma discreta militância nos partidos de oposição. A perseguição, ainda assim, não cessou com a política de cassação em 1964, muito pelo contrário. O Brigadeiro Francisco Teixeira teve sua casa incendiada por uma facção da Direita Militar⁴; heróis de guerra como o Brigadeiro Rui Moreira Lima, e ou o Brig. Fortunato, tiveram que se reconstruir profissionalmente em outras atividades, até porque, uma *Portaria Secreta da Aeronáutica* os proibia de voar, portanto, exercer suas profissões. Medida restritiva também atingiria os oficiais cassados na Marinha do Brasil, impedidos de conseguirem a *Carta de Piloto da Marinha Mercante* como relatou em depoimento a CNV o então 1* tenente Carlos Schueler. Não foram os únicos *Militares Perseguidos* por suas posições democráticas, e citemos mais alguns casos. O Ten. Cel. da FAB Paulo Mello Bastos, piloto com milhares de horas de vôo, veio a exercer no Rio de Janeiro a profissão de chofer de Táxi; outro aviador, o Major Sérgio Cavalari, trabalhou numa rede de joalheria; e muitos oficiais e praças se fizeram profissionalmente como professores de cursinho ou em faculdades, o caso do Ten. Bolivar Meireles; ou até exercerem profissões inusitadas bem distantes de sua formação de militar, a exemplo do ex. Capitão Eduardo Chuay como editor; ou advogados, como o ex. Capitão de Mar e Guerra Fernando Sta Rosa. Além disso, esses militares eram muito vigiados e acompanhados nas décadas seguintes ao golpe de 1964. Um exemplo, é General e Historiador Nelson Werneck Sodré, e como lembra Cardoso (2013), ao confrontar a Ditadura, vivenciou as agruras impostas pela política de segurança nacional aos considerados “*inimigos internos*” da Nação. Respondeu a longos interrogatórios no DOPS, foi preso por dois meses, e além de ter alguns de seus livros proibidos e confiscados, não pode conceder entrevistas a jornais e revistas⁵. Caso igualmente de lamentável

³ Entre as entidades, vale destacar no Rio de Janeiro a Associação dos Militares Cassados (AMIC); Associação Democrática e Nacionalista dos Militares (ADNAM), a Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia (UMNA); em São Paulo a Associação de Militares Anistiados e Anistiantos das Forças Armadas do Brasil (AMAFABRA); a Entidade Nacional dos Civis e Militares Aposentados da Reserva (ACIMAR), a Associação de Defesa dos Direitos e Pró-Anistia “AMPLA” dos Atingidos por Atos Institucionais; entre outras correlatas com este objetivo espalhadas pelos estados.

⁴ Depoimento em vídeo de Iracema Teixeira, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), disponível no site <<http://www.youtube.com/watch?v=KI9-4BxBeb8>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

⁵ Em 2013 veio à tona a razão da censura da novela ‘Roque Santeiro’ da TV Globo em 1975, portanto, já no Governo Geisel quando já se sinalizava a distensão. A partir de um relato biográfico do ex. diretor da emissora, o Boni, a censura e posterior interdição da novela decorreu de uma observação de Nelson Werneck Sodré a

é o relatado pelo Cel. Ivan Cavalcante Proença, cuja carreira foi abortada em 1964 pela defesa dos estudantes da UFRJ, ameaçados por policiais lacerdistas⁶. Marujos e Fuzileiros e centenas de praças do Exército e da Aeronáutica não tiveram direito algum, a maioria, teve que recomeçar do zero, em novas profissões (ALMEIDA, 2012; SILVA, 2011).

Em setembro de 1968, portanto, antes da decretação do AI-5; alguns cadetes aviadores da Força Aérea Brasileira (FAB), cuja paixão pela leitura e o cinema os moveram *‘ingenuamente’* a organizar um círculo de leitura e debates na Escola de Aeronáutica, Campos dos Afonsos, à época em transição para a Academia da Força Aérea (AFA) em Pirassununga. O local dessas atividades era o cinema da unidade, e as reuniões literárias de conhecimento dos colegas, e os livros, filmes adquiridos ou alugados no mercado. Do grupo de cadetes investigado, três deles de uma mesma turma foram sumariamente desligados da FAB sob acusação de *‘inaptidão para o oficialato’*; e absolvido um quarto cadete do último ano, que seguiu carreira com restrições até deixar o serviço ativo. Anistiados em 2005, devido a localização de um documento reservado do *Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica* (CISA), seu conteúdo expôs a real motivação política que norteou o desligamento; pois nele lia-se, que o Círculo do Livro seria *‘uma espécie de Grupo de Estudos de teses marxistas, para cujas hostes tentaram aliciar os cadetes’*.

Casos como esses demonstram que o *Febeapá - festival de besteiras que assolou o país*⁷, crítica comum na sociedade enquanto expressão de uma crônica política satirizada antes de 1964; teve continuidade nas décadas subsequentes ao golpe civil – militar. Com ela, uma preocupação especial na caserna com as manifestações políticas e ideológicas operacionalizadas no plano cultural e artístico, um dos canais críticos ao regime, cuja preocupação não diminuiu até meados dos anos 80, para não dizer, bem recentemente.

Dias Gomes, cujos telefones estavam ilegalmente grampeados. Como os censores não conseguiram perceber a substância de sua crítica, fizeram cortes a roldão, e o resultado foi à opção de retirada daquela versão pela Rede GLOBO, sendo substituída por outra novela. Roque Santeiro ganhou cores e cara nova somente anos depois, em 1985, com considerável sucesso.

⁶ Autor de vários livros de literatura, filho do eminente general Cavalcante Proença, um intelectual de prestígio e instrutor na Aman; Proença também registrou em seu livro biográfico a constante vigilância e patrulhamento que sofreu nos anos subsequentes ao golpe, não sendo poucos os empregos que não pode exercer em escolas; ou concursos que em que foi impedido de assumir; sem falar as praticamente trimestrais visitas ao Dops durante anos (PROENÇA, 2013).

⁷ Expressão associada ao cronista Stanislaw Ponte Preta, do Jornal Última Hora, que sistematicamente expunha em sua coluna, particularmente com a censura, aquilo que intitulou Febeapá.

Essa é mais uma face do desafio que se apresenta o resgate desse *Grupo de Militares Perseguidos*, e no pós 1964, soma ao grupo dezenas, talvez, centenas de policiais cassados e perseguidos. Em 1975, policiais paulistas amargaram prisão e torturas; aliás, salvo engano, é o único grupo que seria reincorporado a instituição quando da redemocratização, embora por pouco tempo. Outros policiais que foram duramente atingidos foram os da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Há indicativos de casos correlatos em corporações policiais dos demais estados como Minas Gerais, porém, ainda ausentes de maiores informações. Com a redemocratização, praças, conscritos, e bombeiros denunciaram prisões, torturas, alguns por estarem lendo livros já disponíveis nas livrarias. Um deles relatou numa Audiência Pública na *Associação Brasileira de Imprensa (ABI)*, que foi torturado e expulso nos anos 80 por ter mãos um exemplar do livro de Darcy Ribeiro, *O Povo Brasileiro*⁸.

Revelações outras, algumas bem surpreendentes emergiram de forma contundente em depoimentos e entrevistas recentes. Uma delas, é que a perseguição não se limitou aos militares, mas também as suas famílias. Era sabido que suas esposas recebiam como viúvas de maridos vivos, mas há relatos de constrangimentos de seus filhos nas escolas; ameaças, expulsões e mesmo prisões. Casos graves, e igualmente dramáticos tendo vindo a tona, um deles aconteceu em 1965 com o Sargento da Aeronáutica Mário Mota Rodrigues, atual Cel. reformado, e pai de duas filhas, uma delas, adotiva. Em relato ao jornalista Emilio Sant'Anna Neto (2005), a primeira foi proibida de realizar sua matrícula em um colégio católico na cidade de São Paulo pela acusação de ter um pai comunista; e sob a mesma alegação, sua segunda filha, então com 13 anos, teve retirada a adoção.

Como esse, temos o caso de Eugenia Zerbini, filha do General cassado Euryale de Jesus Zerbini. Em visita a sua mãe, a advogada Therezinha Godoy, presa no Doi/Codi de São Paulo em 1970, Eugenia aos 16 anos foi violentada dentro daquela instituição por um agente da repressão (REVISTA AOS BRASILEIROS, 2013). Passadas décadas daquela sexta feira 13, somente em fins de 2013 ela teve força para trazer esse acontecimento à público. Lamentavelmente, esse não foi um caso isolado entre os

⁸ Depoimento de Luiz Cláudio Monteiro na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), disponível no site <<http://www.youtube.com/watch?v=7B2IFo8n0G0&list=PL9n0M0Ixl2jfu8pdAYm7iHaxbaq0yR9q1&index=11>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

familiares de militares e suas mulheres; e no ano de 1973, Genivalda Maria da Silva, viúva do ex. Cabo da Marinha José Manoel da Silva, assassinado sob torturas pela equipe do Delegado Fleury, foi presa, torturada e estuprada por soldados do Exército.

Uma segunda revelação, refere-se as políticas normativas relacionadas aos militares anistiados, que deveria ser objeto de efetivação, mas tem encontrado obstáculos burocráticos e políticos, que remetem em última instância à esfera jurídica governamental via Advocacia Geral da União (AGU); e os comandos militares. Em depoimentos à CNV, militares casados denunciaram que ainda persiste uma política discriminatória, cujo resultado final, tem sido a perda de direitos, leia-se está em curso um processo de des-anistia⁹. Por fim, vários militares que voltaram do exílio com a anistia, e mesmo aqueles atuavam legalmente na resistência democrática ou estavam distante de qualquer presença na política, denunciaram uma constante vigilância, e mesmo tentativas de assassinato. Isso ocorreu até bem recentemente.

Essas breves linhas demonstram o desafio desse resgate bem como da construção de um efetivo diagnóstico sobre os *Militares Perseguidos*. Muitos já se foram, mas é de fundamental importância um parêntese: não cabe nesse resgate histórico, que é também memorialístico, a crítica às instituições militares ou mesmo associar a maioria dos militares dessa época; ou os contemporâneos sejam colocados em xeque como afiançadores da ação de alguns torturadores. Muito pelo contrário. Nessa linha de conduta é que se apresentou em recente depoimento público, o Cel.Brilhante Ustra, assumindo sua intervenção como a personificação do Exército no banco dos réus¹⁰. Evidentemente, ele não é um caso isolado.

Contudo, há relatos de militares que participaram do golpe de 1964, mas que em entrevistas ou depoimentos tem reavaliado honestamente o período, alguns realizando sinceras autocríticas sobre a conveniência ou não em depor um presidente constitucionalmente eleito em 1964;

⁹ Depoimento dos Capitães de Mar e Guerra Fernando Sta Rosa e Luiz Carlos Moreira na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), disponível no site <<http://www.youtube.com/watch?v=Q1CFv4fjHYI&list=PL9n0M0Ixl2jfu8pdAYm7iHaxbaq0yR9qI&index=4>>; e <<http://www.youtube.com/watch?v=KQoOx4kRHS0&list=PL9n0M0Ixl2jfu8pdAYm7iHaxbaq0yR9qI&index=2>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

¹⁰ Depoimento do Cel. ref. Brilhante Ustra; disponível no site <<http://www.youtube.com/watch?v=jNjRCDjWCtI>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

outros nem tanto; mas lamentando em sua maioria, a continuidade do regime militar por mais de duas décadas, com as conseqüências de imagem sobre as instituições bem como as novas gerações (CONTREIRAS, 1998; D'ARAUJO; CASTRO; SOARES, 1995).

Nessa linha, há casos de oficiais e praças que se posicionaram contra a tortura; uns solidários aos presos, outros auxiliando anonimamente; e seguramente, a enorme maioria, estando em serviço desenvolvendo suas atividades normais em unidades militares, nada teve com aos desmandos de alguns poucos. Curiosamente, exemplos assim podem ser encontrados em oficiais da linha dura identificados com o regime militar como General Sylvio Frota, um crítico da abertura política. Ao contrário de seu antípoda político e ideológico, o ex. Presidente Geisel que avalizou a abertura *lenta gradual e segura*, mas que também se manifestou favorável a tortura para se obter confissões, nas suas palavras, para evitar 'o mal maior' (GEISEL apud D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 225); o posicionamento de Frota contrário a essas práticas é reconhecido entre seus pares (D'ARAUJO; CASTRO; SOARES, 1994, p. 67, 105, 141, 175, 274), havendo inclusive casos de militantes de esquerda que foram salvos por sua intervenção direta. O caso mais conhecido é o do Cel. Vicente Sylvestre, da Polícia Militar de São Paulo (FROTA, 2006, p. 221).

Como ele, houve outros oficiais, que assim se posicionaram pagando inclusive o preço da reforma em suas carreiras. Relatos e posturas podem ser identificados em oficiais como o Coronel Luiz Antônio do Prado Ribeiro, que inicialmente teve a missão de investigar a explosão do Riocentro, e logo afastado por não concordar em realizar uma farsa de investigação, o resultado final do *IPM – Inquérito Policial Militar* (BIERRENBACH, 1996, p. 28); ou o Coronel Elber Mello Henriques, oficial a quem deve a vida o Jornalista Flávio Tavares, um dos 15 prisioneiros políticos banidos do Brasil em troca da libertação do embaixador seqüestrado americano (TAVARES, 2005); e também o Cel PMMG Jacinto Melo cujo gesto respeitoso ao apertar a mão do comandante militar da Guerrilha de Caparaó, Amadeu Felipe da Luz, já rendido com seu grupo, e amplamente publicizado pela imprensa, não somente causou irritação ao governo militar brasileiro; mas salvou a vida daqueles combatentes (COSTA, 2007, p. 224).

Em 1978, portanto, já com a abertura política, o General Octávio Costa, no comando da 6ª RM em Salvador, recebeu uma inusitada, para não dizer suspeita ordem do E2 (Seção de informações do Exército) no sentido de efetivar a ‘Operação Gaiola’, a prisão de todas as lideranças estudantis. Desconfiado que a ordem não refletia a orientação de seu comandante, Costa exigiu que a mesma fosse dada por escrito; porém com a firme convicção de que não a cumpriria, se assim fosse formalizada, mesmo sabendo dos riscos para sua carreira militar (D’ARAÚJO; CASTRO; SOARES, 1994, p. 275). A ordem por escrito nunca veio, mas não se sabe se os reflexos dessa atitude tiveram conseqüências maiores. Coincidência ou não, o General Octávio Costa, liberal de formação, brilhante intelectual, e oficial cujo profissionalismo nunca foi objeto de questionamento, não chegou a General de Exército.

Casos como esse de duplicidade de comando não eram incomuns, mesmo na fase terminal do regime militar. Numa entrevista ao *Jornal do Brasil* em março de 1999, o ex-capitão Dalton Roberto de Melo Franco, alegou ter sido punido por não aceitar participar do atentado em 1989, contra o memorial projetado por Oscar Niemeyer na CSN - Companhia Siderúrgica Nacional. Como membro das Forças Especiais, e ali infiltrado para vigiar os líderes da greve; o oficial relata que recebeu ordem de seu superior, o então coronel Álvaro de Souza Pinheiro, para explodir o monumento; porém, em face de sua recusa, até pelo fato dela não ter sido dada por escrito, foi excluído da operação, e posteriormente expulso do Exército. Há, seguramente, outros militares que intervieram e ou tiveram essa linha de conduta, muitos deles simples praças, anônimos em sua maioria.

Esse debate não se esgota com esses apontamentos, mas demonstra que é uma polêmica que escapa a maniqueísmos, entre outros equívocos. Um deles, talvez o mais significativo, é comumente levantado por setores militares da reserva, a maioria abrigada no Clube Militar; ou mesmo alguns órgãos de imprensa, refere-se a tese de que a CNV deveria investigar os 02 lados da moeda; leia-se a crimes cometidos também por militantes de esquerda que atuaram na resistência armada. Do ponto de vista jurídico, não cabe essa reflexão, mas Jacob Gorender manifesta que “*A violência original é do opressor, porque inexistente opressão sem violência cotidiana incessante. A ditadura*

deu forma extremada à violência do opressor. A violência do oprimido veio como resposta.” (GORENDER, 1987, p. 269, grifo do autor).

Há outro questionamento sobre a *Violência do Oprimido*: qual foi o crime ou ação que não foi devidamente investigado? Voltemos a tempos distantes como o caso Elza Fernandes de 1935, o mais conhecido; e no pós 1964, o atentado em Recife no Aeroporto de Guararapes ou a explosão no II Comando do II Exército em São Paulo. Em todos esses casos, militares como militantes de outras categorias sociais foram condenados; alguns cumpriram pena inclusive por crimes que não cometeram, e isso consta nos processos. É história, mas também o presente, e pode ser corroborada por vasta literatura.

O segundo equívoco, talvez o principal, refere-se ao total desconhecimento sobre o papel e as atribuições da CNV. Entre eles, o de associar a Comissão enquanto uma comissão de governo, e não de Estado; esquecendo ou omitindo que a mesma foi objeto de sanção pelo Congresso Nacional. Outro remete às suas atribuições. Na *Exposição de Motivos* que fundamentou a *Lei nº 12.528/2011*, e a que criou a *Comissão Nacional da Verdade*, com a *Lei nº 9.140/1995*, está posto que o *Estado brasileiro por seus agentes públicos cometeu graves violações em detrimento da pessoa*. Por essa razão, a Comissão Nacional da Verdade deve cuidar exclusivamente de averiguar os fatos consumados por agentes públicos. Com a edição da *Lei nº 9.140/1995*, cujo ciclo normativo a *Lei nº 12.528/2011* encerra, reconhece que o Estado brasileiro define como mortos, por seus agentes públicos, “[...] *pessoas que tenham participado ou tenham sido acusadas de participação em atividades políticas [...]*” (BRASIL, *Lei nº 9.140/1995*, art. 1º, grifo no original).

Quanto a esse aspecto, ainda sobre as atribuições da CNV, mais uma vez, resgatamos Gorender, desta feita avaliando a *Violência do Opressor*. Sob todos os aspectos, não cabem comparações entre essa última e a *Violência do Oprimido*, inclusive, há situações inusitadas no pós 1964 que resvalam a impotência de muitos militares ao confrontar situações de duplicidades de comando na repressão¹¹.

¹¹Numa delas: “Nem mesmo as relações familiares de alto nível no meio militar conseguiam aliviar a situação dos suspeitos de subversão. Generais nada podiam fazer sequer em favor de parentes, se porventura quisessem fazer alguma coisa. Até uma personalidade de tanta influência quanto o General Cordeiro de Farias ficou impotente, à época do Governo Médice, para abrandar a situação de Lúcia Murat, filha de uma prima, presa no Doi/Codi do Rio de Janeiro. Somente no Governo Geisel é que Cordeiro de Farias dirigiu um apelo aos bons do General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, Ministro do STM, em favor de Lúcia.” (GORENDER, 1987, p. 257)

Os dados, no entanto, são preliminares, para não dizer, ainda inconclusivos. Na fase inicial da redemocratização em 1946, houve várias tentativas de investigar os Crimes do Estado Novo; algumas produzindo relatórios, mas sem efeito punitivo; constituindo-se, no entanto, em memórias reveladoras sobre a perseguição aos militares¹². Esse não foi o epílogo de um longo processo de impunidade relacionado a esses militares. Na verdade, com a repressão do pós 1964, tivemos 50.000 pessoas atingidas, a maioria com passagens nas prisões por motivos políticos; milhares presos, cerca de 20.000 deles submetidos à tortura física. Houve pelo menos 360 mortos, incluindo 144 dados como desaparecidos, 7.367 acusados, 10.034 atingidos na fase de inquérito em 707 processos judiciais por crimes contra a segurança nacional, 4.862 cassados (PERFIL DOS ATINGIDOS, 1987; MACHADO, 2006).

Citando mais um equívoco, aventou-se a possibilidade de que a CNV deveria investigar o destino das expropriações advindas de assaltos a bancos, carros fortes; ou mesmo citado o dinheiro do cofre de Adhemar de Barros. Sem dúvida, há um componente de ingenuidade nisso, dada a dificuldade de investigar casos assim como esse, mesmo dentro de um cenário democrático, quiçá, numa situação de clandestinidade. Inegavelmente, o próprio ouro do Adhemar deveria ser investigado na origem; ou até mesmo recursos originários de grupos privados empresariais que financiaram o aparelho repressivo; porém, pelo tempo passado, traria muitos constrangimentos que resultados; talvez isso por só, inviabilizaria a investigação. Isso não é somente história, é a contemporaneidade da política, que diga os jovens que foram as ruas nas jornadas de junho de 2013.

Aos que defendem essa tese, vale dizer, um constrangimento a mais pode vir a tona. A despeito das dificuldades em investigar a contabilidade de utilização de recursos de uma organização clandestina; consta que parte desse dinheiro ficou com agentes da repressão. Basta investigar

¹² Tendo à frente os esforços de um ideologicamente insuspeito Deputado constituinte da UDN, Euclides Figueiredo, general rebelde dos anos 30, pai do último presidente do regime militar, João Figueiredo, e com apoio de alguns parlamentares, instalou-se em 1946 uma primeira 'Comissão Encarregada de examinar os serviços do Departamento Federal de Segurança Pública'; mas sem resultado prático maior. Pouco tempo depois, instalou-se uma segunda intitulada 'Comissão de Inquérito sobre os atos delituosos da Ditadura', que até produziu consistentes denúncias sobre torturas, mas sem efeito punitivo. Não muito tempo depois desses acontecimentos, muitos sargentos foram absolvidos nas lutas dos anos 50, mas não puderam retornar à caserna, cujo cenário de prisões, torturas veio a tona com a publicação em 1953 de os "Depoimentos Esclarecedores sobre os Processos Militares", um relato pormenorizado que demonstrava já na época, os parcos avanços no quesito justiça.

como alguns torturadores ficaram bem de vida, uns atuando com sucesso em empresas de segurança; outros em atividades ligadas ao Esquadrão da Morte, uns conhecidos notórios chefões do jogo do Bicho, alias, em sua maioria, condecorados com a *Medalha do Pacificador*, a mais alta comenda do Exército Brasileiro em tempos de paz (D'ARAUJO; CASTRO; SOARES, 1994, p. 154; GASPARI, 2002, p. 65).

Por fim, uma falsa polêmica, que os trabalhos da CNV ou a própria comissão tem por objetivo, a revisão da lei da anistia. É de domínio público a posição individual dos comissários sobre a questão da revisão ou não da anistia; mas é consensual que o processo de revisão não faz parte de suas atribuições; embora a CNV possa recomendar ao final dos trabalhos, a abertura de processo contra torturadores dada a nova jurisprudência sobre a matéria. Concretamente, tramita na Câmara dos Deputados, um projeto de revisão da lei de anistia patrocinada pela Deputada Luiza Erundina questionando a validade da anistia aos torturadores, leia - se, crimes conexos; e a própria Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entrou no Supremo Tribunal Federal (STF) com mais uma *ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade*, objetivando rever esse dispositivo, desta feita, com argumento de que tortura é crime contra a humanidade, portanto, imprescritível. Mas são movimentos advindos do Congresso Nacional, da Sociedade Civil, ou mesmo de pressões advindas de fóruns internacionais.

Entretanto, sobre a polêmica questão da tortura, cabe sim, *separar o joio do trigo*, até porque, as próprias Forças Armadas tiveram essa atenção com os torturadores, embora não explicitamente enquanto política de promoção, particularmente ao último posto na carreira. Salvo o Brigadeiro Burnier, ou o General Ibiapina no Exército, para citar somente 02 nomes de oficiais que já eram generais ou foram promovidos nesse período, não consta que outros militares identificados com tortura tivessem alcançado o generalato. No máximo, chegaram a coronéis, condenados de certa forma, ao ostracismo pela própria instituição.

Todavia, há que ressaltar o seguinte: o trabalho em curso pela CNV tem por objetivo pavimentar pontes de diálogo entre os militares e a sociedade civil; leia-se, remete fundamentalmente a um projeto de nação na linha das teses de Nelson Werneck Sodré; e opera no resgate dessa história, bem como de uma memória que muito dignifica as Forças Armadas,

algo que precisa ser conhecida pelas novas gerações de militares, bem como pela Sociedade Civil.

Seguramente, esse é um dos objetivos, algo que não passa pela idéia de revanchismo, mas sim conflui com esse resgate enquanto um ponto de partida para uma nova história, bem como o fortalecimento do Estado Democrático e de Direito. Talvez, como ressaltado na introdução desse ensaio, o final dos trabalhos propiciará muito mais um ponto de partida do que de chegada. Ainda assim, ao atentarmos para essa compreensão e com esse objetivo, decididamente, esse esforço confluirá na percepção de um projeto de nação para o futuro; se não, no limite, para ‘*não desejarmos a volta do que já passou*’; expressão poética de nossa saudosa Cora Carolina; ou noutra frase, cuja autoria é desconhecida, mas transcende fronteiras como um desafio presente no tempo para o futuro, *Nunca Mais*.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Anderson da Silva. *Todo Leme à Bombordo*: marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da rebelião de 1964 à anistia. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964 – 1984*. Bauru: Edusc, 2005.

ARGOLO, José Amaral. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1996.

BIERRENBACH, Júlio de Sá. *Riocentro*: quais os responsáveis pela impunidade? Rio de Janeiro: Domínio Público, 1996.

BONALUME NETO, Ricardo. *A nossa Segunda Guerra*: os brasileiros em combate, 1942 -1945. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

BRASIL. *Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995*. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1995.

CARDOSO, Lucileide Costa. Nelson Werneck Sodré: censura, repressão e resistência. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 237-267, jul. 2013.

CARDOSO, Raquel Motta. *Depois do Golpe: as eleições de 1962 no Clube Militar*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CARLONI, Karla Guilherme. *Forças Armadas e democracia no Brasil: o 11 de novembro de 1955*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas militares de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CONTREIRAS, Hélio. *Militares: confissões*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

COSTA, José Caldas. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2007.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um olhar a esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan: Fapesp, 2002.

_____. Militares e a anistia no Brasil: um dueto desarmônico. In: TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 15-40.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; SOARES, Gláucio Ary Dillon (Org.). *1964: visões do golpe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. *A repressão: os anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. *A abertura: a volta aos quartéis*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

DEPOIMENTOS esclarecedores sobre os processos militares, vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: [s.n.], 1953.

FERRAZ, Francisco César. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*. Londrina: Eduel, 2012.

FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

LAQUE, João Roberto. *Pedro e os Lobos: os anos de chumbo na trajetória de um guerrilheiro urbano*. São Paulo: Editorial, 2010.

MACHADO, Flavia Burlamaqui. *As Forças Armadas e o processo de anistia no Brasil (1979-2002)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto

de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964 – 1969)*. São Paulo: Edufscar, 1995.

MORAES, Dênis. *A esquerda e o Golpe de 64*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MORAES, João Quartim. *A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 - 1964)*. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002.

PARUKER, Paulo Eduardo Castello. *Praças em Pé de Guerra: o movimento político dos subalternos no Brasil (1961-1964) e a revolta dos sargentos em Brasília*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009.

PENNA, Lincoln (Org.). *Manifestos políticos do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

PERFIL dos atingidos. Mitra arquidiocesana de São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1987.

PROENÇA, Ivan Cavalcante. *O golpe militar e civil de 64: 40 anos depois*. Rio de Janeiro: Oficina do Livro, 2013.

REVISTA AOS BRASILEIROS, n. 74, p. 52-57, set. 2013.

SANT'ANNA NETO, Emílio José. ESQUERDA MILITAR: a trajetória dos sargentos nacionalistas cassados pelo Golpe de março de 1964. Projeto Experimental, sob a orientação do Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente, ao Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Bauru, para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo, 2005.

SENTENÇA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: CUMpra-SE. A condenação do Estado Brasileiro no Caso Araguaia. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 2013.

SILVA, Ricardo Santos. *Os não anistiados: os militares da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil*. 2011. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

SOARES, Samuel Alves. *As Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999)*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: São Paulo: Ed. Civilização Brasileira: Expressão Popular, [1965] 2010.

_____. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1967.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento: os segredos dos porões da ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

TÉRCIO, Jason. *A espada e a balança: crime e política no Banco dos Réus*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

UM ANO de Comissão da Verdade: contribuições críticas para um Debate Público. Rio de Janeiro: ISER – Instituto de Estudos da Religião, 2013.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras: Expressão Popular, [1992] 2007.

SOBRE OS AUTORES

ADILSON MARQUES GENNARI

Bacharel e mestre em economia - PUC-SP, doutor em ciências sociais - IFCH-Unicamp (área de desenvolvimento e pensamento social) e pós-doutorado junto à Universidade de Coimbra. É autor de *Réquiem ao capitalismo nacional*, *História do pensamento econômico* e *Políticas públicas e desigualdades sociais no Brasil e Portugal* além de vários artigos sobre desenvolvimento, globalização e desigualdade social. É professor do Departamento de Economia da Unesp campus de Araraquara. E-mail: gennari@fclar.unesp.br

AGNALDO DOS SANTOS

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1997), mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2001) e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2006). Atualmente é professor da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Desenvolvimento, atuando principalmente nos seguintes temas: inovação tecnológica, economia política, reestruturação produtiva, sindicalismo e políticas públicas. E-mail: agnaldo@marilia.unesp.br

ALESSANDRA TEIXEIRA

Mestre e Doutora em Sociologia pela FFLCH/USP. Pós-doutoranda junto ao Programa de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp/Marília. Pesquisadora do Observatório de Segurança Pública da Unesp. Coordenadora da Comissão de Segurança Pública do IBCCRIM. Advogada. É autora do livro *Prisões da Exceção. Política penal e penitenciária no Brasil contemporâneo*, editado pela Juruá Editora em 2009. E-mail: alet@usp.br

CARLOS HENRIQUE AGUIAR SERRA

Graduado em Ciência Política e Sociais pela PUC do Rio de Janeiro, onde também fez o mestrado. Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor do Departamento de Ciência Política da UFF e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da UFF. Coordenador do PPGCP/UFF. Doutor em História pela UFF. Coordenador do GT “Violência, criminalidade e punição”, da ANPOCS, no período 2011-2012, em parceria com Marcos Alvarez, da USP. E coordenador-adjunto do mesmo GT no período 2013-2014, em parceria com Luís Antônio Francisco de Souza, da Unesp. Email: chaserra@id.uff.br

CLODOALDO MENEGUELLO CARDOSO

Possui graduação em Filosofia e Letras. Tem mestrado e doutorado em Educação pela Unesp-Marília. Como pesquisador associado ao LEI - Laboratório de Estudos sobre a Intolerância - FFLCH/USP, realizou o Pós-Doutorado em História Social. É professor aposentado do Departamento de Ciências Humanas, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Unesp-Campus de Bauru, onde desenvolve atividades de pesquisa e extensão como: coordenador do OEDH - Observatório de Educação em Direitos Humanos, e coeditor da RIDH - Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos. É autor, dentre outros, do livro: *Tolerância e seus limites*, Editora Unesp. E-mail: clocar@faac.unesp.br

FELIPE PEREIRA LOUREIRO

Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP) e doutor em História Econômica pela USP. É autor de vários artigos científicos sobre o governo João Goulart (1961-1964), com ênfase em temas como política econômica, relações econômicas internacionais e relações entre Brasil e Estados Unidos. E-mail: felipeloureiro@usp.br

FRANCISCO LUIZ CORSI

Graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, graduação em Economia pela Universidade de São Paulo, mestrado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professor assistente doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atua na área de Economia, com ênfase em História Econômica. E-mail: flicorsi@uol.com.br

JOSÉ MARANGONI CAMARGO

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Unicamp (1981), mestrado em Economia pela Universidade de São Paulo (1988) e doutorado em Economia Social e do Trabalho pela Unicamp (2007). Atualmente é professor do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Agrícola e do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: modernização agrícola e emprego, distribuição de renda, comércio internacional de produtos agroindustriais e globalização econômica. Email: jmaraga@uol.com.br

LAÉRCIO FIDELIS DIAS

Graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. Obteve o grau de Mestre e Doutor em Antropologia Social também pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor Doutor do Departamento de Sociologia e Antropologia, na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Marília. Desenvolve pesquisa na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia da Saúde e Médica, e Etnobiologia atuando nos seguintes temas: etnomedicina, itinerário terapêutico, transição da saúde, bebidas alcoólicas. E-mail: laercio@marilia.unesp.br

LIDIA M. V. POSSAS

Prof^ª. Dr^a em História, Relações de Gênero e Feminismos na América Latina, com Pós doutorado junto ao Programa Interdisciplinar de Ciências Humanas e o do Instituto de Estudos de Gênero/ UFSC e do Archivo Provincial de la Memoria em Córdoba na Argentina. Docente na Graduação e Pós Graduação, coordenando o Grupo de Pesquisa/CNPq Cultura & Gênero e o Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero/LIEG na Unesp-Marília. É pesquisadora do CNPq e possui publicações, sendo que as mais recentes estão diretamente relacionada a temática dos Feminismos, Gênero, Viuvez, Memória e Ditaduras no Cone Sul, nos anos 60-80. E-mail: lidia.possas@uol.com.br

LUÍS ANTÔNIO FRANCISCO DE SOUZA

Mestre e doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo. Livre-docente em sociologia pela Unesp. Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp. Coordenador Científico do Observatório de Segurança Pública da Unesp, campus de Marília. E-mail: lafraso@marilia.unesp.br

MARCOS DEL ROIO

Formado em História e quase em Ciências Sociais na USP; mestre em Ciência Política na Unicamp; doutor em Ciência Política na USP. Professor titular do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. E-mail: delroio@terra.com.br

MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES

Militante feminista e de direitos humanos. Integrante da Comissão da Verdade “Rubens Paiva” da ALESP. E-mail: amelinhateles@globo.com

NEUSA MARIA DAL RI

Professora livre-docente III da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília. Mestre em Pesquisa Educacional pela Universidade Federal de São Carlos. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado em Educação pela Universidade do Minho, Portugal. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da FFC, Unesp, Campus de Marília. Líder do Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia e editora do periódico científico ORG&DEMO. Membro do Comitê Acadêmico PROCOAS, da AUGM. Bolsista PQ do CNPq. Possui vários livros e inúmeros capítulos de livro e artigos publicados, com destaque para os livros: *Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão*; *Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão*; e *Mudança social na América Latina, trabalho associado e educação*. E-mail: neusamdr@terra.com.br

PAULO RIBEIRO DA CUNHA

Professor de Teoria Política da Unesp - Campus de Marília. É autor, entre outros trabalhos de *Um olhar a esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp, 2002; 2012; *Entre Sabre e a Pena: Nelson Werneck Sodré*. São Paulo: Editora Unesp: Fapesp, 2006; 2012 (em conjunto com Fátima Cabral); *Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa*. São Paulo: Editora Unesp: Fapesp, 2014. E-mail: prrcunha@uol.com.br

ROSÂNGELA DE LIMA VIEIRA

Historiadora, com doutorado em história e pós-doutorado em Economia. Pesquisa história econômica na vertente braudeliana, atualmente com ênfase na Análise dos Sistemas-Mundo. Docente do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. E-mail: rosangelavieira@marilia.unesp.br

SUELI GUADELUPE DE LIMA MENDONÇA

Cientista social pela Unesp/Araraquara. Fez mestrado em Educação na UFSCar e doutorado em Educação na USP. Docente da Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp/Marília. Líder do Grupo de Pesquisa “Implicações pedagógicas da Teoria Histórico-Cultural”, vice-coordenadora do Núcleo de Ensino da Unesp/Marília e coordenadora institucional do Pibid/Unesp. Possui publicações na área de formação de professores, ensino de Sociologia, entre outros, além de organizar vários livros. E-mail: sueli_guadalupe@uol.com.br

VANDEÍ PINTO DA SILVA

Filósofo. Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista – Unesp. Docente do Departamento de Didática da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, campus de Marília. São Paulo. Brasil. Atua nas áreas de Formação de Professores, Ensino e Aprendizagem e Filosofia da Educação. É vice-líder do Grupo de Pesquisa Formação do Educador – GP Forme. Tem publicações sobre marxismo e educação, formação *omnilateral* e ensino de filosofia. E-mail: vandeips@marilia.unesp.br

SOBRE O LIVRO

Formato	16X23cm
Tipologia	Adobe Garamond Pro
Papel	Polén soft 85g/m2 (miolo) Cartão Supremo 250g/m2 (capa)
Acabamento	Grampeado e colado
Tiragem	300
Catálogo	Telma Jaqueline Dias Silveira - CRB- 8/7867
Normalização	Maria Luzinete Euclides
Assessoria Técnica	Maria Rosângela de Oliveira - CRB-8/4073
Capa	Edevaldo D. Santos
Diagramação	Edevaldo D. Santos

2014

Impressão e acabamento

Gráfica Campus
Unesp - Marília - SP

Ecoss da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)

Adilson Marques Gennari
Agnaldo dos Santos
Alessandra Teixeira
Carlos Henrique Aguiar Serra
Clodoaldo Meneguello Cardoso
Felipe Pereira Loureiro
Francisco Luiz Corsi
José Marangoni Camargo
Laércio Fidelis Dias
Lidia M. V. Possas
Luís Antônio Francisco de Souza
Marcos Del Roio
Maria Amélia de Almeida Tele
Neusa Maria Dal Ri
Paulo Ribeiro da Cunha
Rosângela de Lima Vieira
Sueli Guadalupe de Lima Mendonça
Vandei Pinto da Silva

ISBN 978-85-7983-573-5

